

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

BETÂNIA DOS SANTOS CORDEIRO

TRAMAS DA AUTOGESTÃO

**Saberes do trabalho associado produzidos na experiência de construção de uma rede de
economia solidária autogestionária**

Porto Alegre

2020

Betânia dos Santos Cordeiro

TRAMAS DA AUTOGESTÃO
Saberes do trabalho associado produzidos na experiência de construção de uma rede de economia solidária autogestionária

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer

Linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Cordeiro, Betânia dos Santos
TRAMAS DA AUTOGESTÃO: Saberes do trabalho associado produzidos na experiência de construção de uma rede de economia solidária autogestionária / Betânia dos Santos Cordeiro. -- 2020.
259 f.
Orientadora: Maria Clara Bueno Fischer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Saberes do trabalho associado. 2. Autogestão. 3. Redes de economia solidária. 4. Práxis. 5. Experiência. I. Fischer, Maria Clara Bueno, orient. II. Título.

BETÂNIA DOS SANTOS CORDEIRO

TRAMAS DA AUTOGESTÃO
Saberes do trabalho associado produzidos na experiência de construção de uma rede de economia solidária autogestionária

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em 10 de setembro de 2020.

Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer – Orientadora

Profa. Dra. Lia Tiriba – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Telmo Adams – Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Leandro Pinheiro – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Sempre ouvi dizer que a escrita de uma tese é um processo solitário e longo. De fato, a experiência comprova o que só os ouvidos sabiam até agora. Mas, se a escrita é assim, esse momento de nós conosco mesmo, a produção da tese não é. Bem pelo contrário. O caminho relativamente longo de dar vida a uma pesquisa de doutorado não se percorre sozinho. Muita gente perfumou, coloriu, arrumou, arejou, lustrou esse caminho para que eu pudesse, enfim, chegar ao seu fim. A vocês, que com imenso prazer cito a seguir, o meu abraço mais carinhoso e o meu mais sincero obrigado!

*

Agradeço de partida a meus pais, Geraldo e Valeska, pois suas presenças nesse mundo me dão a serenidade e a confiança necessárias para empreender os mais diferentes passos na vida.

*

A Augusto Bott, companheiro de vida paciente, atento e amoroso, por poder encontrar em ti permanente incentivo para realizar esse trabalho. Obrigada por nunca desistir dele!

*

Às trabalhadoras e aos trabalhadores da Justa Trama, gente corajosa, de luta e de brilho nos olhos. Obrigada por me deixarem conviver com vocês, por me deixarem aproximar, por me ensinarem tanto e por realimentarem em mim a esperança de que a existência de outros mundos é possível.

*

A Maria Clara Bueno Fischer, orientadora atenta, competente e cuidadosa, obrigada por compartilhar comigo seu conhecimento, seu tempo, sua atenção, sua casa e parte de sua vida. Gratidão!

*

Às amigas e aos amigos que não só me recebem em seus corações, como também me receberam em suas casas durante a realização do trabalho de campo desta tese. Mariana Fernandes e Maria das Dores, obrigada pela alegria diária. Eunice Barros e Leonardo Monteiro, obrigada por todo cuidado que tiveram. Bianca Ruskowski e Pedro Vasconcelos, obrigada por me fazerem sentir em casa e Anália Martins e Marco Melo, obrigada por me deixarem compartilhar um pouquinho desse paraíso que é o lar de vocês. Sigo esperando o momento de nossos caminhos se cruzarem novamente.

*

A Claudio Nascimento, Helena Bonumá, Antônio Cruz, Ana Mercedes Icaza, Dimas Alcides Gonçalves e Luana Vilutis por me dedicarem, com atenção e gentileza, parte do seu tempo compartilhando comigo suas experiências e reflexões.

*

A Clara Glock e Pedro Bonin, companheiros de pesquisa, obrigada pelas contribuições a este trabalho e por serem leves, em momentos duros, por serem serenos, em momentos de tempestade.

*

Às amigas feitas no grupo de pesquisa, Salete Facco, Maristela Losekann e Simone Paixão, obrigada pelas contribuições a esta pesquisa e por nunca economizarem em carinho e atenção.

E aos colegas do grupo de pesquisa: Renato, Silvia, Clair, Guilherme, Moisés, Ednaldo, Tainara, Vitória, Isabela, Ângela, Carlos, Melissa e Cluvio pela parceria nos estudos e compartilhamento de dúvidas e angústias.

*

A Patrícia Unanue, Luciana Vasques e Eliete Tiburski, amigas em quem sempre encontrei conforto e alegria para seguir a caminhada sem me deixar abater. Gratidão e carinho!

*

A Rosa e Alberto Bott, por terem sido tão prestativos, delicados e parceiros.

*

A Poliana e Diego, Tadeu, Gisele e Gabriel, família querida que me incentiva e inspira, por saber que sempre posso contar com vocês.

*

Aos professores Lia Tiriba, Telmo Adams e Leandro Pinheiro, que compuseram as bancas de avaliação desta pesquisa, obrigada pela leitura atenta, pelas sugestões e orientações. As contribuições de vocês foram preciosas e a gentileza inesquecível. Ao professor Henrique Tahan Novaes que gentil e prontamente se disponibilizou a avaliar essa pesquisa quando solicitado. Obrigada pela parceria!

**

RESUMO

Esta pesquisa se insere no campo de estudos Trabalho-Educação e se dedica a identificar, descrever e explicar saberes do trabalho associado implicados na constituição de redes de economia solidária em uma perspectiva autogestionária. Para isso, experiências de trabalhadores e trabalhadoras associados e autogestionários, entendidas como experiências históricas num contexto de luta de classes, foram postas sob análise. A constituição e a consolidação de redes e de cadeias produtivas solidárias têm sido tarefa tomada como estratégica pelos sujeitos da economia solidária. Eles dão vida a redes e cadeias por meio de uma práxis permanentemente tensionada por relações que ora privilegiam o fortalecimento do capital e ora promovem a emancipação do trabalho. No cotidiano de trabalho, esses sujeitos desenvolvem processos de aprendizagem alimentados pela criação, pelo compartilhamento, pela sistematização de saberes do trabalho associado. Desenvolvem processos formativos que, a partir de sua materialidade histórica, contribuem para a criação de uma cultura da produção associada e para a formação dos trabalhadores, individual e coletiva. A pesquisa se realizou tendo como posicionamento de método o materialismo histórico-dialético e como abordagem a observação participante, complementada por entrevistas semi-estruturadas. As principais categorias utilizadas para orientar a análise foram práxis, autogestão, experiência, redes de economia solidária e saberes do trabalho associado. O sujeito privilegiado da pesquisa foi a Cooperativa Central Justa Trama, uma cadeia produtiva solidária do setor têxtil e de confecção que utiliza somente algodão agroecológico. Ela reúne cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras, organizados em seis empreendimentos de economia solidária e que, por meio da autogestão, responsabilizam-se pela execução das principais etapas do processo de produção: plantio do algodão, beneficiamento de fios, tecidos e malhas, confecção de peças de vestuário e outros objetos, produção de acessórios para as peças e de adereços e comercialização dos produtos. Os resultados da pesquisa indicam que o estabelecimento de redes autogestionárias modifica e complexifica os processos formativos vividos e o repertório de saberes exigido desses trabalhadores e trabalhadoras, impactando suas práxis. São apresentados alguns saberes de natureza técnico-produtiva, ético-política e subjetiva identificados na experiência estudada, além de reflexões sobre os processos de criação e de consolidação desses saberes. Também se produz uma síntese conceitual possível do conceito de rede de economia solidária, como forma de contribuir com essa discussão.

Palavras-chave: **Saberes do trabalho associado. Redes de economia solidária. Autogestão. Experiência. Práxis.**

ABSTRACT

This research is part of the field of Work-Education studies and is dedicated to identifying, describing and explaining knowledge of the associated work involved in the constitution of solidarity economy networks in a self-managed perspective. For this, experiences of associate workers and self-managers, understood as historical experiences in a context of class struggle, were put under analysis. The constitution and consolidation of solidary networks and productive chains have been taken as a strategic task by the subjects of the solidary economy. They give life to networks and chains through a praxis permanently tensioned by relationships that sometimes favor the strengthening of capital and sometimes promote the emancipation of labor. In their daily work, these subjects develop learning processes fueled by the creation, sharing, systematization of knowledge of the associated work. They develop training processes that, based on their historical materiality, contribute to the creation of a culture of associated production and to the training of workers, individually and collectively. The research was carried out using historical-dialectical materialism as the method and the participant observation approach, complemented by semi-structured interviews. The main categories used to guide the analysis were praxis, self-management, experience, solidarity economy networks and knowledge of associated work. The privileged subject of the research was the Cooperativa Central Justa Trama, a solidary productive chain in the textile and clothing sector that uses only agro-ecological cotton. It gathers around 500 male and female workers, organized in six solidarity economy enterprises and who, through self-management, are responsible for the execution of the main stages of the production process: cotton planting, processing of threads, fabrics and knits, making clothing and other objects, production of accessories for the garments and props and marketing of products. The results of the research indicate that the establishment of self-managed networks modifies and complexes the training processes experienced and the repertoire of knowledge required of these workers, impacting their praxis. Some technical-productive, ethical-political and subjective knowledge identified in the studied experience are presented, as well as reflections on the processes of creation and consolidation of this knowledge. A possible conceptual synthesis of the solidarity economy network concept is also produced as a way to contribute to this discussion.

Keywords: Knowledge of associated work. Solidarity economy networks. Self-management. Experience. Praxis.

LISTA DE SIGLAS

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
CFES – Centro de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária
PLANSEQ/ECOSOL – Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária
ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ADS – Agência de Desenvolvimentos Solidário
CUT – Central Única dos Trabalhadores
UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
UNIVENS – Cooperativa Unidas Venceremos
ADEC – Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional
AEFAF – Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira
COOPERTEXTIL – Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas
CONES – Cooperativa Nova Esperança
TEXTILCOOPER – Cooperativa Têxtil de Santo André

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama de estrutura de rede de economia solidária	157
Figura 2 - Diagrama de variação da estrutura de rede de economia solidária.....	161
Figura 3 - Diagrama de relações de rede de economia solidária autogestionária.....	162
Figura 4 - Mapa com os integrantes da Justa Trama	169
Figura 5 - Estrutura da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções.....	203
Figura 6 - Anúncio Justa Trama	207
Figura 7 - Anúncio Justa Trama	207
Figura 8 - Publicidade Justa Trama	208
Figura 9 - Anúncio Justa Trama	208
Quadro 1 - Momentos do trabalho de campo	34
Quadro 2 - Exemplo de categorização dos dados.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CAMINHOS DO PENSAMENTO E DA AÇÃO: APRESENTANDO A PESQUISA .23	
1.1 ONDE E COMO SURGE A HIPÓTESE QUE ORIENTOU A PESQUISA?.....	23
1.2 HIPÓTESE, OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	25
1.3 FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E O ENQUADRAMENTO DA REALIDADE REALIZADO	29
1.4 IDA A CAMPO: O FORMATO DA PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS	31
1.4.1 A observação-participante	32
1.4.2 O tratamento e a categorização dos dados.....	44
2 TRABALHO-EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: O CAPITALISMO, A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS ALTERNATIVAS.....	48
2.1 OS SABERES NO CAMPO TRABALHO-EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO CAPITALISMO.....	49
2.1.1 A Reestruturação Produtiva: saberes e subjetividades no debate realizado no campo Trabalho-Educação	52
2.1.2 O popular entra em cena: os saberes de quem trabalha fora das fábricas.....	55
2.2 ALTERNATIVAS DOS TRABALHADORES: ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS	61
2.2.1 As origens do associativismo: um passado para a economia solidária.....	62
2.2.2 A economia solidária: uma velha/nova forma de produzir e conviver	80
3 EDUCAÇÃO E TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO: A PRÁXIS QUE FORMA	96
3.1 DA PRÁXIS UTILITÁRIA A INAUGURAÇÃO DE UMA PRÁXIS CRÍTICA	97
3.2 AS DIVERSAS PRÁXIS IDENTIFICADAS POR VÁZQUEZ	101
3.3 A EXPERIÊNCIA COMO MEDIAÇÃO ENTRE TEORIA E EMPIRIA	109
3.4 SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO	114
3.5 A PEDAGOGIA DA PRODUÇÃO ASSOCIADA E AUTOGESTIONÁRIA	117
3.5.1 A pedagogia da produção associada e a autogestão.....	120
3.5.2 A contribuição da educação popular na formação para o trabalho associado e autogestionário	122
4. REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO	125

4.1	DEFINIÇÃO E ESPECIFICIDADES DAS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	128
4.1.1	Desafios e limites das redes de economia solidária	132
4.2	REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	135
4.2.1	Mance e a estratégia do isolamento	136
4.2.2	Singer e o fortalecimento para disputar a sociedade	140
4.3	SUJEITO PRIVILEGIADO DA PESQUISA: A CADEIA PRODUTIVA SOLIDÁRIA JUSTA TRAMA	143
4.4	CONTRIBUIÇÕES PARA O APROFUNDAMENTO DE UM CONCEITO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA AUTOGESTIONÁRIAS	153
4.4.1	Diagrama 1: estrutura de composição e de sustentação de rede de economia solidária autogestionária	156
4.4.2	Diagrama 2: fluxos e dimensões de uma rede de economia solidária autogestionária	161
5.	PRÁXIS E FORMAÇÃO: SABERES E CONTRADIÇÕES VIVIDOS NA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DA JUSTA TRAMA	165
5.1	EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO E SEUS MOMENTOS FORMATIVOS EM UMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO A JUSTA TRAMA	167
5.1.1	Autogestão e o desafio das distâncias geográficas	168
5.1.2	Autogestão e o processo de conhecer o desconhecido	173
5.1.3	Autogestão e processos participativos	178
5.1.4	Autogestão e processos formativos para a alternância	187
5.1.5	Autogestão e as diferenças entre os elos de uma rede	196
5.2	NOTAS SOBRE TEMPOS E ESPAÇOS DE FORMAÇÃO NA REDE: OLHANDO PARA FORA DO PROCESSO PRODUTIVO	211
5.2.1	Conflito e contradição em uma experiência em rede	212
5.2.2	Convivência, laços afetivos e novas experiências no processo de construção de saberes	215
5.2.3	As experiências no território: uma janela para a expansão da autogestão	222
	CONCLUSÃO E ALGUNS APRENDIZADOS	231
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	236
	APÊNDICE I	252
	APÊNDICE II	254

INTRODUÇÃO

Vive-se, atualmente, no capitalismo. Um sistema que subordina homens, mulheres, trabalho e natureza aos interesses do capital. Não se discute que esse seja o modo hegemônico sob o qual se organiza a vida no planeta. De norte a sul, do ocidente ao oriente reina o modo de produção baseado na exploração do trabalho alheio, na extenuação dos recursos naturais e na acumulação do capital. Entretanto, é urgente e necessário reivindicar a presença de outros modos de organizar a vida em sociedade. Eles existem e se realizam diariamente em tempos e espaços distintos, em momentos revolucionários ou não, em situações de desesperada miséria, ou de bonança e fartura. Homens e mulheres inventam a todo tempo formas de produzir a vida que diferem, em pequena ou larga escala, dos projetos de manejo elaborados pelo capital. E onde isso acontece? Em toda parte, a todo momento. Exemplos podem ser citados: a Comuna de Paris, em 1871, os Soviets em 1917, a Guerra Civil Espanhola, de 1936 a 1939, a Revolução dos Cravos em 1974, a Comuna de Morelos em 1910, a Revolução Cubana em 1959 e muitas outras (TIRIBA; FISCHER, 2013). E mais recentemente, também são exemplos: as fábricas falidas ocupadas por trabalhadores que assumem a produção e a gestão da empresa; as cooperativas agrárias vinculadas aos movimentos sociais organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); os povos da floresta, as comunidades indígenas, os quilombolas, os caiçaras, os ribeirinhos e outras comunidades tradicionais milenares que preservam seus modos de viver e produzir, buscando o convívio respeitoso com a natureza e o bem viver; os clubes de troca, amplamente implementados na região da Grande Buenos Aires, na Argentina, mas já difundidos em outros países; as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares; as cooperativas de crédito e de financiamento popular; as associações de reciclagem de lixo; as cooperativas de habitação; grandes conglomerados como o grupo Mondragón, ou o Grameen Bank; as redes de economia solidária... A realidade é que a lista poderia se estender por páginas a fio.

Um olhar apurado em direção ao passado vai mostrar que “a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes¹” (MARX; ENGELS, 2001, p. 66). Aos explorados sempre coube a demanda de lutar por sua sobrevivência e por sua libertação. Entretanto, tal luta não tem rito prévio a ser cumprido, muito menos final determinado. Ela é definida pela

¹ Na edição inglesa do Manifesto Comunista, de 1888, Friedrich Engels registra em nota que essa referência alude a “toda a história escrita. A pré-história, a organização social anterior à história escrita, era quase desconhecida em 1847” (MARX; ENGELS, 2001, p. 66). Em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, Engels irá, posteriormente, fazer referência às formas sociais anteriores à escrita e retratar como se deu a dissolução das comunidades primitivas e o início da divisão da sociedade em classes.

própria luta, o que quer dizer que a luta é resultado do próprio desenvolvimento da sociedade, a partir de suas condições materiais e históricas. Não há receitas prontas ditadas por seres iluminados capazes de descobrir ou criar a fórmula mágica para se superar uma sociedade opressora de maiorias e se construir uma sociedade livre e fraterna. O que há, é a tentativa permanente.

Esse trabalho advoga para si ser espaço onde se discute aspecto específico, datado e localizado, de uma pequena parte da luta de trabalhadores e trabalhadoras na direção da construção de uma sociedade pós-capitalista. A temática geral sob a qual ele se desenvolverá é a experiência de trabalho associado e autogestionário como espaço de produção de saberes, de formação de trabalhadores e de constituição de uma cultura e de uma pedagogia dela provenientes. Trata-se de uma pesquisa que se insere no campo Trabalho-Educação.

Conjugada à experiência de trabalho associado está, em maior ou menor proporção, a autogestão, compreendida como “projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta” (MOTHÉ, 2009, p. 26). O ideário normativo da autogestão exige de todos os cidadãos a capacidade potencial de debater e de decidir sobre as questões que governam suas vidas², requerendo, com isso, a necessidade imperiosa de simetria de capital cultural entre os indivíduos que compõem a sociedade. Tal simetria é ainda um desafio para a efetivação de níveis mais radicais de democracia (MOTHÉ, 2009).

Na construção teórica feita nesta pesquisa, a autogestão ocupa posição estratégica na medida em que ela é abordada desde um ponto de vista pedagógico. Aqui, duas dimensões de conhecimento estão atreladas à autogestão: uma que diz respeito ao conhecimento acerca do que é ou será autogestionado e outra que diz respeito ao conhecimento de um saber ser autogestionário. Ou seja, participar de forma autogestionária implica o desenvolvimento de um saber, de uma habilidade e uma subjetividade participativas, como também implica conhecer o que compõe o alvo da prática participativa e as regras do jogo.

Objetivamente, a pesquisa se realizará tendo o olhar direcionado para os saberes em formação na experiência de trabalhadores associados e autogestionários organizados em redes de economia solidária. À palavra “formação”, atribui-se, neste contexto, um duplo sentido:

² Mothé (2009, p. 26) matiza o nível de participação dos cidadãos em, pelo menos, três níveis: o da democracia representativa, “em que os cidadãos elegem uma minoria de mandatários remunerados, incumbidos de representá-los”; o da democracia participativa, o qual consiste em “reunir-se, em assembleias, o conjunto dos atores envolvidos em um tema com vista a debatê-lo [...]”. Frequentemente, o papel dessas assembleias é apenas consultivo; e o da democracia radical, “uma forma ampliada de autogestão, na qual todos os cidadãos devem poder debater e votar sobre as leis e regras administrativas que lhes digam respeito”.

são os próprios saberes que estão em processo de formação, de constituição e formação também é entendida como espaço e momento educativo vivenciado pelos trabalhadores.

Nas próximas páginas o leitor e a leitora irão encontrar um debate teórico-metodológico, em diálogo com a empiria, que se desenvolve de maneira a apresentar e a defender o argumento de que, no atual estágio de desenvolvimento do movimento de economia solidária, no Brasil, parece ser estratégico aos trabalhadores associados e autogestionários, aglutinados nesse movimento, estruturarem redes de economia solidária de forma a superar uma ampla fragmentação das iniciativas econômico-solidárias, fortalecendo a si próprias, enquanto empreendimentos solidários, e ao próprio movimento, enquanto manifestação coletiva dos interesses desses trabalhadores. Tal processo está em andamento, sem final previsível, sendo construído por atores da economia solidária de forma contraditória e, aparentemente, conflituosa em determinados aspectos.

A própria concepção do que vêm a ser redes de economia solidária está em formação. É verdade que já existe um universo conceitual-simbólico criado que dá conta, em alguma medida, dessa concepção. Entretanto, há indícios de que ele ainda está em amplo processo de elaboração e disputa, de que elementos estratégicos que o compõem precisam ser melhor contemplados e de que ele não foi absorvido de forma arraigada pelos atores da economia solidária, entre eles, os próprios trabalhadores e trabalhadoras e formadores e formadoras. Até mesmo uma estratégia pedagógica que dê conta de formar trabalhadores e trabalhadoras para atuarem em uma empreitada relativamente complexa, como é a estruturação e a manutenção de uma rede de economia solidária demanda reflexão. Por outro lado, também existe a experiência dos sujeitos, individual e coletiva, da economia solidária que, no seu fazer diário, dialoga com esse universo conceitual-simbólico não se limitando a ele. A experiência o transborda...

Sendo herdeiros de uma experiência histórica (THOMPSON, 1981), os trabalhadores associados e autogestionários, reunidos na economia solidária, tentam, com as ferramentas materiais e simbólicas que possuem, criar e desenvolver suas redes. Reafirmam a autogestão como estratégia de organização do trabalho, que lhes obriga a pensar e a realizar o processo de produção e que medeia suas práxis (KOSIK, 1976; VÁZQUEZ, 2003). Vivenciam por meio dela experiências inconclusas que ora afirmam o sujeito solidário, participativo, democrático, autônomo que a racionalidade autogestionária exige e que ora manifestam a existência de outras racionalidades forjadas nas lidas da vida e da produção capitalistas. Trata-se, portanto, de uma experiência em tensão que de uma maneira ou de outra forma os sujeitos nela envolvidos.

Nessa experiência são construídos e compartilhados saberes do trabalho que envolvem o “fazer-se” (THOMPSON, 2012) tanto do sujeito trabalhador, quanto da classe trabalhadora. “Fazer-se” que Thompson (2012) mostrou não ser somente uma resposta direta às relações de produção de uma época, mas um processo dinâmico vivenciado por homens e mulheres na vida social, cultural, produtiva e política.

Portanto, para dar vida a essas criações históricas chamadas redes de economia solidária e atendendo a todas as implicações que elas trazem ao processo produtivo, os trabalhadores associados e autogestionários são convocados a criar e compartilhar saberes, de forma que, nesta pesquisa, partiu-se da hipótese de que a experiência de construir tais redes complexifica a formação do trabalhador associado e autogestionário ao lhe impor novas condições para a realização dos processos de produção e de organização da vida social, complexificando e modificando o repertório de saberes do trabalho associado.

Comprovou-se, ao longo da pesquisa, a existência desse novo repertório exigido dos trabalhadores e buscou-se dar materialidade a ele por meio da análise de uma experiência referencial: a dos trabalhadores e das trabalhadoras³ associados que fazem parte da Cooperativa Central Justa Trama.

A Justa Trama é uma rede de economia solidária, que se organiza na forma de cadeia produtiva e se ocupa de produzir e comercializar peças de vestuário e do lar feitas a partir de algodão agroecológico. Os seis empreendimentos solidários que formam a cadeia são responsáveis pelas principais etapas do processo produtivo, realizando desde o plantio do algodão agroecológico, passando pela fiação e tecelagem do material, chegando à produção das peças.

Estabelecer um processo de pesquisa que compreende a autogestão como processo educativo realizável em escalas sociais cada vez mais amplas e tendo as experiências de trabalho associado como um de seus vetores, culminou no estabelecimento da seguinte tese: A experiência de formação e desenvolvimento de uma rede de economia solidária autogestionária se desenvolve na direção de complexificar, em muitas camadas, o processo formativo dos trabalhadores. A experiência materializa e exige um processo formativo dinâmico e diário, que não é alimentado somente por questões de fundo econômico-gerencial, mas também por questões que encontram suas raízes em elementos culturais, sociais e

³ Ao longo deste texto, trabalhadores associados e autogestionários foi referido no masculino sempre que se tratou de uma referência aos trabalhadores em geral, não específica. Quando se tratou de uma referência aos trabalhadores e às trabalhadoras concretos que compõem a rede estudada, Justa Trama, a referência foi feita no masculino e no feminino, como forma de afirmar e reforçar a presença – expressiva, neste caso – também das mulheres na criação e no desenvolvimento dessa rede de economia solidária.

políticos e que dão vida a um ser que precisa, a todo o tempo, reafirmar sua condição solidária e autogestionária, superando constantemente contradições, de origem material e simbólica, impostas pela atual hegemonia do capital. Existe na condição de rede uma potência latente para o desenvolvimento, pelos trabalhadores, de uma práxis “reflexiva-criativa”, na medida em que ela, ao adicionar novos elementos aos processos produtivos e sociais, expõe aos trabalhadores desconhecidas articulações do todo social. Contraditoriamente, esses mesmos elementos podem induzir a manutenção de uma “práxis utilitária”, na medida em os trabalhadores podem buscar na racionalidade capitalista ferramentas para lidar com eles.

Esse processo de investigação, análise e reflexão será exposto nas próximas páginas deste texto. Antes, porém, é preciso alguns apontamentos que esse horizonte analítico exige.

De partida, esclarecem-se os termos “economia solidária” e a sua relação com o trabalho associado e autogestionário. Há uma série de posicionamentos políticos e epistemológicos que disputam a definição de tal conceito. Apesar da enorme variação de situações nas quais eles têm sido empregados, a escolha por utilizá-los na escrita deste trabalho é, principalmente, política, pois se pretende afirmar o campo da economia solidária não como um “saco de gatos”, no qual devem ser incluídas experiências de trabalho de toda ordem excetuando-se as de trabalho assalariado. Trata-se de reivindicar que o termo seja utilizado para definir experiências de trabalho vinculadas, em maior ou menor grau, a processos questionadores e potencialmente transformadores das relações de produção capitalista, que se pautem pela valorização do trabalho e que tenham suas bases constitutivas em práticas associadas e autogestionárias.

Nesse sentido, há a preocupação, aqui, de entender e definir economia solidária em uma dupla dimensão: uma que diz respeito a suas características de organização do processo produtivo e de conformação do trabalho dentro das unidades de produção e outra que a define tendo em conta sua ação para fora do ambiente de trabalho, ou seja, que a qualifica por parâmetros de ação social e política por ela engendrada.

No que diz respeito à primeira dimensão, o que está sendo chamado, nesta pesquisa, genericamente, de economia solidária se materializa na formação dos, também chamados genericamente, empreendimentos solidários⁴. Eles possuem muitas formas. A mais tradicional

⁴ Apesar das ressalvas que possam ser feitas aos termos “empreendimento solidário”, uma vez que “empreendimento” é uma palavra capturada pelo discurso capitalista, no contexto da reestruturação produtiva, admite-se o seu uso nesta pesquisa, pois, da mesma forma, ele também está amplamente apropriado pelos diversos setores da economia solidária, sendo utilizado indistintamente por trabalhadores, gestores públicos, assessores, militantes populares, pesquisadores. Luiz Inácio Gaiger coordenou pesquisa responsável por mapear em território nacional, aspectos da economia solidária. Para a realização do trabalho, o autor apontava a

delas é a cooperativa, mas eles também podem se apresentar como associações, organizações não governamentais, clubes de troca, bancos comunitários e alguns outros. Esses empreendimentos se caracterizam pelo controle, em maior ou menor grau, dos trabalhadores sobre o processo produtivo. Neles, a propriedade dos meios de produção é coletivizada entre os trabalhadores; há certo grau de democracia interna na tomada de decisões administrativas e de gestão; a distribuição dos frutos do trabalho é igualitária, remunerando de forma privilegiada o trabalho e não o capital.

No que diz respeito à segunda dimensão, a economia solidária aqui se define pela atuação coletiva dos trabalhadores, do campo ou da cidade, na realização de lutas políticas e sociais que visam ao atendimento das necessidades materiais de seus membros, como também à garantia de direitos, à inserção social, à autonomia, à constituição de uma nova forma sócio-produtiva, entre outras. Está incluída, nessa dimensão, a imprescindível necessidade de os integrantes da economia solidária lutarem pela ampliação das relações de solidariedade, cooperação, autonomia e respeito entre todos os trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, estão relacionadas ao dia a dia dos empreendimentos solidário, em maior ou menor grau, lutas pela igualdade de gênero, pela garantia de direitos sociais, pela conservação ambiental do planeta, pelo comércio justo e o consumo ético, pelo acesso aos recursos estatais por meio de políticas públicas, por formação, etc.

Como dito, essa definição de economia solidária não esgota todos os casos que, invariavelmente, são rotulados pelos termos “economia solidária”. Ao contrário. Há exemplos, aos montes, de empreendimentos solidários que não se enquadram nessa definição. Entretanto, o oposto é, da mesma forma, verdadeiro. Há uma série de outros empreendimentos que, em proporções variáveis, fazem da experiência coletiva de seus trabalhadores, dentro e fora de seus locais de trabalho, uma possível reinvenção do processo produtivo e das formas de viver e conviver. Tanto que Rui Namorado (2009, p. 70) destaca que para a economia solidária, “sua heterogeneidade é um elemento constitutivo da sua identidade”.

Assim, não é esse relativo descompasso que invalida o uso do conceito. Reconhece-se a carga normativa que todo conceito carrega. Mas se reconhece também a rebeldia da realidade e da particularidade de cada experiência. Entende-se que um aspecto não inviabiliza

necessidade de se definir requisitos para a identificação de um empreendimento solidário. Dessa forma, “[...] para serem mapeados, os EES [empreendimentos econômicos solidários] deviam satisfazer seis requisitos: a) constituírem organizações suprafamiliares permanentes; b) sob propriedade ou controle dos sócios-trabalhadores; c) com emprego ocasional e minoritário de trabalhadores não-associados; d) com gestão coletiva das suas atividades e da alocação dos resultados; e) com registro legal ou informais; f) de natureza econômica, direcionada à produção, comercialização, serviços, crédito ou consumo” (GAIGER, 2007, p. 63).

o outro. Eles se complementam de maneira dialética, na medida em que forjando-se o conceito é possível conhecer melhor as singularidades e que, ao conhecer melhor as singularidades, é possível precisar melhor o conceito.

É justo essa tensão entre o pensado e o realizado, o conceito e a experiência, que vai permitir o estabelecimento de relação entre o processo histórico dos trabalhadores associados e as experiências brasileiras atuais de economia solidária. Reconhecem-se, nessas experiências, elementos, potenciais ou avançados, do trabalho associado, fato que permite essa inflexão e revela tal tensão.

Namorado (2009) usa a metáfora de uma galáxia para explicar a diversidade e complexidade do campo da economia solidária. Na alegoria que ele cria, a economia solidária é uma galáxia, composta por muitas constelações que, por sua vez, são compostas por astros com individualidade própria. “Assim se induz a ideia de uma autonomia relativa de cada organização, de cada sector, articulados no seio da economia solidária, através de uma relação de interdependência, que não apaga a diferenciação” (NAMORADO, 2009, p. 67).

Espelho parcial dessa complexidade é o segundo e último mapeamento sobre a economia solidária, no Brasil, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entre 2011 e 2013⁵. Nele se registrou a existência de 19.708 empreendimentos solidários e entidades de assessoramento e fomento, no Brasil. O estudo mostrou que, apesar de quase a metade dos empreendimentos solidários cadastrados no primeiro mapeamento ter deixado existir, ter mudado de nome ou endereço ou ter deixado de atender aos critérios do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) (OGANDO, 2012), um número aproximado de novos empreendimentos, ou de empreendimentos reformulados ou reconfigurados se formou, indicando que o cenário da economia solidária no Brasil é volátil, mas permanente (OGANDO, 2012).

Além da volatilidade, o perfil e a forma de organização dos empreendimentos variam. Ainda de acordo com o último mapeamento, no Brasil, 10.793 dos empreendimentos cadastrados atuam na zona rural, 6.856 na zona urbana e 2.058 atuam nos dois segmentos. A maioria deles, 11.823, está organizada na forma de associação, 6.018 são grupos informais, 1.740 são cooperativas e 127 são sociedades mercantis. Entre as principais atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos, são destaque, em primeiro lugar a “produção ou produção e comercialização”, seguida do “consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos

⁵ Foram produzidos dois mapeamentos pela SENAES. Um de 2005 a 2007 e um segundo, que ampliou o primeiro, de 2009 a 2013 (OGANDO, 2013). Os dados do mapeamento da economia solidária no Brasil podem ser consultados em <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>.

sócios”, seguida ainda da “comercialização ou organização da comercialização”, entre outras atividades menos representativas.

No que tange ao quesito acesso a “apoio, assessoria ou capacitação”, o mapeamento considerou que um empreendimento pode ter recebido mais do que um tipo de capacitação. Por isso, os dados extrapolam percentualmente a soma dos empreendimentos pesquisados. Os dados coletados apontam que 38% dos empreendimentos mapeados tiveram “assistência técnica e/ou gerencial”; 35% receberam alguma “qualificação profissional, técnica, gerencial”; 21% receberam “formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)”; 7% tiveram algum contato com “assistência jurídica”; 8% com “assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços”; 9,6% com “diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica”; 11% receberam assessoria na “constituição, formalização e registro”; 16% tiveram alguma formação para “elaboração de projetos” e 3% foram incubados.

Apesar de somente pouco mais de um terço dos entrevistados ter assinalado a vivência de processos formativos estruturados, ainda assim é interessante notar que os maiores índices encontrados contemplam assessorias ou capacitações de ordem técnica e não, necessariamente, sócio-política, indicando certa contrariedade em relação a uma fala recorrente, entre os sujeitos da economia solidária, de que haveria, nesse setor, relativo excesso de “formações políticas” em detrimento das chamadas “formações técnicas”.

Ainda em relação aos dados do mapeamento, se destaca que 60% dos empreendimentos mapeados não participam de nenhuma rede ou fórum de articulação. Por outro lado, 57% dos empreendimentos responderam “sim” à pergunta: “O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?” e 46% afirmaram participar ou desenvolver alguma ação social ou comunitária.

Mesmo reconhecendo as limitações que podem conter pesquisas quantitativas de dimensão nacional e que tratem de temas complexos os dados parecem indicar, em algum grau, determinado isolamento de parte dos empreendimentos, uma vez que menos da metade deles afirma estabelecer relações em rede com outros empreendimentos. Mas, se os empreendimentos não se aproximam para realizar suas atividades foco, parte relevante deles (57%) estabelecem relações políticas e sociais com movimentos sociais e parte (46%) também estabelece relações com outros agentes de seu território, o que parece confirmar certa reverberação da ação, ou do interesse desses trabalhadores para fora das paredes de seus empreendimentos, alcançando outras esferas da vida social e ainda certo acúmulo em prática de associativismo político.

Realizada no aqui e no agora, mas tendo, aparentemente olhos e pés no futuro (NAMORADO, 2009), a economia solidária parece ir se constituindo como um estágio transitório entre o modo de produção capitalista e outro modo de produzir a vida. Sua lógica, que busca reconectar o econômico e o social, o homem e o seu trabalho, engendra relações sociais de produção não capitalistas, muito embora seja atravessada por determinações do capital que impõem a sua performance, amplas contradições.

Esta pesquisa se desenvolve em um tempo/espaço do trabalho de produzir a vida associativamente definidos pela atual crise do capital e do trabalho assalariado⁶ (TIRIBA, FISCHER, 2013), num momento de arrefecimento das lutas populares e de aumento da exploração do trabalho e da exclusão social. Nas condições objetivas e subjetivas providas por esse cenário, aos trabalhadores associados, encampados no movimento de economia solidária, parece ser possível pouco mais do que garantir a própria sobrevivência. É nesse contexto que as redes de economia solidária e seus processos formativos serão discutidos.

Para isso, esse texto está dividido em cinco capítulos, além de uma conclusão que sintetiza parte das reflexões realizadas, aponta a existência de determinados saberes do trabalho associado e sugere ferramentas pedagógicas.

O primeiro capítulo é de cunho teórico-metodológico e se dedica à apresentação da proposta de pesquisa, demarcando sua hipótese disparadora, seu objetivo geral e alguns objetivos específicos. Registra também todos os procedimentos metodológicos realizados para a construção dos dados e seu processo de análise.

Os três capítulos seguintes estão dedicados à construção do objeto de pesquisa e à discussão de seus principais aspectos. O segundo capítulo parte do processo desenvolvido pelo campo de pesquisa Trabalho-Educação de forma a posicionar como o trabalho, em geral e o trabalho associado, em particular têm se constituído, no processo histórico, em uma experiência formativa da classe trabalhadora. Nele a trajetória do trabalho associado é o foco da construção.

O capítulo seguinte estabelece as bases epistemológicas sobre as quais se discute o processo formativo/educativo dentro das experiências de trabalho associado. Nele a práxis

⁶ Segundo as autoras, além desse espaço/tempo de produzir a vida associativamente citado, há outros dois: Espaços/tempo revolucionários, que “diz respeito às experiências históricas revolucionárias as quais se expressam de variadas formas, sentidos e com diferentes graus de controle dos meios de produção” e Espaços/tempo das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais, que são “culturas do trabalho que, resistindo ao modo de produção capitalista, perduram em diversos espaços/tempo, como os povos da floresta, comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais milenares situadas na Ásia, África, nas Américas (México, Peru, Bolívia, Equador, por exemplo)” (TIRIBA, FISCHER, 2013, p. 532-534).

(KOSIK, 1976; VÁZQUEZ, 2003) é apresentada como categoria metodológica que define a atividade autogestionária dos trabalhadores e a experiência (THOMPSON, 1981) como unidade de análise dessa práxis. Os saberes do trabalho associado (FISCHER; TIRIBA, 2009) são discutidos como resultado das experiências dos trabalhadores e como conteúdo de uma pedagogia da produção associada (TIRIBA, 2008), que por sua vez, está vinculada a uma prática autogestionária.

O quarto capítulo aborda o tema das redes de economia solidária de forma a posicionar parte do debate teórico-político empreendido dentro do campo da economia solidária. Ele senta suas bases, principalmente, nos desafios, nas possibilidades e nos limites de tais empreitadas. Há nele, ainda, a caracterização do sujeito privilegiado desta pesquisa: a Cooperativa Central Justa Trama e a contribuição para a síntese de um conceito de rede de economia solidária autogestionária.

O quinto e último capítulo se dedica à apresentação e à análise dos dados construídos durante a realização da pesquisa. Nele os saberes do trabalho associado são discutidos a partir de uma relação direta com a experiência de autogestão da rede de economia solidária. Também há uma reflexão feita a partir da experiência dos trabalhadores que, ainda que mediada pelo trabalho, desenvolve-se fora do processo de produção.

Uma boa leitura a todos!

1 CAMINHOS DO PENSAMENTO E DA AÇÃO: APRESENTANDO A PESQUISA

Essa investigação se ocupa em compreender como trabalhadores associados e autogestionários, que constroem redes de economia solidária, estão se formando. O que aprendem com sua experiência autogestionária em rede? Que processos se acentuam em sua formação nessas circunstâncias? Que saberes mobilizam ou criam para dar vida ao projeto coletivo que os une? Estão, nessa experiência, sendo forjados novos sujeitos e novas culturas do trabalho? São perguntas que inspiram essa investigação. Na tentativa de respondê-las, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, inserida no campo Trabalho-Educação, que tem como posicionamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e como abordagem a observação-participante.

Este capítulo apresenta detalhadamente as problematizações iniciais que deram origem à pesquisa, a formulação da hipótese, do objetivo geral e de objetivos específicos para sua realização, as ferramentas teórico-metodológicas utilizadas, assim como os procedimentos de pesquisa e a realização da categorização e análise dos dados.

1.1 ONDE E COMO SURGE A HIPÓTESE QUE ORIENTOU A PESQUISA?

A formação do trabalhador, seus saberes, suas experiências, individuais e coletivas, suas pedagogias têm sido alvos de investigação por parte de significativo número de pesquisadores do campo da educação, assim como de outras áreas do conhecimento como sociologia, serviço social, psicologia, para citar algumas. Na educação, uma parte desses pesquisadores se reúne nos grupos de pesquisa vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ): “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação” (TRAMSE) e “Trabalho, Educação e Conhecimento”, aos quais também pertence esta pesquisadora.

Inscrito nesses grupos, estava o projeto de pesquisa “Formação de adultos para e no trabalho associado: atividade de trabalho, profissão e biografias”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer, integrado por esta pesquisadora e concluído em 2017. Tal pesquisa investigou relações entre educação, trabalho e profissão nas histórias de vida de adultos trabalhadores e sua influência nas características dos processos e produtos do trabalho

cooperado e autogestionário. O lócus da pesquisa foi a Cooperativa Unidas Venceremos (Univens), que compõem a cadeia solidária Justa Trama.

Durante a realização da referida pesquisa, a equipe encontrou indícios de que as cooperadas viviam uma relação intensa e conflituosa na experiência de construir a Univens e, ao mesmo tempo, ser parte da Justa Trama. Somado a isso havia também a percepção de que, para as trabalhadoras, fazer parte da rede era um elemento consolidado, não estando mais sob questionamento. Havia indícios significativos de que a construção da Justa Trama havia alterado e/ou complexificado em parte as relações e os processos vividos dentro da Univens e que agregava, ao processo formativo permanente vivido pelas cooperadas na experiência de trabalho associado e autogestionário, novos elementos, novos saberes, novos valores, novas contradições, novos impasses, novas estratégias econômico-políticas de realização do projeto coletivo, etc.

Adicionada a isso estava a percepção, teórica e empírica como se verá ao longo deste trabalho, de que, para os atores do campo da economia solidária – trabalhadores, gestores da política pública, assessores, pesquisadores, militantes do movimento da economia solidária, etc – a constituição e a consolidação de redes e de cadeias produtivas solidárias têm sido tarefa tomada como estratégica e, portanto, necessária.

Por fim, o último, mas não menos relevante elemento a ser somado a esse mosaico interpretativo de aspectos da realidade, foi o papel desempenhado pelos processos autogestionários vividos pelo trabalhador associado. Partia-se de uma compreensão teórica que afirmava a autogestão como “a magnífica escola” (NOVAES, 2013), como momento privilegiado, no qual os trabalhadores experimentam outras formas coletivas de existência e de organização das relações sociais e produtivas, constituem-se enquanto classe e forjam uma cultura do trabalho associado e autogestionário (TIRIBA, 2008).

Dessa forma, estava constituído um mapa teórico-empírico que indicava, preliminarmente, um problema de pesquisa⁷. Havia a partir daí a necessidade de se construir o objeto de pesquisa tendo em conta uma totalidade histórica e dialética. O detalhamento desse processo será feito nos próximos capítulos da tese. Preliminarmente, tem-se a apresentação do percurso metodológico desenvolvido.

⁷ A pesquisa de doutorado foi proposta, então, para contribuir com sua solução e se realizou no âmbito do projeto de pesquisa “Produzindo a cultura do trabalho associado: saberes em (trans)formação na economia popular e solidária”, também coordenado pela Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer. O projeto, que conta com o apoio do CNPq, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e deverá ser concluído até fevereiro de 2022. Outras 10 pesquisas, com temáticas relacionadas estão em andamento no âmbito do projeto.

1.2 HIPÓTESE, OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tendo em conta a articulação de elementos citada anteriormente, foi dado início a uma “fase exploratória” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995) da pesquisa, que se desenvolveu com vistas a qualificar a problemática proposta. Segundo Quivy e Campenhoudt (1995, p. 109),

o trabalho exploratório tem como função alargar a perspectiva de análise, travar conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem inspirar as do investigador, revelar facetas do problema nas quais não teria certamente pensado por si próprio e, por fim, optar por uma problemática apropriada.

Essa fase se realiza por meio de leituras, entrevistas exploratórias e de outros meios complementares, como a observação e a análise de documentos. “As operações de leitura visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização, ao passo que as entrevistas e os métodos complementares ajudam especialmente o investigador a ter um contacto com a realidade vivida pelos actores sociais” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995, p. 49).

Todos esses procedimentos citados foram realizados durante a fase exploratória sem que tenha havido, entre eles, uma ordem de execução ou uma hierarquização de relevância. Na realidade, eles foram promovidos todos concomitantemente e em permanente diálogo. É dizer, as observações sugeriam temas a serem estudados e sujeitos a serem abordados; as leituras informavam a organização das entrevistas, que por sua vez demandavam novas leituras e revelavam a existência de novos materiais a serem explorados, ou ainda indicavam a inadequação do enquadramento teórico proposto. Foi, de fato, um processo de idas e vindas.

No processo, foram realizadas sete entrevistas exploratórias abrangendo sujeitos que se relacionam com as redes de economia solidária desde diferentes enfoques ou objetivos. Foram elas: 1- com uma trabalhadora associada em rede e liderança do movimento de economia solidária; 2- com um elaborador da política pública de formação para setores da economia solidária; 3- com uma assessora responsável pela execução de projeto de formação para a constituição de redes de economia solidária; 4- com uma pesquisadora que investiga redes de economia solidária e que coordena projeto de extensão que assessora o desenvolvimento de um banco comunitário; 5- com pesquisador que também investiga o tema e que coordena projeto de extensão que criou uma rede de economia solidária que mobiliza agricultores e consumidores; 6- com professor responsável pela coordenação de cursos com trabalhadores para a formação de redes de economia solidária; 7- com a responsável

pedagógica de um dos cursos para a formação de redes de economia solidária que os integrantes da Justa Trama participaram. As entrevistas foram semi-estruturadas, composta por perguntas abertas apresentadas aos entrevistados de forma a contemplar três linhas temáticas gerais focadas nas palavras-chaves “formação/saberes”, “redes de economia solidária” e “autogestão”, que orientaram suas colocações. Quatro das entrevistas foram gravadas e transcritas e três delas foram registradas por meio de anotações em um diário de campo.

Também foram relevantes os momentos de observação livre realizada sem roteiro específico em diferentes espaços da economia solidária, que tiveram objetivos variados, como, por exemplo, as que se descreve a seguir:

1. Aproximação e contato com trabalhadores da economia solidária – Participação em feiras da economia solidária como a do Fórum Social das Resistências, em janeiro de 2017; nas 18ª e 19ª Feiras Estadual de Economia Solidária Popular, em Porto Alegre; visitas a pontos de comercialização no Mercado Público, na Loja da Economia Solidária, no Contra-Ponto, todos em Porto Alegre, etc.

2. Aprofundamento de temáticas relacionadas ao movimento de economia solidária – Participação no lançamento da Plataforma de Educação em Economia Solidária, organizado pelo CAMP, no dia 20 de janeiro de 2017, em Porto Alegre; Participação no Encontro da Economia Solidária – Unisol Mulheres, outubro de 2017, Porto Alegre; Participação na Reunião do coletivo de Economia Solidária para análise de conjuntura e discussão do marco legal da economia solidária no Brasil, dezembro de 2016, Porto Alegre; Participação no Seminário “Bancos Comunitários de Desenvolvimento: conhecendo experiências, discutindo o seu papel em processos de desenvolvimento territorial”, em dezembro de 2016, em Porto Alegre.

3. Aproximação com a rede a ser pesquisada – Participação na comemoração dos 10 anos da Justa Trama; Participação na inauguração do Banco Justa Troca, em novembro de 2016, que foi viabilizado pela rede.

4. Ter contato com outras áreas de investigação sobre economia solidária – Realização de curso de formação sobre economia solidária, realizado pelo Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, da Escola de Administração da UFRGS, em 2017.

Unidas a essas atividades também foram realizadas leituras exploratórias que ampliavam e aprofundavam as questões teóricas que envolviam o objeto.

O esforço teórico-empírico feito até esse momento permitiu estabelecer o entendimento de que, no universo do trabalho associado e autogestionário, processo de

trabalho e trabalhadores são reinventados ao mesmo tempo em que são atravessados por determinações do sistema capitalista hegemônico, produzindo relações sociais e de trabalho contraditórias, que se compõem pela tensão permanente entre emancipação do trabalho e reprodução do capital.

Nessas relações, historicamente determinadas, trabalhadores vivenciam, constroem e sistematizam saberes do trabalho associado e autogestionário, numa tentativa contínua de reunificar pensamento e ação e de devolver aos trabalhadores as ferramentas necessárias para a reprodução ampliada da vida (TIRIBA, 2018) e transformação da sociedade. Trata-se de um processo sempre reinventado, encharcado de experimentação, com potencialidades de se realizar ou não.

No Brasil, atualmente, o chamado movimento de economia solidária tem articulado experiências de trabalho associado e autogestionário. Como forma de fortalecer esse movimento, atores do campo da economia solidária têm defendido a estruturação de redes de economia solidária, como estratégia. A atuação em redes, ao deslocar as referências espaciais dos empreendimentos, ao ampliar as demandas de gestão democrática e ao agregar novos elementos ao processo produtivo, modifica e complexifica o repertório de conceitos e de práticas para a gestão democrática e a produção conjunta exigido dos trabalhadores associados e autogestionário.

A consolidação dessa estratégia exige dos sujeitos articular, criar e recriar seus saberes em processos formativos, estruturados ou informais, mediados pela experiência, individual e coletiva dos trabalhadores, desafiando-se a partir das marcas do atual espaço/tempo de constituição dos trabalhadores associados e autogestionário.

Partindo-se dessa síntese se construiu a hipótese da pesquisa e que pode ser assim descrita: *A atuação em redes e cadeias produtivas solidárias, ao deslocar as referências espaciais dos empreendimentos, ao ampliar as demandas de gestão democrática e ao agregar novos elementos ao processo produtivo, modifica e complexifica a formação do trabalhador associado e autogestionário exigindo a criação de novos saberes, novos valores, novas práticas.*

O que se seguiu foi a elaboração de um “modelo de análise” que, segundo Quivy e Campenhoudt (1995), significa a tradução, em linguagem e em formas, das inquietações teóricas produzidas ao longo da construção da problemática, de forma a permitir a condução de um trabalho sistemático de recolha e análise de dados, de observação, ou de experimentação.

Definiu-se, então, como objetivo geral da pesquisa *identificar, descrever e analisar possíveis processos formativos e saberes construídos pelos trabalhadores e trabalhadoras associados e autogestionários em sua experiência de construção, consolidação e desenvolvimento da cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico, Justa Trama.*

A tese também se ocupou de realizar outras tarefas analíticas que aqui serão apresentadas como “objetivos específicos”, na medida em que foram construídas como reflexões acessórias necessárias à concretização do objetivo geral. Da mesma forma, compõem esses objetivos algumas reflexões que são frutos indiretos da pesquisa teórico-empírica empreendida, mas que, pelas circunstâncias materiais que atualmente definem o formato da pesquisa de doutoramento, não puderam ser aprofundadas. Na ausência de definição mais adequada, essas reflexões estão aqui listadas como “contribuições”, por seu caráter preliminar, necessitando serem aprofundadas.

Dessa forma, os objetivos específicos desta tese são:

- *Produzir uma síntese conceitual possível do conceito de rede de economia solidária*, na medida em que se entende que a formação dessas redes, a despeito dos múltiplos esforços dos diversos atores envolvidos com a temática, é ainda uma experiência relativamente recente e que carece de melhor compreensão (CRUZ, 2009a). Os elementos a serem expostos neste trabalho pretendem evidenciar que a estruturação de redes e cadeias produtivas solidárias, no âmbito do movimento de economia solidária brasileiro, é um processo em construção, indefinido, com potência de se realizar ou não. Parecem indicar que a elaboração de uma concepção, tanto normativa, quanto prática de rede de economia solidária ainda está em construção entre os atores envolvidos direta ou indiretamente no campo. Dessa forma, a constituição das redes encarna em si a produção de um saber do trabalho associado e autogestionário ainda em construção.

- *Contribuir com o aprofundamento do conceito de “saberes do trabalho associado”*, na medida em que ele é explorado como resposta a desafios concretos enfrentados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras no processo de construção da rede estudada, evidenciando o aspecto histórico e contraditório desses saberes e como eles podem manifestar nexos existentes entre economia e cultura.

- *Colaborar com os processos educativos* envolvendo trabalhadores associados e autogestionários e com o movimento de economia solidária, na medida em que essa pesquisa reivindica e aponta a materialidade dos saberes do trabalho associado auxiliando o processo de torná-los fundamentos educativos para formações sistematizadas no campo da economia solidária.

1.3 FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E O ENQUADRAMENTO DA REALIDADE REALIZADO

Os instrumentos convocados para identificar e analisar os processos formativos e os saberes do trabalho associado desenvolvidos por trabalhadores e trabalhadoras na experiência de construir a Justa Trama têm como base categorias do materialismo histórico-dialético, de modo que o objeto de pesquisa não pode ser delimitado e definido de forma estática e isolada. Ele é construído na própria relação estabelecida entre sujeito e objeto, tendo observadas suas articulações com uma totalidade social e seu processo histórico. O que significa dizer que a realidade da rede estudada, por exemplo, não subsiste por si mesma, numa ilha social, com leis e desenvolvimentos próprios. Ela é fruto de um processo e parte de uma engrenagem.

Talvez o termo necessário a ser trazido ao debate seja “particularidade”, no sentido empregado por Maria Célia Moraes (1993) à palavra. Para a autora, a particularidade é a explicitação da relação entre a parte e o todo social, entre o universal e o singular – que não são nem isolados, independentes e nem abstratos. Uma mediação que se estabelece entre o singular – o indivíduo, as instituições, a escola, o acontecimento político, a Justa Trama, etc – e o todo social.

Essas relações não se resumem a relações de causa e efeito. Antes, são relações contraditórias, tensionadas pela materialidade histórica que compõem as singularidades. Conhecer essas relações é trabalho para o pensamento dialético, que não coloca os elementos envolvidos em um processo em pólos oposto, separados e isolados. O pensamento dialético percebe a relação contraditória entre dois elementos não somente como uma relação de oposição entre eles, mas como uma relação de dependência, na qual a composição de um está vinculada à existência do outro (MARTINS, 2006).

Do ponto de vista da dialética, importa conhecer o real, o “concreto” no termo utilizado por Karel Kosik (1976), o que demanda a necessidade de se compreender as relações e seus efeitos estabelecidos entre partes e todo, abstrato e concreto, singular e universal.

Para o autor, a essência do real se manifesta nos fenômenos, no que é possível ver, o que nos leva novamente a observar a singularidade. Entretanto, essa manifestação não exprime exatamente a essência do real, sua “concretude”. Trata-se antes da expressão de uma “pseudoconcretude”. A concretude do real, sua essência, somente pode ser conhecida na

medida em que tais relações entre partes e o todo são explicadas. Mas o que seria o todo? Para Kosik (1976) o todo também é identificável, na medida em que ele guarda partes do fenômeno, da singularidade. O autor explicou esse movimento de compreensão da realidade, portanto de pesquisa, com uma expressão que já é clássica entre os que trabalham com o materialismo histórico-dialético que é o “jogo de claro-escuro” que se estabelece no real, no qual o fenômeno exprime aspectos da essência, ao mesmo tempo que a esconde e a essência, por sua vez, também exprime aspectos do fenômeno, mas de modo parcial (KOSIK, 1976, p. 11).

Essas são as categorias metodológicas (KUENZER, 1998) que demarcam a realização desta pesquisa. Reconhecer o objeto de estudos dessa forma condiciona a maneira como ele será construído e abordado. Tendo isso em conta, para se aproximar e compreender o complexo e contraditório emaranhado de relações sociais, nas quais se dão os processos formativos e se constroem saberes do trabalho associado, essa pesquisa foi buscar respostas na singularidade da Justa Trama, na experiência de “homens e mulheres reais”, como diz Thompson.

No movimento de pesquisa, foram sendo estabelecidas categorias que possibilitavam a aproximação do objeto de forma particular. Acácia Kuenzer (1998, p. 62) explicita a funcionalidade das categorias, na medida em que elas “servem de critério de seleção e organização da teoria e dos fatos a serem investigados, a partir da finalidade da pesquisa, fornecendo-lhe o princípio de sistematização que vai lhe conferir sentido, cientificidade, rigor e importância”.

Para além das categorias do método que devem “dar o necessário suporte à relação pesquisador-objeto de pesquisa durante todo o desenrolar do trabalho (KUENZER, 1998, p. 64), a autora convoca o estabelecimento de “categorias de conteúdo” que, por sua vez, são “recortes particulares”, definidos a partir do objeto e da finalidade da investigação e que permitem perceber esse objeto considerando “a especificidade de sua relação com outros objetos e com a totalidade” (KUENZER, 1998, p. 66). Foram estabelecidas como categorias de conteúdo, que viabilizaram a realização da construção dos dados e sua análise, a práxis, a autogestão, a experiência, os saberes do trabalho associado, as redes de economia solidária.

Na pesquisa, importava analisar que elementos, materiais e simbólicos, teóricos e práticos, individuais e coletivos os trabalhadores e as trabalhadoras da Justa Trama articulavam para dar respostas às situações concretas que a condição de rede de economia solidária autogestionária lhes impunha. Dizendo de outra forma, importava conhecer sua

práxis (KOSIK, 1976; VÁZQUEZ, 2003). E, claro, importava também conhecer essas respostas.

Para isso, foi preciso entrar no universo da rede, vê-la em operação, estabelecendo a categoria “experiência” como unidade de análise. Essa categoria, conforme orienta Thompson (1981), está revestida de uma dimensão histórica inserida no contexto da luta de classe, o que permite a compreensão da experiência como um patrimônio da classe trabalhadora que é produtora da experiência e também é produzida por ela. A experiência possui uma dimensão formativa, da classe e do sujeito, na medida em que ela se processa a partir de uma materialidade, mas é vivenciada na vida social e cultural das pessoas, repercute nas ideias, nos valores, nos saberes desenvolvidos.

No contexto da rede estudada, a experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras é pesquisada tendo como chave de análise a categoria autogestão, compreendida como processo educativo realizável e com tendências de generalização na sociedade (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2013). A experiência da autogestão é fonte que alimenta o processo formativo desses trabalhadores e dessas trabalhadoras e matéria sob a qual se funde seus saberes e sua cultura do trabalho.

Dessa forma, as categorias que enquadram o estudo e possibilitam a análise – práxis, experiência, autogestão, saberes do trabalho associado, redes de economia solidária – serão discutidas em profundidade a diante, na medida em que vai se dando a construção do objeto de pesquisa. O raciocínio desenvolvido nos próximos capítulos posicionará o trabalho e a educação numa perspectiva ontológica fundantes do ser humano, desdobrando-se daí um processo formador que tem suas bases na relação trabalho-educação. Outros conceitos que compõem as dimensões da análise teórica como, formação, pedagogia da produção associada, pedagogia da autogestão também serão trabalhados em articulação com as categorias propostas.

1.4 IDA A CAMPO: O FORMATO DA PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS

Após ser melhor delimitada a abordagem teórico-metodológica da pesquisa era hora de articulá-la com o campo. A rede escolhida para a realização da pesquisa foi a cadeia solidária do algodão agroecológico Justa Trama – que será apresentada, em detalhes, no

capítulo 4. Por ora, parece pertinente esclarecer os critérios que levaram à definição da Justa Trama como sujeito privilegiado de pesquisa.

A Justa Trama é uma rede de economia solidária autogestionária, que se organiza, dentro de seus limites, pela autogestão. Ela é composta por seis empreendimentos solidários também autogestionários. São ao todo cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras que vivem e trabalham nas diversas regiões geográficas do Brasil.

Em 2020, a Justa Trama completou 15 anos de existência. Tem, portanto, certa longevidade e uma trajetória consolidada, que permitiu a seus integrantes construir um repertório de experiências complexo e amplo. A rede, atualmente, ostenta resultados de caixa positivos e mantém desempenho econômico estável. Com uma curva de crescimento levemente ascendente, logra cobrir seus custos, fazer investimento e gerar trabalho.

A rede é reconhecida por seus pares como uma experiência de sucesso e de inspiração (GOMES, 2011), como também por outras entidades da sociedade civil. Em 2019, por exemplo, foi a primeira colocada no Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, na categoria “Geração de Renda”.

A relevância de sua trajetória se traduz em interesse acadêmico. Atualmente, o Banco de Teses e Dissertações da Capes registra 13 pesquisas, entre mestrados e doutorados, que tiveram a Justa Trama como sujeito e que foram realizadas em oito áreas do conhecimento diferentes (sociologia, administração, ciência política, educação, geografia, engenharia de produção, psicologia social, agronomia). Tal acúmulo proporciona acesso facilitado a um elevado número de informações, inclusive históricas, sobre a cadeia e a análises de diferentes dimensões de sua constituição.

Por fim, destaca-se a viabilidade de realização da pesquisa, garantida pela execução de pesquisas prévias, principalmente na cooperativa Univens, e pela proximidade entre a pesquisadora e o grupo de pesquisa ao qual ela se vincula e integrantes da rede.

1.4.1 A observação-participante

A abordagem escolhida para a execução da pesquisa foi a observação participante, sendo complementada por entrevistas semi-estruturadas. A observação participante é entendida como “o método em que o observador participa da vida das pessoas em estudo,

tanto abertamente no papel de pesquisador, como assumindo papéis e observando fatos que acontecem; escutando o que é dito e questionando as pessoas” (CARRION, 2009, p. 552).

Por essa abordagem, o pesquisador pretende compreender as pessoas e suas atividades no contexto em que elas se processam, buscando uma análise indutiva e compreensiva. Mais do que descrever elementos, ela permite a identificação de sentido, de orientação e de dinâmica de cada momento. Imiscuído no contexto, ao pesquisador é dado papel ativo e o resultado de sua pesquisa estará diretamente relacionado a seu comportamento, às relações estabelecidas e às possibilidades de aproximação e de criação de laços com os sujeito. “Face à intersubjectividade presente em cada momento, a observação em situação permite e facilita a apreensão do real, uma vez que estejam reunidos aspectos essenciais em campo” (CORREIA, 2009, p. 31).

Para sua realização, o pesquisador deve passar um período de tempo mais ou menos longo acompanhando as atividades do sujeito investigado. A observação participante supõe a interação pesquisador-pesquisado, de forma que o papel de cada um continue claro e separado. Como lembra Valladares (2007), com base nos trabalhos de observação participante de William Foote Whyte, a transformação do pesquisador “em nativo”, não se realizará. “O pesquisador é um observador que está sendo todo tempo observado” (VALLADARES, 2007, p. 154).

Correia (2009), que fez um apanhado das principais referências bibliográficas em termos de observação participante, indica que, de maneira geral, os autores apontam níveis gradativos de observação durante a execução da pesquisa. Esses níveis, com nomes diferentes a depender do autor utilizado, variam de uma observação inicial, mais descritiva, na qual o pesquisador busca uma visão mais geral da situação, passando para observações mais focadas, já frutos de uma primeira reflexão referente ao que já foi observado e culminando em uma observação mais seletiva, na qual o pesquisador “refina” seu olhar, apura ainda mais seu foco.

A aproximação com a Justa Trama se deu em longo espaço de tempo, começando, conforme relatado, antes mesmo do início da realização do doutorado. O contato inicial foi a partir da cooperativa Univens, a qual foram realizadas inúmeras visitas. Foi por meio da relação estabelecida com as costureiras da Univens que o contato com os trabalhadores e as trabalhadoras dos outros elos da cadeia foi possível.

Na medida em que a aproximação à cadeia ia sendo autorizada e intensificada, um primeiro problema se colocou: onde era possível encontrar a Justa Trama? Onde ela acontecia e se materializava? Se, se tratava de observar a rede em ação, onde, como e de que forma essa ação se desenvolvia?

Era relativamente simples definir onde se dava o dia a dia das costureiras da rede, de seus agricultores e suas agricultoras, de seus artesãos e de suas artesãs, etc. Mas cada um dos empreendimentos que compõem a cadeia tem sua sede, sua dinâmica de trabalho, sua autonomia política e administrativa, seu território e suas atividades produtivas não estão todas elas vinculadas à Justa Trama. Estar nos empreendimentos não era, exatamente, estar na rede.

Foi preciso meses de trabalho, visitas, conversas, participação em atividades da economia solidária para que ficasse claro “onde” a rede se materializava. Parte dessa reflexão está exposta no capítulo 4 desta tese, mas aqui se adianta que a pesquisa indicava que a rede “acontecia” onde e quando seus trabalhadores e suas trabalhadoras estavam presentes por motivos diretamente ligados à cadeia.

A decisão metodológica tomada, então, foi a de estabelecer contato com os mais variados locais e momentos onde a rede “estava presente”. Assim foram visitadas feiras comerciais, nas quais a Justa Trama tinha estande; foi acompanhado curso para formação de redes de economia solidária, no qual a Justa Trama era uma das redes participantes; foram vistas palestras, seminários e mesas redondas, nos quais integrantes da rede foram convidados a apresentar sua experiência; esta pesquisadora participou do grupo de WhatsApp da rede, durante sete meses; foram acompanhadas atividades promocionais da rede, como desfiles e festas, além de atividades envolvendo a rede nos territórios de seus elos. Tais contatos se realizaram conforme a tabela a seguir:

Quadro 1 - Momentos do trabalho de campo

Participação em atividades da/com a Justa Trama	
Feiras com participação da Justa Trama	- 26ª Feicoop (Feira Internacional de Economia Solidária), em Santa Maria (RS), julho de 2019
	- 18ª e 19ª Feiras Estadual de Economia Solidária Popular, em 2017 e 2018, em Porto Alegre
	- Feira do Fórum Social das Resistências, janeiro de 2017, em Porto Alegre
Eventos e comemorações	- Inauguração do banco comunitário Justa Troca, dia 9 de novembro de 2016, em Porto Alegre
	- Desfile de lançamento da coleção 2020 da Justa Trama, dia 16 de agosto de 2019, Porto Alegre
	- Desfile da Justa Trama, na 18ª Feira Estadual de Economia Solidária, 7 de

	dezembro de 2016, Porto Alegre - Aniversário de 10 anos da Justa Trama, 3 de outubro de 2015, Porto Alegre
Curso	- Projeto Redes de Apoio - Passos para a Sustentabilidade II, 24 a 26 de julho de 2019, em Porto Alegre
Palestras, seminários, reuniões	- Reunião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 14 de julho de 2019, em Santa Maria
	- Roda de conversa “As mulheres da economia solidária”, 13 de julho de 2019, Santa Maria
	- Seminário “Bancos Comunitários de Desenvolvimento: conhecendo experiências, discutindo o seu papel em processos de desenvolvimento territorial”, em dezembro de 2016, em Porto Alegre
	- 2º Foro Latinoamericano de la organización villera La Poderosa, 28 de julho, em Porto Alegre
Redes sociais	- Participação em grupo de WhatsApp da Justa Trama, por sete meses

Fonte: Elaboração própria.

De forma especialmente cuidadosa, também foi acompanhada a realização de uma das assembléias da rede – momento ímpar de expressão da rede, no qual toda sua diretoria, composta por representantes de todos os elos, se encontra para discutir e deliberar sobre os mais diversos temas que envolvem a cadeia. Ordinariamente, acontecem duas reuniões dessas por ano e esta foi a segunda vez que uma pessoa alheia à diretoria pode participar de todos os três dias de encontro. A realização da pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Esses momentos de materialização da rede passaram a se chamados, no âmbito da pesquisa, de “nós da rede”, definidos como locais ou momentos, concretos ou virtuais, onde a ação da rede é canalizada, potencializada e reforçada, expressando sua existência de forma mais evidente, inclusive para os seus integrantes. Uma das trabalhadoras da cadeia explica da seguinte forma a percepção que as pessoas têm em fazer parte da Justa Trama.

A gente já percebeu assim, porque daí também não se envolvem nas outras coisas, né. A gente acaba saindo e o pessoal sempre pergunta pela Justa Trama, a gente vai incorporando isso Justa Trama, Justa Trama, Justa Trama... e essas pessoas ficam só costurando. Elas não querem fazer isso, daí acabam mais, assim, ficando só ali e não percebendo o quanto é... [...] Às vezes eu não consigo nem tirar uma coisa da outra [Justa Trama e

cooperativa], mas isso é quem está na frente. Quem está indo para outros lugares e vendo também o que as pessoas estão dizendo. E você vai entrando nisso assim (E1, 2019, *entrevista*)⁸.

Em todos esses momentos, a exceção da assembleia da rede, que teve suas peculiaridades e será explicada a seguir, a observação participante foi feita tendo como parâmetro categorias centrais de análise da pesquisa – rede, autogestão, saberes do trabalho associado – e contando sempre com o auxílio de um diário de campo, onde as observações eram anotadas.

Não havia um roteiro prévio e definido para as observações, porque o seu propósito era justamente observar como as coisas aconteciam, como os sujeitos interagiam com os outros e com o meio onde estavam, como identificavam e resolviam seus problemas, como usavam a palavra, como reagem a determinada situação, etc. Como ressalta Correia (2009, p. 33), “na observação participante o observador permanece no seio do grupo que estuda, observa de modo espontâneo, como espectador, embora mobilizando a informação na condução do seu olhar”. Associado a isso, a proximidade construída entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, propiciava, geralmente por meio de conversas espontâneas, o esclarecimento de dúvidas, ou a complementação de informações que só com a observação ficavam frágeis ou incompletas.

O acompanhamento da assembleia da rede teve suas peculiaridades porque se tratou de um momento de maior imersão e aproximação entre pesquisadora e sujeitos e por isso será tratado aqui em primeira pessoa. A assembleia foi realizada na sede da Coopertêxtil, elo da rede que se encontra em Pará de Minas (MG). Foram três dias de reunião. As viagens de ida e volta, feitas de avião, foram realizadas por todos com bastante proximidade de horário, o que permitiu minha interação com os integrantes da rede desde o aeroporto de partida, em Porto Alegre, até nossa despedida no aeroporto de retorno, em Belo Horizonte.

Todos ficamos hospedados no mesmo hotel. Fazíamos as locomoções necessárias todos juntos, ou, às vezes, em pequenos grupos. As caminhadas de ida e volta do hotel até a cooperativa foram momentos preciosos para conversar individualmente ou, às vezes, em

⁸ Neste texto, foi preservada a identidade dos/as trabalhadores/as. Eles/as estão identificados/as pela letra “E” seguida de um número. Durante o trabalho de campo, suas manifestações foram registradas no “diário de campo” e aparecem, no texto, assim identificadas. Quando se tratou de falas públicas, os registros estão identificados por “manifestação oral”. Por sua vez, as entrevistas, que foram feitas com agendamento, em local específico e seguiram um roteiro semi-estruturado, foram gravadas, transcritas e estão disponíveis no banco de dados da pesquisa. Elas aparecem, no texto, registradas como “entrevistas”. Todas as entradas estão seguidas dos anos em que as falas ocorreram. Registra-se também que um termo de livre consentimento autorizando as atividades de observação participante da rede foi assinado pela presidente da Justa Trama.

dupla ou trio, com os integrantes da rede. As conversas, nesses casos, nem sempre estavam relacionadas diretamente à reunião e, às vezes, nem mesmo à Justa Trama, mas foram significativas para entender melhor relações pessoais estabelecidas entre integrantes da cadeia, para ouvir histórias sobre o grupo, ou mesmo para conhecer mais sobre um ou outro trabalhador ou trabalhadora em especial.

As refeições – café da manhã, almoço, lanches e janta – foram realizadas com a participação de todos, assim como as saídas que fizemos para tomar uma cerveja ao final do dia de trabalho, que contaram com a participação de grande parte do grupo. Foram dias de intenso trabalho, com uma pauta extensa e cansativa a ser cumprida. Fazia calor e o dia de trabalho transcorria, praticamente, todo dentro de uma sala de reuniões.

Mas também foram dias de descontração e interação. Muitos ali presentes se conhecem há muitos anos, já participaram de muitas coisas juntos e estavam se revendo depois de meses, ou anos sem se reencontrarem. Era uma atmosfera, às vezes, dura, marcada pelo rigor e pela responsabilidade do trabalho, mas também era uma atmosfera confortada pela amizade, pelo carinho e por sentimentos de respeito e admiração, que eles trocavam.

Ao final de cada dia, já no hotel, era o momento em que eu aproveitava para complementar as anotações do meu diário de campo realizadas naquele dia. Eu acrescentava informações, registrava impressões, algumas dúvidas e algumas ideias ou inspirações. Às vezes, fazia isso de manhã cedinho também, antes de começar o dia.

Éramos, ao todo, 16 pessoas ali reunidas e eu já conhecia previamente quase a metade delas. Logo no primeiro momento da reunião, a presidente da rede fez minha apresentação oficial para o grupo e tive a oportunidade de apresentar a todos a pesquisa, seu propósito, seus objetivos. Também falei um pouco de mim e de algumas coisas que o grupo de pesquisa realizava na UFRGS. Desse momento em diante, nossos papéis estavam estabelecidos naquele contexto: eu era a pesquisadora e eles os sujeitos pesquisados.

Essa divisão estabeleceu as bases para nossas relações, distinção necessária para o sucesso da observação participante, na medida em que faculta ao pesquisador a possibilidade de participar em todas as atividades mantendo certo distanciamento (CORREIA, 2009)⁹. Eu

⁹ Lapassade (*apud*, CORREIA, 2001, p. 32) estabelece três níveis de observação participante. A “observação participativa periférica”, na qual o observador tem grau de implicação no grupo, mas não chegando a afetar seu grau de análise; a “observação com participação ativa”, na qual há implicação do pesquisador no grupo, mas há também um certo distanciamento claro e a “observação participante total ou completa”, de controversa aplicação, estaria mais indicada em estudos etnometodológicos ou de pesquisa-ação. A pesquisa que realizamos nos aproxima do segundo modelo.

não era um deles, mas fui acolhida com simpatia e desprendimento. Trocávamos impressões e olhares. Eu também estava sendo estudada ali, isso era claro.

Algumas vezes fui instada a opinar sobre determinado tema da conjuntura nacional, ou sobre a nova coleção de roupas e adereços que eles estavam avaliando, por exemplo. Avaliamos os folders de divulgação da rede que estavam sendo produzidos com foco em cada um dos elos e revisei a ortografia e a sintaxe dos textos. Em determinado momento meus conhecimentos de informática foram solicitados... De forma que, com o passar do tempo juntos, foi ficando mais difícil manter uma atitude reservada.

Os três dias de reunião transcorreram sem muitos sobressaltos ou imprevistos. A pauta foi cumprida, ainda que adaptações tiveram que ser feitas.

1.4.1.2 Atividades previamente estruturadas e programadas: dinâmica, visitas e entrevistas

Enquanto estava sendo negociada minha ida à reunião do grupo, consideramos que seria oportuno propor uma atividade que proporcionasse certa abertura do grupo a uma reflexão sobre sua própria experiência de criação e construção da Justa Trama, seu desenvolvimento e os processos de aprendizagem que ela engendrava. O formato pensado para viabilizar essa proposta foi o de uma dinâmica.

A proposta de realização da dinâmica durante a assembleia da rede começou a ser discutida com a presidente do grupo e com outra trabalhadora da rede. Sua realização era uma decisão difícil para elas, uma vez que a pauta da assembleia já estava bastante extensa. Entretanto, a proposta lhes parecia interessante, na medida em que poderia reacender no grupo lembranças que reforçariam sua identidade de rede solidária e autogestionária, ou trazer a tona recordações que acentuassem os laços afetivos e subjetivos que lhes unem, ou ainda que reavivasse memórias do caminho trilhado por eles até o momento, o quanto ele havia sido desafiador, doloroso e vitorioso também. Enfim, poderia ser um momento de reafirmar a conquista do grupo e sentimentos de confiança e de reconhecimento mútuo.

Fizemos duas propostas de dinâmicas, ambas com mesmo propósito, mas formatos diferentes. As duas foram avaliadas por integrantes da rede e eles elegeram a que seria realizada.

A proposta aprovada – apresentada no Apêndice I, conforme foi apresentada para avaliação – consistia em uma dinâmica de cerca de 60 minutos, na qual os participantes

ficariam dispostos em um círculo e passariam entre eles barbantes de cores diferentes, com o intuito de formar uma “teia”, uma “trama”.

O primeiro barbante era vermelho e focava em relações intersubjetivas. Para passar o barbante adiante, o participante precisava escolher uma pessoa da roda e contar algo, relacionado àquela pessoa ou ao empreendimento que ela participa que lhe tenha tocado, surpreendido, emocionado, impressionado. Ao final de algumas rodadas, essa linha era baixada por todos e formava no chão o desenho da teia construída.

O segundo barbante a circular era amarelo e, numa abordagem pedagógica, trabalhava a ideia de que construir a rede era um processo de aprendizado constante, individual e coletivo. Por isso, para passar o barbante adiante, o participante precisava escolher uma pessoa da roda com a qual ele tivesse aprendido ou ensinado algo, ou ainda algo que ele quisesse aprender com o outro e fazer o relato. Ao final, essa linha também seria baixada sobre a linha vermelha, sobrepondo as teias formadas.

O terceiro barbante era azul e representava a ideia de que o trabalho é permeado por desafios e conflitos. Estava mais focado nas tensões. A ideia era que a pessoa com o barbante relatasse um desafio dela, de seu elo ou da rede e que outra pessoa da roda que se identificasse com o desafio, ou que o relacionasse a outro, ou ainda que quisesse propor um novo desafio, pedia o barbante para si e continuava a conversa. Ao terminar, essa teia também seria baixada junto com as outras.

Ao final, os participantes eram convidados a olhar o desenho formado e a refletir sobre sua experiência de construir uma rede de economia solidária autogestionária, por meio das seguintes perguntas: O que podemos dizer olhando as tramas? O que é a rede Justa Trama?

A dinâmica era uma proposta de autoformação do grupo e, do ponto de vista da pesquisa, tinha o objetivo de expor laços entre os sujeitos, individual e coletivo; criar uma representação gráfica de suas relações e dos fluxos estabelecidos dentro da rede; levantar, a partir da percepção dos integrantes da rede, os processos formativos engendrados por sua experiência.

Como a proposta da dinâmica foi que um sujeito pudesse se “ligar” ao outro voluntariamente a partir de seu relato, era esperado que relações interpessoais fossem expostas, que no meio dos relatos pessoais, que naturalmente expõem características, valores, lembranças individuais, também fossem expostos vínculos que esses sujeitos estabeleciam entre si, explicitando alguns fluxos e aprendizados que se realizam dentro da rede. Também eram esperados que aparecessem certos elementos identitários do grupo; elementos de atração/afinidade entre os sujeitos; possíveis elementos conflitivos e perspectivas de futuro.

Durante o segundo dia de reunião, foi possível realizar a dinâmica, que transcorreu bem próximo à proposta relatada. A atividade foi filmada e gravada e ao final tiramos algumas fotos. Posteriormente esse áudio foi transcrito. Todos os participantes da reunião falaram. Os que não haviam sido incluídos nas teias durante a dinâmica, ao final, foram convidados pelos outros participantes a se manifestarem. Alguns falaram mais que outros, ou seja, receberam a linha mais de uma vez. Houve momentos de emoção e alguns momentos de cansaço também. Ao todo, a atividade levou 50 minutos para ser executada.

1.4.1.2.1 As visitas

Outro procedimento realizado durante a observação participante foram as visitas feitas a elos da Justa Trama. A rede é formada por empreendimentos que se dedicam a segmentos produtivos diferentes, mas que, de um ponto de vista da cadeia produtiva, se complementam formando a cadeia têxtil e de confecção. São, por isso mesmo, muito diversos no que concerne a suas estruturas e a suas formas de produzir e de se organizar.

Também precisa ser destacado que o fato deles se encontrarem em regiões do Brasil totalmente diferentes agrega a suas dinâmicas elementos culturais que, de uma perspectiva formativa, não podem ser ignorados e que se vinculam a sua maneira de produzir e de se organizarem enquanto coletivo produtor e autogestor.

Cada um dos empreendimentos tem a liberdade, dentro da cadeia, de conservar suas formas próprias de organização e produção. Possuem autonomia administrativa de modo que a cadeia não interfere na maneira como cada um deles organiza seu trabalho e toma suas decisões administrativas e produtivas. Claro, existe uma pressão do coletivo da cadeia em relação ao elo no sentido de que os princípios da economia solidária sejam seguidos e que a autogestão do empreendimento seja garantida, mas não há nenhum tipo de cobrança explícita, ou fiscalização nesse sentido.

Esses elementos indicavam que conhecer mais sobre as realidades e as peculiaridades dos próprios empreendimentos da rede poderia facilitar a compreensão e a análise das dinâmicas e dos processos que se executavam dentro da rede, assim como das relações e das ações estabelecidas em seu interior.

Havia limites, materiais e temporais, para esse “encontro” com os elos, que estavam postos pela condição em que a pesquisa de doutoramento estava sendo realizada. Entretanto, foi possível conhecer parte dos elos, uns com mais tempo e cuidado, outros de maneira mais sumária.

No que diz respeito à Univens¹⁰, cooperativa de costureiras localizada em Porto Alegre, como dito, já havia sido trilhado um longo caminho de aproximação e conhecimento que se iniciou antes da pesquisa de doutorado. A esse elo foram realizadas inúmeras visitas nos últimos seis anos, com os mais diferentes propósitos. Em cada uma delas, foi possível conversar com antigas e novas integrantes do grupo, ver as mudanças que os prédios da cooperativa e da própria Justa Trama, que estão localizados lado a lado, iam passando, atualizar informações, conhecer e observar mais a respeito da relação que a cooperativa tinha com o território e com projetos ali desenvolvidos e até criar determinados laços afetivos.

Também localizada em Porto Alegre, a cooperativa de artesãs Inovarte, encontra-se com um reduzido número de artesãs, mantendo pouquíssimas atividades em sua sede. De qualquer forma, foi possível identificar o local da sede, conversar com duas delas e entender como funciona a dinâmica do empreendimento.

Por sua vez, a Cooperativa Açai se encontra em Porto Velho (RO) e reúne artesãs e artesãos. Foi possível realizar uma visita de quatro dias ao local. Trata-se de uma cooperativa atualmente pequena, mas que teve papel relevante na criação da Justa Trama, estando envolvida no processo desde o início da articulação da rede. Ela tem uma sede que também faz as vezes de loja, onde os trabalhadores e as trabalhadoras comercializam seus produtos. Nesses quatro dias foi possível conhecer e conversar com praticamente todos integrantes do grupo, a exceção de três deles. Foi possível conhecer o ateliê particular de alguns deles, suas casas e detalhes de seus processos de criação e trabalho. Também foi possível conhecer um pouco da cidade de Porto Velho. Capital do estado de Rondônia possui um crescimento, geográfico e social, irregular e desigual, baseado na exploração intensiva de matéria-prima, vegetal e mineral, fornecida pelo ecossistema amazônico. O Rio Madeira, importante afluente do Amazonas, cruza a cidade definindo a paisagem e impactando a vida local. Muitos encontram no rio sua forma de sobrevivência e identidade. Os artesãos e as artesãs da Açai fornecem à rede insumos para as peças de roupa e adereços feitos a partir de elementos extraídos desse ecossistema. Prezam por uma extração sustentável.

Também foi possível conhecer a Coopertêxtil, local onde se realizou a assembleia da rede acompanhada durante a pesquisa. Trata-se de uma fábrica recuperada de fios e tecido, localizada em Pará de Minas (MG), cidade com cerca de 100 mil habitantes, que se encontra a 90 km de Belo Horizonte. Totalmente diferente dos outros elos, realiza um processo industrial

¹⁰ Aqui será feito somente o registro das visitas. Os detalhes que caracterizam os elos e o que foi levantado em cada encontro estão apresentados no capítulo onde se discute as redes de economia solidária e se apresenta o sujeito da pesquisa e no capítulo de análise dos dados, respectivamente.

de trabalho, em uma imensa sede, contando com mais de uma centena de trabalhadores e trabalhadoras. Seus trabalhadores e suas trabalhadoras operam em turnos e durante a visita foi possível conhecer alguns deles: o presidente e o diretor financeiro da cooperativa, sua representante na diretoria da Justa Trama naquele ano, dois ex-diretores da cooperativa, além de poucos trabalhadores e trabalhadoras com os quais foi possível estabelecer pequenas conversas durante seus turnos de trabalho.

Infelizmente, não foi possível visitar os elos agrícolas da cadeia por limitações de tempo e recursos da pesquisa. Mas ainda assim, conhecemos pessoalmente dois agricultores e duas agricultoras da ADEC, associação localizada em Tauá (CE) e dois agricultores da AEFAF, em Ponta Porã (MS). Pelo grupo de WhatsApp da rede também tivemos contato direto com outro agricultor da ADEC, que é uma das lideranças do coletivo.

O principal instrumento de registro utilizado nas visitas foi o diário de campo, no qual foram apontadas impressões e informações relevantes. Também foram feitas fotos e vídeos, que depois ajudaram a recriar, na memória, ambientes e momentos vividos durante as observações. As visitas foram marcadas majoritariamente por momentos de conversas espontâneas, que facilitaram a relação de proximidade entre pesquisadora e sujeitos construída na pesquisa. Em algumas das visitas foi possível realizar entrevistas semi-estruturadas. Esse procedimento será exposto a seguir.

1.4.1.2.2 As entrevistas

Ao todo foram realizadas oito entrevistas semi-estruturadas com trabalhadoras e trabalhadores de diferentes elos da cadeia.

Fortino Peón (2013, p. 65) define entrevistas como sendo

una situación construída o criada con el fin específico de que un individuo pueda expresar, al menos en una conversación, ciertas partes esenciales sobre sus referencias pasadas y/o presentes, así como sobre sus anticipaciones e intenciones futuras (Kahn y Cannell, 1977). En este sentido, la entrevista es, ante todo, un mecanismo controlado donde interactúan personas: un entrevistado que transmite información, y un entrevistador que la recibe.

Ele entende as entrevistas realizadas em pesquisas de caráter qualitativo como portas de entrada para a realidade social. Através da reconstrução da linguagem, elas auxiliam a compreensão de como os diferentes fatores sociais, econômicos, culturais e ideológicos se refratam na consciência dos indivíduos. Nas entrevistas qualitativas, três tempos e espaços

diferentes se encontram: o tempo do entrevistado, que conta suas vivências; o tempo do entrevistador, que sistematiza a informação a partir dos elementos teórico-metodológicos orientadores do processo de conhecimento e de sua própria percepção; e o tempo histórico, que entrelaça os outros dois (PEÓN, 2013).

Por sua vez, a entrevista semi-estruturada se posiciona entre as entrevistas não estruturadas – que se caracterizam por traços de profundidade e liberdade – e as entrevistas estruturadas – caracterizadas por perguntas dirigidas e respostas controladas – recolhendo, de ambas, contribuições. Segundo Peón (2013), nesse tipo de entrevista, “el entrevistador mantiene la conversación enfocada sobre un tema particular, y le proporciona al informante el espacio y la libertad suficientes para definir el contenido de la discusión (BERNARD, *apud* PEÓN, 2013, p. 75).

Ela é indicada quando a pessoa entrevistada presenciou, vivenciou uma situação particular que interessa à pesquisa ora desenvolvida. Nela, o entrevistador conduz a conversa a uma área temática limitada de seu interesse, entretanto, ao entrevistado é proporcionada liberdade em suas respostas.

No caso desta pesquisa, as entrevistas semi-estruturadas foram organizadas por três conceitos centrais: a ideia de rede de economia solidária, a de autogestão e a de saberes do trabalho associado/formação. Primeiro era lançada uma pergunta mais aberta em relação ao tema em questão no momento, de forma a estimular o sujeito a falar sobre ele, depois, enquanto o sujeito falava eram introduzidas novas perguntas de forma a manter o foco no tema em questão. Ao final das entrevistas, que duraram uma média de 50 minutos cada uma, o sujeito era provocado a construir uma síntese a partir da pergunta: “Para você, o que é uma rede de economia solidária?” A intenção era que ele pudesse exprimir, depois de haver conversado, em maior ou menor profundidade sobre os três temas, sua compreensão. No apêndice II está registrada a estrutura geral orientadora da entrevista.

Como recurso de “aproximação” com o sujeito foi usada a estratégia de começar a entrevista com uma pergunta referida a seu processo de trabalho, de forma que ele pudesse começar a falar de algo que lhe era rotineiro e conhecido.

Dois propósitos principais foram atribuídos às entrevistas nessa pesquisa. O primeiro era o de conhecer com mais profundidade a experiência e o ponto de vista do sujeito sobre os três grandes temas que a pesquisa buscava relacionar: rede, autogestão e saberes do trabalho associado. O segundo era esclarecer elementos e dinâmicas que não haviam ficado claras, até então.

A última entrevista, realizada com uma trabalhadora experiente da rede, foi intencionalmente diferente. Seu objetivo foi aprofundar ou esclarecer elementos e processos que não estavam previstos antes de se completar a maior parte da observação participante. Ela tratou de dúvidas que emergiram com a observação. Inclusive a escolha da entrevistada foi feita após a maior parte da observação participante ter sido realizada e ela foi escolhida, justamente, por seu desempenho dentro das atividades da rede.

Todas as entrevistas foram transcritas e categorizadas. O próximo item apresenta como a organização e a categorização das entrevistas e de todos os outros dados gerados na pesquisa foram feitas.

1.4.2 O tratamento e a categorização dos dados

O trabalho de observação participante, que levou cerca de 14 meses sendo realizado, gerou elevado número de registros que se dividiam entre impressões, informações, descrições, reflexões e registros de falas dos sujeitos. A maior parte desse material está registrada em diários de campo.

Já as entrevistas semi-estruturadas e a dinâmica realizada foram gravadas e seus áudios transcritos. Também foi transcrita fala da presidente da cadeia em evento público realizado com o intuito de discutir, especificamente, as redes de economia solidária e os saberes do trabalho associado.

O primeiro passo dado em relação aos diários de campo foi de uma leitura “flutuante”, como a que define Bardin (2011), que se realiza numa fase de pré-análise do material de forma a identificar elementos expressivos ou recorrentes que estivessem relacionados às principais categorias da pesquisa rede, autogestão e saberes do trabalho associado. Foi um processo pouco sistemático que teve mais o objetivo de familiarizar e reacender a memória da pesquisadora com as falas, os perfis dos sujeitos. Muitas anotações surgiram daí. Anotações que poderiam sinalizar a necessidade de estabelecimento de novas categorias, no futuro.

Mecanismo parecido foi realizado com as entrevistas, que foram ouvidas e lidas muitas vezes, sendo sinalizadas, no corpo do texto, de forma ainda pouco sistemática passagens expressivas relacionadas ao temas.

Organizando essas anotações surgiu uma lista com 25 itens que se referiam a episódios (falas, atitudes, expressões, informações) que expressavam algum tipo de aprendizado ou

processo formativo do grupo, seja de um indivíduo ou do coletivo, e que estavam em alguma medida vinculados à experiência de autogestão. Essa lista se transformou em uma tabela e a partir dela começou-se uma busca mais sistematizada pelo que poderiam expressar saberes do trabalho associado. Ela foi categorizada de forma a responder que tipo de saber/valor/aprendizado aquele fragmento revelava.

A tabela foi então organizada em uma coluna com o item “elemento/episódio”, outra coluna com o item “categoria/tema” a que se refere, outra com o item “Que tipo de saber/valor/aprendizado revelam? Evidências de que?”, e uma última onde se registrava observações, trechos de falas ou registro que pudessem exemplificar, ou acrescentar alguma informação.

Segue um exemplo de parte da categorização.

Quadro 2 - Exemplo de categorização dos dados

Análise dos dados			
Elemento/episódio ¹¹	Categoria/tema	Que tipo de saber/valor/aprendizado revelam? Evidências de que?	Comentário/Observação
Questões de gênero foram sendo descobertas e enfrentadas pelos trabalhadores: - caso da dona E16, que trabalha, mas é o marido quem recebe o dinheiro. Ela está se transformando em liderança na região.	Rede Questões de gênero	- algo com autonomia, com necessidade de luta, com coragem - valor necessário à autogestão	Fala marcada na entrevista de E13
Participação assimétrica dentro da rede. As diferentes forças dos elos. Muita força para os elos das pontas.	Rede Autogestão Assimetria de poder	- autogestão e os elos - solidariedade - princípios da participação	Dados sobre a dimensão da rede em cada elo
A mistura do trabalho e da vida - incrível que quando	Trabalho associado Rede Reprodução	- autogestão e dimensões da vida	“Como refere Nascimento (2007, p. 52), “a dimensão

¹¹ A tabela original expõe detalhes dos episódios, das falas dos sujeitos, ou comentários nossos que foram suprimidos porque, apesar de haverem orientado a análise, expõem de forma excessiva os sujeitos da pesquisa, algo que preferimos não fazer. Acreditamos que as informações disponibilizadas são suficientes para que o/a leitor/a entenda o processo realizado durante a análise.

são instados a falar sobre seus desafios, mesmo num contexto de discussão da rede, aparecem muitos elementos pessoais misturado ao trabalho, como os filhos quererem ou não deixar a roça; ou a quase morte da esposa.	ampliada da vida	- vida e trabalho não são separados - Alienação	autogestionária diz respeito ao trabalho vivo, inclui as relações de trabalhador um com outro, com a organização e o processo de trabalho específico. E inclui também as relações do trabalhador com ele mesmo, os usos que faz de si, suas aspirações, desejos e crenças. Desta forma a dimensão autogestionária supõe a não dissociação no modo de produção, entre subjetividade e prática.”
Relação com luta de classe mais ampla, articuladora - não é porque atuam em rede de economia solidária, que se unem para produzir que vão atuar em rede politicamente.	Luta de classes Rede Contradição	- Autogestão na sociedade - saberes políticos - relação entre política e economia	A generalização da autogestão (autogestão social, como em Mészáros)

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Também foi produzida uma segunda tabela que reunia todos os elementos identificados a partir das respostas dadas à pergunta: “Para você, o que é uma rede de economia solidária?”

A tabela foi composta por três colunas. Na primeira se registrava o “trecho” da entrevista selecionado, na segunda “Elementos de destaque” – que registrava que elementos o trecho destacava como, por exemplo, relação com o território, organização do processo de trabalho, etc. Na última coluna se registrava “Sentido atribuído à rede” – ali se anotava que sentido, ou característica da rede o/a entrevistado/a destacava, como por exemplo, sustentabilidade do empreendimento/rede, solidariedade, estratégia de desenvolvimento, etc.

Toda a análise foi realizada a partir do processo de construção dessas tabelas, das leituras que elas suscitavam e das dúvidas que elas geravam. Foi um movimento cíclico e permanente de leitura do material (caderno de campo e transcrições), preenchimento das

tabelas, geração de dúvidas, tentativa de esclarecimento das dúvidas (com conversas com os sujeitos da pesquisa, ou com estudos), reflexão, escrita... e novamente o processo começava de novo... novo item da tabela, leituras, dúvida, conversas, reflexão, escrita...

Aqui, procurou-se esclarecer detalhadamente o processo de definição da hipótese de pesquisa e posteriormente de seus objetivos. Também se buscou a exposição dos elementos teórico-metodológicos de construção do objeto de pesquisa, além dos procedimentos e das formas desenvolvidas para a construção dos dados e a realização das análises. Os próximos três capítulos estão dedicados à construção do objeto de pesquisa e à discussão de seus principais aspectos. Na sequência, apresenta-se uma reflexão, a partir dos debates acumulados pelo campo de pesquisa Trabalho-Educação, de como trabalho têm se constituído, no processo histórico, em uma experiência formativa da classe trabalhadora.

2 TRABALHO-EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: O CAPITALISMO, A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS ALTERNATIVAS

Este capítulo – e os próximos dois – se dedica a construir, de forma histórica e contextualizada, a definição do objeto de pesquisa analisado nesta tese e elementos epistemológicos utilizados para sua análise e compreensão. O desafio é delinear adequadamente o objeto no tempo e no espaço, uma vez que os objetos de pesquisa não são algo definido a priori, de maneira determinada e externa ao processo de pesquisa. Sua definição “[...] não reside na indagação em si, mas no seu esclarecimento e contextualização por meio da teorização que o torna um fato científico construído” (MINAYO, 2013, p. 623).

Parte-se da compreensão de que o trabalho é o elemento estruturante da vida social e formador do próprio homem. A partir daí são abordados aspectos históricos da formação do trabalhador associado, individual e coletivo, considerando distintos tempos/espacos do trabalho de produzir a vida associativamente (TIRIBA; FISCHER, 2013). O ponto de partida e fio condutor da exposição é o processo de acúmulo teórico do campo Trabalho-Educação que, ao reconhecer a centralidade do trabalho na vida social, estabelece relações teóricas e políticas entre trabalho, educação e os processos formativos dos trabalhadores.

Desde sua criação, o GT Trabalho e Educação vem se pautando por duas preocupações centrais: entender o mundo do trabalho como processo educativo, vale dizer, compreender a pedagogia que se desenvolve nas relações sociais e produtivas no modo de produção capitalista e identificar os espaços de contradição que engendram a construção de uma nova pedagogia comprometida com os interesses da classe trabalhadora (TREIN; CIAVATTA, 2003, p. 143).

Esta pesquisa reafirma a existência desses “espaços de contradição” se dedicando a estudá-los a partir do processo histórico e contraditório, desenvolvido pelos trabalhadores associados e autogestionários que, de muitas maneiras, já se manifestou concretamente no seio da sociedade e que, atualmente, assume, em uma de suas versões, a forma de experiências encampadas pela chamada economia solidária.

2.1 OS SABERES NO CAMPO TRABALHO-EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO CAPITALISMO

A relação entre trabalho e educação é tão antiga quanto o próprio homem (SAVIANI, 2007) e tem sido tema de reflexão e estudos de diversas áreas do conhecimento. No campo da educação, particularmente no âmbito denominado Trabalho-Educação, pesquisadores vêm refletindo acerca dessa relação¹² (FRANZOI; FISCHER, 2015). A formação do trabalhador e sua relação com o processo produtivo, em especial a produção de saberes mediada por essa relação, é uma das abordagens possíveis e é privilegiada nesta pesquisa. As subdivisões dessa abordagem são diversas e transitam, entre outras, pela tentativa de compreender o processo de produção e de apropriação do saber social pelo capital para a produção de valor; o estudo da relação da educação e a divisão social e sexual do trabalho, investigando os mecanismos de exclusão e/ou apropriação do saber dos produtores diretos; e as investigações focadas na auto-educação da classe, que acontece nas experiências sociais e de trabalho (FISCHER, FRANZOI, 2015).

As pesquisas no campo Trabalho-Educação expuseram a centralidade do trabalho para a compreensão da sociedade e, portanto, de seus movimentos, suas instituições, sua organização, entre elas a educação. Bastante se avançou na compreensão ontológica e histórica do trabalho. Discutindo a relação entre trabalho e educação, Demerval Saviani (2007) argumenta que o trabalho e a educação são atributos essenciais, e não acidentais, do homem. Dito de outra forma, é a capacidade de produzir sua própria vida material, alterando a natureza em seu benefício que define o homem, diferenciando-o dos outros animais. “Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 154).

No “comunismo primitivo”, os homens se apropriavam coletivamente dos meios de produção e durante esse processo ensinavam uns aos outros. “A educação identificava-se com a vida”, sentencia Saviani (2007, p. 155). É na esteira do desenvolvimento da sociedade

¹² Analisando o processo de pesquisa e desenvolvimento do Grupo Trabalho-Educação da Associação Nacional de Pesquisa Pós-graduação em Educação (Anped), Maria Clara Bueno Fischer e Naira Franzoi sinalizam a existência de vários temas de investigação circunscritos ao campo. Elas citam: “Educação e trabalho na política educacional; educação, trabalho e igualdade social; história da relação educação e trabalho no Brasil; como se “forma-fabrica” o trabalhador no Brasil; ciência, educação e processo de produção e trabalho; educação e divisão social de trabalho; educação e formação da classe operária”(FRANZOI; FISCHER, 2015, p.150).

capitalista e de suas necessárias divisões social e técnica do trabalho, acumulação privada dos bens públicos e constituição em classes sociais – onde uns homens trabalham e outros vivem do trabalho alheio – que os fundamentos ontológicos-históricos da relação trabalho-educação se alteram radicalmente.

Esse formato de sociedade passa a viabilizar a existência de formações distintas. A partir de então, parte dos homens passou a ser educada para o trabalho (escravos e servos) e outra parte (proprietários) para atividades intelectuais, artísticas ou físicas de caráter lúdico ou militar. A escola, conforme a conhecemos, origina-se dessa segunda forma de educar (SAVIANI, 2007). Em sua história, a instituição escolar vai se aproximando do trabalho intelectual, da formação de lideranças, de dirigentes, ao mesmo tempo em que vai se afastando do trabalho manual.

A centralidade da indústria no processo produtivo vai exigindo, cada vez mais, membros da sociedade com domínio de uma cultura intelectual e letrada. Entretanto, a extrema segmentação do processo de trabalho exige, cada vez menos, qualificação específica, impondo um patamar mínimo, mas ao mesmo tempo necessário, de qualificação. Com o alargamento do fosso que separa os trabalhadores que operam as máquinas dos que criam as máquinas e gerenciam o processo produtivo, a escola também vai se organizando em duas frentes: uma de formação geral propedêutica e outra de formação profissional, focada no processo produtivo. Essa divisão se estende ao longo do processo de desenvolvimento da sociedade burguesa perdurando, em alguma medida¹³, até os dias atuais. Estabelece-se, nesse processo, o rompimento acentuado dos vínculos entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Aos que frequentam a escola lhes é facultada a oportunidade de acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Ali, eles se apropriarão do saber sobre o trabalho e receberão uma certificação, que lhes facilitará a conquista de um posto de trabalho superior na hierarquia do trabalho coletivo (KUENZER, 1991). Entretanto, o distanciamento dessa escola com o mundo do trabalho, produz um profissional certificado,

¹³ Kuenzer (1991) destaca, por exemplo, que, no processo de modernização brasileiro, houve variações formais no que tange a dualidade do modelo escolar vigente no país. Ela cita, por exemplo, a lei n. 5692/71, que pretendeu, nos moldes da Teoria do Capital Humano, reduzir o afastamento entre a formação propedêutica e a formação profissional e que, após o fracasso em se concretizar, abre espaço para novas políticas dualistas. “Do ponto de vista da prática concreta, no entanto, pouca coisa mudou, em função de inúmeros fatores estruturais e conjunturais que impediram que a pretendida homogeneidade ocorresse. Na verdade, o que se pretendeu foi resolver no interior da escola, através da homogeneidade, a divisão entre trabalho intelectual e manual e as diferenças de classe que estão postas na sociedade, o que significa, no mínimo, ingenuidade” (KUENZER, 1991, p. 10).

mas sem acúmulo efetivo para exercer sua atividade. Essa distorção acaba tendo que ser corrigida dentro do próprio mundo do trabalho, local onde o profissional poderá, enfim, alcançar determinada proficiência. Acácia Kuenzer (1991) assinala que diversas variáveis concorrem para que essa proficiência seja alcançada ou não. Entre elas, é possível citar fatores individuais como a qualidade da educação geral recebida no processo escolar, ou fatores conjunturais como a oferta e a demanda de mão-de-obra, ou as transformações econômicas operadas pelo próprio sistema, para a sobrevivência do capital¹⁴.

Muito embora o debate acerca dessa realidade ocupe parte das pesquisas e análises desenvolvidas sobre os saberes do trabalho dentro do campo Trabalho-Educação, há ainda outra gama de intelectuais que se ocupam em compreender o movimento de formação do contingente de trabalhadores que não se forma dentro da escola.

Esses trabalhadores aprendem sobre o trabalho na execução do próprio trabalho. A eles estão destinadas vagas subalternas e a execução de tarefas parcializadas (KUENZER, 1991). É na prática cotidiana da atividade, na conversa com os outros trabalhadores, pela observação, por eventuais treinamentos, ou seja, pela experiência, que eles vão “desenvolvendo um conjunto de modos próprios de fazer e de explicar esse fazer, que extrapola o âmbito do próprio trabalho, a partir das necessidades determinadas pela vida em sociedade” (KUENZER, 1991, p. 16).

A trajetória profissional da maior parte desse segmento da população não é marcada por escolhas deliberadas, coerentes e contínuas. “Sua ‘opção’ é trabalhar para sobreviver, como parcela significativa das classes trabalhadoras brasileiras” (FISCHER, 2016). Em geral, suas trajetórias são fragmentadas, descontínuas, “erráticas”, no termo de Cogo (2011) e sujeitas às determinações históricas, aos tensionamentos da relação capital-trabalho, à dinâmica estrutural do mercado. Ao entrar e sair de uma série de empregos, realizando, a quase totalidade das vezes, tarefas parcializadas, “o trabalhador vai elaborando um saber eminentemente prático, fruto de suas experiências empíricas, que, sendo parciais em função da divisão técnica do trabalho, originam um saber igualmente parcial e fragmentado” (KUENZER, 1991, p. 16).

¹⁴ Importante destacar ainda que o capital possui seus próprios meios de “formar” trabalhadores, por meio de treinamentos específicos promovidos por agentes também determinados. Além disso, o capital também possui seu próprio sistema de desenvolvimento de conhecimentos e tecnologia, ainda que use, para o desenvolvimento de seus projetos, instituições públicas (KUENZER, 1991).

2.1.1 A Reestruturação Produtiva: saberes e subjetividades no debate realizado no campo Trabalho-Educação

Se durante os trinta anos, após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo, principalmente nos países centrais, experimentou um processo de crescente demanda que o permitiu ampliar sua capacidade de acumulação, no mesmo período a classe trabalhadora vive momentos de disponibilidade de empregos e de importantes conquistas laborais, que permitiram o estabelecimento de “um patamar mais avançado de segurança do trabalhador” (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 195). O processo de reestruturação produtiva – “entendida como introdução tanto de novas tecnologias, quanto de novas formas de gestão do trabalho” (FRANZOI, 2006, p. 35) – que se desenvolve após esse período e que tem seus efeitos agravados nos países periféricos, em comparação aos países centrais, produz, nas últimas décadas do século XX, severos efeitos na preservação e na criação de postos de trabalho. O desemprego estrutural atinge o trabalhador brasileiro levando a índices extremos a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial, a perda de direitos.

Nessa época, aprofunda-se o processo de financeirização da economia, de expansão do neoliberalismo, de acumulação flexível. Para atender a esse novo tipo de organização, “é necessário um novo tipo de trabalho e um novo tipo do que antes se chamava de trabalhador, o qual atualmente os capitais denominam, de modo mistificado, como ‘colaborador’” (ANTUNES, POCHMANN, 2007, p. 198). De acordo com os autores, esse novo trabalhador deve ser mais “polivalente”, “multifuncional” e esse novo tipo de trabalho é marcado pela “informalidade” e pela “terceirização”.

Esse trabalhador “colaborador” é definido no modelo de gestão que ficou popularizado pelo termo toyotismo – devido a sua implementação pioneira na fábrica japonesa de automóveis Toyota, entre 1948 e 1975. O modelo de gestão toyotista, ao contrário do modelo fordista-taylorista hegemônico até então, incentiva um perfil de trabalhador “participativo”, “autônomo”, “parceiro da empresa”. Ele proclama a “valorização” da subjetividade do trabalhador, que é convidado a colaborar com a companhia, “vestir a camisa”, atuando coletivamente na resolução de problemas e desafios do processo de trabalho, no alcance de metas produtivas e, até mesmo, na participação dos lucros. Interessa ao capital “ouvir” o trabalhador, “envolvê-lo”, “integrá-lo” como parte de “uma família”.

Ricardo Antunes e Márcio Pochmann (2007, p. 201) são precisos ao indicar que, no modelo toyotista,

os capitais utilizaram-se de elementos que, de certo modo, estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 60, como controle operário e participação social, para dar-lhes uma outra configuração, muito distinta, eminentemente patronal, de modo a incorporar elementos do discurso operário, agora sob clara condução do capital.

Discutindo a possível autonomia dos trabalhadores num ambiente de heteronomia, como as fábricas de automóveis, Ana Lucia Ferraz (2009) identifica essa mudança no modelo de gestão das fábricas e, conseqüentemente, na atuação e na formação dos trabalhadores. Segundo a autora, empresas logram impor o discurso da parceria, engajando inclusive as consciências dos empregados. Dentro das empresas, os trabalhadores são “convidados” a se envolverem e a participarem na gestão da produção, por meio de grupos ou espaços de discussão do cotidiano de trabalho, que, em geral, são coordenados e acompanhados pela chefia da empresa. São ambientes de contribuição explícita que levam à normatização de saberes, criação e improvisação do trabalhador e, dessa forma, institucionalizam a autonomia real. Ora, é preciso ter claro que, como destaca a autora, “uma autonomia outorgada é uma contradição em seus termos” (FERRAZ, 2009, p. 124). A empresa valoriza o saber do trabalhador, solicita sugestões e a participação passa a ser quase obrigatória.

As alterações no processo de trabalho promovidas pela reestruturação produtiva em curso levam a deslocamentos dos estudos sobre os saberes, no campo de pesquisa Trabalho-Educação. Parte dos pesquisadores do campo se aproxima de outras áreas do conhecimento que também se debruçam sobre o processo de trabalho como: a engenharia de produção, os estudos sobre saúde do trabalhador, a ergonomia e a ergologia (FRANZOI; FISCHER, 2015).

Em parte, as pesquisas se dedicam a conhecer o trabalho com os trabalhadores, lançando mão de mecanismos de diálogo e de escuta que envolvem diretamente pesquisadores e trabalhadores¹⁵. A fábrica capitalista é eleita lócus privilegiado de pesquisa. Os pesquisadores vão “em busca do processo de trabalho e, no centro dele, do sujeito” (FRANZOI; FISCHER, 2015, p. 155). Tratava-se da busca pelo trabalhador individual e coletivo criativo, pensante, que se serve de sua história e de sua experiência no ato de trabalho. Um trabalhador que inventa, que renormatiza durante a atividade de trabalho e que assim desenvolve não só a tarefa que lhe foi designada, como também saberes, estratégias e conhecimento acerca da ação que está em curso.

¹⁵ Fischer e Franzoi (2015, p. 155) destacam a relação estabelecida entre os interesses de pesquisa e o sindicalismo brasileiro e apontam que, nesse contexto, o processo de trabalho é tido como lócus privilegiado da luta dos sindicatos. Diferente dos anos anteriores quando o foco era mais acentuado na regulação das relações de trabalho.

O ambiente da fábrica onde se desenvolve a atividade de trabalho é visto, potencialmente, como complexo e potente. O ato de trabalho, da mesma forma, como um momento de criação, reformulação, possível transformação e os sujeitos do trabalho como seres de ação, história, pensamento e vontade. Os olhares estavam voltados para o trabalhador em atividade.

A categoria atividade, que verte da ergonomia francesa e da ergologia, é passada em revista pelo campo Trabalho-Educação a partir dos anos 1990. Através dela, o trabalho é analisado a partir de sua dimensão histórica e também sócio-cultural (FRANZOI; FISCHER, 2015). O conceito de atividade, compreendido desde uma perspectiva ergológica, “refere-se ao que se passa no todo do sujeito, no momento em que realiza a sua tarefa, na situação de trabalho” (PONTES; SANTOS, 2015, p. 09). Considera o sujeito protagonista do ato de trabalho e, por isso mesmo, atribuiu relevância a sua subjetividade e a sua história.

A tentativa empreendida por esses pesquisadores é a de recuperar uma dimensão positiva do trabalho, superando a compreensão de que o espaço da fábrica é o espaço apenas da resistência do trabalhador contra o capital – uma luta, em geral, inglória devido à extensa hegemonia exercida pelo capital no processo produtivo – e não um espaço onde o trabalhador se altera e também altera o processo produtivo, valorizando o capital, mas não somente ele. Ilumina-se, a partir dessa perspectiva epistemológica, a dialética contradição estabelecida entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, no modo de produção capitalista. Eloísa Santos (2000) auxilia na compreensão de que, desse ponto de vista, apesar das determinações incidentes do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto, aquele não impede que os seres humanos ajam concretamente mobilizando suas capacidades para produzirem a vida materialmente. No ato de trabalho – conceito que a autora utiliza a partir de Lucien Sève – se misturam o concreto e o abstrato, um encontro que não se dá de maneira totalmente pacífica¹⁶.

Segundo Fischer e Franzoi (2015, p. 160) a aproximação teórica do campo Trabalho-Educação com a ergologia, vai gerar “uma importante contribuição para compreender a natureza dos saberes produzidos, mobilizados e/ou modificados em situação de trabalho pelo trabalhador”. A partir de Yves Schwartz é apresentada, pelas autoras, a compreensão de que saberes são acumulados em técnicas, equipamentos, valores e normas que compõem o

¹⁶ “O encontro das normas antecedentes com a atividade singular provoca um debate de normas nos sujeitos. Ao vivenciar a diferença entre o que é determinado pelo outro e o que é possível realizar, o sujeito precisa recriar situações e histórias, precisa fazer escolhas” (SANTOS; PONTES, 2015, p. 11). São dramáticas de usos de si que os sujeitos vivenciam para a realização do trabalho.

processo de trabalho, no seu sentido mais geral. Esse saber é processual, inacabado, está sempre em permanente construção e transformação.

Outra dimensão do saber sinalizada por Schwartz é a que diz respeito ao trabalhador. Para o pesquisador, os saberes do trabalhador

espraíam-se, sem descontinuidade, das formas de inteligência incorporadas no nosso corpo até os patrimônios de experiência pensados, raciocinados, transmissíveis. Eles vão de aprendizagens não-conscientes, não-expressos em linguagem, dificilmente perceptível, até as maneiras de fazer socializadas, justificáveis, manifestas (SCHWARTZ, 2003, p. 24).

Na perspectiva do autor, não há momento de trabalho no qual o trabalhador não esteja inserido de corpo e mente, com seu passado e seu presente, na execução da tarefa. Cada momento é único e irrepetível, pois é condicionado pela subjetividade do trabalhador em atividade e pelas intercorrências do meio. No movimento concreto de realização do trabalho, o trabalhador cria, adequa, transforma a prescrição recebida, ele renormaliza. Dessa forma, em nenhuma atividade de trabalho, o trabalhador é só um executor de tarefas. Em qualquer que seja ela, está sempre implicada uma dimensão do pensamento, uma reflexão, uma escolha, uma tentativa, uma elaboração. O saber em ato ganha dimensão de práxis.

Os saberes do trabalho são compreendidos, nesta pesquisa, como frutos da práxis dos sujeitos – como será desenvolvido detalhadamente adiante. Uma práxis enquadrada pela ação e pela reflexão permanente dos sujeitos e que é encharcada pela experiência de cada um, uma vez que são eles seres históricos e de ação. É a ideia de trabalho como práxis humana, material e não material, que orienta a compreensão do que se pretende conhecer neste processo analítico. É a união de um saber intelectual e instrumental, manifesta na complexidade das tarefas e na teoria que se faz operativa, que dá vida aos saberes do trabalho, e que eleva o trabalho ao status de princípio educativo. Ao compreender o trabalho como princípio educativo, investigar o trabalhador em ação ganha relevância e esse trabalhador pode estar dentro ou fora das fábricas capitalistas.

2.1.2 O popular entra em cena: os saberes de quem trabalha fora das fábricas

Outras pesquisas que se debruçam sobre os saberes do trabalho, no campo Trabalho-Educação, vão se orientar também pelos conceitos de práxis e do trabalho como princípio educativo. Trata-se de trabalhos onde o olhar do pesquisador sai da fábrica capitalista e vai

para as ruas, na tentativa de entender como parte das camadas populares da sociedade está se formando ao mesmo tempo em que produz sua sobrevivência.

Essa mudança de foco se justifica, entre outras coisas, pelo cenário das últimas décadas do século XX, no Brasil caracterizado pelo avanço das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva. Estão postos em cena um desemprego estrutural e crescente e a ampliação das desigualdades sociais e das taxas de pobreza.

As massas de pobres e desempregados se multiplicam pelo campo e pela cidade, mas aos pobres não lhes cabe ficar “sentado, esperando a morte chegar”, nas palavras de Raul Seixas. Convém-lhes lutar pela vida e por sua sobrevivência. E é isso que fazem todos os dias, com as ferramentas, as possibilidades e os saberes que possuem. Organizam-se para vender comida, em pequenos grupos fazem trabalhos de confecção ou de construção civil, recolhem lixo, lavam carros, produzem artesanato e outras milhares de coisas mais.

Tiriba (1998, p. 190), com olhos voltados para essas pessoas que compõem o que ela vai chamar de “economia popular e solidária”, se pergunta: “como se educam os trabalhadores?” “Como conseguem gerir a produção sem nenhum, ou quase nenhum, acesso à escolarização?” “Em que medida conseguem vincular o conhecimento prático produzido no cotidiano do processo de trabalho com o conhecimento científico necessário para o sucesso de seus empreendimentos?”

Esses questionamentos, por exemplo¹⁷, vão inspirando e impulsionando parte das pesquisas do campo Trabalho-Educação e abrem um flanco de luta, no qual a intenção é compreender se e como os indivíduos, em suas experiências cotidianas de trabalho, enraizadas em seus territórios, constroem tanto alternativas para a sobrevivência, como possibilidades de transformação da sociedade capitalista. Estão aqui contempladas as experiências de trabalho associado e autogestionário, os modos de vida e de produção dos povos tradicionais e originários, as práticas da economia popular, etc.

Refletindo sobre a produção no campo Trabalho-Educação, principalmente no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Gaudêncio Frigotto (2008), em seu texto “Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento:

¹⁷ No levantamento feito por Fischer e Franzoi (2015) acerca do tratamento dado aos saberes do trabalho, dentro do campo Trabalho-Educação, as autoras destacam, como outros exemplos de pesquisas feitas para fora dos muros da fábrica capitalista, alguns trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Conhecimento. Registra-se aqui alguns como os que exploram contribuições da ergologia; os que aprofundam as interfaces entre as categorias gênero, raça, etnia e trabalho; os que se dedicam à compreender os saberes do trabalho associado, entre outros.

teorias em conflito¹⁸”, vai sinalizar a importância de, num contexto de perda da centralidade do trabalho assalariado e da crise dos paradigmas das ciências sociais, os estudos sobre trabalho-educação manterem os pés firmados e os olhos fixos na tentativa de apreender as determinações de longo prazo, portanto estruturantes das relações sociais e do próprio sistema capitalista. Para o autor, existe uma multiplicidade de recortes temáticos que podem ser utilizados, pelos pesquisadores, para a apreensão das mediações de primeira e de segunda ordem¹⁹ e para a construção de suas análises a partir de uma totalidade histórica. Entre as possíveis fontes de onde podem emergir recortes temáticos para a compreensão do movimento do real, o autor destaca as “formas de organização do trabalho e processos educativos que emergem da organização dos excluídos deste trabalho” (FRIGOTTO, 2008, p. 50).

A escola teórica marxista inaugura como um marco distintivo, em relação às escolas filosóficas e sociológicas que lhe precedem, a compreensão de que não é suficiente conhecer a realidade, é preciso também transformá-la. Tendo em conta o processo militante de se desenvolver teoria que aporte à classe trabalhadora ferramentas auxiliares na elaboração e execução do processo de transformação das relações sociais estruturadas pelo capitalismo, é que, nesta pesquisa, reflete-se acerca da pertinência de se seguir pelo caminho sugerido por Frigotto e já explorado por tantos outros pesquisadores. É dizer, que avanços podem ser reconhecidos a partir do olhar detido e apurado para experiências de trabalho associado e autogestionário, protagonizadas por sujeitos das classes populares, fora dos marcos do trabalho assalariado? Podem experiências esporádicas, enraizadas em seus territórios, produzir efeitos que interessem ao coletivo da classe trabalhadora e não somente ao capital? Podem essas experiências estar formando sujeitos coletivos que colaborem na formação de um projeto de hegemonia popular? Dentro do próprio campo popular, dos sindicatos, dos partidos de esquerda, não há consenso sobre a viabilidade e a contribuição de experiências autogestionárias como possibilidade de esboçar um projeto político no qual a classe trabalhadora pudesse transformar economia, estado e cultura (TIRIBA, 2001).

¹⁸ O texto é resultado de reflexões que foram apresentadas no âmbito do GT Trabalho-Educação da Anped e foram sistematizadas no ano de 1997, para o debate ocorrido na 20ª Reunião Anual da Anped, em Caxambu, Minas Gerais.

¹⁹ Inspirado e István Mészáros, Frigotto (2009, p. 28) expõem sua compreensão de que a mediação de primeira ordem é aquela “constituída pelo pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana”. Esta, por sua vez, “recebe, historicamente, mediações de segunda ordem, que transformam o trabalho criador em alienação, mercadoria e força de trabalho”.

Tiriba (2001) recorda que, marcadamente, até o final dos anos da década de 1980, boa parte da esquerda organizada tinha como horizonte de luta o emprego, quer dizer, o trabalho em sua forma assalariada e outros elementos subjacentes a ele como nível salarial, jornada de trabalho e estabilidade. Estava nas mãos dos empresários e do Estado a criação de novos postos de trabalho, como também, em nível mais geral, a organização e a dinamização da economia. As experiências populares em empreendimentos, associações, cooperativas eram consideradas prisioneiras da lógica produtiva do sistema capitalista, servindo à ampliação da exploração do trabalhador e ao acúmulo do capital. No campo da política, essas experiências também eram criticadas por não produzirem efetivas mudanças nas relações de poder entre as classes.

Da mesma forma, os movimentos populares urbanos da década de 1970 e início da década de 1980, ao centrarem suas forças de ação e mobilização na resolução de problemas locais e imediatos, eram considerados, de maneira majoritária pelo campo da esquerda, como reformistas já que, por vezes, suas lutas não logravam sair do isolamento e se somarem a um conjunto de lutas sociais mais amplas.

No campo da esquerda e também no campo de pesquisa Trabalho-Educação, que, como foi visto, passa a pesquisar mais detidamente iniciativas populares de trabalho, essas compreensões começam a sofrer alterações ainda a partir do final da década de 1980 (TIRIBA, 2001). Segundo a autora, “a confirmação de que a crise do emprego não é simplesmente uma realidade conjuntural, mas estrutural” (TIRIBA, 2001, p. 155) contribuiu para alterar as propostas dos setores populares e de seus aliados. Sindicatos passam a dedicar esforços materiais e políticos para atender ao número de desempregados, que se amplia no final do século XX, passando a considerar os empreendimentos econômicos populares como parte dos movimentos populares e como instância de luta. São estimuladas a criação de cooperativas de crédito, de educação, de construção de casas populares, entre outras (TIRIBA, 2001).

No mesmo compasso, nesse período, também é possível notar alterações na compreensão do que as lutas populares promovidas nos territórios, em escala local, podem representar para a transformação das relações sociais, não só políticas, como também econômicas e culturais. “As práticas hoje predominantes entre os atores dos setores populares carregam, explícita ou implicitamente, o pressuposto de que o pequeno está imerso no grande, é parte do grande” (TIRIBA, 2001, p. 159).

Ainda que as ações das classes populares sejam fragmentadas, marcadas por graus variáveis de isolamento e, muitas vezes, focadas na sobrevivência imediata, não obstante, elas

também mobilizam os atores em causas coletivas concretas de extensão extraterritorial como é possível notar nas constituições e atuações de fóruns de economia solidária municipais, estaduais e nacional; nas participações mobilizadas nas comunidades durante os processos eleitorais; nas lutas pela preservação do meio ambiente e por um processo de produção sustentável; na abordagem de questões relacionadas à assimetria das relações de gênero, que marcam os processos produtivos, inclusive os realizados no âmbito da economia popular; entre outros exemplos.

As experiências de economia solidária se desenvolvem nas comunidades, tendo como referência o território, seus agentes, seus recursos, suas demandas e suas potencialidades. O comunitário, nesse caso, é fonte de identidade e de mobilização. Analisando a relação das organizações de economia popular e a comunidade, Tiriba (2001) apresenta, pelo menos, três dimensões de relações: uma comercial, na qual se produz para a comunidade; uma política, que contempla formas de composição para além dos interesses específicos da organização de economia popular e uma pedagógica, de formação e de aprendizado mútuo. Para a autora, a comunidade, em toda a sua complexidade, é um elemento definidor no âmbito da economia popular, podendo, junto com o trabalho tornar-se fator determinante de todos os demais fatores da produção. Daí derivaria o caráter solidário de um empreendimento.

O local, o comunitário, o territorial, como ponto de partida, de aglutinação e de criação de estratégias de atuação coletiva econômica, política e cultural ganha dimensão estratégica e metodológica, a partir dessa perspectiva. Entretanto, não se trata de as ações comunitárias, ou territoriais serem um fim em si mesmas, desvinculadas das lutas sociais classistas. Trata-se do fato de o espaço ser essencial para a realização da vida, de as pessoas não viverem no ar. Ou nas palavras de Streck (2013, p. 357), “as relações sociais que expressam o interesse de grupos e classes são também relações de poder, e essas se desenvolvem num determinado espaço. Por mais sentidos que possa ter, conforme Ivo Theis (2008, p. 12), ‘território é, inquestionavelmente, a política no espaço!’” É na comunidade, nos territórios, onde se enraízam as mobilizações.

Por outro lado, é verdade que clara está a necessidade premente de se superar, no atual momento histórico, a fragmentação das ações dos atores populares com vista à realização de uma agenda comum que aponte para a construção de um projeto popular hegemônico. Mas como se elabora essa agenda?

Tomas Villasante (2008), advogando a necessidade de distintos movimentos sociais progressistas se relacionarem tendo clareza de que suas raízes se interseccionam e de onde essa interseção acontece, defende que cada movimento pode contribuir com aspectos

diferentes para a expansão de uma onda de transformação que ele chama de “*efecto mariposa*”. O efeito mariposa, clamado por Villasante, é a defesa de uma práxis concreta que supõem quatro dimensões: uma épica, uma estética, uma étnica e uma ética²⁰, que para o autor, podem ser identificadas, em maior ou menor grau, em diferentes movimentos sociais. Por tanto, cada um deles poderia contribuir em uma perspectiva, ou mais para a viabilização de um projeto de transformação social.

Para Villasante o isolamento dos movimentos, fechados em seus dogmatismos – seja de que ordem for, modernos ou pós-modernos – é um erro e inviabiliza a construção de um estado militante multiplicador.

Nesta pesquisa, o movimento da economia solidária é enquadrado nessa perspectiva, de forma que a ele cabe dialogar com outros movimentos e contribuir na construção de um projeto popular que reposicione a relação capital-trabalho favorecendo o polo trabalho. Trata-se, no limite, de uma atuação em rede – forma organizativa e de atuação que esta pesquisa pretende aprofundar.

Ainda que se reconheça, como adverte Tiriba (2001), que as formas de geração de trabalho e renda da economia popular e solidária promovam, em determinados casos e em medidas variadas, a deterioração das relações de trabalho atendendo às exigências de desenvolvimento do capitalismo, não é menos verdade que elas também, contraditoriamente, permitem ao trabalhador estabelecer outras relações sociais de produção. Do ponto de vista do trabalhador,

o problema está em como ir além das estratégias de sobrevivência e dos novos estilos de relação entre capital e trabalho, criando as condições para que, no interior mesmo dessa sociedade, germinem os elementos de uma nova cultura do trabalho e, com ela, novos valores, novas relações econômicas e sociais. Nesse sentido, perguntamo-nos: além de alternativa à crise do emprego, poderá representar também, a produção associada uma ‘maravilhosa escola de formação de trabalhadores’? (TIRIBA, 2001, p. 93).

Antes de uma detenção aprofundada em uma possível resposta a essa pergunta, será necessário recuperar, ainda que brevemente, parte das experiências históricas de trabalho associado e parte do debate teórico que elas engendraram, para que se possa compreender a

²⁰ A dimensão épica está relacionada a uma tradição, inclusive poética, dos movimentos operário e camponês, expressa muitas vezes em lemas como “A unidade faz a força”. A dimensão estética está relacionada a uma forma de se organizar e estar no mundo sintonizada com valores de uso do território. Por sua vez, a dimensão étnica diz respeito ao que é original, endógeno, criativo e cativante em cada conjunto de sujeitos e, por fim, a dimensão ética está relacionada a uma postura “ética-social”, na qual parte-se de uma necessidade de organização democrática e participativa, tendo-se em conta que os meios devem justificar os fins. Para mais detalhes, Villasante (2008).

constituição da chamada produção associada e autogestionária. Isso é o que se segue nas próximas páginas.

2.2 ALTERNATIVAS DOS TRABALHADORES: ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS

A barbárie produzida pelo capitalismo não é nova na história. Ela intensifica sua face mais dura em momentos de crise que, por sua vez, são essenciais à reprodução do sistema (HARVEY, 2016). É no desenrolar da crise que o capitalismo se remodela e se reformula, para criar uma nova versão de si e garantir a ampliação e a reprodução do capital.

Ao longo desse contínuo de transformações, também tem sido contínua a luta da classe trabalhadora na tentativa de alterar as relações assimétricas de poder entre capital e trabalho, de forma a instituir formas de produzir que privilegiem o trabalho e não o capital. A história registra momentos de extrema barbárie e superexploração do trabalho pelo capital, como também registra momentos nos quais a classe trabalhadora logrou avançar na construção e na garantia de direitos²¹, ou mesmo na realização de experiências revolucionárias, ainda que de maneira transitória e em espaço determinado.

Muitas são as formas de a classe trabalhadora se organizar, produzir e enfrentar o sistema que lhe toma as forças e os frutos de seu trabalho. O ludismo, movimento caracterizado pela quebra de máquinas como forma de protesto, o movimento grevista de interrupção da produção, ou a luta armada são exemplos disso. Entretanto, nesta pesquisa, tais formas serão estudadas privilegiando-se as tentativas dos trabalhadores subverterem o processo produtivo, apropriando-se dos meios de produção e autogerindo-se. Trata-se de experiências históricas de autogestão e de controle dos trabalhadores associados sobre a produção, em momentos revolucionários ou não.

Com o objetivo de posicionar de forma mais precisa os interesses teóricos e epistemológicos desta pesquisa, que tem como tema geral de análise os saberes do trabalho associado produzidos por trabalhadores associados e autogestionários organizados em redes de economia solidária, serão revisitados, ainda que de maneira sumária: o debate acerca da história do cooperativismo e algumas contribuições do socialismo utópico e da controvérsia

²¹ São exemplos de conquista a redução da jornada de trabalho, o pagamento do 13º salário, o direito a férias remuneradas, além de direitos sociais como um fundo de aposentadoria.

entre Proudhon e Marx; experiências de autogestão em momentos considerados revolucionários e o debate teórico acerca da economia solidária realizado já nos séculos XX e XXI, em países da Europa e da América Latina.

Henrique Novaes (2013), ao fazer um levantamento de teses e dissertações que estudaram autogestão, cooperativismo, economia solidária, educação popular e a relação entre trabalho associado e educação autogestionária²², parece confirmar a necessidade de se transitar por esses temas históricos, para compreender o percurso e as raízes do que atualmente tem sido chamado de economia solidária.

Em seu levantamento, ele identifica como traços a serem sublinhados nas pesquisas: a intensa e recorrente referência às experiências cooperativas ocorridas na Europa ao longo do século XIX, com destaque para as impulsionadas por Robert Owen e Charles Fourier; um considerável silêncio dos trabalhos em relação a experiências de autogestão em contextos revolucionários e ao debate do cooperativismo e da autogestão na América Latina; a ausência dos escritos de Marx, no que diz respeito ao “autogoverno dos produtores livremente associados²³”. Suas observações informam o trabalho que se segue.

2.2.1 As origens do associativismo: um passado para a economia solidária

O registro de atividades cooperadas entre os seres humanos, como forma de produzir bens materiais, ou culturais indica que elas existem desde o início de suas organizações sociais, mesmo as mais prematuras. Exemplos disso, na história antiga, são: os *Undestabings*, para o intercâmbio de produtos agrícolas, na Babilônia; as Sociedades de Benefício, para o culto dos mortos, em Atenas; os *Collegia*, que exerciam atividade comercial conjunta, em Roma; os trabalhos coletivos com medidas preventivas realizados pelos maias, astecas e incas, na América pré-colombiana (DÍAZ; OSPINA; FRANCO, 2016).

Entretanto, muitos pesquisadores posicionam o surgimento de ações coletivas com traços do que atualmente vem sendo chamado de economia solidária, a partir da emergência mesmo do trabalho assalariado, com a proletarização do mundo do trabalho, no século XIX,

²² O referido mapeamento analisou 26 estudos de pós-graduação, nas áreas de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais, produzidos entre 1999 e 2006, em universidades brasileiras (NOVAES, 2013).

²³ O autor sugere como hipótese que justifica tal profusão e tal ausência de conteúdos a relevante influência da obra do pesquisador brasileiro Paul Singer, bastante referenciada no debate do cooperativismo inglês (NOVAES, 2013).

no contexto europeu (GAIGER, 2003; SINGER, 2002). Desde então, trabalhadores e trabalhadoras têm buscado maneiras de produzir e consumir de forma associada e democrática buscando garantir sua sobrevivência.

Matrizes político-ideológicas distintas informavam essas experiências, evoluindo para o que historicamente se constituiu nas formulações dos socialistas utópicos, dos anarquistas, dos cooperativistas, dos socialistas (GAIGER 2003).

2.2.1.1 Contribuições dos socialistas utópicos

As marcantes experiências vividas na Europa – Revolução Industrial e Revolução Francesa – a partir do século XVIII, trazem consigo transformações sociais, econômicas, políticas e culturais expressivas. Nesse período há, nos termos de Eric Hobsbawn (2000), o triunfo da indústria, mas não de qualquer indústria, da indústria capitalista. Há também o triunfo da liberdade e da igualdade, mas da liberdade e da igualdade burguesas.

A burguesia assume a hegemonia do projeto de sociedade sem suplantando o antagonismo de classes herdado da sociedade feudal. O que ela fez foi colocar “no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta (MARX; ENGELS, 1999, p. 08). O desenvolvimento da indústria moderna burguesa se realiza num cenário de crescente exploração da classe trabalhadora, de fortalecimento político da classe burguesa, de desvalorização do campo e inchamento das cidades e de intensa acumulação do capital.

A classe trabalhadora enfrenta as adversidades com luta. Entretanto, não há historicamente consenso na luta da classe operária. As idéias defendidas por um campo político, que entrou para a história sob o nome de “socialistas utópicos²⁴”, irão promover e difundir elementos que constituíram, junto com outros, o repertório de luta do associativismo e da autogestão. Entre os chamados socialistas utópicos, três são representativos: os franceses Claude Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837) e o inglês Robert Owen (1771-1858). Os três viveram durante os períodos das revoluções Francesa e Industrial e presenciaram a ascensão da burguesia. Portanto suas obras são contemporâneas às primeiras

²⁴ Teria sido Friederich Engels quem atribuiu o termo “utópico” ao grupo, no seu texto denominado “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, um panfleto escrito em 1880 (SOUZA, 2008). O material está disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>>. Acesso em 22 abr 2018.

lutas da classe operária moderna, ainda que, naquela época, “o modo capitalista de produção e com ele o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, achava-se ainda muito pouco desenvolvido” (ENGELS, 1999, p. 63). A composição ainda prematura do proletariado enquanto classe informa as doutrinas dos fundadores do socialismo e, para Engels (1999, p. 64) “suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe”.

Saint-Simon era um entusiasta da ciência moderna, tanto que entendia que a condução da sociedade deveria ser feita pela conexão do conhecimento e da produção, o que equivaleria à ligação da ciência e da indústria (SOUZA, 2008).

O teórico francês advoga uma sociedade na qual “todos os homens trabalharão” (SAINT-SIMON, 2002, p. 55). Faz críticas aos chamados “ociosos”, que compreendem militares, clero, nobreza, aristocracia feudal, entre outros que não contribuem para a produção e nem para a ciência (SOUZA, 2008). Os não ociosos, ou seja, os úteis à sociedade seriam os cientistas, ou acadêmicos e os trabalhadores, que, na perspectiva do autor, incluíam não somente os operários assalariados, como também os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros (ENGELS, 1999). Entretanto, ainda que todos na sociedade devessem contribuir com a realização da própria sociedade, não está entre as proposições do teórico a coletivização dos meios de produção, ou a equiparação entre operários e industriais, ou banqueiros, ou seja, não está prevista a abolição das classes sociais.

A organização da produção e a distribuição de seus resultados seriam realizadas a partir da habilidade e da contribuição de cada um. “[...] O homem deveria ser classificado conforme sua capacidade e retribuído segundo suas obras” (TEIXEIRA, 2002 *apud* SOUZA, 2008, p. 29). Assim se estabeleceria uma classificação hierárquica entre os diversos ofícios e as diferentes atividades, característica que o modo de produção capitalista leva, atualmente, ao extremo com a sua divisão técnica e social do trabalho.

Saint-Simon deixa uma ampla obra e seus ideais reformadores são assumidos por outros pensadores. Aqui, registra-se a obra de Louis Blanc (1811-1882) que propunha a criação de fábricas sociais por parte do Estado, em diversos ramos da economia. “Inicialmente elas [as fábricas sociais] atuariam como reguladoras do mercado e, mais tarde, absorveriam os demais empreendimentos privados” (SOUZA, 2008, p. 31). A proposta ainda previa certo grau de autonomia dos trabalhadores em relação à gestão das fábricas sociais. “A princípio, a hierarquia funcional das fábricas sociais seria estabelecida pelo Estado, mas após um ano, por meio de eleições entre seus associados” (SOUZA, 2008, p. 31). Acreditando na intervenção e tutela do estado, Blanc propunha a progressiva supressão do modo de produção capitalista de

forma pacífica, não revolucionária. E ele, assim como Saint-Simon, não seriam os únicos a fazê-lo.

Fourier, outro teórico francês, foi um crítico do capitalismo, que ele chamava de “civilização”, e colocou “a nu, impiedosamente, a miséria material e moral do mundo burguês” (ENGELS, 1999, p. 69). Entre outras, ele denunciou as relações de poder assimétricas estabelecidas entre os gêneros naquela época e foi, segundo Engels (1999, p. 70), “o primeiro a proclamar que o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral”.

Como Saint-Simon, Fourier também era um entusiasta da ciência moderna, tanto que inspirou seu principal argumento teórico na lei de atração, ou Lei da Gravitação Universal, publicada em 1687, por Isaac Newton. Tal lei, aplicada à matéria, previa que todos os corpos sofriam, devido à sua massa, uma força de atração. Fourier argumenta que tal princípio também deveria ser empregado ao mundo social. Se a gravidade é o que, para Newton, atrai os corpos, para Fourier, as paixões, os instintos e os desejos exerceriam uma força de atração em nível social. O projeto do teórico, então, consistia em criar uma força atrativa entre a produção e as pessoas (SOUZA, 2008).

Fourier considerava a indústria capitalista moderna repugnante e desaprovava a condição de vida dos trabalhadores gerada por ela. Tal condição repelia os homens do trabalho, o que seria um entrave ao desenvolvimento da sociedade. Por isso, ele propunha romper com a dicotomia estabelecida entre trabalho e prazer (SOUZA, 2008). Ambos deveriam se mesclar.

Objetivamente, o francês propôs a criação dos chamados “falanstérios”, que seriam núcleos de associação compostos entre 1600 e 1800 pessoas, financiados, inicialmente, por investidores. Nesses núcleos, seriam empreendidas as funções industriais necessárias ao desenvolvimento, que seriam: atividades domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, ensino, estudo e emprego das ciências e, das artes (FOURIER, 2002). Falanstérios foram criados na Europa, no Brasil e nos Estados Unidos, entretanto, não sobreviveram aos anos.

Em seu projeto, Fourier não propõem a abolição do trabalho assalariado, mas sim a criação de condições satisfatórias para a execução do trabalho.

Sua contribuição, enquanto formulador de um novo sistema industrial, não se sintoniza com a negação do trabalho assalariado, no entanto, podemos encontrar em Fourier uma contundente negação a qualquer projeto de sociedade que se baseie na intensificação da exploração dos trabalhadores (SOUZA, 2008, p. 37).

O terceiro socialista utópico a ser revisitado é o inglês Robert Owen. Industrial têxtil britânico, Owen viveu as mazelas da Revolução Industrial vendo a super exploração de trabalhadores e crianças e o aumento da pobreza. Em suas empresas, tentou fazer com que a experiência de trabalho, para os trabalhadores, fosse diferente. Dessa forma, reduziu a jornada de trabalho, proibiu o emprego de crianças, pagava salários mais justos (SINGER, 2002).

Owen era um homem de negócios, técnico. Dominava os cálculos e as peculiaridades do sistema fabril e unia a suas propostas teóricas a experiência prática de executá-las. “Foi assim, por esse caminho puramente prático [...] que surgiu o comunismo oweniano” (ENGELS, 1999, p. 75). Baseado em cálculos orçamentários, prevendo despesas de instalação, desembolsos, rendas, etc, ele apresenta, em 1817, um plano ao governo britânico propondo o direcionamento de recurso público para a compra de terras e a construção de “Aldeias Cooperativas” – locais onde os moradores, trabalhando na terra e na indústria, produziram sua própria subsistência (SINGER, 2002). O horizonte de Owen era o comunismo, onde estaria abolida a propriedade privada dos meios de produção e as gigantescas forças produtivas criadas estariam “fadadas a trabalhar somente para o bem estar coletivo, como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade” (ENGELS, 1999, p. 75).

Na Inglaterra, do século XIX, ele não obteve apoio governamental e, muito menos, das elites locais. Owen parte para os Estados Unidos, onde ergue a primeira Aldeia Cooperativa, em 1825, no estado de Indiana.

O avanço para o comunismo constitui um momento crucial na vida de Owen. Enquanto se limitara a atuar só como filantropo, não colherá senão riquezas, aplausos, honra e fama. Era o homem mais popular da Europa. Não só os homens de sua classe e posição social, mas também os governantes e os príncipes o escutavam e o aprovavam. No momento, porém, em que formulou suas teorias comunistas, virou-se a página. Eram, precisamente, três grandes obstáculos que, segundo ele, se erguiam em seu caminho da reforma social: a propriedade privada, a religião e a forma atual do casamento (ENGELS, 1999, p. 76).

Enquanto Owen desenvolvia seu projeto nos Estados Unidos – projeto que fracassaria anos mais tarde e que consumiria toda sua riqueza – seus ideais cooperativos iam sendo difundidos por outros ingleses na Europa, fazendo com que a produção cooperada crescesse vertiginosamente (SINGER, 2002). Para além de outros exemplos, destaca-se o trabalho do britânico Willian King que, seguindo os passos de Owen, criou cooperativas de consumo e de produção. Também seria possível falar de experiências cooperadas na França com Phillippe Buchez, ou mesmos os já comentados falanstérios de Charles Fourier. Segundo dados

apresentados por Singer (2001), baseados no mensário *The Co-operato*, redigido por King, no ano de 1828, registrou-se, na Inglaterra, 04 cooperativas. Em agosto de 1830, o número de cooperativas superava 300 unidades.

A multiplicação das cooperativas owenistas de produção e de consumo foi, segundo Singer (2001), assumida por parte do movimento sindical que se consolidava na época. “A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior” (SINGER, 2001, p. 29). Da participação de Owen no movimento sindical e proletário surge um projeto de cooperativismo intimamente atrelado à luta de classes e contra o lucro burguês. À frente do movimento sindical, a proposta de Owen era de, por meio das cooperativas, disputar o mercado e suplantar os empregadores. “Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo”, avalia Singer (2002, p. 33).

Um potencial revolucionário assentava-se nos projetos e nas ações de Owen e dos trabalhadores cooperados (SINGER, 2001), mesmo que o papel da classe trabalhadora, enquanto classe revolucionária, ainda não estivesse claro (SOUZA, 2008). Uma das críticas de Marx e de Engels (1999) – autores do chamado “socialismo científico” – feita anos mais tarde aos socialistas utópicos, parece ir nessa direção. Para eles, o socialismo utópico carecia de historicidade, ou seja, não percebia o desenvolvimento histórico da humanidade, não tinha clareza de que as condições objetivas da realidade são frutos de um processo contínuo de movimento histórico. “Os fundadores desse sistema compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio” (MARX; ENGLER, 1999, p. 58).

Ainda que a revolução cooperativista não tenha se concretizado no século XIX, ali parece que começa a germinar a semente do associativismo autogestionário e das diversas formas que ele assumirá no movimento do real. Perceptível é que as colocações de Saint-Simon, que expõem o problema da estratificação da sociedade burguesa, dividida entre os que trabalham e os que não trabalham; de Fourier, que denuncia a super exploração da classe trabalhadora e retira o trabalho das mãos dos capitalistas burgueses, devolvendo-o ao ser humano enquanto elemento constituinte da vida; e de Owen que advoga o fim da propriedade privada dos meios de produção, entre outras colocações, informam a luta dos trabalhadores até os dias de hoje.

2.2.1.2 Aproximações do debate entre Proudhon e Marx: divergências acerca do trabalho associado

O papel da produção associada, da organização de trabalhadores de forma associada, coletiva e autogestionária, na constituição de um outro mundo possível, permeia o debate do campo popular desde sua origem. Uma possível atuação estratégica dos trabalhadores europeus, seus métodos de luta, parecem ser, em grande medida, o que informa a diferença conceitual entre as posições teórico-políticas contrapostas de Karl Marx e Friedrich Engels, de um lado e de Pierre Proudhon, de outro (CRUZ, 2006). A discussão da via de superação da sociedade capitalista, se pela revolução da classe trabalhadora, ou se pela reforma processual e consensual entre as classes, e o papel do associativismo nessa luta, compõem o embate político e teórico protagonizado pelos autores.

O papel que as cooperativas cumpriam, ou poderiam cumprir nesse processo constituía um dos pontos de profunda divergência no debate, embora – diferentemente do que deduziram muitos marxistas mais tarde – ambos os contendores (Marx e Proudhon) defendessem as experiências cooperativas (CRUZ, 2006, p. 08).

Tal discordância modifica seus termos, mas não sua essência, ao longo dos anos, e se instala também nos dias de hoje – ainda que caiba recordar, aqui, que o momento atual é de arrefecimento das lutas dos trabalhadores e não de sua projeção – em maior ou menor medida, como mais um dos questionamentos e desafios, com o qual os trabalhadores, inclusive os encampados no movimento de economia solidária, deparam-se. Por isso, esse debate será abordado, ainda que de forma sumária, neste texto, uma vez que surgem dele contribuições importantes para a discussão e a compreensão do papel político-estratégico dos empreendimentos de economia solidária e, mais adiante, de suas atuações em redes de economia solidária.

Proudhon viveu na França no início do século XIX e presenciou a transformação da economia francesa que passava de uma base manufatureira, para uma base industrial. Foi um crítico da propriedade privada e dos juros, que ele definia como “a principal forma de espoliar a sociedade” (SOUZA, 2008, p. 41). Propôs, a partir dessa análise, a criação do Banco do Povo, que se caracterizou pela “proposta de um banco que dispusesse crédito sem incidência de juros e desse suporte para troca de mercadorias dos pequenos produtores” (SOUZA, 2008, p. 39).

Para Marx, em seu apêndice I à Miséria da Filosofia, esse lugar dado aos juros na composição da sociedade capitalista e da acumulação burguesa é, inclusive, uma das fragilidades da teoria do francês. Como explica Marx (2013, s/p), em sua visão, “considerar o capital que rende juros como forma principal do capital, querer fazer de uma aplicação particular do crédito, da pretensa abolição da taxa de juro, a base da transformação social — eis uma fantasia que é o que há de mais próprio de um merceeiro²⁵”. Para Marx, trata-se de um equívoco tentar resolver os males da sociedade capitalista atuando somente na reforma das esferas de circulação de mercadorias e de crédito, sem se dedicar à concreta modificação da esfera da produção.

Mas o que parece se apresentar com mais relevância, para essa pesquisa, é a discussão da produção associada que, em parte, deriva do debate acerca da propriedade privada e da apropriação do trabalho alheio por meio dos juros, proposto por Proudhon. Segundo Souza (2008), o objetivo de conceder empréstimos sem juros aos trabalhadores tinha como incentivo possibilitar ao trabalhador se tornar um pequeno produtor.

Proudhon trabalhava com o mutualismo, como perspectiva econômica. Para ele, existiria mutualidade quando os trabalhadores fossem donos do produto que produzissem. Trabalhando uns para os outros, os trabalhadores fabricariam um produto comum e dividiriam entre si o lucro. Essa forma de produção cooperada formaria, para o autor, a base fundadora da futura sociedade socialista (CRUZ, 2006).

No esquema teórico de Proudhon, as formas de produção associadas teriam papel central no fim do trabalho assalariado e na conseqüente superação do capitalismo. A experiência associada formaria os trabalhadores para a nova sociedade e “após a revolução, [...] as empresas autogestionárias representariam a unidade fundamental de produção econômica e de reprodução da vida social” (CRUZ, 2006, p. 10).

Do ponto de vista político, Proudhon defendia o federalismo, que, em sua perspectiva, opunha-se a toda forma de poder centralizado e limitava a atuação de um grande Estado homogeneizador. Tratava-se de preservar liberdades, ainda que de maneira contida, vigiada,

²⁵ Para Marx (1956, p. 404), a acumulação do capital se dá pela parte não paga do trabalho realizado. “O valor de uma mercadoria se determina pela quantidade total de trabalho que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual nenhum equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado”. Entretanto, na atual fase financeira-especulativa do capital, que visa à acumulação e à valorização dos recursos financeiros com base na especulação (aumento de juros e taxas de cobrança), é possível falar de capital que se reproduz sem trabalho.

mas que priorizasse os seres humanos e sua heterogeneidade (PASSAMANI; PADOIN, 2003).

Não é de se estranhar que a idéia de Federação tenha permanecido até nossos dias como que perdida no esplendor dos grandes Estados. Até nossos dias os preconceitos e os abusos de toda espécie abundando e punindo nos Estados Federativos com a mesma intensidade que nas monarquias feudais ou unitárias, preconceitos de nobreza, privilégios de burguesia, autoridade de Igreja, resultando daí opressão do povo e a escravidão do espírito, a Liberdade ficava como que nas malhas de uma camisa de forças, e a civilização mergulhada em um invencível *status quo*. A idéia federalista mantinha-se, despercebida, incompreensível, impenetrável (PROUDHON, 2001, p. 110).

Grande divergência instalada entre Proudhon e Marx está, justamente, na relação estratégica dos trabalhadores com o Estado, com vistas à superação da sociedade capitalista. Enquanto aquele era crítico de qualquer forma de Estado centralizador, seja ele dirigido por burgueses ou operários, para o último era impossível construir a sociedade socialista sem a classe trabalhadora antes dominar, politicamente, a estrutura estatal. Dessa forma, para Marx era imprescindível que os trabalhadores se organizassem em partidos políticos, participassem das eleições, disputassem as instituições políticas da democracia formal (CRUZ, 2006). Ainda para Marx, o Estado, controlado pelos trabalhadores, organizaria as instituições e estruturas econômicas garantindo a emancipação do proletariado e subjugando os interesses conservadores.

O proletariado usará a sua dominação política para arrancar a pouco e pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção na mão do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção (MARX; ENGELS, 1999, p. 41).

Importa ressaltar que, compreende-se neste estudo, que não parece ser a posição de Marx e Engels contrária ao associativismo ou ao cooperativismo. Avalia-se que a crítica dos socialistas científicos, ademais de expor a debilidade teórica de Proudhon no campo da economia-política, vai na direção de uma necessidade de planejamento e de organização institucionalizada da produção econômica e das unidades de produção.

Ao mesmo tempo, a experiência do período de 1848 a 1864 provou fora de qualquer dúvida que o trabalho cooperativo — por mais excelente que em princípio seja e por mais útil que na prática seja —, se mantido no círculo estreito dos esforços casuais de operários privados, nunca será capaz de parar o crescimento em progressão geométrica do monopólio, de libertar as massas, nem sequer de aliviar perceptivelmente a carga das suas misérias. [...] Para salvar as massas industriais, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido a dimensões nacionais e, conseqüentemente, ser alimentado por meios nacionais. Contudo, os senhores da terra e os senhores do capital

sempre usarão os seus privilégios políticos para defesa e perpetuação dos seus monopólios econômicos. Muito longe de promover, continuarão a colocar todo o impedimento possível no caminho da emancipação do trabalho. [...] Conquistar poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes operárias. Parecem ter compreendido isto, porque em Inglaterra, Alemanha, Itália e França tiveram lugar renascimentos simultâneos e estão a ser feitos esforços simultâneos para a reorganização política do partido dos operários (MARX, 2007, p. 13).

As observações de Marx parecem indicar que é preciso não perder de vista a necessidade de os trabalhadores se organizarem, enquanto classe e de atuarem de maneira coordenada e estratégica, na obtenção do poder e na construção de uma sociedade comunista. O isolamento dos trabalhadores em suas unidades produtivas, sem vínculos orgânicos entre si e com uma base ampla, parece ser uma crítica encarnada nos textos de Marx e também de Engels. Da mesma forma, a crítica ao isolamento se perpetua no tempo e no espaço e se faz presente hoje em parte dos debates teórico-políticos que enquadram o tema do associativismo, como também em parte das discussões que acontecem no âmbito do que se denomina atualmente “movimento de economia solidária”.

Nesta pesquisa, compreende-se que o isolamento dos trabalhadores em seus empreendimentos, tanto no que diz respeito à produção (aspecto encarado pelo debate formulado em relação à constituição de cadeias e de redes de produção solidária), quanto à atuação política, provoca o enfraquecimento do empreendimento, o que, muitas vezes, leva a uma precoce extinção, como também a fragilidade da luta da classe trabalhadora, na construção de uma hegemonia popular.

Não parece ser uma opção concreta para os trabalhadores associados se absterem da atuação política coletiva, em momentos revolucionários ou não. A vida dentro do empreendimento solidário e autogestionário exige do trabalhador não só a realização de atividades de rotina relacionadas à produção dos bens e serviços que o empreendimento oferece. Esses trabalhadores são diariamente confrontados com a necessidade de pensar e decidir sobre o processo de trabalho em que estão inseridos e sobre tudo o que, em suas vidas, deriva dele.

Dessa forma, no interior dos empreendimentos de economia solidária, os trabalhadores descobrem o que é ser trabalhador sem ter patrão; conhecem o que é tomar decisões de forma compartilhada, assumindo a responsabilidade pelo futuro do empreendimento; se aproximam de discussões sobre comércio e preço justo; participam de fóruns e espaços coletivos de formação e mobilização; diminuem, na medida do possível, seu estranhamento de cada etapa da produção; competem menos entre si, pois do sucesso de todos depende o sucesso do

negócio; são, em menor ou maior grau, sensíveis às demandas pessoais dos trabalhadores; discutem seus direitos; se preocupam com a qualidade de vida e com o tempo livre de todos; conhecem seus compradores e seus credores; podem estabelecer, em seus territórios, relações de solidariedade, em graus diversos. Na execução e na gestão diária do trabalho, eles vão experimentando uma práxis formativa, que lhes permite, em diferentes níveis, compreender o mundo em que vivem em sua dimensão de totalidade e atuar na transformação desse mesmo mundo. É um processo de formação constante e complexo.

Por outro lado, as variáveis que possibilitam, ou dificultam aos trabalhadores associados e autogestionários extrapolarem os muros dos empreendimentos, para uma atuação política coordenada na sociedade, são diversas e estão sujeitas às tensões da relação entre capital e trabalho. Uma importante contribuição que a economia solidária tem para dar à luta contra o capitalismo, parece ser permitir o avanço da superação da dicotomia forjada que separa, no discurso hegemônico do capital, política e economia. Reatar política e economia – e aqui se fala de política no sentido amplo, não somente institucional – é desafio da classe trabalhadora, mas não se trata de um desafio trivial para o conjunto da classe, nem tão pouco para os trabalhadores associados e autogestionários, especificamente.

Em entrevista, uma liderança da cooperativa Univens e da cadeia produtiva Justa Trama compartilha parte das preocupações e das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores associados ao tentarem alçar a economia solidária à categoria de movimento social. Para ela, a economia solidária é convocada a ser um movimento social e por isso mesmo a atuar coletivamente com outros movimentos. Entretanto, na sua avaliação, a economia solidária precisa lidar com uma dificuldade que outros movimentos de trabalhadores não precisam. Ela cita, por exemplo, o movimento sindical, no qual os trabalhadores, protegidos pela legislação, podem se ausentar temporariamente de seus postos de trabalho para realizar atividades políticas no âmbito do sindicato. Esses trabalhadores estão desobrigados de produzir e também de se preocuparem com o potencial impacto que sua ausência no processo produtivo causará à empresa. Essa preocupação cabe ao dono da empresa e não à liderança sindical. Outro exemplo citado é o dos trabalhadores públicos que conseguem realizar suas articulações políticas dentro do próprio horário de trabalho.

A dinâmica enfrentada pelo movimento da economia solidária é diferente desses dois exemplos e de possíveis outros. Ao trabalhador da economia solidária cabe articular o movimento social que ele compõe e, ao mesmo tempo, produzir. Ao não produzir, o trabalhador associado enfrenta, pelo menos, dois problemas: um, ele vê comprometido o

montante que receberá ao final da produção; dois, sua ausência pode prejudicar a coletividade do empreendimento.

Tendo em conta esse desafio descrito pela cooperada e possíveis outros não explicitados aqui, é que se avança na compreensão de que reatar política e economia implica, em última instância, em reposicionar a própria ideia de trabalho. Implica em reatar o movimento do pensar e do agir, implica em devolver ao trabalho sua dimensão de práxis.

Cruz (2006), ao apresentar o debate político-teórico entre Marx e Engels e Proudhon, formula uma pergunta que parece pertinente de ser retomada aqui, uma vez, que seu conteúdo diz respeito não só ao desenvolvimento da reflexão teórica contida neste capítulo, como também acompanhará, direta ou indiretamente, toda a reflexão feita nesta pesquisa.

Em seu texto, Cruz (2006) está se questionando sobre a relação entre economia e política e sobre a validade de experiências econômicas associadas, mesmo em um contexto no qual o poder político e o próprio Estado não estão nas mãos dos trabalhadores, mas sim nas da burguesia.

Em Marx, como já foi sinalizado, as experiências associadas ou cooperadas perderam seu potencial revolucionário, na medida em que se constituíram em atuações fragmentadas, não coordenadas, em um contexto de hegemonia burguesa. Entretanto, Cruz (2006) parte da afirmação do próprio Marx para relativizar esse “insucesso”. Cruz (2006) recorda que, na compreensão de Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. [...] Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez” (MARX; 1987 *apud* CRUZ, 2006, p. 25). Ou seja, transformar a forma de produzir também transforma as outras esferas constitutivas da vida social. Tendo essa clareza é que Cruz (2006) reposiciona a importância das experiências de trabalho associado, mesmo em uma conjuntura na qual a correlação de forças é desfavorável ao trabalho, e se pergunta:

[...] mesmo que a partir de um ponto-de-vista marxista: podem os trabalhadores revolucionar conscientemente as relações sociais de produção sem que antes tenham experimentado coletivamente a gestão da economia e da sociedade? Sem que se tenha construído as bases econômicas e sociais a partir das quais se possa superar o modo de produção hegemônico na formação social? (CRUZ, 2006, p. 13).

Na perspectiva desta tese, as experiências associadas e autogestionárias de forma geral e, especialmente, as experiências de redes de economia solidária são formativas e constituem um laboratório de intensa atividade teórico-prática, que foi explorada, em alguma medida, ao longo da pesquisa. Entende-se que esses trabalhadores estão vivenciando processos de

trabalho que subvertem, em diferentes níveis, a lógica do capital, pelo menos no momento de realização do trabalho concreto e que essa experiência lhes municia para refletirem, criarem e explorarem novas formas de produzir a vida.

Dessa forma, a seguir serão apresentadas algumas experiências concretas dos trabalhadores associados e autogestionários ao longo da história. Para tal, começa-se do começo.

2.2.1.3 Rochdale, a primeira experiência e a formação de uma base de princípios

Contemporâneas do debate entre Marx e Engels e Proudhon e herdeiras da reflexão dos socialistas utópicos, surgem na Europa as primeiras experiências chamadas “cooperativas”. Os Pioneiros Equitativos de Rochdale, no norte da Inglaterra, são considerados, pela maior parte da literatura especializada, como “a mãe de todas as cooperativas” (SINGER, 2002, p. 39).

Fundado por 28 operários, em 1844, o grupo tinha, entre os seus objetivos, “a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito” (SINGER, 2002, p. 39). A cooperativa começa como sendo uma cooperativa de consumo – na qual os sócios podem adquirir produtos oferecidos pela cooperativa – e depois se desenvolve no sentido de criar cooperativas de produção – estas eram focadas em produtos como trigo, tecidos e fios, por exemplo.

A criação de cooperativas de produção era elemento estratégico para os pioneiros de Rochdale e imprescindíveis para que eles alcançassem o almejado objetivo de construir uma “colônia autossuficiente”. A intenção dos cooperados era conseguir produzir, dentro da colônia, a maior parte de suas necessidades de consumo, sendo, somente o excedente da produção, comercializado externamente, de preferência com outras comunidades associadas ao mesmo itinerário ideológico.

O armazém cooperativo era apenas o início da construção deste projeto, que deveria ser seguido por um segundo passo, qual seja a fundação de cooperativas de produção. Se estas últimas fossem bem sucedidas, absorveriam a totalidade dos sócios da cooperativa de consumo e então poderia ser dado o terceiro passo: construir a Aldeia Cooperativa, em que todos poderiam viver lado a lado, produzindo e consumindo em comum (SINGER, 2002, p. 45).

Olhando a experiência de Rochdale, tem-se a indicação de que a produção associativa em rede e, mais do que isso: a sua imprescindível necessidade, é perseguida desde o começo da história do associativismo. Os cooperados de Rochdale já almejavam o trabalho em rede!

Ainda segundo Singer (2002), um dos principais problemas enfrentados pelo grupo foi o número de sócios crescer em maior escala que o número de postos de trabalho nas cooperativas de produção. Além disso, o objetivo futuro de construir a aldeia foi sendo abandonado pelo caminho e, por volta de 1854, esse projeto utópico já havia sido totalmente abandonado.

Outro problema teria sido a procedência do capital necessário para a abertura de novas fábricas cooperadas. Segundo Singer (2002), parte do capital teria vindo da própria cooperativa e parte de acionistas.

Este arranjo mostra que as cooperativas de produção, criadas pelos Pioneiros, não eram autogestionárias mas co-gestionárias. A sua administração era partilhada por representantes dos acionistas (que não trabalhavam na cooperativa) e dos trabalhadores dela. Este é um arranjo instável, porque os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores eram contraditórios, o que não tardou a provocar conflitos (SINGER, 2002, p. 44).

As contradições de se produzir associativamente em um sistema-mundo hegemônico pelo capital tiveram seus impactos na experiência de Rochdale, como, de fato, têm tido também nas experiências em geral da economia solidária. As divergências entre capital e trabalho, dentro da cooperativa, ampliaram suas dimensões, como é possível comprovar, por exemplo, na resolução aprovada, em 1862, pelo conselho acionista gestor, que extinguiu o direito dos trabalhadores cooperados receberem suas retiradas regularmente, mesmo quando a produção tivesse que ser reduzida ou comprometida por algum motivo (SINGER, 2002).

Aparentemente, o caminho trilhado por Rochdale foi afastando a experiência de seus ideais utópicos iniciais e aproximando-a de uma firma ordinária lucrativa, como tantas outras no mercado capitalista. Entretanto, a experiência de Rochdale é um marco na história do associativismo por distintos motivos, mas, principalmente, por seus princípios fundamentais que “têm guiado o funcionamento de cooperativas em todo o mundo” (SANTOS, B., 2002, s/p).

Apesar de a literatura especializada ter divergências a respeito dos princípios de Rochdale²⁶, aqui se destaca alguns que parece ser consenso: a livre adesão à cooperativa; a gestão democrática, representada pela máxima “um membro, um voto”; juros limitados em relação ao capital investido; recebimento ou bonificação proporcional às compras; neutralidade política e religiosa; vendas à vista; fomento à educação dos membros (DÍAZ; OSPINA; FRANCO, 2016).

Atualmente a “galáxia” de experiências abarcada pelos termos “economia solidária” é, como já dito, muito heterogênea, mas, por outro lado, a presença, ou a ausência de partes desses princípios auxiliam na normatização do segmento, na identificação e definição das experiências solidárias e autogestionárias e ainda servem de inspiração para a constituição de um modelo a ser desenvolvido.

2.2.1.4 As experiências autogestionárias

Se a discussão feita nesta pesquisa se enquadra num contexto de arrefecimento das lutas populares e de uma correlação de forças desfavorável ao trabalhador e se as experiências relatadas até aqui se apresentaram num momento de constituição e de desenvolvimento da classe trabalhadora, houve, na história, experiências de trabalho associado e autogestionário que ocorreram em momentos revolucionários e que, por isso, trazem em si um exercício de organização e de participação dos trabalhadores que ultrapassa as fronteiras da produção associada, dentro dos empreendimentos, e se expande para as relações sociais como um todo. São, aparentemente, momentos de transformação, experimentação, descoberta e, acima de tudo, momentos em que as diferenças de classes se acirram a níveis muito elevados.

São exemplos dessas experiências na Europa, na América Latina e no Brasil:

a Comuna de Paris (1871); os Soviets de representantes operários, camponeses e soldados na Rússia (1905; 1917); a Guerra Civil Espanhola (1936-1939); os conselhos operários de Turim, Itália (1919-1921), da Iugoslávia (1950), da Hungria (1956) e da Polônia (1956, 1970); a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), entre outros. Em âmbito latino-americano, temos o México (Comuna de Morelos, 1910), Cuba (1959), Chile

²⁶ O número de princípios estabelecidos pelos cooperados varia de publicação para publicação. Em umas eles são sete, em outras oito. Aqui, registra-se duas variações. Além dos sete princípios listados no texto, Paul Singer (2002) também registra o princípio de que os produtos vendidos na cooperativa seriam puros. Boaventura Sousa Santos (2002), por sua vez, registra como princípios a cooperação entre cooperativas e a contribuição com o desenvolvimento da comunidade local.

(1972) e a Nicarágua (1979). No Brasil, especialmente no campo, destacamos a República de Canudos (1896), Quilombo dos Palmares (segunda metade do século XVII), Cadeirão de Santa Cruz do Deserto (1920), as Ligas Camponesas (1950), destacando-se a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) (1954), com a participação de Francisco Julião (TIRIBA; FISCHER, 2013, p. 533).

Claudio Nascimento (2013a) apresenta a autogestão como forma de experimentação auto-controlada. É a invenção de novas relações de trabalho, mas que precisam estar articuladas a outras lutas para que se transformem também as relações sociais como um todo. Dessa forma, não só ele advoga, mas todo um campo teórico-político de pensadores corrobora, a imperativa necessidade de se expandir a autogestão para além da produção. Como uma onda se propagando, ela extrapola os lugares de trabalho, atinge o território e a vida social até a transformação da sociedade. É um contínuo. Um processo dinâmico e permanente de construção e de transformação, intensa e contraditória, que objetiva levar à “sociedade de produtores livremente associados” (MÉSZÁROS, 2002).

Essa é mais ou menos a dinâmica, que já foi experimentada, com maior ou menor grau de sucesso, em espaços/tempos diferentes – como os citados anteriormente, por exemplo, e em outros que não estão na lista. A Comuna de Paris, em 1871, parece ter sido “a experiência fundante” (NASCIMENTO, 2011a, p. 02). Durante o curto período da comuna, “as fábricas passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores e o povo de Paris forjou uma proposta de gestão do conjunto da cidade (NASCIMENTO, 2011a, p. 02).

A herança da Comuna de Paris, como memória de longo prazo, permeia as experiências que lhe sucederam. Segundo Nascimento (2011b), um longo ciclo de revoltas e de revoluções de cunho comunal, que se iniciou no pós-guerra, se encerrou com a experiência autogestionária polonesa, nos anos de 1980 e 1981. Nesse período, surge na Polônia, no leste europeu, “[...] a Rede Autogestionária que controlava as 3.000 maiores empresas do país, articulada ao ‘Sindicato Livre Solidariedade’. Em seu Congresso, que durou 2 semanas, os trabalhadores construíram como Programa Máximo, ‘A República Autogestionária’ da Polônia” (NASCIMENTO, 2011b, p. 53).

Na América Latina, um exemplo de experiência comunal ocorrida dentro desse ciclo foi a formação da Unidade Popular do Chile, durante o governo de Salvador Allende, quando “[...] foram fundados órgãos de poder popular: os Cordões Industriais, redes que articulavam fábricas geridas pelos operários e juntas de bairros. Inclusive prefigurando uma Assembleia Popular” (NASCIMENTO, 2011b, p. 52).

As revoltas e revoluções ocorridas nesse longo ciclo encerrado pela experiência polonesa foram movimentos hegemônicos pela classe operária, protagonista das lutas de classes naquela fase de desenvolvimento do capitalismo. O epicentro desse processo transformador era a fábrica, localizada nos grandes centros urbanos, que, controlada pelos trabalhadores, abria espaço para a experimentação comunal. Partidos e sindicatos eram os destaques da ação política, inclusive na experiência soviética, que viveu a especificidade de fundir partido único e Estado.

Depois desse ciclo, um novo se inicia, pois aos pobres e à classe trabalhadora não lhes é permitido desistir. Dessa vez, o poder comunal ganha novas características, assumindo, principalmente na América Latina, uma “forma Comunidade” (NASCIMENTO, 2011b). Esse ciclo se inicia, possivelmente, com a rebelião indígena em Chiapas, no México, em 1994, e segue tendo forte expressão em movimentos como os vivenciados na Venezuela chavista, na ascensão do povo indígena boliviano, na Nicarágua, no Equador e, em outro nível de consolidação, radicalidade e organização, em países como o Brasil, o Uruguai, a Argentina, o Chile e o Peru.

A forma de construção do poder comunal e popular assumida pelos povos da América Latina, ainda que com amplas diferenças entre si, parece não poder prescindir da convergência entre a ação política e a diversidade étnica e cultural de cada povo e comunidade. Surge, nessas experiências, um novo sujeito coletivo que é plural e múltiplo (NASCIMENTO, 2011b) e com os pés fincados no território. As variadas formas que experiências de trabalho associado têm assumido na América Latina estão enquadradas nesse campo de construção do poder comunal e popular, de insurreições diversas, com a criação de novas formas de luta e de organização que têm como base a noção de autogestão.

A maior parte das lutas citadas aqui foram derrotadas e desarticuladas pelo capital, em seu momento de realização. Uma parte delas ainda está em curso. Entretanto, para esses, enfrentar a hegemonia do capital não tem sido tarefa fácil, principalmente, porque seus ideários de transformação são calcados, em parte, na autonomia, na solidariedade, na liberdade e na cooperação, noções que o capital se empenha em eliminar. No atual momento de grande desarticulação da classe trabalhadora, de lideranças políticas reacionárias assumindo a direção de importantes nações no sistema-mundo – como é o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos; Emmanuel Macron, na França; Jair Bolsonaro, no Brasil – de acirramento das desigualdades sociais e aumento da pobreza e de perda de centralidade do trabalho assalariado, num cenário de severa crise do emprego, a tarefa dos trabalhadores associados e autogestionários parece quase inglória. Ela possui grandes dificuldades de

encontrar eco na sociedade e de se expandir. Nesse cenário, “as lutas autonomistas parecem condenadas ao isolamento” (BERNARDO, 2005, p. 02).

É difícil imaginar que a luta popular, de caráter comunal e autogestionário, possa irradiar sociedade a dentro num contexto de tamanho isolamento. Ainda mais se a ela estiver associada à pretensão de construção da chamada “sociedade dos produtores livremente associados”. De fato, não parece ser possível “implantar ilhas de autonomia total no meio de uma sociedade onde impera o autoritarismo, ou seja, onde a exploração se conjuga com a opressão” (BERNARDO, 2005, p. 02). A exploração do trabalho e a opressão do trabalhador nunca foram negligenciadas pelo capital. Não foram antes. Não são agora. E enfrentá-las é o desafio da classe trabalhadora.

João Bernardo (2005, p. 02) avalia que, nessas circunstâncias, “o importante é desencadear o começo de uma tendência. O máximo a que podemos aspirar para já é o desenvolvimento de lutas que tendam à autonomia, em que a participação de todos tenda a ser cada vez maior, em que a rotatividade nas funções tenda a ser crescente [...]”. Resta aos trabalhadores, nesse momento não revolucionário da história, praticar, ou “experimentar”, no termo de Nascimento (2013a). Trata-se de aprender com a pedagogia da autogestão e de vivenciar a autogestão como pedagogia (NASCIMENTO, 2011c).

Para que ocorra uma experiência revolucionária comunal, onde a autogestão invada o conjunto das relações sociais, Henri Lefebvre (2017, p. 136) acredita ser necessária a existência de “espontaneidade²⁷” – “pois onde não há espontaneidade, nada acontece” – como também a presença de uma série de circunstâncias conjunturais que facilitem a autogestão. Não se trata de uma receita, ou uma rota de desenvolvimento pré-definida que conduziria a humanidade a uma sociedade autogestionária. Para o autor, a autogestão acontece em qualquer lugar e em qualquer momento como “possibilidade”, que pode se generalizar ou radicalizar, ou não. Entretanto, quando é “aberta a perspectiva ótima e máxima, surge a fratura da sociedade como um todo, a metamorfose da vida” (LEFEBVRE, 2017, p. 139).

Na compreensão do autor, a sociedade capitalista se ergue sobre uma estrutura de classes que tem seus pontos fortes, que possuem uma coerência, uma coesão e que estruturam a sociedade. Quando “[...] esses pontos fortes estão consolidados, reforçados, nada acontece” (LEFEBVRE, 2017, p. 138). Entretanto, entre esses mesmos pontos existem zonas lacunares, frágeis. “E é aí que as coisas acontecem. Iniciativas e forças sociais agem e intervêm nessas

²⁷ O autor faz a ressalva de que é necessária, ainda, uma análise teórica profunda do conceito de espontaneidade e sinaliza que se trata de um conceito “embrionário e confuso” (LEFEBVRE, 2017, p. 137).

lacunas, ocupando-as e transformando-as em pontos fortes ou, ao contrário, em ‘outra coisa’ diferente daquilo que existe de modo consolidado” (LEFEBVRE, 2017, p. 138).

Mas como é possível identificar esses pontos fracos, estratégicos? Para Lefebvre, somente a prática social, de indivíduos ou de grupos com capacidade de iniciativa ou investigação pode revelar tais lacunas. É nessas lacunas onde se desenvolvem as experiências autogestionárias e, justamente aí, reside sua importância, inclusive em contextos não revolucionários: a possibilidade de revelar as fissuras da estrutura da sociedade capitalista. “Se pontos fracos podem assim se transformar em pontos fortes no conjunto da estrutura social, eles podem reciprocamente resultar de um decréscimo ou colapso do conjunto (desestruturação)” (LEFEBVRE, 2017, p. 138). É o fortalecimento dos pontos fracos e o enfraquecimento dos pontos fortes que levam a uma conjuntura que oportuniza a transformação.

Identificar os pontos fracos da atual sociedade e mesmo do atual Estado é tarefa que se apresenta ainda em aberto. O desafio da autogestão social passa, entre outras coisas, por “constituir-se como um poder que não seja estatal” e por “confrontar e resolver os problemas de organização do mercado” (LEFEBVRE, 2017, p. 140). O Estado tende a contrariar a autogestão, uma vez que é centralizador e em essência se opõem a ela, que é descentralizada e tende a se mover da base para o todo. Da mesma forma, a organização do mercado também precisa ser revista, pois, numa perspectiva autogestionária, o mundo da mercadoria é questionado, e a contradição entre valor de uso e valor de troca é reavivada.

Nenhuma dessas tarefas é fácil e ocorre sem luta e sem experimentações. É por isso, que se torna preponderante mergulhar nas experiências de trabalho associado e autogestionário realizadas pela classe trabalhadora. E esse mergulho precisa ter em conta as duas formas pelas quais a autogestão precisa ser estudada: “como meio de luta, abrindo caminho, e como meio de reorganização da sociedade, transformando-a de baixo para cima, da vida cotidiana ao Estado” (LEFEBVRE, 2017, p. 140).

2.2.2 A economia solidária: uma velha/nova forma de produzir e conviver

Passadas as reflexões históricas, ancoradas nos primeiros passos dos debates teórico-políticos sobre cooperação e associativismo, nas primeiras experiências econômicas de base associativa e autogestionária e nas insurgências ou experiências revolucionárias levadas a

cabo pelos setores populares da sociedade, segue-se a aproximação de uma das versões mais contemporâneas do trabalho associado e autogestionário.

As lutas dos trabalhadores acumuladas no século XIX produzem, ao longo de parte do século XX, a conquista de direitos para os trabalhadores assalariados. Há a redução da jornada de trabalho, o incremento dos salários, alguma política de seguridade social. “A carteira de trabalho assinada” passa a ser o objeto de desejo dos trabalhadores e passa a estar atrelada ao reconhecimento da cidadania. O poeta Gonzaguinha immortalizou o sentimento dessa época nos lindos versos: “Um homem se humilha/ Se castram seu sonho/ Seu sonho é sua vida/ E vida é trabalho/ E sem o seu trabalho/ O homem não tem honra/ E sem a sua honra/ Se morre, se mata”²⁸.

Esse avanço se acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial e debilitou a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego (SINGER, 2002, p. 109).

Ora, no decorrer do século XX, a luta dos trabalhadores desloca seu foco e passa de uma luta pela transformação radical da sociedade e pela construção de uma outra, que ainda estava em vias de concepção, para uma luta pela garantia do emprego, por diminuição da exploração do trabalho e pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, mesmo que dentro da trincheira do capital. Singer (2002, p. 110) avalia, que as conquistas do trabalho assalariado tiveram impactos nas experiências de economia associada e cooperada da época. “Essa mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela economia solidária e pela tolerância com a introdução do assalariamento nas cooperativas e da ‘profissionalização’ de suas gerências”. Segundo o autor, o cooperativismo nunca deixou de se expandir em plano mundial, mas nesse contexto descrito “é provável que sua degeneração tenha se acentuado” (SINGER, 2002, p. 110).

Entretanto, o capitalismo é um sistema que se autofragiliza. As crises são essenciais para sua reprodução (HARVEY, 2016, p. 10) e o século XX foi marcado por crises

²⁸ Parte da letra da música “Um homem também chora”, de autoria de Gonzaguinha, lançada em 1983, no LP Alô Alô Brasil. A íntegra da letra pode ser conferida em: <<https://www.lettras.com.br/gonzaguinha/um-homem-tambem-chora>>.

profundas²⁹. Como as saídas para as crises, dentro do sistema capitalista, impõem garantir a valorização e a acumulação do capital, elas também significam o deterioro do trabalho e a precarização da vida do trabalhador. Assim, a partir da década de 1970, principalmente, as políticas de pleno emprego entram em crise e o desemprego em massa assombra os assalariados, que, ao perderem seus empregos, se somam à parcela dos que nunca, ou quase nunca, contaram com a carteira assinada.

Os desempregados são obrigados a se submeterem à exploração extrema para sobreviver. Nesse contexto, aumentam os índices de trabalho informal, de subempregos e de empregos precários. Por outro lado, os trabalhadores que se mantêm empregados, sofrem a pressão de um mercado de trabalho desequilibrado e vêem suas condições de trabalho e suas possibilidades de negociação com a classe patronal em acelerado descenso. É a chamada era da reestruturação produtiva – já discutida no início deste capítulo. Aqui, destaca-se, novamente, somente o fato de o processo de reestruturação produtiva lograr a fragmentação da luta dos trabalhadores, a partir de modificações promovidas dentro do próprio local de trabalho e na gestão do processo de trabalho. Um dos resultados desse processo foi que a parte do tecido associativo das classes populares, que tinha sua base no trabalho assalariado e, principalmente, industrial, se enfraqueceu. A luta se desmobilizou.

Já no campo político, essa fase do capitalismo tem o nome de neoliberalismo e é marcada pelo enxugamento dos gastos públicos nas áreas sociais o que, por sua vez, precariza ainda mais a vida das camadas populares da sociedade. Há o crescimento da pobreza, da desigualdade social e dos índices de violência.

É nas últimas décadas do século XX, no prolongamento do processo descrito, que surgem, ou ressurgem, principalmente, nos países da América Latina, experiências de caráter econômico-associativo, realizadas pelas camadas populares e que serão agrupadas sob os termos economia solidária, ou suas variações. Trata-se de experiências de tipos muito variados – cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clubes de trocas, etc – associadas aos territórios e que estão focadas na garantia da sobrevivência das pessoas. Mais do que uma resposta ao regime assalariado, elas aparecem como “uma resposta ao desemprego e à precarização do trabalho” (CRUZ, 2009a, p. 02), elas reúnem, basicamente, os socialmente excluídos, ou em vias de exclusão: são os sem terras, os sem emprego, os sem casa, os sem direitos, os sem...

²⁹ Alguns exemplos são: a quebra do mercado de ações em 1929, que foi seguida, inclusive por uma guerra mundial nos anos da década de 1940 e o colapso do sistema monetário internacional de Bretton Woods na década de 1970 (HARVEY, 2016).

Essas experiências de caráter econômico associativo são diferentes das lutas ocorridas, principalmente, na Europa no século XIX. Nesse caso, também, o foco da luta não é, necessariamente, a emancipação da classe trabalhadora. Num cenário de crise do trabalho assalariado e de deterioração das condições gerais de vida, os trabalhadores passam a associarem-se, na produção, “tendo como objetivo a reprodução ampliada da vida (e não a reprodução ampliada do capital)” (TIRIBA, 2008, p. 76).

Não tendo como foco principal o enfrentamento do mercado capitalista e sofrendo as consequências de produzir num sistema hegemônico pelo capital, algumas formas de trabalho na economia solidária e em suas variações acabam sendo funcionais ao próprio capitalismo, propiciando o aumento da exploração do trabalho, a diminuição dos direitos dos trabalhadores e garantindo a redução dos custos de produção. Incluem na informalidade, ou no trabalho precário uma legião de trabalhadores que, em condições de superexploração, fazem a roda do capitalismo girar. “Os capitais vêm, em escala global, criando cooperativas falsas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho, visando até mesmo à sua redução e destruição”, atestam Antunes e Pochmann (2007, p. 201).

Claro está que é preciso matizar, em muitas variáveis, afirmações desses tipos. Considerando-se um espectro onde um extremo é a subserviência ao capital e o outro a atuação transformadora das estruturas da atual sociedade, o desempenho dos aqui chamados genericamente empreendimentos econômicos solidários pode ser posicionado ao longo de todo o espectro. De forma que não se permite, neste estudo, homogeneizar todo o debate acerca da economia solidária e muito menos desprezar suas contradições.

A diversidade de caminhos tomados pela luta dos trabalhadores para se libertarem da exploração do capital é grande e respeita o curso da história e as mediações impostas por cada organização social. Dessa forma, os processos que reivindicam para si, em todo o mundo, os termos “economia solidária” são variados, levando, obviamente, a elaborações conceituais e a ações práticas distintas em diversas partes do globo. Por isso, segue-se uma tentativa de discutir, ainda que de maneira sumária, alguns aspectos desses processos na Europa e na América Latina.

2.2.2.1 A economia solidária: a experiência latino-americana que difere da experiência européia

Na Europa Ocidental, no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI tem sido pautada novamente no seio da população, principalmente nos centros urbanos, uma retomada ao debate da produção associada, cooperada e autogestionária. Nesses países, tais experiências são mais comumente chamadas de economia social e solidária. Elas têm como características centrais o trabalho organizado sobre bases cooperadas, com a coletivização dos meios de produção, formas democráticas e participativas de gestão e o questionamento, em maior ou menor grau, dos processos de produção e das bases ideológicas e culturais que sustentam o capitalismo. Além disso, boa parte das experiências da chamada economia social e solidária, nesses países, está intimamente vinculada às comunidades onde se desenvolvem.

De maneira geral, resguardando variações, essas características podem ser observadas também nos empreendimentos solidários existentes na América Latina, que conformam o que vem sendo chamado de economia solidária. Em solo latino-americano, parte das experiências econômicas das classes populares também se move sobre bases que prezam a posse coletiva dos meios de produção, a autogestão e trabalham tendo como referência relações de trabalho e sociais mais justas, ideais de solidariedade e de autonomia e a preservação do planeta. Da mesma forma, têm a comunidade como referencial de atuação, no sentido dado por Tiriba (2001, p. 364), como um espaço datado e situado, onde se materializam as relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores associados e que é determinante da economia solidária, na medida em que a prática econômica não se torna solidária a partir do caráter individual de seus participantes, mas “quando o trabalho e a comunidade tornam-se os fatores determinantes de todos os demais fatores da produção”.

De acordo com Genauto França-Filho (2002), ambas, economia social e economia solidária, têm relações de origem com a tradição do movimento associativista operário, já apresentada³⁰. Entretanto, segundo França-Filho (2002, p. 11), apoiado em Jean-Louis Laville, na Europa, a relação com o Estado social é constitutiva das experiências associativas,

³⁰ França-Filho (2002) também discute o terceiro setor e a economia popular, que não serão aprofundados neste momento, por se afastarem do escopo deste texto que pretende discutir, em linhas gerais, o surgimento do fenômeno das redes de economia solidária, que aqui estão posicionadas a partir de um processo histórico que tem suas origens na tradição do movimento associativista, mas também na tradição dos movimentos populares e dos povos originários, na América Latina. Por isso, a abordagem, neste capítulo do texto, se limita a discutir a economia social e a economia solidária. A título de registro, para o autor, o “terceiro setor” é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, impregnado pela ideia de filantropia. É ligado ao contexto norte americano, no qual a relação com uma tradição de estado social não é expressiva. Já a economia popular seria uma experiência latino-americana, marcada pela “aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina”. Nesses casos, a solidariedade seria a base fundamental sobre a qual se erguem as atividades econômicas (FRANÇA-FILHO, 2002, p. 16).

de forma que a economia social “é um elemento que está em interação histórica e constante com os poderes públicos”.

O percurso da economia social segue num progressivo reconhecimento de sua prática pelo poder público levando à “elaboração de quadros jurídicos que tanto conferiram existência legal às iniciativas como contribuíram para separar o que o movimento associacionista original queria reunir” (FRANÇA-FILHO, 2002, p. 12). Surgem aí os diferentes estatutos jurídicos de organizações cooperativas, mutualistas, associativas e as fundações. Nesse marco, as práticas da economia social se modificam, principalmente, em razão de um movimento de especialização e profissionalização de gestão, fortemente marcado por sua relação com o poder público ou com o mercado. Com diferentes estatutos e dinâmicas, essas organizações econômicas tendem a se isolar e a se vincularem à economia capitalista. Do ponto de vista interno, observa-se a mudança de perfil dos integrantes das organizações. “Os militantes políticos [...] pouco a pouco são substituídos por profissionais de forte caráter tecnoburocrático, cuja presença passa a ser hegemônica nessas organizações. A dimensão técnica ou funcional da organização passa então a primar sobre seu projeto político” (FRANÇA-FILHO, 2002, p. 12).

Seguindo outra rota, a economia solidária se desenvolve tendo mais acentuada a dimensão política transformadora em sua prática discursiva e também, em alguma medida, em sua ação. É um fenômeno econômico-social que para França-Filho (2002) vai se tratar de uma forma específica de regulamentação da sociedade (hibridação de economias e territorialização de demandas); para Singer (2002) vai se tratar de um modo de produção diferente do capitalismo e para Antônio Cruz (2006) será uma forma de estabelecer relações econômicas e sociais não-capitalistas.

Se na Europa é justamente a relação com o poder público que marca a economia social e, no momento em que o Estado de Bem Estar Social entra em crise e deixa de ser o aplacador das desigualdades geradas pelo capitalismo, essa mesma economia social vai passar, na visão de determinados autores como Laville (2009), Gaiger (2009) e França-Filho (2002), por uma reatualização se aproximando novamente do debate da transformação social e sendo autorizada, em alguma medida, a receber o adjetivo “solidária”, na América Latina o processo se dá de maneira diferente.

Em solo latino-americano, é justamente o estado neoliberal, com sua implacável política de abandono dos estratos sociais mais desassistidos, que vai marcar o aparecimento da chamada economia solidária e levá-la a articulações com a economia popular. Essa mesma economia também estará imbricada com a tradição e a história de culturas ancestrais e

originárias dessa terra (TIRIBA; FISCHER, 2013). Modos não-capitalistas de viver e produzir dos povos da floresta, das comunidades indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos caiçaras e de outros povos e comunidades tradicionais milenares vão interagir e influenciar as experiências de trabalho associado, solidário e autogestionário no continente³¹.

Refletindo sobre o surgimento da economia solidária nos últimos anos do século XX, principalmente, em países do Cone Sul, Cruz (2009c) afirma que duas variáveis, inclusive contraditórias, concorreram para o fenômeno. Uma delas seria a implementação das políticas neoliberais, que tiveram suas bases definidas no Consenso de Washington³², e a outra, o resultado das ações políticas dos setores populares.

As reformas do Plano Brady/Consenso de Washington tentaram responder, com um viés nitidamente conservador, à enorme pressão popular dos anos 80, que havia derrubado os governos militares do continente [Latino-americano] e que exigia reformas sociais que reduzissem as desigualdades sociais. Esses movimentos, liderados por diferentes matrizes discursivas – da esquerda marxista e da teologia da libertação às formas diversas de resistência local e autóctone etc. – tinham em comum um apelo à radicalização da democracia, ou seja: à ‘organização a partir de baixo’, ao assembleísmo, à autogestão, à democracia direta, à transparência, a pautas emancipatórias (CRUZ, 2009a, p. 04).

A avalanche neoliberal atinge os movimentos sociais populares que, “estilhaçados pela fragmentação do mundo do trabalho e pela crise dos modelos de esquerda” (CRUZ, 2009a, p. 04), recorrem a seus repertórios de organização e de participação direta para enfrentarem os déficits sociais e econômicos que lhes foram impostos. Assim, parte de seus integrantes lança mão de estratégias solidárias e autogestionárias de múltiplas ordens, para desenvolver suas atividades econômicas e sobreviver.

³¹ Partindo das características gerais consoantes, o que parece diferenciar, mais profundamente, as experiências de economia solidária na Europa ocidental e na América Latina, talvez seja o elemento “popular” mesclado, em alguns casos, com o elemento étnico, cultural das experiências latino-americanas. Nos países de economia dependente, a opção dos trabalhadores associados é, antes de tudo, pela sobrevivência (TIRIBA, 2001). É a necessidade que, primeiro, empurra a roda da economia solidária. Seja nas periferias das grandes cidades; seja no campo, desestruturado pelo avanço do agronegócio; seja nas comunidades tradicionais, vítimas das políticas de desenvolvimento do capital, o povo excluído de todas as formas do mercado capitalista, só tem a si mesmo como auxílio a sua sobrevivência e, por isso mesmo, lançam mão de relações solidárias e comunitárias para sobreviver. Essa realidade é vivida de maneira um pouco distinta pelos países centrais, que herdaram a experiência do estado keynesiano. Tiriba (2001, p. 130), em diálogo com outros atores como Nestor Canclini e Luis Razeto, discute a categoria “popular”, afirmando que não é possível, no atual momento histórico, conceber o popular “como algo ‘puro’, ‘bom’ e tampouco necessariamente ‘libertador’”. Para a autora, as culturas populares estão atravessadas pela materialidade de suas vidas, por uma relação de apropriação desigual e pelo conflito com os setores hegemônicos.

³² O Consenso de Washington, trata-se de uma proposta econômica, que tem como base as formulações do economista norte-americano John Williamson, que interpreta a crise econômica latino-americana e sugere ações para revertê-la. Washington recomenda dez reformas a serem implantadas nos países latino-americanos, entre elas se destaca: reforma fiscal, abertura comercial, política de privatizações, eliminação de subsídios e de aumento de gastos com saúde e educação, por parte do Estado (PEREIRA, 1991).

Esse enredo se repete em muitas cidades do Cone Sul. Segundo Tiriba (2008), principalmente nos grandes centros urbanos, proliferam-se formas não assalariadas de trabalho. Parte dessas formas não se enquadra no que, nesta pesquisa, vem sendo chamado de economia solidária. Elas ocupam outro lugar no complexo mundo do trabalho, que se subdivide em muitas possibilidades: formal, informal, precário, terceirizado, “cooperado”, etc. Por outro lado, parte delas, sim, enquadra-se. Nesse último caso,

trata-se de um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais, nas quais as pessoas se associam e cooperam reciprocamente. Contrapondo-se à lógica da competição própria das organizações capitalistas, ao invés da apropriação privada, o objetivo é a apropriação coletiva dos meios de produção e, por conseguinte, dos frutos do trabalho (TIRIBA, 2008, p. 77-78).

A proliferação dos empreendimentos solidários, que aprimoram sua organização como movimento social, também conta com o apoio técnico-político de entidades como igrejas, sindicatos, organizações não governamentais, universidade, entre outros, que assessoram os trabalhadores na constituição e na gestão de seus empreendimentos. Boa parte das entidades desenvolve processos formativos para o exercício da autogestão (SINGER, 2002).

A maior parte dessas instituições é mediadora do atendimento que o Estado presta a parte das demandas do movimento de economia solidária (TIRIBA, 2008). No Brasil, por exemplo, no primeiro ano de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cria a SENAES, que atua conjuntamente com outros ministérios como o da Educação, da Ciência e Tecnologia e o da Agricultura, para dinamizar a economia solidária³³.

No Brasil, o nome do economista Paul Singer foi se transformando em uma referência, sobre a economia solidária. Singer senta as bases históricas desse fenômeno nas experiências associativas na Europa, durante o século XIX e o considera herdeiro, principalmente, das reflexões e dos projetos desenvolvidos por Robert Owen. Para o teórico, a economia solidária, atualmente, se manifesta como um outro modo de produção, que organiza seu processo produtivo de forma a se opor ao capitalismo, concorrendo com este último na construção de outra sociedade. Essa concorrência acontece de forma que ambos os modos de produção conviverão na mesma organização social por amplo período (SINGER, 2002).

³³ De acordo com dados da própria SENAES, em 2015, o país contabilizava 120 instituições de ensino superior que contavam com uma incubadora de projetos e economia solidária. As incubadoras se configuravam como mecanismos de dinamização e de formação dos empreendimentos solidários. Somente no ano de 2015, o governo disponibilizou R\$ 20 milhões em financiamento, para as incubadoras. As informações estão disponíveis no site da SENAES. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/empreendimentos-receberao-mais-de-20-milhoes-da-economia-solidaria>. Acesso em: 06 mai 2018.

Para ele, a unidade típica de economia solidária é a cooperativa de produção que deve se organizar de acordo com os princípios:

posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado ‘sobras’) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER: 2000, p. 13).

Com essas características, os empreendimentos solidários seriam capazes de reorganizar o processo produtivo e, ao se desenvolverem e acumularem forças, lograriam se desvencilhar da lógica concorrencial predatória do capitalismo e de sua lógica de competição. Para Singer (2004, p. 21), a transformação da sociedade, não passaria mais, necessariamente, pelo controle do Estado por parte dos trabalhadores. A destruição do capitalismo se daria “por meio da ação direta no seio da sociedade civil, mediante a construção de uma economia solidária e preservacionista e de revoluções culturais diversas, das quais a feminina parece ser a mais adiantada”. O desafio dessa economia, que, atualmente se desenvolve nos “interstícios”, nos vácuos deixados pelo modo de produção capitalista que, por definição, é incapaz de incluir a todos, seria, justamente, deixar de ser um modo de produção intersticial para se tornar um modo de produção hegemônico (SINGER, 2002).

Apesar de reconhecer que a vida das classes populares é permeada pela solidariedade, uma vez que entre seus integrantes há menos competição do que entre os integrantes de outras classes (SINGER, 2001), nas discussões feitas por Singer o popular e étnico não possuem centralidade na constituição do fenômeno da economia solidária. As análises do autor passam mais pelas formas organizativas das atividades econômicas dos trabalhadores associados e de como essas atividades podem transformar a sociedade.

De maneira diferente, mas ainda em solo sul-americano, está a produção teórica do chileno Luis Razeto³⁴. Segundo Cruz (2006), talvez tenha sido Razeto o primeiro a indicar a existência de uma atividade econômica, localizada nas camadas populares da sociedade e que, apesar de traços semelhantes ao cooperativismo clássico, se afastava do mesmo, não só politicamente, mas também ideologicamente. Estudando essas experiências, Razeto teria cunhado o termo “*economía de solidariedade*”.

³⁴ Uma grande parte da obra teórica de Luis Razeto está disponível para consulta na página eletrônica do autor: <http://www.luisrazeto.net/>.

Ao unir as palavras “economia” e “solidariedade”, Razeto (1999) tentava imprimir à noção de economia uma dimensão ética, diferente da geralmente agregada ao discurso econômico, que diz respeito, a maioria das vezes, a noções como as de “libertad de iniciativa”, “eficiência”, “creatividad individual”, “justicia distributiva”, “igualdad de oportunidades”, “derechos personales y colectivos” (RAZETO, 1999, s/p).

De forma parecida, o autor avalia que o discurso corrente em relação ao termo solidariedade tem sido atrelado a uma ética, a uma religiosidade, a uma espiritualidade que, baseadas no amor e na fraternidade, demonizam as relações econômicas e estabelecem com elas relações de denúncia, questionamento e enfrentamento, ainda que, em alguma medida, nesse mesmo discurso clássico sobre a solidariedade, o conteúdo ético e solidário do trabalho seja destacado e pequenas e sofridas experiências econômicas sejam valorizadas.

Ao separar o trabalho de sua realização em organizações e estruturas econômicas, o discurso mais corrente sobre solidariedade (semelhante ao que fez o discurso clássico econômico) manteve a solidariedade, a fraternidade, o amor do lado de fora da economia. De fato, o desafio reflexivo de Razeto parece caminhar na direção de associar ao exercício da prática econômica a produção de uma nova ética, focada em valores humanitários, democráticos, igualitários, solidários, em última instância. O intento é transformar desde dentro e estruturalmente a economia, gerando uma nova racionalidade econômica (RAZETO, 1999).

Em escala global, o autor entende que a solidariedade, em determinados grau, nível e forma, está presente nas mais distintas atividades econômicas, inclusive na empresa capitalista, e convoca toda a sociedade. Trata-se, nesse caso, de ampliá-la a índices cada vez maiores, solidarizando em crescentes medidas as atividades econômicas existentes. Por outro lado, o autor também advoga a necessidade de construção de um setor especial da economia, fundado estruturalmente na solidariedade, onde essa seja o elemento articulador em todos os processos econômicos desde a produção, a distribuição até o consumo (RAZETO, 1999; 2001). As camadas populares da sociedade, onde a solidariedade já é um elemento constitutivo das demais relações sociais, seriam o lugar onde se observa a construção da economia solidária como esse setor especial da economia.

Em um de seus últimos trabalhos, apresentado no seminário “Mercado, estado e Sociedade Civil, no Vaticano e detalhado no livro “Teoría Económica Comprensiva”, Razeto (2017) defende a necessidade da sociedade atual, que estaria numa rota de mudança, redefinir o que entende por mercado, por Estado e por sociedade civil. Para o autor, não é possível refletir nos marcos teóricos elencados até então que, segundo ele, vinculam o mercado ao

capitalismo; a atividade institucional ao Estado e o altruísmo e a caridade à “solidariedade civil”³⁵.

O mercado como forma de relação estabelecida entre os componentes da sociedade com o objetivo de fornecer à sociedade o que ela precisa para sua sobrevivência e desenvolvimento, sempre existiu e para o autor, sempre existirá. Entretanto, Razeto (2017) destaca que encontrou, em escala local e comunitária, formas de mercado mais justas, mais democráticas e menos concentradas. A existência dessas novas possibilidades de organização faz o autor se perguntar sobre como aperfeiçoar o mercado, numa escala global e complexa, no sentido de lhe tornar também mais justo, democrático, igualitário, cooperativo, solidário. Trata-se de conceber e de organizar um mercado não-capitalista.

Raciocínio semelhante se empregaria à existência de uma institucionalização que não necessariamente precisa ser a materializada na forma do Estado. Para Razeto (2017), é possível falar em uma forma de organização social descentralizada e orientada de baixo para cima, onde as camadas da base da sociedade possam se responsabilizar pela realização e ordenação do que lhes é possível, proporcionalmente, arcar. E claro, o mesmo se passa com a ideia de solidariedade civil, uma vez que ela não se resume ao ato de doação ou filantropia. Ela pode, na perspectiva no autor, ser melhor definida por outras expressões como o cooperativismo, o comércio justo, o consumo responsável, as finanças éticas, as redes de informática, os aplicativos que facilitam a participação, entre outros exemplos (RAZETO, 2017).

Pensando os diversos componentes constitutivos da sociedade contemporânea, o trabalho de Razeto parece caminhar na direção de afirmar a construção de uma nova ética que informe a construção de uma nova estrutura de sociedade. Uma ética solidária que corresponde a uma sociedade onde as relações políticas, sociais, econômicas e culturais sejam marcadas pela solidariedade. O homem que produz essas relações também é um homem de novo tipo. Esse novo indivíduo, que o atual momento civilizatório demandaria, observaria, pelo menos, três dimensões: a da criação – relacionada a uma capacidade criativa do homem, de criar o novo; a autonomia – na direção do sentido que lhe dá Antonio Gramsci, de que não é suficiente se afastar e depois se opor a determinada estrutura, é preciso ser capaz de propor uma nova existência a partir disso; e a solidariedade – que não seria somente da ordem do

³⁵ Razeto (2017) utiliza a expressão “solidariedade civil” no lugar de “sociedade civil”, por entender que o primeiro expressa uma racionalidade constituinte do segundo.

indivíduo, mas ultrapassaria as paredes da vida privada, expandindo-se pela família, pelo bairro, pela sociedade (RAZETO, 2016).

Outro autor que contribuirá para o debate da economia solidária, a partir da América Latina, será José Luiz Coraggio³⁶. Ele parte da análise de experiências observadas na Grande Buenos Aires, Argentina, para identificar a existência de traços, numa ampla gama de atividades desenvolvidas pelos setores populares da sociedade, que ele vai sugerir que possam se agregados em uma possível economia social (CORAGGIO, 1997).

O autor vislumbra a possibilidade de criação de um terceiro polo na economia (além do polo empresarial e do polo público), que seria o polo popular, que estaria povoado por diversas iniciativas, relações e redes, formadas por empreendimentos variados desde cooperativas de produção, consumo, serviços; iniciativas de poupança e crédito social, associações de produtores autônomos; associações culturais; segmentos de investigação e assistência; clubes de troca até outros empreendimentos, inclusive informais e familiares.

Diferente dos outros dois polos, as atividades econômicas nesse polo seriam orientadas para a reprodução ampliada da vida de seus membros e seriam definidas pela centralidade do trabalho e não do capital (CORAGGIO, 1997). Seu foco seria muito mais as necessidades demandadas e acordadas pela população local do que as “necessidades” criadas pelo sistema simbólico-midiático do capital que estimula o consumismo e a individualidade.

Ainda que o desenvolvimento local possa ser um mobilizador para essa economia, ele não deve ser uma clausura. Coraggio (1997, p. 37) prevê uma economia popular amplamente articulada, superando sua fragmentação inicial, “formando um subsistema organicamente integrado, ainda que aberto” e em disputa com o mercado global.

O horizonte de Coraggio (2002) parece estar na contenção, por meio de limites sociais, ao mercado capitalista, almejando um mercado mais justo, fruto de relações de produção também mais justas e igualitárias. Para ele, a economia social não pode, de partida, “pretender a grandiosa tarefa de substituir o sistema capitalista” (CORAGGIO, 1997, p. 36). Seus olhos estão voltados para uma economia popular que se materializa na realidade, subordinada à cultura e ao poder da sociedade capitalista e que enfrenta uma série de contradições na cotidiana tarefa de garantir a vida e de produzir uma “economia do trabalho” em oposição a uma “economia do capital” (CORAGGIO, 2003).

³⁶ Grande parte da produção teórica do autor pode ser consultada em sua página pessoal na internet: <http://www.coraggioeconomia.org>.

O desafio de concorrer com o mercado capitalista, preservando suas características e não caindo na lógica de produção capitalista que explora o trabalhador e almeja o lucro infinito, requer das empresas da economia social uma estratégia de ampliação de suas redes de atuação, inclusive, reinvestindo excedentes produtivos na expansão do setor “creando o subsidiando las etapas iniciales de otras organizaciones que comparten su lógica, y que pueden ser de muy diverso tipo” (CORAGGIO, 2002, p. 02).

Na composição dessas experiências econômicas, o autor não exclui todo o histórico de produção não capitalista vivenciado pelos povos originários das Américas, antes da colonização européia. Dessa forma, o desafio atual de construção de outra forma de produzir socialmente deve se ocupar de buscar as contribuições dessas experiências originais e do produto surgido do encontro com a história européia (CORAGGIO, 2002).

Por fim, ressalta-se que, na visão do autor, é preciso a realização de adequações jurídicas, políticas, econômicas e culturais para o desenvolvimento desse setor popular da economia (CORAGGIO, 1997; 2002). Para isso, o autor entende que é necessário modificar a estrutura estatal, ampliando-a na direção da participação social, fortalecendo uma democracia participativa.

Esses três autores citados, não esgotam o amplo campo de debates teórico-práticos em torno da economia solidária, na América Latina, mas suas obras são referências não só para quem estuda o tema, mas também para quem constrói a economia solidária. Certamente, haverá outras referências, mas avalia-se que esses três autores dão um panorama teórico denso, em especial, para essa pesquisa. Cruz (2006) realiza uma síntese importante sobre a relação estabelecida entre as obras dos três autores, que serve de base para a síntese apresentada também neste texto.

A proposta de Singer de encarar a economia solidária como um novo modo de produção, que precisa se desenvolver, deixar de ser um fenômeno restrito aos interstícios do capitalismo e disputar a hegemonia da sociedade com o modo de produção atual, parece estabelecer algum nível de relação com a proposta de Coraggio que sugere a criação de um novo setor econômico, o popular, composto por trabalhadores que têm o trabalho como principal meio para a reprodução de suas vidas e onde seja possível desenvolver uma série de atividade e de relações fundadas em estruturas e processos não-capitalistas. Por fim, ambas as propostas, para sua realização, parecem conceber, direta ou indiretamente, mudanças culturais, políticas e econômicas articuladas por uma postura solidária, capaz de informar a criação de um novo sujeito, de um homem de novo tipo, portador de uma ética também nova,

uma ética solidária, que constituirá todas as relações sociais em escalas locais e com tendência à universalização, conforme reivindica Razeto.

2.2.2.2 *A economia solidária e a autogestão como forma de transformação*

Para encerrar esse segmento que informa a discussão teórica que tem sido feita dentro do campo Trabalho-Educação, a partir de estudos relacionados às experiências de trabalho associado e autogestionário e, no caso desta tese, mais especificamente, a partir de experiências de trabalho associado dentro do universo da economia solidária, registra-se ainda a emergência de uma série de pesquisadores que abordam o atual fenômeno da economia solidária – diferentemente dos autores estudados anteriormente na Europa e na América Latina – a partir de um enfoque de transformação social, com base na autogestão³⁷.

O olhar desses autores está direcionado para o futuro, onde vislumbram a superação da sociedade capitalista. Para eles, a autogestão é o meio e o fim das lutas dos trabalhadores na busca de uma sociedade para além do capital (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2013). É por meio da autogestão, experimentada nas unidades produtivas de trabalho associado e autogestionário, mas não somente ali e sim expandida para todas as outras relações sociais – como, por exemplo, nas escolas, nas gestões das cidades, nos meios de comunicação, etc – que a sociedade poderia avançar na direção da construção do chamado “socialismo autogestionário”.

As possibilidades de construção do socialismo não nascem somente das idéias e das teorias, elas são criadas pelos trabalhadores na luta permanente contra o capitalismo, nas suas experiências (THOMPSON, 1981), nas invenções concretas que buscam reinventar os modos de viver, de conviver e de produzir, superando a lógica da exploração do trabalho e a separação, histórica e ideológica, entre os que pensam e os que fazem, ou seja, em suas práxis (KOSIK, 1976; VÁZQUEZ, 2003). Por isso, a autogestão é, na perspectiva aqui apresentada, encarada como espaço de experimentação e de aprendizagem.

Ao se desafiarem a construir empreendimentos solidários autogestionários, os trabalhadores estão se desafiando a interpretar papéis que, no enredo capitalista, não são

³⁷ Podem ser citados, somente a título de exemplo, tendo clareza de que muitos outros pesquisadores contribuem para a produção teórica do campo, os autores: Claudio Nascimento, Lia Tiriba, Maria Clara Bueno Fischer, João Bernardo, Henrique Novaes, Neusa Dal Ri, entre outros.

deles. No trabalho associado e autogestionário, os trabalhadores aprendem a gerir a produção, uma vez que são seus próprios patrões; aprendem a construir alternativas e respostas a problemas que, antes de se responsabilizarem por todo o processo produtivo, sequer conheciam; se afastam do processo alienante que estrutura o trabalho assalariado. Eles vão aprendendo a gerir as empresas e as sociedades da única maneira que, segundo Bernardo (2005), é possível aprender: gerindo a própria luta³⁸.

Ainda que, para essa vertente teórica, a autogestão seja a “magnífica escola” da classe trabalhadora (NOVAES, 2013), ou seja, a mediação necessária para a classe trabalhadora romper com a alienação do capital, com a separação entre a concepção e a execução, com a condição do trabalho como mercadoria, com a propriedade privada dos meios de produção, ela não é um conceito que possa ser isolado do seu contexto histórico e do movimento do real (TIRIBA, 2008).

No atual momento de arrefecimento das lutas populares e de avanço do capital, a autogestão criada e vivida pelos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária tem graus variados de radicalidade. Da mesma forma que Razeto (2001) alerta que a solidariedade praticada no âmbito das experiências de economia solidária não é pura, também não o é a autogestão.

Os empreendimentos solidários não são ilhas no meio do mar social, isoladas, protegidas do poder e dos interesses do capital. Sua própria sobrevivência parece estar atrelada às maneiras que eles encontram de lidar, em alguma medida, com o mercado capitalista e suas dinâmicas de funcionamento. Segundo constatou Cruz (2006, p. 103) em suas pesquisas, os empreendimentos de economia solidária “que buscam ou buscaram ignorar as determinações do processo de concorrência capitalista, ainda que em escalas muito modestas, foram incapazes de subsistir como IESs [iniciativas de economia solidária]”. E se a experiência de produção fecha as portas, também a autogestão que elas movimentam se encerra.

É claro que não se trata aqui de decretar a impossibilidade de sobrevivência e de desenvolvimento dos empreendimentos solidários autogestionários, nos termos já definidos. Ao contrário, trata-se de evidenciar, de maneira explícita, que esses empreendimentos estão construídos por meio de um processo intensamente contraditório e que, a depender do

³⁸ O aspecto pedagógico das experiências de trabalho associado e autogestionário será abordado, mais detidamente, adiante por se tratar de um dos elementos chaves da pesquisa. Por hora, ele está sendo citado de forma a informar o debate do campo da economia solidária.

espaço/tempo em que se realizam, podem pretender objetivos mais concretos, ou mais modestos de transformação social.

Aos trabalhadores associados e autogestionários parece estar colocado o desafio diário de subverter o processo de produção, criando, no discurso e na ação, formas não-capitalista de atuação e de realização do trabalho, engendradas em relações de solidariedade. A contradição parece, justamente, estar em tentar viver e produzir a partir da solidariedade do trabalho estando imerso na sociedade capitalista.

Pesquisando redes de economia solidária, Pedro Costa, Fabio Meira e Ana Icaza (2016), definiram como sendo uma contradição fundamental³⁹ da economia solidária o fato dela se apoiar em uma prática discursiva de transformação social, mas estar imersa nas relações sociais dessa sociedade que pretende transformar.

Os autores estavam interessados em ver como essa contradição se manifesta nas redes de economia solidária. Para isso, buscaram estudar 13 experiências de redes de economia solidária, ligadas ao setor de vestuário e localizadas na região metropolitana da cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil. Como parte de suas conclusões preliminares e exploratórias, eles afirmam que

As experiências apresentadas vivenciam clara e duramente a contradição e o dilema de inserção, disputa ou construção de alternativas ao mercado, ao mesmo tempo que procuram afirmar valores solidários de organização do trabalho. Tais dilemas e contradições, se já são difíceis de serem enfrentados no âmbito interno dos EES [empreendimentos de economia solidária], parecem potencializar-se nas redes de EES (COSTA; MEIRA; ICAZA, 2016, p. 63).

A contradição de se produzir de determinada maneira e de, ao mesmo tempo, estar imerso em uma sociedade que se organiza de forma oposta permeia todo o trabalho desenvolvido no âmbito desta pesquisa, uma vez que sendo ela constitutiva dos empreendimentos de economia solidária, também é vivida nas relações que eles estabelecem, em suas redes. Todo esse processo é profundamente formativo e elementos teórico-metodológicos que o definem serão apresentados a seguir. Trata-se de se debruçar sobre os conceitos de práxis, sobre a ideia de experiência como aprendizado, sobre os processos pedagógicos envolvidos e sobre os saberes do trabalho associado e autogestionário criados, afirmados.

³⁹ Os autores adjetivam a contradição de “fundamental” não por ela ter um caráter original ou criador da economia solidária, mas por ela “simplesmente salientar uma contradição que, tanto do ponto de vista empírico quanto teórico, tem se mostrado persistente e de difícil superação” (COSTA; MEIRA; ICAZA, 2016, p. 48).

3 EDUCAÇÃO E TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO: A PRÁXIS QUE FORMA

O processo formador – de saberes, de consciências, de identidades, de valores, de “processos de humanização”, nos termos de Arroyo (2012) – mediado pela experiência de constituição e desenvolvimento de redes de economia solidária, pelo qual passam trabalhadores e trabalhadoras associadas e autogestionárias, será compreendido e analisado nesta pesquisa a partir da práxis como categoria histórica e totalizante e da experiência, como categoria teórica que possibilita, como informa Thompson (1981), a “reinscrição do sujeito na história”, na medida em que esses trabalhadores e essas trabalhadoras, apesar de sofrerem condicionamentos da estrutura que define o modo de produção capitalista, constroem com suas práxis processos também estruturantes, que lhes formam e também formam a sociedade.

A práxis, categoria metodológica complexa e que tem sido cara à tradição marxista e aos estudos do campo Trabalho-Educação, é a categoria que informa a pesquisa e enquadra a análise feita a partir da relação estabelecida entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa. Trata-se de uma categoria que anuncia, de partida, o lugar de onde o autor fala. Ela não é neutra, nem parcial, nem técnica e está sempre vinculada à perspectiva de transformação social (BARROS, 2016).

A filosofia da práxis surge com Marx, quando ele, junto a outros intelectuais de seu tempo, associam, à sua atividade intelectual, uma ação militante. Era, então, o século XIX e, na Europa, a intensa atividade nas fábricas e a agitação política colocavam em choque burguesia e classes organizadas de trabalhadores. O idealismo abstrato, o positivismo cientificista e o materialismo vulgar já não lhes pareciam suficientes. Era preciso fazer algo para transformar as relações sociais instituídas até então. Era preciso fazer a história. Nascia ali um novo tipo de intelectual, aquele que associava, à sua prática teórico-abstrata, crítica, ação e compromisso com o próprio grupo social (SEMERARO, 2006). Nascia também uma filosofia que considera a influência da atividade humana sobre o pensamento, não tomando o objeto como a coisa em si, independente, a ser conhecida e nem o sujeito como ser independente da realidade objetiva, que desenvolve por meios e formas particulares o modo para se chegar ao conhecimento.

A compreensão materialista da história, na qual os homens “desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento” (MARX; ENGELS, 1999, p. 22),

explicita uma associação entre o pensamento e a ação e o seu fruto. Essa associação entre teoria e prática se chama práxis e ela não é privilégio dos intelectuais, ou do pensamento científico. Ela é, segundo Karel Kosik (1976), inerente aos seres humanos, de tal forma que responder o que é práxis, implicar em nos perguntar o que é o homem, pois não existe práxis sem humanos e tampouco existem seres humanos sem práxis. Ela revela a condição ontocriativa do ser humano, que é, ao mesmo tempo, “ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade em sua totalidade)” (KOSIK, 1976, p. 202).

Não há que se falar de uma relação de oposição entre prática e teoria, como também não há hierarquias ou sobreposições entre os dois elementos. Da mesma forma, não se trata da simples união de dois campos distintos e separados. Teoria e prática, na práxis são, conforme Saviani (2008), dois aspectos, ainda que “distintos”, “fundamentais” da experiência humana.

Segundo o autor, prática e teoria são “inseparáveis” e uma é responsável pela definição e pela caracterização da outra de forma que uma só existe a partir da outra. A teoria se desenvolve a partir da prática que lhe fornece fundamento, finalidade e critério de verdade, explica Saviani (2008), inspirado em Marx. Da mesma forma, os seres humanos ao agirem, projetam, idealmente, a resposta que desejam obter com sua ação. Agem com uma finalidade, com objetivos e “o ato de antecipar mentalmente o que será realizado significa exatamente que a prática humana é determinada pela teoria” (SAVIANI, 2008, p. 127).

A relação estruturante entre os dois aspectos da práxis não implica, entretanto, em uma relação, necessariamente, equilibrada, estável. Silvio Gamboa (1995) se ocupa em destacar o aspecto dialético da práxis. Segundo ele, trata-se de uma relação dinâmica, marcada por tensões, embates que fazem com que o resultado de sua interação possa estar em movimento. Além disso, é possível falar de tipos de práxis diferentes.

3.1 DA PRÁXIS UTILITÁRIA A INAUGURAÇÃO DE UMA PRÁXIS CRÍTICA

A práxis, apesar de inerente a todos os seres humanos, não se manifesta da mesma maneira em todos e nem em todos os momentos. Em sua obra mais paradigmática, “Dialética do Concreto”, Kosik (1976) se dedica a compreender a práxis e seus predicados tendo a dialética como método. O convite, e desafio, feito por Kosik é a apreensão da realidade e de

sua totalidade em concreto, o que nesse caso significa em oposição a uma apreensão ingênua, fetichizada da realidade.

Segundo o autor, na vida diária, em contato com a realidade, vemos e percebemos a manifestação fenomênica dos eventos e não sua essência. No contexto de sua cotidianidade, os homens agem de forma objetiva e prática buscando alcançar um fim ou interesse. Para o autor, a reação primeira dos homens frente ao mundo não é especulativa. Eles não procuram analisar e compreender a realidade teoriocamente. Agem sobre ela e vão, no movimento do real, criando suas próprias representações das coisas do mundo e de suas relações. Esse ato, realizado no cotidiano, Kosik (1976) nomeia *práxis* utilitária. Ela é, nesse sentido, orientada pela forma fenomênica da realidade, está impregnada de senso comum, não sendo fiel ao conceito, ou à essência da coisa em si.

Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma) não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da *práxis* cotidiana. A *práxis* utilitária cotidiana cria o ‘pensamento comum’ [...] como forma de seu movimento e de sua existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias (KOSIK, 1976, p. 15).

Apesar de não proporcionar, ao homem, a compreensão das coisas e da realidade, a *práxis* utilitária lhe concede condições “de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las” (KOSIK, 1976, p. 10). Nesse movimento, a *práxis* constrói o mundo, o ambiente material do indivíduo histórico, ao mesmo tempo em que vai fixando, no que Kosik chama de “atmosfera espiritual”, a aparente realidade que fornece ao homem pretensa intimidade, confiança e produz o sentimento de naturalidade frente aos elementos da vida cotidiana.

Esses elementos comuns, regulares, imediatos, evidentes da vida cotidiana, ao penetrarem na consciência dos indivíduos agentes e assumirem aspecto independente e natural, formam o que Kosik chama de “mundo da pseudoconcretude”, um mundo que apresenta manifestações do mundo real, apesar de ocultá-lo. “O mundo da pseudoconcretude é um claro-escuro de verdade e engano. [...] O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial” (KOSIK, 1976, p. 11).

O mundo real não é algo transcendente, ou que se apresenta em oposição a um suposto mundo ilusório visível. O mundo real é o mundo da *práxis* humana, ou seja, é “a compreensão da realidade humano-social como *unidade* de produção e produto, de sujeito e objeto, de

gênese e estrutura” (KOSIK, 1976, p 18). Imergir na pseudoconcretude é, justamente, separar o produto do produtor da história e da realidade. É apresentar e compreender o mundo e a realidade como alheios e realizados à revelia do próprio homem. Nesse sentido, a pseudoconcretude é “a redução do homem ao nível da *práxis* utilitária” (KOSIK, 1976, p. 19).

Destruir o mundo da pseudoconcretude, tarefa para o pensamento dialético, não é negar a existência ou a objetividade dos fenômenos do cotidiano, mas, sim, romper com a sua aparente independência e naturalidade, evidenciando seu caráter mediado, derivado, vinculado a um todo histórico e material. Entretanto, Kosik adverte que a destruição da pseudoconcretude por meio do pensamento dialético, que expõem as criações fetichizadas e também a essência da coisa em si, é apenas um lado da dialética como método revolucionário de transformação da realidade. “Para que o mundo possa ser explicado ‘criticamente’, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da ‘*práxis*’ revolucionária” (KOSIK, 1976, p. 18). Uma *práxis* transformadora, pela qual o homem produz a realidade, é ciente dessa produção e sabe que é também produzido por ela.

O cotidiano é o momento e o lugar eleito, pelo autor, para a manifestação da *práxis* utilitária. Encharcado por ações repetidas todos os dias, executadas de forma mecânica e que “há muito se transformaram em hábito”, ele não se apresenta mais como momento de criação. “Ocupar-se”, nos termos de Kosik (1976), define um esvaziamento do elemento criativo embutido na ação. Ao ser absorvido pelo “ocupar-se”, o homem “‘não pensa’ na obra. O ocupar-se é o comportamento prático do homem no mundo já feito e dado; é tratamento e manipulação dos aparelhos do mundo, mas não é *criação* do mundo humano” (KOSIK, 1976, p. 64).

O rompimento da cotidianidade – que nos termos de Kosik seria a manifestação da ação histórica ou da História – evidencia a existência de um mundo para além de sua fronteira. Entretanto, para a consciência ingênua, a “História” se apresenta como um evento que surge a partir do nada, não previsível, como uma catástrofe, como um destino, enquanto a cotidianidade é o natural, o familiar, o íntimo, o esperado. A consciência ingênua não se dá conta de que a História, esse movimento, esse rompimento, está em processo de construção permanente, tem a cotidianidade como seu pedestal, como seu material. “A hipótese da vida de cada dia como banalidade em oposição à História, como exceção, já constitui o resultado de uma certa mistificação”(KOSIK, 1976, p. 69).

História e cotidiano possuem uma interpenetração que não pode ser interrompida. A cotidianidade “suporta a História e a nutre, mas em si mesma não tem história, fica à

margem da História [...]. A cotidianidade é o mundo *fenomênico* em que a realidade se *manifesta* de um certo modo e ao mesmo tempo se *esconde*” (KOSIK, 1976, p. 71-72).

Apesar de se apresentar banal, seguro, íntimo, o mundo da cotidiana familiaridade não é um mundo conhecido, nem notório – pelo menos, não no seu aspecto concreto, real. Para que esse mundo “seja *reconduzido* à própria realidade, ele tem de ser arrancado da familiaridade intimamente fetichizada e revelado na sua brutalidade alienada” (KOSIK, 1976, p. 77).

A alienação da cotidianidade se reflete na consciência e para o homem conseguir superá-la é preciso estranhá-la, afastar-se dela, desligar-se dela. Segundo o autor é necessário “exercer sobre ela uma ‘violência’” (KOSIK, 1976, p. 78), no sentido de expô-la, de desmascará-la⁴⁰. Kosik adverte que esse estranhamento causado pelo desmascaramento da alienação do cotidiano não tranquiliza o homem, ao contrário. E mais, essa verdade descoberta, segundo ao autor, “não pode ser apenas *representada* ao homem, tem de ser praticada pelo próprio homem. O homem quer viver na autenticidade, quer *realizar* a autenticidade” (KOSIK, 1976, p. 78). Ela não pode ficar somente restrita ao plano das ideias, ela precisa se materializar na ação, gerando seus efeitos nos mais diferentes aspectos da sociabilidade humana, político, social, cultural, econômico, porque é assim, por meio da práxis, que o homem constrói a realidade e com isso constrói a si mesmo. Se não há trabalho, não há atuação – mesmo que haja, em algum nível, compreensão – não há transformação.

Por isso, há que se falar também de uma práxis revolucionária, transformadora (KOSIK, 1976). Estudando e debatendo “O Capital” – principal obra de Marx, na qual, segundo Kosik (1976, p. 166), o autor desenvolve “a ‘odisséia’ da práxis histórica concreta” – Kosik avança na compreensão de que a conclusão do desenvolvimento da práxis até uma práxis revolucionária, passa pelo entendimento do sistema capitalista em sua totalidade e concretude, o que significa descobrir “as leis imanentes do seu movimento e da sua destruição” (KOSIK, 1976, p. 168). “O *conhecimento* ou a *tomada de consciência* da natureza do próprio sistema, como sistema de exploração, são a *conditio sine qua non* para que a odisséia da forma histórica da práxis chegue a termo na *práxis revolucionária*” (KOSIK, 1976, p. 168).

⁴⁰ Pertinente registrar neste momento histórico, no qual o Brasil atravessa uma onda de conservadorismo fascista, perseguindo artistas e produtos da arte que, para Kosik (1976), a arte moderna e suas manifestações diversas – artes plásticas, poesia, teatro, cinema, etc – é uma das “violências” que os seres humanos exercem sobre o cotidiano, revelando seu aspecto real, destruindo sua pseudoconcretude.

3.2 AS DIVERSAS PRÁXIS IDENTIFICADAS POR VÁZQUEZ

Dialogando com Karel Kosik e matizando ainda mais as possíveis práxis humanas, cumpre ainda ressaltar alguns elementos presentes na reflexão realizada por Adolfo Sanches Vázquez (1980; 2003). O autor estabelece de partida que toda práxis é uma atividade, mas que nem toda atividade é uma práxis. O que qualificaria a atividade como práxis? Na compreensão de Vázquez (1980) atividade é o conjunto de atos pelo qual o sujeito (físico, biológico ou humano) modifica a matéria-prima, qualquer que seja ela, obtendo resultados de natureza diversa. Ela expressa traços de totalidade nas relações que estabelece entre as partes e o todo, uma vez que atos aleatórios e desarticulados não culminam, necessariamente, na modificação da matéria-prima.

O ser humano, que pode realizar uma atividade natural-instintiva como outros animais, realiza também um tipo de atividade específica que lhe distingue dos demais sujeitos agentes e que Vázquez chama de práxis. A atividade propriamente humana se caracteriza por ser iniciada por um processo que possui um fim determinado, planejado pelo sujeito. Trata-se da elaboração de algo que ainda não está feito como tal no presente. Nesse caso, “la determinación [da atividade] no viene del pasado, sino del futuro” (VÁZQUEZ, 1980, p. 246).

O sujeito humano utiliza a consciência para a realização da atividade humana, de forma que o resultado dessa atividade se produz duas vezes: um resultado real e outro ideal. Vázquez (1980) adverte que ambos os resultados não são, necessariamente, iguais e ressalta que a atividade humana se ocupa, mais do que nada, da tentativa de adequar, mesmo que não perfeitamente, o primeiro ao segundo.

A inadequação do resultado real ao ideal existe tanto nas atividades atomizadas dos indivíduos, como nas atividades no plano social. Segundo o autor (VÁZQUEZ, 1980, p. 247),

Mientras los hombres no son conscientes de las leyes que rigen el proceso económico-social, la persecución de diferentes fines por los miembros de la sociedad da lugar a actividades diversas de los individuos o grupos sociales en los que dichos fines se contraponen, equilibran, o subordinan entre sí produciendo resultados que no concuerdan con sus intenciones o que se dan con independencia de éstas.

Como exemplo dessa inadequação, o autor utiliza as relações sociais de produção, que são produzidas pelos homens, independente de sua vontade e sua consciência, que não é pura, é a “consciência do homem social” (VÁZQUEZ, 1980, p. 248).

Ainda que o fim seja o resultado de uma ação real que encontra suas raízes na consciência, esse mesmo fim não é uma atividade somente da consciência, uma vez que, ao planejar o resultado, o homem também precisa associá-lo à matéria ofertada pela natureza, a suas regras, a seus comportamentos, sua intenção é em alguma medida determinada pela matéria sobre a qual a ação se dará. Assim, o homem “puede ajustar sus actos como elementos de una totalidad regida por el fin” (VÁZQUEZ, 1980, p. 249).

Por meio do fim o homem estabelece uma relação entre o conhecimento do objeto e dos meios, instrumentos e condições para transformá-lo e a atividade prática. Para o autor, a atividade propriamente humana, ou seja, a práxis, é incapaz de separar a ação do pensamento. Refletindo nessa direção e inspirado em Marx, Vázquez (1980, p. 253) vai, assim, definindo o que vem a ser a práxis:

El objeto de la actividad práctica es la naturaleza, la sociedad o los hombres reales. El fin de esta actividad es la transformación real, objetiva, del mundo natural o social para satisfacer determinada necesidad humana. Y el resultado es una nueva realidad, que subsiste independientemente del sujeto o de los sujetos concretos que la engendraron con su actividad subjetiva, pero que, en definitiva, sólo existe por el hombre y para el hombre como ser social.

Para o autor (2003, p. 271-279), as formas de práxis podem variar segundo a natureza do objeto sobre o qual a atividade prática será exercida. Tal natureza pode ser propriamente humana ou não. A práxis produtiva está associada à atividade que o homem exerce, por meio do trabalho e inserido em relações sociais de produção, sobre a natureza, imediata ou já transformada, a partir da qual cria objetos úteis que satisfazem determinadas necessidades. Outra forma de práxis é a artística, pela qual se dá a criação ou produção de obras de arte. Trata-se, como a práxis produtiva, de uma atividade que modifica a matéria-prima, não sendo, entretanto, motivada por uma necessidade utilitária-prática e sim pela necessidade humana de expressão e comunicação. O autor assinala que, justamente por não estar limitada por um uso específico a ser dado à matéria trabalhada, a práxis artística “puede llevar el proceso de humanización que – en forma limitada – se da ya en el trabajo humano hasta sus últimas consecuencias” (VÁZQUEZ, 2003, p. 275). Por sua vez, a práxis experimental engloba as atividades científicas experimentais, que necessitam de investigações teóricas e, às vezes, de comprovações de hipóteses. Trata-se da manipulação do objeto de forma a buscar conhecer fenômenos, resultados, formas operativas, etc. Ainda que esse tipo de práxis possa ter como fim um resultado teórico, sua atividade não se caracteriza exclusivamente pelo pensamento, pois o pesquisador utiliza o meio e os instrumentos existentes para realizar sua prática. Há que

se registrar também que a práxis experimental não se dá somente no campo da ciência estrita. Ela também ocorre nos campos educativo, artístico, econômico e social, influenciando o desenvolvimento das outras práxis realizadas em cada um deles.

As três formas anteriores de práxis se referem à atividade humana sobre a natureza, imediata ou já transformada. A práxis política, por sua vez, diz respeito à atividade humana na qual o homem é o sujeito e o objeto da práxis. Quando ela é direcionada a um grupo social, uma classe ou à sociedade inteira, ela também pode ser denominada de práxis social⁴¹.

En un sentido más restringido, la praxis social es la actividad de grupos o clases sociales que conduce a transformar la organización y dirección de la sociedad, o a realizar ciertos cambios mediante la actividad del Estado. Esta forma de praxis es justamente la actividad política (VÁZQUEZ, 2001, p. 277).

A atividade política, para além de se exercer no campo das ideias, no campo ideológico, é também uma atividade prática, já alerta o autor, na medida em que se encontra vinculada a tipos reais de organização de seus membros; a formas, meios e métodos reais e efetivos de luta e ao controle ou modificação de organismos concretos como é o Estado, por exemplo. A práxis política pressupõe uma luta organizada, consciente e dirigida, que responda a determinados fins e que conte com a participação de amplos setores da sociedade. Enquanto atividade prática transformadora, ela tem sua mais alta expressão na práxis revolucionária, caracterizada por uma etapa superior de transformação radical das bases econômicas e sociais sobre as quais se estabelece a sociedade.

Da mesma maneira que difere entre formas distintas de práxis, Vázquez (2003) também aponta a existência de níveis diferentes de práxis, que atuam nas diversas formas de práxis. Para classificar os níveis de práxis, o autor leva em consideração duas variáveis: “el grado de penetración de la conciencia del sujeto activo en el proceso práctico” e o “grado de creación o humanización de la materia transformada” (VÁZQUEZ, 2003, p. 318). A partir desses critérios, quatro são os níveis de práxis, que se vinculam entre si, propostos pelo autor: a práxis criadora e a práxis reiterativa ou imitativa, por um lado e as práxis reflexiva e espontânea, por outro.

De acordo com as definições apresentadas pelo autor (2003, p. 319-332), a práxis reiterativa ou imitativa se caracteriza por seguir normas pré-estabelecidas para a sua

⁴¹ O próprio autor alerta que, apesar de denominar esse tipo de práxis de social, todas as outras descritas também se revestem de um aspecto social, na medida em que os homens somente podem realizá-las sob determinadas relações sociais e os efeitos de sua realização recaem também sobre o homem como ser social (VÁZQUEZ, 2003, p. 277).

execução. Nesse caso, pelo mesmo processo executório se produz múltiplos produtos com características análogas. Por sua vez, a práxis criadora não está vinculada a uma lei traçada previamente. Realiza-se por meio de um processo encharcado de imprevisibilidade, exigindo permanente atuação da consciência durante toda a ação prática – unidade entre o subjetivo e o objetivo – e gera como resultado um produto, em alguma medida, diferente do planejado, único e não repetível.

Para o autor, a práxis criadora é determinante para a existência humana, uma vez que, por meio dela, os homens conseguem responder a novas necessidades ou situações. Desenvolvida uma nova solução, por meio da práxis criadora, os homens a repetem incontáveis vezes por meio da práxis reiterativa até que novas necessidades ou situações lhes obriguem a produzir novas respostas, novos produtos realizando, novamente, uma práxis criadora. Esse ciclo se mantém, uma vez que, para o autor (2003, p. 320),

el hombre no vive en un constante estado creador. Sólo crea por necesidad [...]. Repite, por tanto, mientras no se ve obligado a crear. Sin embargo, crear es, para él la primera y más vital necesidad humana, porque sólo creando, transformando el mundo, el hombre [...] hace un mundo humano y se hace a sí mismo.

O caminho de produção de algo idealizado na consciência humana não é um caminho retilíneo e totalmente controlado. Segundo Vázquez (2003), na execução de seu projeto, para alcançar o fim previsto, o homem se depara com a necessidade permanente de acionar a consciência, de rever os planos, uma vez que a matéria a ser transformada não se deixa transformar passivamente, impõem resistências. Tal movimento constante aumenta a distância entre o modelo ideal, o resultado planejado, e o produto final real e também introduz, no processo de criação, determinada dose de incerteza e de indeterminação em relação ao modelo ideal planejado.

La pérdida inevitable del fin originario en todo proceso práctico verdaderamente creador no significa la eliminación del papel determinante que el fin tiene en dicho proceso [...] lo que ocurre es que el fin que comenzó presidiendo los *primeros* actos prácticos se ha ido modificando en el curso del proceso para convertirse al final de éste en ley que rige la *totalidad* de dicho proceso (VÁZQUEZ, 2003, p. 322-323).

Essa totalidade somente é conhecida após o processo de conclusão da criação, não pode ser prevista antes, justamente, porque é no processo de criação que ela vai sendo construída, a partir das particularidades de cada caso. As particularidades de uma criação – ainda que possa haver aspectos essenciais que se conservem em uma experiência e outra – fazem com que ela não possa ser reproduzida da mesma forma em circunstâncias diferentes,

de tal maneira que novas circunstâncias exigem novas práxis criadoras. Se não há nova criação e o que está em jogo é o desenvolvimento de um processo com leis e normas controláveis para a criação de um resultado definido assegurado, trata-se, então, da realização de uma práxis reiterativa ou imitativa. Segundo Vázquez (2003), a práxis reiterativa tem sua raiz numa práxis criadora já existente, encontrando-se em um nível inferior em relação àquela. Nela já se sabe aonde chegar e como chegar. Não há criação do novo e nem transformação qualitativa da realidade, entretanto ela contribui para a expansão do que já havia sido criado anteriormente pela práxis criadora.

Los aspectos positivos que podemos reconocer en una actividad práctica imitativa, en cuanto que ésta tiene su raíz en una praxis creadora cuyos productos extiende y multiplica, alcanza consecuencias negativas extremas al cerrar el paso a una verdadera creación. Estas consecuencias son negativas, sobre todo, en la praxis social revolucionaria y en la praxis artística (VÁZQUEZ, 2003, p. 331).

Ao impedir a possibilidade de criação, a práxis reiterativa realiza um rompimento entre os aspectos objetivos e subjetivos da práxis. Focando-se no resultado final previsto e controlado, tal práxis prescinde, em variados níveis, do uso da consciência, que é escanteada da atividade material, na medida em que se trata de uma práxis que tenta aproximar do zero os imprevistos do processo e a incerteza do resultado. Em sentido contrário vai a práxis criadora que, por sua vez, exige elevada atividade da consciência, não só na idealização do fim, mas também nas adequações necessárias ao projeto inicial, que vão sendo exigidas ao longo da atividade material que objetiva plasmar o fim desejado.

É detendo-se no nível de consciência envolvido nas atividades materiais e nos aspectos aos quais ela se refere que Vázquez (2003, p. 351-369) especifica dois novos níveis de práxis: a práxis espontânea e a práxis reflexiva. A compreensão desses dois novos níveis requer entender a diferença que o autor estabelece entre consciência prática e consciência da práxis.

A primeira se refere àquela consciência que atua enquanto o homem realiza a atividade material com vistas a converter o resultado ideal, em real e lidando com as imprevisibilidades e mudanças que se apresentam ao longo do processo de realização. Por sua vez, a consciência da práxis é aquela consciência que se sabe criadora e regente do projeto em execução. Para o autor, as duas consciências são distintas, mas não são separáveis. Elas podem se apresentar em níveis diferentes nos diferentes processos. Vázquez (2003, p. 352) apresenta o seguinte exemplo de um momento em que o nível de consciência prática se encontra abaixo do nível de consciência da práxis: “Así ocurre, por ejemplo, en el obrero inteligente, o dotado de una conciencia de clase, que realiza un trabajo monótono, parcelario y

mecânico”. Nesse exemplo, o trabalhador tem ciência do lugar que se encontra no processo produtivo e das características fragmentadas de seu trabalho, mas sua consciência prática está limitada pela práxis reiterativa que lhe é imposta em sua rotina de trabalho. Não há muito o que criar nesse caso, não há muita aventura ou surpresa que possa exigir a atuação vigorosa de sua consciência prática. Na direção inversa, Vázquez (2003, p. 352) apresenta um exemplo de quando o nível de consciência prática é maior do que o nível de consciência da práxis: “en el caso del pintor o escultor que, pese a tener una elevada conciencia de su actividad, no logra plasmar o realizar su proyecto o esbozo”. O artista em questão tem, hipoteticamente, todas as habilidades e os conhecimentos para materializar o projeto idealizado, mas algo alheio a essa consciência prática lhe escapa, impossibilitando a concretização do projeto.

É, pois, considerando os níveis de consciência empregados na práxis que o autor diferencia os níveis de práxis espontânea e reflexiva. Quanto maior o nível de consciência da práxis, mais reflexiva ela será. Da mesma forma, quanto maior o nível de consciência prática, mais espontânea será a práxis.

A relação mantida entre esses dois níveis da realização da práxis é delicada e perniciosa no sentido de que a supervalorização de qualquer um deles pode apresentar deformações que impactam o processo. Tratando especificamente da práxis revolucionária, Vázquez (2003) explica que superestimar o elemento espontâneo frente ao elemento reflexivo pode proporcionar o rebaixamento do papel da teoria na práxis revolucionária e que a situação inversa pode, por sua vez, gerar o desconhecimento dos elementos espontâneos que surgem durante o processo prático revolucionário, ou seja, pode gerar o afastamento das condições reais de realização da práxis em questão. Por isso e inspirado em Marx, o autor advoga um necessário equilíbrio entre os dois níveis, reflexivo e espontâneo.

Vázquez (2003), ainda dialogando com Marx e com sua teoria, segue sua reflexão tratando especificamente do proletariado e de seus movimentos, entretanto do ponto de vista que se desenvolve nesta tese, parece pertinente e possível estabelecer relações entre as afirmações de Vázquez e a atuação de outros trabalhadores, enquanto classe organizada. Partindo desse entendimento é que se considera, conforme também considerou Vázquez (2003, p. 355) em relação ao proletariado, que os trabalhadores somente conseguirão se libertar da opressão e da exploração que sofrem dentro do sistema capitalista se conseguirem elevar o nível da práxis reflexiva, ou seja, se conseguirem adquirir consciência de sua missão histórica, dos fins que pretendem construir, da estrutura social capitalista e da totalidade que a sustenta, assim como das condições e possibilidades objetivas para sua emancipação. De

forma mais direta: se conseguirem se convencer da necessidade de realização de uma práxis revolucionária.

No campo do trabalho associado, não será somente com a inclusão, em suas unidades de trabalho, de novos processos de produção menos fragmentados e mais autogestionários que os trabalhadores associados conseguirão transformações qualitativas na estrutura produtiva e social estabelecida. É preciso que os trabalhadores consigam associar a essas ações de subversão de parte do mecanismo de alienação do trabalho, elementos que lhes dêem mais consciência do seu ser e de sua missão históricos e que essa consciência lhes facilite a atuar cada vez mais em consonância com esse ser e essa missão em direção a um fim programado, objetivo, estabelecendo, assim, um ciclo virtuoso permanente.

Portanto toda práxis pressupõem uma relação entre uma práxis espontânea (o desenvolvimento das ações materiais da práxis, como por exemplo, o desenvolvimento de mecanismos de autogestão dentro dos empreendimentos) e uma práxis reflexiva (consciência da realização da práxis em sua totalidade). Apesar dessa relação imbricada e recíproca, cumpre destacar, como destaca Vázquez (2003), que uma práxis espontânea, por mais desenvolvida e eficiente que seja não pode prescindir de uma práxis reflexiva, cada vez mais aprofundada, sob o risco de que o processo prático em curso se limite à reprodução do já feito ou à burocratização do processo. Nesse sentido, é a práxis reflexiva que garante o desenvolvimento de uma práxis, efetivamente, criadora, ou seja, uma práxis que transforma a realidade.

Entendendo práxis como a entende Vázquez (2003, p. 281), ou seja como “la actividad práctica material, adecuada a fines, que transforma el mundo – natural y humano [...] cuyos resultados subsisten independientemente de su actividad”, caminha-se por um percurso no qual se torna impossível separar da práxis os elementos da ação e, ao mesmo tempo, do pensamento. Ao se falar de práxis, individual ou coletiva, fala-se da esfera da prática que conta com a consciência para realizar uma ação intencional prévia, que sofrerá constantes modulações ao longo do processo de execução exigidas pela materialidade da ação. Nesse sentido, trata-se de um processo no qual o subjetivo se objetiva, ou seja, a intenção se realiza e, ao mesmo tempo, o objetivo se subjetiviza, uma vez que o realizado corresponde em maior ou menor grau ao planejado inicialmente.

Dessa forma, ainda que a práxis se realize com a ação, ela não prescinde da intenção e a intenção por si só não satisfaz a práxis, uma vez que o que realmente se realiza é o resultado da práxis, seu produto. “En la esfera de la praxis, las intenciones no plasmadas – por buenas que sean – no cuentan” (VÁZQUEZ, 2003, p. 398). A advertência de Vázquez (2003), de que

é preciso se ater ao resultado da práxis, se torna mais relevante quando se toma em consideração, como já destacado, que existem diferenças entre o resultado do processo e a intenção originária, ainda que esse desvio realizado de um até o outro não implique a desconsideração ou a negação da intenção originária, mas manifeste, em concreto, a plasmação possível da intenção.

Agora, se a intencionalidade é elemento definidor da práxis, é possível falar de uma intencionalidade que não seja individual ou de um sujeito prático coletivo, de uma intencionalidade social? Para Vázquez (2003), as práxis, individual e de sujeitos coletivos, movidas por intencionalidades específicas acabam se unindo num processo que gera uma práxis social não intencional, mas que culmina em resultados bastante concretos. É como se aquelas práxis fossem gotas de água independentes que formam um rio e que, invariavelmente, desaguarão em um mar. A comprovação de sua teoria, o autor encontra na própria história:

Los hombres han abolido la servidumbre, han elevado las fuerzas productivas, han creado mercados nacionales, han hecho guerras, etc. y en todos estos casos no puede decirse que los resultados de su actividad hayan sido la objetivación práctica de un proyecto común, de una intención colectiva. Los actos de los individuos concretos como seres conscientes, es decir, sus praxis individuales se integran en una praxis común que desemboca en un producto o resultado. Cada una de esas praxis podemos relacionarla con una intención originaria, pero no así la praxis colectiva en la que cada una de esas actividades individuales se integra (VÁZQUEZ, 2003, p. 404-405).

Ainda que espontâneas essas mudanças não são nem caóticas nem arbitrárias. Vão se erguendo sobre a base material que as gerações vão construindo. São os membros da geração anterior que, ao irem buscando realizar seus próprios fins, vão criando as condições para as mudanças sociais. Por isso mesmo as reflexões sobre o movimento do real e a transformação social não podem prescindir de compreender como os indivíduos ou grupos estão construindo suas vidas, nas mais diversas dimensões social, cultural, política, econômica, moral. Inspirado em Marx e Engels e em seus escritos na obra *A Ideologia Alemã*, Vázquez (2003) destaca que o marxismo demonstrou que é a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção que, acumuladas uma série de transformações dentro do sistema vigente, levam a transformações do próprio sistema.

Pois bem, se as transformações precisam ser construídas a partir de sujeitos que atuam movidos por determinados objetivos e que realizam práxis criadoras e reflexivas e, ainda que a soma dessas práxis não leve a um fim previamente programado, mas sustente e dê viabilidade material ao fluxo da transformação social, a conclusão a que se chega é que uma

possível transformação está sendo semeada diariamente, num cotidiano reflexivo-criador – unindo sutilmente elementos de Kosik (1979) e Vázquez (2003) – em diversos tempos e espaços da história atual do capitalismo. Conhecer e compreender práxis criadoras em curso interessa aos que realizam tal práxis e se o critério para o conhecimento da práxis é a prática, ou seja, o resultado concreto materializado, se aproximar da experiência é uma necessidade.

Ainda que esta não seja uma pesquisa histórica, apesar do reconhecimento da historicidade do objeto, e que seus olhos estejam voltados para o presente, para a experiência em curso, busca-se apoio nos trabalhos de Edward Thompson e na sua compreensão da categoria experiência – principalmente como exposta em seu livro *Miséria da Teoria* (THOMPSON, 1981) – para a realização desse vínculo necessário entre a empiria e a teoria. Destaca-se que “a experiência, em Thompson, tem ligação com a práxis, no que se refere à capacidade transformadora que ela carrega. Mas é importante entender que ele coloca a experiência também no plano do cotidiano, do senso comum, da cultura popular, lugares das contradições e das ambivalências” (RAMOS, 2018, p. 148). Thompson matiza a experiência em paralelos semelhantes aos estabelecidos pelos autores estudados anteriormente para matizar a práxis. Para Thompson, a realização material da vida social se compõe de momentos ou espaços onde a experiência é vivida e também pode vir a ser percebida e modificada, dando forma a uma experiência que pressiona o ser social potencializando transformações.

3.3 A EXPERIÊNCIA COMO MEDIAÇÃO ENTRE TEORIA E EMPIRIA

Considerar a experiência como categoria teórico-metodológica no âmbito do materialismo histórico dialético exige a apresentação de considerações e esclarecimentos de como ela é entendida e será abordada, uma vez que tal categoria sofre, de parte de algumas correntes marxistas, a acusação de flertar com certo pragmatismo. Claro está que aqui não se fará longa e minuciosa defesa da experiência como categoria pertinente à compreensão de processos e transformações sociais. Tal trabalho já foi feito com qualidade por outros autores, entre eles – e talvez principalmente – por Edward Thompson. Aqui se apresentará, sucintamente, os argumentos do autor que possibilitam a utilização, nesta pesquisa, da experiência como uma das ferramentas teóricas de enquadramento da empiria. Ela será nossa unidade de análise. O uso da categoria não significará o abandono das determinações

estruturais na análise, que situa categorias do materialismo histórico dialético, como práxis e contradição, como necessárias para a reconstrução da relação entre particularidade e totalidade social.

Thompson não trata da experiência como algo individual do sujeito isolado e que se resume ao ato, ao vivido. Na reflexão do autor, experiência ganha nuances e aspecto coletivo. Ela compreende “a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15) e é por ela que o autor examina sistemas densos e complexos como a vida familiar e social. Do ponto de vista teórico-metodológico dessa abordagem, a experiência tem sentido histórico, ela é uma categoria “capaz de apreender no campo do pensamento a síntese dos elementos da vida concreta, real, os quais dizem respeito à objetividade e à subjetividade, ao individual e ao coletivo, ao universal e ao particular” (TIRIBA; VENDRAMINI, 2014, p. 64).

Thompson está em grande medida preocupado em como as coisas estão entrelaçadas, em contato, criando-se. O modo como as coisas se juntam, a junção realizada entre elas é uma preocupação teórica do autor⁴². Na sua perspectiva, a base produtiva sobre a qual se organiza a sociedade não está desvinculada de outros elementos da vida social como a política ou a cultura, por exemplo. Sua compreensão diverge daquela que entende a base separada da superestrutura – em analogia ao corpo (base) e a alma (superestrutura), à matéria e o espírito – estabelecendo entre si apenas uma relação determinada, na qual a primeira determina a segunda.

Ciente de que a experiência se constitui materialmente, com base nas relações econômicas, sociais e culturais, ele entende que a determinação exercida sobre o sujeito agente pelas relações de produção é limitada. Tanto que advoga, em diálogo com Raymond Willians, a necessidade de se definir melhor a categoria “determinação”, considerando que ela deva estar associada aos termos “estabelecer de limites” e “exercer pressões” (THOMPSON, 1981, p. 176). Sendo a determinação limitada, há espaço para criação, para modificação. Fica estabelecida a ideia de que não existe algo exterior ao homem que possa determiná-lo estritamente, de que a história é um processo não estagnado e não definido e construído pelas pessoas. Então, se é verdade que existe uma certa determinação que conforma uma estrutura, também é verdade que a realidade está em permanente construção dando vida a processos

⁴² Tal preocupação é extensamente explorada em sua obra “A Miséria da Teoria” (1981), na qual o autor se dedica a contestar, desde um ponto de vista do materialismo histórico dialético, a perspectiva estruturalista de Althusser e seus seguidores.

dinâmicos. Estrutura e processo estão ligados de diversas formas pelo que Thompson (1981) chamou de “conceitos de junção”, como “necessidade”, “classe”, “determinação”, “modo de produção”, que operam justo por meio da experiência dos sujeitos sociais. Dessa forma, partindo do conceito de experiência, Thompson reintroduz o sujeito agente na história dando-lhe um estatuto ativo e construtivo e configura a experiência como unidade básica que reúne os diversos sistemas da vida social.

No dia a dia da história, em suas vidas materiais e em suas relações determinadas – determinadas no sentido de “relações estruturadas em termos de classes, dentro de formações sociais particulares” (THOMPSON, 1981, p. 111) – homens e mulheres são agentes de experiências comuns, vividas, herdadas e partilhadas, pelas quais eles vivem, sentem, percebem, fazem e refazem o conjunto das relações sociais. Thompson alerta que tal determinação é limitada, uma vez que a experiência humana e a autoconsciência dessa experiência são multifacetadas, possuem diversas dimensões. Segundo o autor, as experiências não são experimentadas pelas pessoas somente como ideias, no âmbito do pensamento. As pessoas “também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p. 189). Há, dessa forma, um vínculo impossível de ser rompido entre experiência e cultura.

Thompson vai além do sujeito individual no seu aprofundamento da categoria experiência e anuncia a existência de uma experiência de classe⁴³, coletiva. Para isso, parte da compreensão de “classe” como uma categoria histórica, ou seja, que “deriva de processos sociais através do tempo” (THOMPSON, 2001, p. 271), opondo-se a uma ideia de “classe” como categoria estática. A classe vai se constituindo ao longo do tempo na medida em que as pessoas vão tendo comportamentos classistas, não podendo, desse ponto de vista, ter a sua formulação teórica separada de sua expressão concreta, empírica, realizada no palco da vida.

Para Thompson (2012), a classe – e com ela a sua consciência – não nasce como em um passe de mágica logo a partir da consolidação de um modo de produção. Ela se forma, de dentro para fora, como processo, dos indivíduos para o meio e não ao reverso.

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para

⁴³ Thompson (2001) privilegia na organização teórico-analítica de sua reflexão a categoria “luta de classes” em detrimento da categoria “classe”, por entender que não existe classe se não for numa perspectiva pautada em relações antagônicas entre diferentes grupos, que se manifestam por meio de um processo de luta, inclusive de luta em nível cultural.

mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 274).

Para o autor não é possível atribuir a um grupo o status de classe se ele não se percebe como tal, se ele não tem consciência ou cultura de classe. A consciência de classe é uma exigência de existência da classe, uma vez que não é concebível um ser social sem nenhum pensamento, como uma forma oca, ou completamente maciça, onde não sobre espaço para fluidez. Entretanto não se trata de defender a existência de uma consciência certa ou errada, verdadeira ou falsa, para determinado grupo⁴⁴. A consciência de um grupo é o que ela é em determinado momento histórico. Quer dizer, não é porque se define teoricamente, ou em gabinetes, o que seria a consciência do proletariado, que esse grupo, obrigatoriamente, terá essa mesma consciência. A consciência se constrói, conforme Thompson (2001), pela maneira como as pessoas vivem as suas relações de produção, pela experiência de suas situações determinadas e pela autoconsciência dessa experiência.

Essa experiência “vívda” e às vezes “percebida” se processa no ser social como forma de expressão de uma prática, mas também de um pensamento, uma vez que “pensamento, sentimento e ação caminham juntos” (CIAVATTA, 2018, p. 72), definindo uma experiência que nunca é somente meramente prática. Por mais tácito que seja, a experiência está imbuída de algum conhecimento. Trata-se sempre de uma manifestação da práxis, nos termos já definida anteriormente. Como seres de práxis por definição, homens e mulheres atuam no ser social, que é, na perspectiva teórica trabalhada até aqui, dinâmico e portanto pode ser alterado pela práxis humana. As mudanças que ocorrem no ser social dão origem ao que Thompson (1981) chama de “experiência modificada” que, por sua vez, pressiona a consciência social existente, mudando perspectivas, impondo novas questões, movimentando relações sociais.

Numa tentativa de explicar a formação da classe trabalhadora em contraponto com a sociabilidade burguesa que nega a condição social do ser humano, Mauro Iasi (2019) chama atenção para o fato de que o indivíduo atomizado, ou “encapsulado” é ainda um ser social,

⁴⁴ Thompson (2001, p. 279) abre uma exceção para o que poderia ser, em alguma medida, uma “falsa consciência”, mas essa só poderia ser aceita mediante uma acepção mais limitada, estritamente ideológica, indicando “a política ou a estratégia dominante, numa relação com outras classes, conduzida por seus líderes, partidos, por outras instituições”.

mesmo que reduzido a uma condição de isolamento. Trata-se de uma condição na qual os trabalhadores, ainda que nas mesmas condições, não se percebem como semelhantes, não se identificam, vêm-se atomizados, isolados, enfrentando uma sensação de fragmentação que é dramática. Entretanto, é na experiência diária de constituição da vida que esse ser social emerge e nega essa condição de isolamento. Por meio de determinados episódios, de variações das condições de existência, de imprevisibilidades, de crises, de encontros, da experiência modificada os indivíduos podem encontrar um ponto de fusão, de confluência, de agregação, de identificação a um grupo, ou, numa dimensão mais ampla, um pertencimento de classe. É, como sinaliza Iasi (2019), um momento rico, onde o ser social descobre uma força que não sabia que tinha, que compreende sua condição de ser social e, portanto, coletivo, que supera possíveis fragilidades ou impossibilidades, justamente, por se apresentar como um ser que vai além de si próprio, como um ser de classe.

Parte dos trabalhadores e das trabalhadoras sujeitos desta pesquisa, por exemplo, hoje trabalhadores e trabalhadoras associados e autogestionários, viveram a experiência do trabalho assalariado, tiveram um patrão, enfrentaram a concorrência de colegas no ambiente de trabalho, conviveram com o medo diário do desemprego. Ao viverem a experiência do trabalho associado e autogestionário, eles e elas não só trazem para a atual experiência marcas da antiga forma de trabalhar (FISCHER; CORDEIRO, 2020), como também ressignificam a experiência de trabalho assalariado vivida. Trata-se, em algum nível, de uma experiência modificada.

Realizando um diálogo entre as categorias práxis e experiência, entendidas numa tradição marxista, alguns elementos se colocam em evidência: a descontinuidade marcante de todos os processos históricos; a condição social dos seres humanos; a conjugação de pensamento e ação em todas as suas atividades. Os trabalhadores associados e autogestionários, em seu cotidiano, vivem, experimentam nas dimensões da ação, do pensamento e do sentimento práxis variadas, mais ou menos transformadoras (KOSIK, 1976), mais ou menos criativas (VÁZQUEZ, 2003), muitas vezes vivenciando uma experiência modificada (THOMPSON, 1981), que lhes proporciona a descoberta de novas formas de produção e de sociabilização, mas que também lhes impõe o constante desafio de ajustar seus planos de ação, de compreender a totalidade na qual sua ação está inserida. Neste último aspecto, os níveis de sucesso alcançados são, como será possível observar a seguir, sempre variados.

Como visto, a práxis se realiza na interseção existente entre o que se constrói e o pensamento, entre a realidade material e a consciência. Como o pensamento não é algo que

brota no vazio, ele é fruto da materialidade, do mesmo modo que a construção da materialidade exige pensamento, consciência e ação estão interligadas numa relação indissociável. Quando trabalhadores associados e autogestionários constroem uma atividade produtiva diferente, eles alteram o próprio pensamento, a estrutura da sua atividade transforma a estrutura da sua consciência (FRANCO, 2004). Essas alterações são vividas pelos trabalhadores no plano da consciência, mas também no plano da vida real, no qual sua cultura, seus modos de vida, de trabalho, suas identidades, seus valores, seus saberes também vão sendo construídos, reconstruídos, significados ou resignificados. Elas encarnam um processo que é formativo, em sentido amplo e que, como todo processo formativo, reúne especificidades sobre sua forma e seu conteúdo.

O campo Trabalho-Educação, como apresentado, acumula reflexões que permitem o aprofundamento da compreensão do princípio educativo do trabalho. Todo esse acumulado alimenta uma discussão que orienta esta pesquisa, através da qual é possível pensar na formulação de uma pedagogia do trabalho e, especificamente, de uma pedagogia do trabalho associado e autogestionário.

Estudar a experiência de trabalho associado e autogestionário em uma rede de economia solidária com vistas a compreender, por meio da experiência desses trabalhadores, seus processos formativos e a constituição de seus saberes é a contribuição desta tese. Esses processos formativos são alimentados pela práxis diária desses trabalhadores e trabalhadoras que dão vida a uma pedagogia que já tem nome – pedagogia da produção associada (TIRIBA, 2008) – mas que ainda está em processos de lapidação. Trata-se de uma pedagogia que tem como unidade básica a categoria saberes do trabalho associado, que será discutida na sequência.

3.4 SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTIONÁRIO

Reconquistar o trabalho como experiência de formação de classe e do trabalhador é o desafio que se coloca àqueles que vivem do trabalho, principalmente, quando o objetivo colocado adiante é a transformação da sociedade capitalista. Parte dessa formação está sendo analisada nesta tese, na medida em que os trabalhadores associados e autogestionários organizados em redes de economia solidária produzem uma práxis expressa em sua experiência que, por sua vez, produz aprendizado qualificando, novamente, sua práxis. Eles

estão num processo de criação de uma maneira de produzir a vida social que expressa em si aspectos da história que os trabalhadores associados e autogestionários vêm construindo ao longo do tempo, conforme visto anteriormente.

O processo de trabalho associado é, de acordo com Fischer e Tiriba (2009, p. 208), caracterizado, entre outras coisas, “pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção”. Trata-se de processos de trabalho geridos pelos trabalhadores que são donos dos meios de produção, das decisões a respeito do processo de produção e dos resultados de seu próprio trabalho.

O objetivo do trabalho associado e autogestionário não está na reprodução do capital, mas na reprodução do trabalho. Organizados em fábricas recuperadas, em cooperativas ou em empreendimentos de economia solidária, entre outros, os trabalhadores tentam romper com a alienação do trabalho e com a reprodução do valor. A pedagogia da produção associada opera no sentido de que cada trabalhador se aproprie do processo de trabalho, governe seu trabalho e seja sujeito-criador de história (TIRIBA, 2008). Para isso, no interior das experiências de trabalho associado que compõem o campo da economia solidária, os trabalhadores se desafiam a criar formas de fazer a produção e a gestão e de se inter-relacionarem, uma vez que fracassariam em seus propósitos se somente reproduzissem a lógica capitalista de produção e gestão.

Esse processo de criação é complexo e desafiador, como é possível observar em falas frequentes desses trabalhadores. Mergulhados numa rede contraditória, permanentemente tensionada pelos ideários de transformação do campo da economia solidária e por poderosas mediações conservadoras do mercado, o exercício de afirmação de propósitos e de criação de alternativas, no dia a dia de trabalho, parece ser diário. Na perspectiva deste trabalho, esse movimento realizado pelos trabalhadores se enquadra como um conhecimento que lhes pertence, que tem a marca do agir e do pensar no ato de trabalho, um conhecimento gerado pela experiência de produzir associada e autogestionariamente. Atentas a esse movimento, Fischer e Tiriba (2009, p. 208) elaboram o que entendem se tratar de “saberes do trabalho associado”. Para as autoras,

O termo diz respeito ao conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras que se associam de forma autogestionária na produção de bens e serviços, contrapondo-se à lógica do sistema capital. Abrange os saberes formalizados nos fóruns coletivos que articulam as experiências de trabalho associado, bem como no âmbito da pesquisa e

produção científica do conhecimento acerca das dimensões técnicas, políticas, econômico-filosóficas e culturais do fazer/pensar/refazer o cotidiano do trabalho associado e sua relação com o processo mais amplo de produção da vida social.

As autoras ressaltam que, a partir da análise das experiências revolucionárias de autogestão, é possível afirmar que, para transformar a sociedade capitalista, não basta que os trabalhadores se apropriem dos meios de produção. Também é preciso apropriar-se de forma crítica do conhecimento. É preciso que os trabalhadores autogestionários consigam unificar e articular os saberes que o capital fragmentou para o sucesso de sua reprodução. É necessário ainda “a apropriação de instrumentos teórico-metodológicos” que permitam ao trabalhador “compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo” (FISCHER; TIRIBA, 2009, p. 209). A mudança precisa ser ampla, com a criação de tecnologias sociais próprias (DAGNINO, 2008) e formas de produção que atendam aos anseios do trabalho e não aos desejos de acumulação do capital.

Mediados pelos processos educativos no seio da experiência de trabalho, os trabalhadores associados e autogestionários vão construindo saberes que, como se verá, assumem forma de “resposta” a problemas, questões ou desafios enfrentados por eles no cotidiano de trabalho e de vida que, no caso específico desta tese, guardam estreita relação com a condição de rede, na qual os trabalhadores estão organizados.

Essas respostas passam, então, por um longo caminho dentro das experiências de vida e trabalho dessas pessoas, no qual devem ser avaliadas, validadas e sistematizadas. É nesse processo que os saberes do trabalho associado vão se constituindo. Mas como surgem essas “respostas”, ou saberes? De que “matérias-primas” são constituídos?

Esses saberes são situados pelo e no contexto do processo de trabalho associado, conforme definido anteriormente (FISCHER; TIRIBA, 2009), e também pelas contradições e tensões impostas pelo hegemônico modo produtivo que opera na sociedade. O que equivale dizer que não se trata de respostas totalmente imaculadas ou puras, mas que são respostas contextualizadas e historicamente determinadas. Esses trabalhadores não produzem suas respostas, que invariavelmente se consolidarão como saberes, num ambiente hermético, isolado, esvaziado culturalmente. Bem pelo contrário. Essas respostas são construídas no cotidiano da vida social e produtiva e os trabalhadores vão buscar as ferramentas básicas que eles precisam articular para responder a seus desafios nas suas experiências individuais e coletivas, na sua cultura e levando em conta a materialidade disponível. Se Thompson (1981)

auxilia na compreensão de que experiência e cultura são categorias totalmente imbricadas, da mesma forma, existe uma conexão dialética entre os saberes, a cultura e a experiência.

Esses saberes do trabalho associado, porque filhos da experiência do trabalho associado, são a unidade básica de um processo formativo que se dá mediado pelo trabalho e que não se limita à aprendizagem de recursos técnicos para a produção, mas também estão relacionadas a recursos políticos e subjetivos que constituem a classe e o próprio trabalhador associado e autogestionário.

Como destacou Antonio Gramsci, ao estudar os conselhos de fábricas, na indústria italiana, Fischer e Tiriba (2009, p. 210) também destacam que a “escola do trabalho” é uma excelente escola de formação. “[...] Nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências propriamente formadoras” (FISCHER, TIRIBA, 2009, p. 210).

Assim, na “escola” do trabalho associado e autogestionário, os trabalhadores inovam, apesar das limitações impostas por espaços/tempos hegemônicos pelo capital, nas relações de produção, produzem saberes, como também outros elementos, materiais e simbólicos, responsáveis pela constituição de uma cultura do trabalho. Tal cultura “[...] nos remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho. Os grupos humanos trabalham de acordo com uma determinada cultura e, ao trabalharem, produzem cultura” (TIRIBA, 2008, p. 85).

3.5 A PEDAGOGIA DA PRODUÇÃO ASSOCIADA E AUTOGESTIONÁRIA

Ter o trabalho como o meio e o fim do processo educativo determina especificidades para esse mesmo processo. Especificidades que se relacionam à forma e ao conteúdo do processo. Por isso, há que se tratar aqui de uma pedagogia do trabalho e, mais especificamente, de uma “pedagogia da produção associada” (TIRIBA, 2008).

Uma pedagogia da produção associada é aquela capaz de conceber a forma e o conteúdo dos processos formativos que possam contribuir para a construção de uma cultura do trabalho associado, demarcada política e ideologicamente pela superação da alienação do trabalho, devolvendo ao trabalhador o sentimento de produtor e de sujeito-criador (TIRIBA, 2001).

São elementos que impactam a caracterização dessa pedagogia, na perspectiva desta pesquisa: a) a condição histórica e processual da experiência dos trabalhadores associados, ou seja, em que tempo/espaço histórico essa experiência se desenvolve e a partir de que circunstâncias materiais e simbólicas; b) as dimensões econômica e política vinculadas, de maneira inerente, às experiências de trabalho associado e autogestionário, uma vez que a natureza da relação que articula os trabalhadores em torno da experiência de trabalho é econômica, mas, por estar baseada numa proposta contra-hegemônica de produção, adquire aspectos políticos; c) a contradição “fundamental” (COSTA; MEIRA; ICAZA, 2016) na qual as experiências de trabalho associado e autogestionário, no contexto da economia solidária, estão mergulhadas ao sustentarem suas ações, em alguma medida, em um discurso de transformação da sociedade capitalista, mas, ao mesmo tempo, não lograrem se desvencilhar das determinações dessa mesma sociedade; d) a estruturação de redes de trabalho associado e autogestionário como estratégia, no âmbito do movimento da economia solidária, para alcançar um estágio avançado político, econômico e cultural (NASCIMENTO, 2015), uma vez, que atuar em redes modifica e complexifica o repertório de conceitos e de práticas para a gestão democrática e a produção conjunta.

A construção e a consolidação de uma pedagogia da produção associada é um processo que está em curso, que apresenta grandes desafios e que envolve trabalhadores, representantes da gestão pública e assessores, pesquisadores, militantes que se somam ao mundo do trabalho associado e autogestionário. Para isso, é preciso um esforço exaustivo que possibilite compreender os componentes da alienação do trabalho, no sentido de buscar sua superação.

Essa superação, entretanto, não pode ser construída de forma abstrata ou idealizada. Ela precisa se dar a partir da práxis e das condições concretas de tempo e de espaço que enquadram as experiências associadas atualmente. Desse ponto de vista, não é possível desvincular a pedagogia da produção associada do universo de trabalho associado e, neste ponto, encontra-se a contribuição desta tese. A pesquisa realizou um esforço de discutir os processos formativos vividos por trabalhadores e trabalhadoras na construção de uma rede de economia solidária, trazendo elementos concretos da experiência desses trabalhadores, identificando saberes do trabalho associado desenvolvidos ou em desenvolvimento que poderiam ser transformados em fundamentos educativos.

Ainda que o processo pedagógico possa exigir a realização de “mediações pedagógicas estruturadas” (ADAMS; STRECK, 2017), como cursos, oficinas, seminários, ou

mesmo, o estabelecimento de projetos educativos articulados com a escola (TIRIBA, 2001), não é possível que ele seja desvinculado da experiência de trabalho, uma vez que, seu objetivo

não é que os trabalhadores somente assimilem, de forma abstrata, os pressupostos filosóficos e políticos de uma economia solidária. Não basta idealizar uma economia popular fundada no trabalho participativo e solidário [...] é preciso aprender a fazê-la, a materializá-la no cotidiano da produção (TIRIBA, 2001, p. 364).

Claro está que existem limites, encontrados nos empreendimentos solidários, impostos pelos baixos níveis de escolaridade e pelas condições precárias de reprodução e manutenção da vida, entre os trabalhadores; pela falta de acesso a recursos financeiros para investimentos e a tecnologias; pela ausência de um projeto político que articule as identidades envolvidas na economia solidária, com vistas a construir um projeto popular hegemônico de sociedade; pela necessidade de redefinir os conceitos de produtividade e de eficiência; entre outros fatores, que transformam o desafio da pedagogia da produção associada em uma tarefa difícil de ser cumprida.

Da mesma forma, é possível destacar expressivos limites relacionados à condição de redes – além de todos os outros já citados e que se aplicam também ao caso – as dificuldades de logística e de comunicação impostas pelo deslocamento das referências espaciais dos empreendimentos que, articulados em redes, passam a envolver outras territorialidades para além da sua original; o manejo de novas questões de gestão relacionadas ao processo produtivo em rede, como previsões de insumos e consumos em geral, estocagem, capital de giro; a complexificação das demandas de gestão democrática; a cultura de fragmentação que compõem a economia solidária atualmente; a conjugação de subjetividades e de identidades diferentes em torno de objetivos compartilhados, entre outras a serem identificadas.

Entretanto, compreende-se as experiências de economia solidária como sementes em desenvolvimento, como possibilidades em construção de outra sociedade, podendo vingar ou não e por isso esses limites não são impeditivos para a tentativa de construção de uma pedagogia da produção associada. De fato, a experiência está acontecendo por imperativos da própria história da práxis da classe trabalhadora.

A partir dos estudos feitos e das observações e conversas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras da rede pesquisada, pelo menos quatro elementos, no que condiz à forma e ao conteúdo da relação ensino-aprendizagem enquadrada pela pedagogia da produção associada poderiam ser destacados. Um deles é a necessidade de garantir a presença do contexto do processo de trabalho, ou seja, que a formação não ocorra desvinculada e nem apartada da atividade de trabalho de cada elo da rede e da própria rede. Outro é a garantia do que poderia

ser chamado de compreensão dos elementos conjunturais e estruturais, situados numa abordagem histórica dos fenômenos, no sentido de que o processo de aprendizagem se ocupe de ajudar os trabalhadores a perceberem e a compreenderem elementos da totalidade social na qual sua atividade se desenvolve. Garantir que todas as dimensões envolvidas no processo de trabalho associado e autogestionário – política, econômica, ética, laboral e sócio-cultural – sejam observadas no processo de formação, seria outro elemento. E por fim, haveria ainda a necessidade de garantir a autogestão como chave-educativa a partir da qual se organiza a pedagogia da produção associada. Este último aspecto será observado mais detidamente.

3.5.1 A pedagogia da produção associada e a autogestão

Sendo a pedagogia da produção associada fundamentada no processo de trabalho associado e sendo a autogestão componente definidor desse trabalho, o vínculo entre as duas é indissociável. Trata-se de uma relação intrínseca e autorrealimentada, na qual a prática da autogestão é, em si, pedagógica e a pedagogia da produção associada desenvolve processos autogestionários, dando origem a um ciclo virtuoso.

Nascimento (2013a) resume essa relação em um jogo de palavras: o autor propõe a existência de uma “pedagogia da autogestão” – na qual o desenvolvimento de processos autogestionários é o fundamento central da prática pedagógica – e a “autogestão da pedagogia” – na qual a prática pedagógica é ela mesma definida e executada a partir de processos autogestionários⁴⁵. Aparentemente unidas, “pedagogia da autogestão” e a “autogestão da pedagogia”, têm como mérito não separar, na formação dos trabalhadores, estratégias, métodos e formas de aprendizagem do conteúdo da relação mesma de ensino-aprendizagem.

Na perspectiva de Nascimento (2013a), o processo autogestionário é político, mas também pedagógico. Para ele, ao se organizarem de forma autogestionária, os trabalhadores realizam um processo contínuo de pensamento e de ação que produz a realidade e ao mesmo tempo fundamenta uma ação econômico-político-ideológico-cultural.

⁴⁵ Os termos usados por Nascimento (2013a), sustentados no pensamento de Antonio Gramsci, são “o espontâneo”, relacionado à primeira idéia e “o vontade-direção”, relacionado à segunda.

Entretanto, esse processo contínuo é sempre experimental, aberto e não um processo definido, controlado, pronto para ser executado. É na tentativa, a partir da ação e da reflexão, no enfrentamento das questões concretas, que os trabalhadores vão aprendendo e criando a autogestão e junto com ela uma forma de se organizar enquanto classe e, numa perspectiva mais ampla, como sociedade. A autogestão, portanto, “significa um ‘princípio’, não é uma regra, uma instituição ou uma solução. Significa que um objeto social deve se determinar a si mesmo” (NASCIMENTO, 2013a, p. 99).

Apoiado nas ideias de Paul Singer, Nascimento (2013a) destaca que a economia solidária e suas práticas autogestionárias são um ato pedagógico em si mesmo, no qual se aprende enquanto se pratica. Mas essa aprendizagem precisa ser entendida em sentido amplo e não apenas no sentido restrito ao processo de trabalho e de gestão da produção de uma unidade produtiva. Para o autor, que vai buscar diálogo com as reflexões de Daniel Mothé, trata-se do desenvolvimento de “aprendizagens múltiplas”, que abrangem técnica, processo e comportamento social.

As aprendizagens dos trabalhadores dependem da natureza da função e da tecnologia de uma parte, e da estrutura de organização, de outra parte. Mas, além destas aprendizagens, os trabalhadores têm um campo de aprendizagens mais rico, que decorre de aprendizagens de comportamentos sociais, que lhes permitem recusar, combater e ou aceitar as estruturas de organização (MOTHÉ, s/d *apud* NASCIMENTO, 2013a, p. 100).

Essa aprendizagem é, como dito, composta por processos experimentais que, entretanto, não podem se basear no espontaneísmo. Precisam ser planejados, analisados, avaliados, autocontrolados, em uma palavra: sistematizados (NASCIMENTO, 2013a) para serem efetivos e produzirem avanços estratégicos.

A experimentação deverá ser considerada como um procedimento próprio ao funcionamento autogestionário; os procedimentos experimentais nas empresas consistem em por em movimento temporariamente novas organizações, novas técnicas, novas divisões de tarefas, novas relações interpessoais [...]. Trata-se, assim, de utilizar novos procedimentos que contenham certa parte de incertezas, mas que serão auto-controladas durante seu desenvolvimento. Não se trata de quaisquer tipos de experiência efetuada por profissionais da experimentação. Mas, no campo da autogestão de experiências em que os experimentadores, em particular os atores, objetos eles mesmos da experiência, participem no controle e na dinâmica da experiência (NASCIMENTO, 2013a, p. 101).

No âmbito da “pedagogia da autogestão”, ao educador está dedicado o papel de mediador das experimentações que devem ser vividas pelo grupo. Seu trabalho parece estar posicionado mais no campo da sugestão, da análise, da incitação, do que no campo da certeza,

das indicações, ou interpretações. A ele parece caber um papel de “valorização do saber acumulado pelos próprios trabalhadores em seus locais de trabalho” (NASCIMENTO, 2013a, p. 92).

O que parece estar em jogo é a aceitação da incerteza, do caráter processual da experiência coletiva. É viabilizar e efetivar práticas genuinamente participativas, nas quais precisa haver confiança na decisão coletiva e compartilhamento solidário das responsabilidades e dos resultados. Trata-se de uma mudança de postura e de compreensão em relação à lógica militante que tem informado a prática de parte da esquerda organizada.

Dessa forma, o trabalho associado e sua pedagogia, sendo informados pela pedagogia da autogestão – que não se limita às unidades de produção, mas se apresenta como possibilidade de organização das relações sociais como um todo – colocam a práxis do trabalho associado, o trabalhador e, conseqüentemente, sua experiência e seus saberes no centro da atividade pedagógica. Abrem, assim, um campo de diálogo com o acúmulo teórico-prático da educação popular e de sua pedagogia que merece ser registrado, na medida em que esse diálogo tem sido realizado no âmbito da economia solidária, seja por meio de políticas públicas, de entidades de classe, de instituições da sociedade civil, ou do movimento de economia solidária.

3.5.2 A contribuição da educação popular na formação para o trabalho associado e autogestionário

As práticas formativa e educativa na economia solidária no Brasil e nas experiências de trabalho associado e autogestionário que ela articula, têm sido informadas pelas bases epistemológicas da educação popular (CFES, 2016). Muito do que a educação popular sistematizou teórica, política e metodologicamente, ao longo da história, encontra diálogo com os princípios empregados na aqui chamada economia solidária e os fundamenta. A formação na economia solidária tem na educação popular uma de suas principais fontes de orientação político-pedagógica.

Um primeiro ponto que marca essa articulação é o fato da prática educativa na economia solidária comungar de um ponto de partida comum à educação popular: o trabalhador não é um ser vazio, sem conhecimento, uma caixa a ser preenchida... (FREIRE, 1987). Ao contrário. É portador de um saber, em geral, construído pela experiência de

trabalho e de vida. É por ter essa compreensão, que a educação popular não ignora os sujeitos do ato educativo. Sua estratégia pedagógica é construída tendo como ponto de partida as experiências e os conhecimentos dos educandos envolvidos na prática educativa. Para isso, ela se aprofunda no contexto no qual estão mergulhados e se preocupa em estabelecer, entre educador e educandos, um diálogo aberto, “entre iguais” (FREIRE, 1987). Dessa maneira, dentro da prática educativa na economia solidária, os saberes dos trabalhadores, sua capacidade de criação e de reflexão sobre o processo de trabalho e sobre o mundo articulado a sua volta, sua práxis, são a matéria-prima do processo de aprendizado.

A educação popular também informa a prática educativa na economia solidária na medida em que se apresenta como um projeto pedagógico que tem como horizonte de ação a transformação da sociedade. Ao reconhecer a dimensão histórica das relações sociais, a educação popular tem como chão para sua caminhada o contexto político, social, cultural e econômico, no qual ela se realiza e a possibilidade de transformá-lo (CORDEIRO, 2015). Esse mesmo chão serve de caminhada para a formação na economia solidária.

Um terceiro ponto ainda a ser destacado é a dimensão de totalidade que tem a concepção pedagógica da educação popular. Para Freire (2006), não basta ao educando aprender a ler ou a escrever. É preciso que ele também consiga fazer “uma leitura do mundo”, ao qual pertence. Para o autor, é preciso que cada educando consiga perceber e compreender a totalidade das relações sociais, nas quais está inserido para que possa transformá-las. Da mesma forma, não é suficiente aos trabalhadores associados entenderem somente o funcionamento de seu empreendimento, ou unidade produtiva. Nem tampouco se restringir ao domínio de processos administrativos ou comerciais necessários para o funcionamento e efetivação do empreendimento. A compreensão precisa ser mais ampla e mais concreta em relação às condições econômicas, políticas, sociais e culturais em que opera o sistema capitalista.

Ainda que não seja feito, neste momento, um amplo resgate da história e dos fundamentos da educação popular é preciso situar a relação de origem que a educação popular estabelece com os movimentos sociais e populares (CORDEIRO, 2015) e que também contribui para sua entrada no movimento da economia solidária. Trata-se, inclusive de uma relação estruturante.

Seja em conjuntura de resistência, seja em conjunturas de democratização, a educação popular, no Brasil, tem sido um elemento estruturante dos movimentos sociais, e, também, de políticas públicas. E, esse elemento estruturante, em quaisquer conjunturas, articula ‘resistência’ e ‘criatividade’ (NASCIMENTO, 2013b, s/p).

Esses elementos destacados indicam o acúmulo teórico, político e metodológico da educação popular que vai encharcando as práticas formativas e educativa no seio da economia solidária⁴⁶ e contribuindo para a construção de uma pedagogia da produção associada.

Resgatando a reflexão desenvolvida até aqui, falar de formação de trabalhadores associados e autogestionários implica em tratar de uma pedagogia da produção associada que, por sua vez, vincula-se ao propósito de construção de uma cultura do trabalho associado, que se desenvolva na direção da desalienação do trabalho. Tal pedagogia não se desvincula da experiência de trabalho, individual e coletiva, vivida nas unidades de trabalho associado e autogestionário, que se encontram, em parte, articuladas pela economia solidária. Por se materializar ao longo do processo produtivo, a pedagogia da produção associada tem a autogestão do trabalho como elemento educativo central e os saberes do trabalho associado como unidade básica e por entender o trabalhador como sujeito ativo desse processo e a transformação da sociedade como seu resultado tem a educação popular como referência pedagógica.

⁴⁶ Cumpre apontar que, se a educação popular tem ressignificado a economia solidária em diversos aspectos, conforme assinalado, nos limites deste trabalho, não foi possível discutir o fluxo na via contrária, ou seja, a possível ressignificação que a economia solidária pode estar oferecendo à educação popular, em seus espaços.

4. REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO

A atuação de empresas de forma colaborativa, estruturada em redes para a produção, circulação e comercialização de produtos é uma realidade entre empresas capitalistas e ganhou expressividade a partir dos anos 1970, com a chamada reestruturação produtiva. No campo da economia solidária, essa experiência é mais recente e ainda carece de melhor compreensão (CRUZ, 2009a) tanto por parte dos trabalhadores que atuam nos empreendimentos solidários, como por parte dos que pesquisam e formulam teoricamente sobre o tema.

Ao se estudar os efeitos da atuação em rede de empresas capitalistas, observa-se que a intensa competitividade estabelecida entre as empresas no âmbito do mercado, estimula “uma forte tendência de integração dos elos da cadeia produtiva” (SEVERINO; EID, 2007, p. 03). Segundo Amato Neto (1999, p. 46), a atuação de maneira integrada tem como objetivo facilitar às empresas a atenderem demandas e necessidades que teriam dificuldades de viabilizarem atuando de maneira isolada. Entre as necessidades que podem ser facilitadas pela atuação conjunta, o autor destaca: o compartilhamento de *know-how* e de competências; divisão do ônus da realização de pesquisas e inovação tecnológica; partilha dos riscos e dos custos de novas experiências; melhora e diversificação da linha de produção; maior capacidade de pressionar o mercado; fortalecimento do poder de compra; melhor utilização de recursos sub-utilizados, entre outras.

Tais vantagens experimentadas pelas empresas capitalistas parecem ser aplicáveis, em grande medida, ao universo dos empreendimentos de economia solidária. Isso é o que indica pesquisa feita por Daniela Metello (2007), que se ocupou em estudar as vantagens da atuação em rede desempenhada por empreendimentos de economia solidária, tendo como parâmetro de análise as cadeias produtivas solidárias. Sua pesquisa indicou que, para além das vantagens já anunciadas, os empreendimentos ao se associarem lograriam outros benefícios que estariam diretamente relacionados a sua condição de empreendimento solidário.

[...] além do fator econômico, a associação em rede se mostra relevante na garantia dos aspectos ideológicos relacionados à proposta dos EES [empreendimentos de economia solidária], auxiliando a manutenção e afirmação do seu caráter contra-hegemônico, e não funcionando como mero instrumento para aumentar a sua eficiência produtiva e, conseqüentemente, a sua competitividade no mundo capitalista (METELLO, 2007, p. 61).

Metello (2007) parece vislumbrar nas redes de economia solidária uma maneira de fortalecimento tanto dos empreendimentos solidários como da própria economia solidária, enquanto movimento social gestante de uma nova forma de produzir e conviver. Essa compreensão é compartilhada por Nascimento (2014) que aposta nas redes como forma de superar a fragmentação dos empreendimentos, entendendo que elas poderão se transformar em um “instrumento fundamental na construção de uma contra hegemonia com base em um poder popular, em conjunto com outras forças da sociedade brasileira” (NASCIMENTO, 2014, s/p). Por sua vez, Singer (2001, p. 111) avalia que, devido ao caráter solidário desse modo de produção, a associação e a colaboração entre os empreendimentos é “quase natural” e aposta nessa estratégia como forma de fortalecer os empreendimentos que, isoladamente, dificilmente atingem o tamanho necessário para cumprir seu propósito de resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras suficientes que permitam seu crescimento.

Para além dos teóricos e pesquisadores que se debruçam sobre essas questões, o movimento social de economia solidária também reconhece a necessidade estratégica dos empreendimentos se organizarem e atuarem em redes. Na “Carta Política Final da V Plenária”, documento que resultou das atividades realizadas durante a V Plenária Nacional de Economia Solidária⁴⁷ (FBES, 2012), os participantes do evento registraram como uma das demandas do movimento a “implantação de políticas públicas, organizadas a partir do território, que fortaleçam os Empreendimentos Econômicos Solidários, priorizando o apoio ao seu financiamento, a comercialização solidária e **o estímulo à sua organização em redes e cadeias econômico-solidárias**” (FBES, 2012, p. 29, grifo nosso).

Compreensão semelhante também pode ser observada nos documentos acerca de políticas públicas implementadas pelo governo federal, por meio da SENAES até o ano de 2016⁴⁸. No volume 03, da Política Nacional de Economia Solidária, a SENAES destaca deliberações da II Conferência Nacionais de Economia Solidária com as quais pretende contribuir para a consolidação. Entre elas estão:

⁴⁷ A Plenária Nacional é a instância máxima do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), deve acontecer a cada 3 anos e ser precedida de debates regionais. Esta plenária, a última realizada até o momento, contou com a participação de todos os estados brasileiros, totalizando 474 representantes estaduais. A carta política integra o relatório final da V Plenária, que se realizou de 09 a 13 de dezembro de 2012 em Luziânia, Goiás, e teve como temática “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”. A íntegra do relatório está disponível na página eletrônica do fórum <fbes.org.br>.

⁴⁸ Depois do golpe político, em agosto de 2016, que retirou do cargo de presidente do Brasil, Dilma Rousseff (PT), colocando em seu lugar Michel Temer (PMDB), a SENAES passou por uma série de modificações que esvaziaram sua capacidade de ação e promoção de políticas públicas. Uma das medidas mais emblemáticas, no que tange a economia solidária, do novo governo foi demitir Paul Singer da presidência da secretaria. Desde então, a SENAES teve seu orçamento reduzido e tem atuado sem expressividade.

[...] 4. O fortalecimento organizativo da economia solidária enquanto movimento, por meio do fortalecimento dos fóruns e redes, da criação e aprimoramento de empreendimentos econômicos solidários, das práticas e iniciativas de autogestão, de integração de setores da economia popular, de construção de redes e complexos de produção, comercialização, consumo e trocas solidários em que se tornam possíveis a ajuda, a intercooperação, o aprendizado mútuo entre os empreendimentos econômicos solidários além da formação de cooperativas de 2o grau para unir as operações comerciais, financeiras e de inovação tecnológica que permitam economias de escala e ganhos de eficiência, atendendo demandas locais, regionais, nacionais e internacionais;

[...] 69. **A Política Nacional de Economia Solidária, como parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento** sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, deve perseguir os seguintes objetivos:

[...] xii. **Fomentar a articulação em redes e cadeias solidárias** entre os grupos de economia solidária e entre as iniciativas de etnodesenvolvimento; (BRASIL, 2013, p. 2-3).

Partindo de inúmeras iniciativas impulsionadas pelo poder público, pela sociedade civil ou pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, tem-se a formação de um amplo universo de possibilidades e maneiras de organização em rede experimentada pelos empreendimentos de economia solidária, no Brasil. De maneira permanente ou sazonal, os empreendimentos se aproximam para potencializar suas ações, sejam elas econômicas, técnicas ou políticas. As cadeias e as redes de produção solidária são exemplos de empreendimentos que se aproximam para produzir, mas há também redes de comercialização ou consumo solidário, clubes de troca, iniciativas de comércio justo (*fair trade*), redes de financiamento e crédito solidário ou bancos comunitários, feiras de produtos da economia solidária de abrangência local, regional, nacional e internacional, redes de assessoria técnica ou política. Nos marcos do movimento de economia solidária, há organizações que agrupam empreendimentos com o objetivo de organizar e fortalecer o movimento. Alguns exemplos são o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os demais fóruns estaduais e municipais, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) e suas respectivas agências regionais, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), entre outras. Há ainda um complexo e variado universo de outras organizações, no setor público e na sociedade civil, que atuam em parceria com os empreendimentos de forma a fortalecer o movimento da economia solidária e/ou assessorar os empreendimentos. Nesse caso podem ser citadas a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, a rede universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o

Trabalho (UNITRABALHO), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

A partir dessas estruturas, no Brasil, o próprio movimento de economia solidária se apresenta como uma rede complexa, com diversos níveis e com diferentes atores. Os já citados fóruns de economia solidária são uma materialização desse aspecto do movimento. Da mesma forma também o são as chamadas “base de serviço”, ou somente BASE, termos utilizados, principalmente, no âmbito da política pública para designar

institucionalidades que prestam um ou mais tipos de serviços de apoio e assessoria técnica aos EESs e suas Redes de Cooperação Solidária. Essas institucionalidades possuem natureza jurídica diversa, podendo ser organizações da sociedade civil com formato jurídico de associação sem fins lucrativos; cooperativas de trabalho, cooperativas de produção ou organismos ligados a universidades. No geral, as Bases de Serviço são oriundas das próprias localidades onde atuam, desenvolvendo papel técnico e político de fortalecimento dos EESs para ampliação do poder de governança deles nos processos do desenvolvimento territorial (CFES, 2016, p. 173).

Todas essas iniciativas guardam semelhanças e diferenças políticas e programáticas entre si. O universo de experiências que tem sido abarcado pelos termos “redes de economia solidária” é extremamente diverso. Por isso, será feito um esforço na direção de definir melhor as redes e de apresentar algumas de suas especificidades, de forma a contribuir na delimitação do campo de estudo proposto neste trabalho.

4.1 DEFINIÇÃO E ESPECIFICIDADES DAS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As redes de economia solidária ganham forma com a atuação conjunta de empreendimentos solidários que se organizam coletivamente para a produção, a comercialização e o consumo. Elas atuam de maneira horizontal reunindo produtores de um segmento econômico específico. Metello (2007) destaca que o que define as redes de economia solidária é o fato de que todos os empreendimentos envolvidos sejam organizados segundo valores normativos da economia solidária. A autora também considera que fazem parte das redes outras “células ou nós” que, mesmo não estando diretamente ligados à atividade fim a qual a rede se dedica, contribuem para sua existência e seu desenvolvimento.

Seriam eles, “Organizações Não-Governamentais (ONG), entidades governamentais, órgãos de financiamento e universidades” (METELLO, 2007, p. 60).

Para Nascimento (2015, s/p),

as redes são formas de articulação dos empreendimentos econômicos solidários que, apesar de possuírem forte vínculo familiar, territorial e comunitário, ultrapassam essa dimensão ao se articularem regionalmente e reunirem diferentes setores da produção, da comercialização e do consumo.

Nascimento (2015) chama atenção para o fato de que, ao se articularem em rede, os empreendimentos expandem sua área de atuação e passam a operar em escala mais ampla, “de expansão ilimitada”, como registra o autor. Nessa conformação, os trabalhadores se vêem obrigados a manejar uma série de novos desafios, limites e contradições uma vez que as redes a) deslocam as referências espaciais dos empreendimentos, pois partem de uma dimensão local de produção e se expandem, envolvendo outras territorialidades; b) ampliam as demandas de gestão democrática e c) agregam novos elementos ao processo produtivo.

Nascimento (2015) apresenta como desafio para os empreendimentos organizados em rede a articulação de dois polos: um material e um simbólico. O autor se apóia nas reflexões de Pierre Boudieu, acerca do simbólico, e de Milton Santos, sobre redes e territórios, para compreender as trocas materiais e simbólicas que as redes emanam. As trocas materiais estariam relacionadas a questões econômicas, financeiras, infra-estruturais, operacionais. Por sua vez, as trocas simbólicas se relacionariam a questões político-culturais como o conhecimento gerado nas redes, a transmissão de saberes, a ação política nos territórios, a preservação da expressão cultural das comunidades, seus valores, etc. Nessa perspectiva, as redes seriam local não só de construção de produtos de valor de uso, como também de relações humanas baseadas na cooperação e na solidariedade.

A cultura organizacional das redes de empreendimentos econômicos solidários representa uma prática política transformadora, reveladora da forma de organização autogestionária própria dos empreendimentos, mas vivenciada em uma escala mais ampla, de expansão ilimitada, com estrutura descentralizada. As redes revelam outra forma de convívio político, não baseada na representação, mas nos diferentes focos de participação e responsabilização compartilhada. O exercício de aprofundamento democrático próprio das redes ocorre ao integrar mobilização social com organização política (NASCIMENTO, 2015, s/p).

Cruz (2009a, p. 02-06), mesmo considerando o conceito de redes de economia solidária como, relativamente “novo e pouco discutido”, propõe uma “rudimentar tipologia”

de redes. Um tipo delas seria aquele que é formado por empreendimentos solidários semelhantes, do mesmo ramo. Nesse caso, o objetivo da rede seria o reforço mútuo de todos⁴⁹. Um segundo tipo seria aquele que congrega empreendimentos diferentes que se unem em uma estrutura comum para desenvolver ações específicas que interessem a todos. São exemplos as lojas de comercialização da economia solidária, que comercializam produtos de diversos empreendimentos⁵⁰. Outro modelo seria ainda redes que se constituíram a partir da associação de empreendimentos que se formaram por meio da ação, ou de projetos desenvolvidos por um empreendimento solidário específico. Seria o caso, por exemplo, dos empreendimentos desenvolvidos a partir de um banco comunitário. Por fim, um último tipo de rede seria a cadeia produtiva solidária. Ela agrupa empreendimentos solidários distintos e que estabelecem um sequenciamento “vertical” dentro do processo de produção de produtos específicos. Sua ação conjunta permite a produção e a comercialização de insumos entre integrantes da economia solidária.

Discutindo a organização de cadeias produtivas, inclusive dentro do mercado capitalista, Metello (2007, p. 66) destaca que as cadeias produtivas se caracterizam pelo “conjunto de etapas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, em ciclos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços”. Elas implicam na divisão do processo produtivo entre diferentes agentes que se encarregam de uma ou mais etapas do processo⁵¹.

Outros elementos que, segundo a autora, compõem o âmbito das cadeias produtivas são as chamadas ações correlatas às cadeias, que englobariam pesquisa, serviços de transporte, serviços financeiros, assessorias, entre outras. Ela ainda assinala dois outros

⁴⁹ São exemplos, segundo Cruz (2009a, p. 04), desse tipo de rede a Cresol Crehonor, que são “[...] instituições, muito parecidas. Elas reúnem cooperativas de crédito solidário de agricultores familiares, especialmente no sul do Brasil [...]. A Cresol é vinculada ao movimento dos trabalhadores da agricultura familiar (FETRAFs) e a Crehonor atende aos assentados da reforma agrária, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)”. Outros exemplos são os clubes de troca. Eles [...] “começaram na Argentina em Bernal (na província de Buenos Aires), em 1995, partindo de um modelo canadense. O modelo se disseminou rapidamente e logo os clubes passaram à constituição de redes de clubes (como a *Red Global de Trueque* ou a *Red de Trueque Solidário*), ampliando exponencialmente o número de participantes, chegando a quase 6 milhões de pessoas no período imediatamente posterior à grave crise de 2001” (CRUZ, 2009a, p. 05).

⁵⁰ Cruz (2009a, p. 06) apresenta como exemplos desse tipo de rede o Projeto Esperança. Ele “[...] existe há cerca de 20 anos na cidade de Santa Maria (RS) e é formado por mais de cinquenta grupos, associações e cooperativas, que representam algumas centenas de produtores e que se associam especificamente para comercializar seus produtos. São agricultores familiares, artesãos, confeccionistas, agroindústrias familiares etc”.

⁵¹ Metello (2007, p. 66) se apóia em Haguenaer *et al* (2001) para nos alertar sobre o fato de que em uma estrutura industrial desenvolvida torna-se mais difícil a delimitação de cadeias produtivas no seu sentido estrito. Isso porque é possível que exista uma grande interdependência das atividades desenvolvidas na cadeia e uma gama de possibilidades de substituição de insumos e produtos.

aspectos que são recorrentes nas definições de cadeias produtivas como a interdependência entre as operações internas à cadeia e a ideia de que o processo de produção se dá por meio de ações sequenciadas.

Tendo em consideração as delimitações teórico-políticas do campo da economia solidária e o acúmulo acerca do conceito de cadeias produtivas, Metello (2007, p. 68) define o que é uma cadeia de produção solidária:

[...] uma rede de EES que se organiza em torno da elaboração de um produto final, envolvendo a produção de seus insumos, assim como os serviços que possam estar a ela associados. Portanto, os principais elos da cadeia produtiva estão representados por empreendimentos que operam de acordo com os princípios da economia solidária, agindo de maneira democrática, solidária e justa tanto em suas relações internas quanto na relação com os demais elos da cadeia.

A atuação em redes ou cadeias de produção solidária, pelas características da própria ação conjunta, acaba por trazer benefícios técnicos, logísticos, operacionais, informacionais que geram aos empreendimentos solidários conveniências econômicas que lhes fortalecem enquanto entes imersos no mercado capitalista e que, por isso mesmo, o disputam. Ao mesmo tempo, essa mesma ação conjunta – ao ampliar a prática desses mesmos trabalhadores, que extrapolam seus empreendimentos, seus territórios complexificando não somente o processo de trabalho do qual fazem parte, mas também sua atividade político-social – fortalece uma racionalidade solidária que beneficia o próprio movimento da economia solidária. É dizer, atuando conjuntamente os trabalhadores produzem um suporte ideológico que os informa e que respalda sua atuação solidária.

Namorado (2009, p. 71) reflete sobre como é estrategicamente relevante, para a economia solidária estabelecer uma “auto-identificação clara” entre os seus componentes, propiciando que cada um se reconheça como parte de um grande movimento. Para o autor, essa auto-identificação facilita o rompimento do isolamento experimentado pelos empreendimentos de forma, praticamente, inevitável ao ocupar uma posição de subalternidade estrutural na sociedade capitalista. Essa aproximação, inclusive ideológica, suscitaria nos trabalhadores da economia solidária uma “auto-confiança real” que, aqui se acrescenta, pode servir de combustível para o motor de funcionamento do movimento.

Por fim, registra-se que, para Namorado (2009), um benefício a mais que pode ser obtido pelo rompimento de tal isolamento dos empreendimentos é a facilitação da consolidação de uma identidade normativa jurídica da economia solidária, que parte,

necessariamente, de uma conceituação mais precisa do setor e que induz um rigor doutrinário, capaz de influenciar, inclusive, a realização de políticas públicas.

4.1.1 Desafios e limites das redes de economia solidária

A estruturação e a consolidação de redes e de cadeias produtivas solidárias parecem indicar, conforme demonstrado, para amplos setores da economia solidária, uma trilha que precisa ser desbravada. Mas se há benefícios que mobilizam ação e reflexão de diferentes atores na direção da construção dessa estratégia, há ainda uma série de complicadores e de dificultadores que a condição de rede e de cadeias produtivas solidárias apresenta para os que estão nela envolvidos.

Identificar e refletir sobre os benefícios que a constituição de redes traz, assim como sobre suas inconveniências e limitações, é exercício necessário à elaboração, à execução e à avaliação dos processos formativos desenvolvidos no âmbito da estruturação dessas redes. Se anteriormente, foram abordados, ainda que sumariamente, parte dos benefícios da ação conjunta, na sequência, esse texto se ocupa, da mesma forma, de apontar algumas dificuldades, entendendo que esses são elementos que precisam ser compreendidos para que se discuta a práxis realizada pelos trabalhadores nos processos de estruturação de redes e de cadeias produtivas solidárias e os processos formativos por ela produzidos.

Conforme já sinalizado, estabelecer relações produtivas e políticas com outros empreendimentos, extravasando as paredes da unidade produtiva, é um dado que complexifica a atividade de trabalho dos trabalhadores associados. Sua realização demanda tempo, habilidades e estruturas comunicacionais, por vezes, deslocamentos, elaboração de rotinas e de procedimentos de controle, de registro e de avaliação. Esses elementos dão movimento aos fluxos das redes, ou seja, às relações estabelecidas entre os integrantes de uma rede e têm seus custos materiais e imateriais.

Tanto é assim que, na percepção de alguns trabalhadores da economia solidária, como é o caso da artesã E11 (2017, *diário de campo*), que integra a Justa Trama e participa dos fóruns de economia solidária, alguns empreendimentos têm resistência a compor redes mais complexas. A mesma impressão é compartilhada por articulador da rede de catadores de material reciclado fomentada pela Fundação Luterana de Diaconia. Na avaliação de E12 (2017, *diário de campo*), feita a partir de sua experiência, os custos de estabelecer uma rede

são altos, referindo-se a processos de logística, de comunicação e de gestão. Para ele, organizar a rede, em seus processos de gestão e administração, é complexo e demanda trabalho. “Tem que ter uma pessoa só para isso” (E12, 2017, *diário de campo*), afirma.

Algumas pesquisas também ajudam a compreender que as dificuldades não se resumem aos custos, aos procedimentos de gestão, ou às necessidades de logística. Alcançar níveis satisfatórios de participação e de autogestão dentro das redes também é um desafio para os trabalhadores. Estudando cadeias produtivas solidárias dentro de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Eid, Pimentel, Severino e Chiariello (2010, p. 49) apontam que a eficácia das decisões tomadas no âmbito das cadeias está diretamente relacionada ao nível de adesão dos que irão executar a ação. Por isso mesmo, os autores sinalizam a importância dos processos democráticos e participativos dentro da organização. “No entanto, um dos maiores desafios para os empreendimentos autogestionários é encontrar mecanismos de poder e de decisão equilibrados e que atendam às exigências essenciais da democracia e da eficácia organizacional”. Segundo os autores, no âmbito do movimento, uma das estratégias vislumbradas para a solução do problema seria a contínua formação e capacitação dos cooperados em todos os níveis hierárquicos da cadeia.

A pesquisa de Pauli (2005), que se dedicou a identificar relações de poder dentro das redes de economia solidária⁵², confrontando o paradigma teórico que posiciona o poder como elemento marginal na análise das relações sociais e entende a prática social estruturada sobre o consenso, ao explicitar a existência de relações de poder assimétricas internas às redes, também oferece elementos que indicam ser elevado o grau de complexidade para o estabelecimento de relações autogestionárias dentro das organizações da economia solidária.

Por sua vez, em um trabalho de análise e avaliação do plano de implementação de cadeias produtivas solidárias da castanha-de-caju, do mel e da mandioca, no nordeste brasileiro, Luiz Eduardo Parreiras (2007) aponta outros elementos que, em sua avaliação, são complicadores para a implementação e a gestão das cadeias. O autor sintetiza o grande desafio de uma empreitada desse tipo como sendo: transformar “[...] um grupo de agricultores familiares em protagonistas de um empreendimento relativamente complexo no que diz respeito à articulação das etapas de produção primária, de beneficiamento/industrialização e

⁵² Depois de uma argumentação teórica, na qual o autor busca afirmar a existência de relações assimétricas de poder dentro das redes, ele busca confirmar sua tese estudando a Rede Ecovida de Agroecologia. A rede é composta por agricultores familiares, entidades de assessoramento e simpatizantes e tem como objetivo “promover a troca de informações e credibilidade dos seus produtos” (PAULI, 2005, p. 100).

de comercialização” (PARREIRAS, 2007, p. 184), evidenciando, de maneira indireta, a necessidade imperativa de um complexo trabalho de formação para a viabilização do projeto.

Entre as dificuldades e os desafios enfrentados pelos trabalhadores associados analisados na pesquisa, Parreiras (2007) destaca: a) a falta de acesso a financiamentos e a crédito, inclusive para os primeiros momentos de implementação das cadeias; b) a realização da comercialização dos produtos, uma etapa de “caráter estratégico”, que é capaz de garantir o escoamento da produção e de determinar, em alguma medida, a pauta de produção a ser executada pelos trabalhadores. Segundo o autor, a etapa da comercialização é considerada pelos trabalhadores como “o grande enigma a ser decifrado” (PARREIRAS, 2007, p. 189); c) a debilidade da base associativa relacionada aos empreendimentos solidários protagonistas da cadeia; d) a baixa capacidade de gestão dos trabalhadores envolvidos.

Um importante diferencial para o sucesso das cadeias seria o histórico ou o potencial associativo dos trabalhadores envolvidos no processo, principalmente, pelo duplo caráter que empreendimentos dessa natureza oferecem (PARREIRAS, 2007): um caráter econômico, de produção e de viabilização da vida; e um político, de transformação dos modos de viver e de produzir. O autor destaca que faz falta ainda a definição de indicadores mais claros que poderiam auxiliar na compreensão e na qualificação da vida associativa nos territórios⁵³.

Em relação à vida associativa, as palavras-chave são mobilização, formação e organização. Com o acúmulo que os movimentos populares, entidades de representação e de assessoria possuem sobre as dinâmicas da vida associativa dos produtores rurais e sobre metodologias de formação em associativismo, as dificuldades para se chegar a uma qualidade de participação e a um estilo de liderança democrático não são insuperáveis. Mas faz-se necessário assumir integralmente essa perspectiva: em primeiro lugar, valorizando-a politicamente e, em seguida, elaborando-se os diagnósticos específicos de cada realidade, definindo-se as estratégias de formação, mobilização e organização e fazendo-se os investimentos que forem necessários. Ocioso dizer que essas estratégias têm de contemplar um horizonte de longo prazo, e que as ações precisam ter caráter permanente e não meramente pontual (PARREIRAS, 2007, p. 209-210).

Por sua vez, para o autor, o problema da “baixa capacidade de gestão dos trabalhadores” não encontraria, nos movimentos sociais e nem mesmo nas entidades de apoio

⁵³ Parreiras (2007, p. 176) indica que a simples existência de associações nos territórios não garante, necessariamente, a qualidade da vida associativa local. Isso porque, “[...] existem associações ‘só no papel’, outras que ‘possuem donos’”. Corrobora essa afirmação, a avaliação que Genauto França-Filho e Eduardo da Cunha (2009a) fazem do projeto de incubação de rede local de economia solidária, denominado Eco-Luiza. Para os autores, a presença de uma liderança comunitária no local, com perfil “autoritário” e “personalista”, dificultou a consolidação da rede local, ainda que a proposta do projeto previsse o “surgimento de novas lideranças na comunidade” (FRANÇA-FILHO; CUNHA, 2009a, p. 736).

e fomento da economia solidária, um acúmulo tão expressivo quanto às dinâmicas da vida associativa. A superação desse hiato precisa ser estabelecida tendo como estratégia a tese de que “o desenvolvimento dessa capacidade tem de se dar mediante processos de capacitação teórica articulados ao exercício concreto da gestão dos empreendimentos” (PARREIRAS, 2007, p. 210).

Por fim, há ainda que se destacar outra contradição que a formação de redes e de cadeias produtivas solidárias incorpora. Trata-se do fato de que se, por um lado, os empreendimentos se agrupam com o objetivo de fortalecer suas atividades econômicas e políticas, por outro lado, a viabilização de projetos relativamente complexos, como são a criação e a manutenção de redes e cadeias solidárias, exigiria, previamente, maturidade política e administrativa e certa estabilidade econômica.

Cruz (2009a) destaca que a criação de uma rede seria algo como um segundo estágio no desenvolvimento das organizações solidárias. Algo como uma “expansão”, um “aperfeiçoamento”, que as permitiria um avanço em direção à almejada estabilidade econômica. Dessa forma, para o autor, “o insucesso da rede não significa necessariamente o insucesso do empreendimento”. Mas por outro lado, “o êxito da rede potencializará o seu sucesso como empreendimento” (CRUZ, 2009a, p. 11).

4.2 AS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Assim como o que, atualmente, se entende por economia solidária – seus objetivos, propósitos e configuração – não encontra consenso entre os que discutem a questão, a compreensão do que seriam as redes e cadeias produtivas solidárias também se encontra em disputa. Parte desse cenário se justifica, de um lado, pelo fato de que não é possível impor à realidade um conceito criado a revelia e por outro pela complexidade da realidade exigir um permanente debruçar e uma permanente reflexão sobre ela para que, em alguma medida, seja possível compreendê-la em sua totalidade histórica e transformá-la. De maneira concreta, as redes e cadeias produtivas solidárias são um fenômeno, relativamente, recente. São, por isso mesmo, uma aposta mais do que uma definição estrita.

Entre os que se dedicam a refletir teoricamente sobre as redes e cadeias produtivas solidárias, há duas referências recorrentes no Brasil: Euclides Mance e Paul Singer⁵⁴. Mance, um filósofo. Singer, um economista. Ambos reconhecidamente integrados à luta do movimento de economia solidária e embora os dois compartilhem princípios, diferem nas estratégias de implementação (PAULI, 2005).

Para contribuir com a discussão sobre os objetivos e as estratégias de atuação por meio de redes e cadeias produtivas solidárias, neste texto, recorre-se, sem pretensões de esgotamento, ao debate articulado pelos dois autores citados a respeito do tema.

4.2.1 Mance e a estratégia do isolamento

As formulações de Mance partem da teoria da complexidade, da cibernética e da filosofia da libertação. Ao conceber as redes, ele coloca ênfase nas relações estabelecidas entre os diferentes entes, nos fluxos e laços gerados entre eles, no movimento de autopoiese⁵⁵ onde todos os entes contribuem na reprodução de cada um em particular e na transformação do conjunto fruto da própria relação estabelecida entre todos. Para o autor, as redes de colaboração solidária, como ele nomina, são parte da chamada revolução das redes, que teria como objetivo gerar uma “globalização solidária”.

Mance concebe as redes como um sistema que, ao manter as relações de produção e consumo no seu interior, consegue desenvolver-se às margens do sistema hegemônico do capital.

Trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc) em um

⁵⁴ Há, todavia, uma grande gama de importantes autores que, no Brasil, se dedicam ao tema da economia solidária e suas particularidades. Seria um equívoco e uma injustiça ignorar suas contribuições. A escolha deste recorte se dá de maneira arbitrária devido a limitação deste trabalho. “Destaca-se de antemão as contribuições de Singer para repensar o cooperativismo no mundo do trabalho, bem como a relação entre economia solidária e a política pública brasileira; e de Mance pela fundamentação qualificada e compreensão do fenômeno das redes solidárias e elaborações sobre consumo solidário e reestruturação da cadeia produtiva” (PAULI, 2005, p. 49).

⁵⁵ O conceito de autopiésis foi criado pelos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, no final dos anos de 1950. Seus estudos, no campo da biologia, “descobriram que o sistema nervoso concebe e percebe a realidade externa de maneira e operacionalmente fechada”. Numa perspectiva autopoética, “os sistemas sociais se auto-organizam e promovem a sua estruturação interna formando uma circularidade operacional que propicia uma diferenciação entre os processos e delimita o entorno” (PAULI, 2005, p. 62). Internamente o sistema tenderia ao equilíbrio e à auto-reprodução.

movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo (MANCE, 2002, p. 01).

Tal antagonismo se manifestaria por ações econômicas, políticas e culturais que subverteriam processos e padrões hegemônicos pelo capital e dariam vida a uma ética solidária, que fluiria e se fortaleceria nos fluxos das redes. Para se organizarem, funcionarem e se expandirem desconectadas das dinâmicas econômicas e culturais externas às redes, elas deveriam se sustentar em cinco princípios básicos (MANCE, 2000, p. 24-25): 1) o da intensividade – que significa a capacidade de cada unidade da rede “atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquela unidade atua”; 2) o da extensividade – que “[...] significa expandir a rede para outros territórios colaborando no surgimento de novas unidades”; 3) o da diversidade – que permite à rede integrar outras organizações da esfera pública não-estatal, de forma a articular recursos para a implementação de projetos que fortaleçam os elos; 4) o da integralidade – que significa que os objetivos definidos dentro das redes serão assumidos pelo seu conjunto de participantes; 5) o da realimentação – que sugere que “as ações desenvolvidas pela rede [...] agenciem novas ações da própria rede, ampliando-a enquanto tal”.

A vinculação a uma rede solidária deve se dar de maneira totalmente voluntária. Nessa linha, o autor delimita quatro critérios para participação nas redes baseados na não exploração e na não opressão, na autogestão, no equilíbrio ecológico e na disposição de investir na própria rede (MANCE, 2002). Os empreendimentos então organizados em rede “remontariam de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas” (MANCE, 2009, p. 279), que se ocupariam de produzir todos os serviços e insumos necessários ao processo produtivo evitando, assim, realimentar a produção capitalista que ocorre fora da rede. A formação de cadeias produtivas ocuparia, na argumentação do autor, um posicionamento estratégico, que permitiria de forma contínua e crescente certa blindagem do sistema solidário em relação ao mercado capitalista.

A alimentação das cadeias criadas precisa ser permanentemente realizada por seus integrantes. Estrategicamente, os empreendimentos que compõem determinada cadeia produtiva devem contribuir com o crescimento de um elo fragilizado da cadeia ou mesmo com a criação de um elo ainda inexistente, com vistas a evitar o fluxo de recursos para fora do sistema solidário e de aprimorar a atuação da cadeia como um todo.

O elemento chave (e talvez o mais frágil) para o sucesso do processo pensado por Mance é o fortalecimento do consumo solidário. É através dele que ingressariam de forma

permanente, no interior das redes, recursos suficientes para a viabilização das atividades e para a manutenção de uma necessária poupança para o conjunto de organizações. Para o autor, não é possível abdicar de pensar o consumo também de forma solidária, pois somente com ele o ciclo de produção se completa (MANCE, 2000).

São três os tipos de consumo, atualmente, identificados por Mance (2000, p. 26-32). O “consumo alienante” é aquele “praticado massivamente na atual sociedade capitalista”. Ele se caracteriza, principalmente, pelo fato de as pessoas buscarem, nos produtos consumidos, mais do que as suas qualidades objetivas. As técnicas de publicidade e comunicação desempenham papéis centrais na realização desse tipo de consumo, associando a produtos e a marcas qualidades virtuais. Para Mance, esses consumidores carecem de “uma formação educativa que lhes permita a apreciação crítica das publicidades e semioses que os atingem”. Ao praticarem o consumo alienante, esses consumidores estariam promovendo a concretude de um ciclo que tende a uma concentração progressiva da riqueza e do poder, pois “quanto mais poderoso é o grupo [empresarial], tanto mais pode investir em publicidade, o que lhe aumenta as possibilidades de hegemonizar maiores parcelas do mercado”.

O segundo tipo seria o “consumo compulsório”, também praticado por “parcela significativa da sociedade”. Trata-se dos integrantes dos grupos mais despossuídos da sociedade que, “premidos pela necessidade, buscam maximizar o poder de consumo dos poucos recursos que têm”. Nesses casos, os consumidores comprariam, em geral, os produtos essenciais a sua sobrevivência, assim como, os mais baratos, primando mais pela quantidade do que, necessariamente, pela qualidade. “Mesmo estes, contudo, sempre compram um ou outro produto que, em seu imaginário – produzido pelas semioses publicitárias – satisfaça algum tipo de desejo, isto é, que se consuma simplesmente pelo prazer de consumir e não apenas para satisfazer alguma necessidade”.

O último tipo seria o “consumo como mediação do bem-viver”. Nesse caso, menos importaria “[...] as aparências e imaginários produzidos pelas mídias do que a satisfação das necessidades pessoais, a preservação da saúde e do bem-estar, e o refinamento dos prazeres por ele possibilitados”. De acordo com Mance, a prática desse consumo requer o refinamento das sensibilidades e dos sentidos humanos, exigindo também um processo formativo.

Segundo ao autor, esses consumidores não seguem modismos, nem as ondas consumistas e nem são convencidos pela publicidade. O autor não aborda, entretanto, a habilidade, aparentemente inesgotável, do capital de se apropriar, para seu próprio benefício, dos mais diversos discursos e símbolos, inclusive dos associados a perspectivas de consumo responsável e solidário. É o caso, por exemplo, de grandes redes de confecção que exploram o

fato de usarem algodão agroecológico para produzirem parte de suas roupas, mas continuam mantendo relações de produção e de consumo alienantes, tanto com os seus trabalhadores, como com seus consumidores. Ou mesmo a ampliação do consumo de determinado alimento que, amplamente estimulado pelo discurso da alimentação saudável, provoca um desenfreado aumento na demanda que, resolvida no âmbito da sociedade capitalista, acaba beneficiando as parcelas da sociedade com alto poder aquisitivo, em detrimento das parcelas mais pobres, que já não conseguem comprar os produtos.

É o consumo como mediação do bem-viver, que orienta o que Mance (2000) vai chamar de “consumo solidário” e que é, justamente, o que precisaria ser desenvolvido no seio da população para viabilizar a criação e o desenvolvimento das redes de cooperação solidária que, em última instância, dariam vida a chamada “revolução das redes”.

O *consumo solidário* ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas igualmente o bem-viver coletivo [...]. Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares - sendo ou não um pouco mais caro - ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares - embora também um pouco mais barato - com a finalidade indireta de *promover o bem-viver da coletividade* (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais, etc) é o que denominamos aqui como *consumo solidário* (MANCE, 2002, p. 29-30).

Ao valorizar o tema do consumo solidário, Mance acaba por agregar às dimensões econômica e política dos fluxos internos da rede, uma dimensão também cultural, ao que tudo indica, tão importante ou mais que as outras duas. Esse novo sentido dado ao ato de consumir deverá fluir por toda a rede e se expandir de forma a conquistar novos adeptos aos processos solidários. Trata-se, definitivamente, de um processo pedagógico e caberia “[...] à rede socializar informações e propiciar atividades educativas que permitam às pessoas modificar seus próprios hábitos de consumo” (MANCE, 2000, p. 182).

É dizer, para viabilizar a chamada revolução das redes, a estratégia do autor demanda um processo formativo e de convencimento de amplos setores da população. Trata-se de ganhar mentes e coração das pessoas, arrebatar subjetividades, mudar a maneira de se estar no mundo, de se definir, de compreender as relações sociais. O autor está advogando a necessidade de radicais mudanças políticas, culturais e filosóficas.

O grande desafio da estratégia de Mance parece estar, na perspectiva desta autora, justamente, nesse processo formativo, uma vez que, a viabilidade das redes está condicionada

à existência de uma ampla malha de consumidores solidários que ainda não existe⁵⁶ e que, por sua vez, deve ser formada, em alguma medida, pelas próprias redes. O movimento de auto-poiese das redes, previsto por Mance, parece, hipoteticamente, se auto-sustentar no momento em que o processo de estruturação das redes já esteja em marcha e, em alguma medida, amadurecido. Entretanto, as condições necessárias para o seu arranque não estão dadas e, ao que tudo indica, não brotarão espontaneamente com o tempo. Parece ser preciso uma ação estruturada – que ainda não está clara e nem definida – para a criação das condições ideais necessárias para sua inicialização.

4.2.2 Singer e o fortalecimento para disputar a sociedade

Por sua vez, Singer parte de outras referências teóricas para analisar a questão das redes de economia solidária. Suas formulações emanam de uma perspectiva econômica marxista e têm raízes na experiência do cooperativismo inglês do século XIX, com os pensamentos de Robert Owen. Em uma tentativa de comparação entre os sistemas de produção capitalista e solidário⁵⁷, no texto “Economia Solidária versus Economia Capitalista” (2001), Singer apresenta a atuação dos empreendimentos solidários em redes e cadeias produtivas como sendo uma configuração avançada e necessária de organização, que permite aos integrantes da rede se desenvolverem.

Para o autor, é necessário para que o modo de produção solidário se torne hegemônico na sociedade e supere o modo de produção capitalista, que os empreendimentos solidários aprimorem seus processos produtivos e tecnológicos, a ponto de alcançarem elevados índices de qualidade e de volume de produção que lhes permitam disputar amplas parcelas dos mercados consumidores, inclusive dentro do mercado capitalista. Esses níveis de desenvolvimento serão alcançados pelos empreendimentos a partir da articulação de redes,

⁵⁶ Cumpre registrar que não se pode excluir aqui o reconhecimento do trabalho feito pelos atores da economia solidária, em diversos níveis, para a promoção e a disseminação de uma demanda de consumo ideologicamente motivada. Em escala local, os próprios trabalhadores associados realizam, em alguma medida, esse trabalho de formação. Organizações da sociedade civil, dos mais diferentes tipos, igrejas, entre outras instituições também influem nesse processo. Um exemplo notório são as iniciativas de “comércio justo” (*fair trade*), que se apresentam em vários países. Entretanto, o que se ressalta aqui é o fato de essas iniciativas ainda não alcançarem uma performance expressiva capaz de impactar o mercado capitalista.

⁵⁷ Para Singer (2002) a economia solidária é expressão de um novo modo de produção diferente do modo de produção capitalista.

cada vez mais amplas, diversificadas e complexas. Como alternativa estratégica, Singer (2001) advoga que as cooperativas se associem formando cooperativas de segundo grau, que por sua vez se associam e formam cooperativas de terceiro grau e assim sucessivamente. Dessa forma, o autor entende que a economia solidária não deve se isolar do mercado capitalista. Ela deve disputá-lo e conquistá-lo.

Singer é um crítico do chamado “consumo solidário”, pois, na sua visão, o consumo solidário, ao proteger pequenas unidades solidárias de produção, “[...] lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando” (SINGER, 2002, p. 119). Seguindo nesse ritmo, as unidades produtivas nunca alcançariam seu propósito de suplantar o capitalismo dando passagem ao nascimento de uma sociedade socialista.

O consumo solidário, na perspectiva de Singer, ainda teria outra limitação. “Se a maioria dos que praticam consumo solidário for constituída pelos próprios trabalhadores das cooperativas autogeridas, o seu limitado poder aquisitivo impede que o consumo solidário seja mais do que uma fração irrisória do consumo total” (SINGER, 2002, p. 119). Conseqüentemente, as unidades produtivas teriam dificuldades de escoar a produção e completar todas as etapas do processo produtivo.

Como forma de sustentar a validade de sua tese, o autor apresenta exemplos de experiências de economia solidária que, na sua percepção, atingiram elevados níveis de eficiência a ponto de dominar a vida econômica de determinadas regiões. É o caso da região italiana de Emilia-Romagna, de Québec, no Canadá, dos clubes de troca na Grande Buenos Aires, na Argentina, do Grameen Bank, em Bangladesh (SINGER, 2002).

De todos os exemplos que poderiam ser citados, o que o autor considera o “mais acabado” é o do grupo cooperativo espanhol Mondragón. O complexo Mondragón, conta com mais de 50 anos de história e reúne iniciativas cooperadas nos setores industrial, financeiro e de distribuição, além de unidades no âmbito do conhecimento e da educação. É atualmente o décimo grupo empresarial espanhol⁵⁸.

Ainda que reconheça que a ampliação de redes de economia solidária a tamanhos de “complexos cooperativos” representa um risco ao exercício da autogestão, da participação e do controle democrático por parte dos trabalhadores (SINGER, 2001), Singer entende que esse é um risco necessário.

⁵⁸ Informações disponíveis na página eletrônica do grupo <<http://www.mondragon-corporation.com/pt/>>.

Há [...] uma escola de pensamento que preza o pequeno tamanho das associações solidárias, porque permite a prática da democracia direta e do igualitarismo, sendo, portanto, uma garantia contra a burocratização e as concessões ao individualismo, que são endêmicas às grandes organizações, inclusive as solidárias. Estes argumentos têm muito de verdade, mas eles não resolvem a contradição central deste modelo: as microassociações solidárias continuam pobres, seus associados permanecem mergulhados em pobreza e nada permite esperar que isso mude no futuro (SINGER, 2001, p. 109).

Para que a economia solidária alcance elevados índices de produção e distribuição, seria necessária, na visão do autor, além da associação de empresas solidárias para a produção e comercialização, a constituição de redes de crédito solidário, que dessem suporte ao crescimento do grupo e, ao mesmo tempo, auxiliassem na estruturação e no desenvolvimento de novos empreendimentos. Da mesma forma, outra rede horizontal – ou seja, que articule várias redes – estratégica para o desenvolvimento da economia solidária seria aquela responsável pela produção e circulação de conhecimento, promovendo formação técnica e ideológica dos integrantes e futuros integrantes da economia solidária⁵⁹.

Toda a análise de Singer parte da defesa de que o capitalismo é um sistema de crises cíclicas, incapaz de integrar em seu interior a todos os trabalhadores. Ele gera, intermitentemente, uma massa de excluídos e pobres, que se organizam para sobreviver. Entretanto, para o autor, o desafio que se coloca à economia solidária é como ela “pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal” (SINGER, 2002, p. 116).

Por fim, cumpre destacar, que Singer (2002, p. 112) dá ao Estado um importante papel no desenvolvimento da economia solidária a curto prazo, “sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis”. Mas o autor, não entende que a chegada ao socialismo será feita pelo protagonismo proletário a partir da conquista do aparelho estatal. Para ele, é no interior da sociedade, a partir da atuação de seus integrantes, que estão sendo plantadas sementes que poderão dar vida ao socialismo.

As duas abordagens apresentadas de maneira conceitual aqui, não dão conta de esgotar a complexidade do que acontece no movimento do real. Apresentadas como “modelo” ou “ideal”, elas informam a prática e exprimem um conjunto de parâmetros que auxiliam a

⁵⁹ Antônio Cruz (2006) acompanhando o raciocínio de Singer acrescenta ainda a necessidade de uma rede horizontal focada em aspectos jurídicos, para assessorar os empreendimentos.

refletir e a compreender a realidade. Dificilmente se encontrará uma experiência totalmente adequada aos modelos – a própria Justa Trama, sujeito deste trabalho, é, como se verá, exemplo disso. Na complexidade do real, mesmo uma rede solidária que rompa o isolamento do capital e, por isso mesmo, tenha seus fluxos direcionados inclusive para o sistema capitalista, é possível que ela produza entre os seus elos – de forma constante e com possibilidades de ampliação – um fluxo ideológico de solidariedade ou de uma ética solidária, que permita não só o fortalecimento dos próprios empreendimentos solidários e do movimento de economia solidária, como também transformações contra-hegemônicas nos territórios onde atuam. Da mesma forma, é possível que uma rede estruturada para competir e se afirmar no mercado capitalista também demande o desenvolvimento e a ampliação do consumo solidário a escalas cada vez mais amplas, como forma de fortalecer não só a rede e seus integrantes, mas de ampliar os fluxos, econômicos e ideológicos, numa perspectiva solidária dentro da sociedade.

Continuando a discussão da problemática das redes, apresenta-se, a seguir, a cadeia solidária do algodão agroecológico, Justa Trama, com vistas a incorporar ao debate os principais elementos deste que é sujeito privilegiado desta tese. A Justa Trama é, como se verá, uma complexa cadeia produtiva brasileira da economia solidária, que incorpora em sua experiência os dilemas, os avanços, os desafios relatados até aqui. Nela, trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem uma experiência que transborda a tentativa de síntese teórica realizada até este momento. Observar, descrever e analisar sua história e sua prática somará elementos da experiência dos sujeitos ao debate proposto. É o que se segue nos próximos capítulos.

4.3 SUJEITO PRIVILEGIADO DA PESQUISA: A CADEIA PRODUTIVA SOLIDÁRIA JUSTA TRAMA

A Justa Trama, nome pelo qual é conhecida a Cooperativa Central Justa Trama, é uma cadeia produtiva solidária, pois todos os seus principais elos são constituídos por empreendimentos da economia solidária. Ela atua no setor têxtil e de confecção utilizando somente algodão agroecológico. Atualmente, seis elos compõem a cadeia, organizados num sequenciamento vertical da produção, sendo responsáveis pela execução das principais etapas do processo de produção têxtil e de confecção: plantio do algodão, beneficiamento de fios,

tecidos e malhas, confecção de peças de vestuário e outros objetos, produção de insumos para as peças e de adereços e comercialização dos produtos. Cerca de 500 trabalhadores associados, entre homens e mulheres, espalhados pelas cinco regiões geográficas do Brasil, executam as atividades produtivas da cadeia como também fazem sua gestão administrativa.

A Justa Trama foi criada em 2005 e formalizada em 2008, como uma cooperativa de segundo grau. Sua sede se localiza em Porto Alegre/RS, ao lado da Cooperativa Unidas Venceremos (Univens), responsável pela etapa de confecção das peças com o algodão. Parte de seus componentes mudou ao longo dos anos e alguns se conservaram. Atualmente, as outras cooperativas e associações se encontram: em Taúá/CE – Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional (ADEC), responsável pelo plantio do algodão agroecológico; em Pontaporã/MS – Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira (AEFAF), também responsável pelo plantio; em Pará de Minas/MG – Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas (Coopertêxtil), responsável pelo acabamento do tecido; em Porto Alegre/RS – Cooperativa de Artesanato Inovarte, responsável pela produção de brinquedos e jogos pedagógicos com as sobras da confecção; e em Porto Velho/RO – Cooperativa Açaí, responsável pelas sementes que compõem as peças, por adereços e pela confecção de bonecas, também com sobras de tecido da produção das roupas.

O processo de aproximação e de integração dos elos foi relativamente longo e contou com alguns desafios relacionados, principalmente, à parte de beneficiamento do algodão, a fase mais industrial do processo. A primeira cooperativa integrada ao grupo, responsável pela tecelagem, a Textilcooper⁶⁰, fecha as portas já em 2006, por dificuldades financeiras e de gestão. Mesmo já estando integrando a cadeia, isso não foi suficiente para que a cooperativa se recuperasse. “A Justa Trama não daria viabilidade [a cooperativa] porque ainda tínhamos uma produção muito pequena de algodão”, explica a presidente da Justa Trama em seu livro, no qual narra a história da cadeia (NESPOLO, 2014, p. 69). Em 2007, a etapa de beneficiamento da malha e do tecido acaba sendo feita fora da cadeia produtiva solidária, dificuldade que acabou se repetindo em outros períodos da história da rede.

Também havia problemas com a cooperativa responsável pela transformação da pluma do algodão em fio (outro momento da etapa de beneficiamento). A Cooperativa Nova

⁶⁰ A Cooperativa Têxtil de Santo André (Textilcooper) se localizava no município de Santo André, estado de São Paulo. Tratava-se de uma empresa recuperada, especializada na produção de cobertores. Contava com cerca de 90 trabalhadores (NESPOLO, 2014).

Esperança (Cones⁶¹) não estava oficialmente incorporada à cadeia solidária, por motivos burocráticos e políticos. Segundo Nespolo (2014, p. 82), o grupo avança na direção de incorporar novas cooperativas para essa fase da produção. “Queremos uma cooperativa que venha para dentro do projeto”. No final de 2008, a cooperativa Horizonte Têxtil, já se responsabiliza pela produção da malha e a Coopertêxtil, pela produção do tecido.

O processo de beneficiamento parece ter exposto para os/as trabalhadores-gestores da Justa Trama diferentes níveis de problemas, que iam desde os altos custos com maquinários e tecnologias que o processo exigia, passando por questões econômicas relacionadas ao conhecimento do processo e do custo de produção que essa etapa requeria, até questões políticas e ideológicas relacionadas ao comprometimento dos trabalhadores e das trabalhadoras com o projeto econômico solidário e autogestionário.

Vivemos o período mais difícil de entender os valores que repassamos a Cones, pois, em todo o processo até aqui, sempre parecia que a Cones não tinha ganhos em fazer fio nesta quantidade. Com a Coopertêxtil conhecemos melhor os valores pagos pelo mercado e os valores que a Cones recebe de nós [...]. Isso acabou desmistificando, para nós, o conceito que só valia fiar apenas nosso algodão se fosse para nos ajudar, sendo inviável economicamente (NESPOLO, 2014, p. 84-85).

É somente no ano de 2009 que a configuração da Justa Trama, no que diz respeito à etapa de beneficiamento, consolida-se, tendo a Coopertêxtil como a responsável por toda a fiação e a tecelagem da cadeia. Durante os próximos anos, a composição do grupo relacionada às outras etapas do processo muda novamente, mas são mudanças, em alguma medida, planejadas e não comprometem diretamente a dinâmica do processo produtivo.

Até que em 2017, os/as trabalhadores/as da Justa Trama precisam encarar, novamente, problemas com o segmento industrial da cadeia. A Coopertêxtil é uma fábrica recuperada. Foi assumida pelos/as trabalhadores/as em regime de autogestão, depois que os antigos donos decretaram falência. Tratou-se de um longo e difícil processo judicial. Em 2000, a cooperativa obtém autonomia jurídica. Os/as trabalhadores/as pagaram por todo o maquinário, entretanto, não têm autonomia sobre o imóvel e o terreno e ainda herdaram as dívidas e pendências da antiga administração. Cerca de 250 trabalhadores e trabalhadoras eram responsáveis pelos três setores da fábrica: fiação, tecelagem e acabamento e pela administração do negócio. Entretanto, atualmente, somente o setor de acabamento (que conta com 10 etapas, entre elas tingimento e estampa) está funcionando e em apenas dois turnos, não mais em três. Por

⁶¹ A Cones está localizada no município de Nova Odessa, em São Paulo. É uma empresa recuperada e contava com cerca de 320 trabalhadores (NESPOLO, 2014).

isso, dois terços dos/as trabalhadores/as da cooperativa não estão trabalhando. O maquinário para a fiação e a tecelagem ainda estão nos galpões da cooperativa e guardam mostras do que antes foi um parque industrial que orgulhava seus trabalhadores e suas trabalhadoras.

Dois relevantes fatores, entre outros, impactaram a cooperativa, nos últimos anos, contribuindo para essa situação: a entrada dos produtos têxteis chineses no mercado nacional e uma dívida herdada de energia que alcançou um volume que a cooperativa não consegue pagar. Os cooperados e as cooperadas reclamam não obter auxílio do poder público nem para solucionar o problema da dívida, por exemplo, e nem para fortalecer e desenvolver os setores, têxtil e cooperativo, no Brasil.

Enfrentando essa realidade, a Coopertêxtil deixou de fiar e de tecer para a Justa Trama, ficando, atualmente, responsável somente pela etapa de acabamento do tecido. Elo estratégico da cadeia, o desligamento dos teares da Coopertêxtil é motivo de intensa preocupação para todos os trabalhadores e trabalhadoras da Justa Trama. Em caráter provisório e de urgência, a cadeia procura outras fábricas que possam realizar o serviço, entretanto o custo emocional e material dessa empreitada tem sido enorme, inclusive, porque a Justa Trama pretende manter o serviço dentro do campo da economia solidária, procurando contratar outros trabalhadores associados e não buscar uma empresa no mercado têxtil capitalista.

O desafio de agregar todos os elos de uma cadeia produtiva, não é novidade para muitos trabalhadores associado e autogestionários. Os próprios integrantes da Justa Trama parecem ter clareza da dificuldade. Ao falar da necessidade de se formar redes e cadeias para o fortalecimento da economia solidária e de um outro projeto de sociedade, a presidente da Justa Trama avalia que a dificuldade em se agregar os trabalhadores que estão em condições materiais extremamente delicadas é menor nas pontas das cadeias. A miséria pode ser, muitas vezes, agregadora. Entretanto, é suficiente para a estratégia da economia solidária – seja na perspectiva informada por Mance, a revolução das redes, seja na perspectiva informada por Singer, de disputar o mercado, por exemplo – a construção de redes somente com as atividades pontas das cadeias? Aparentemente, não. É a presidente da Justa Trama que explica por que: “nós precisamos trazer esses [os elos centrais das cadeias], porque esses nós ajudam a puxar por cima. Se a gente não tiver a fiação e a tecelagem, a gente vai ficar no mercado e

ele vai definir o valor e nós vamos ficar com a ponta final aqui embaixo” (NESPOLO, 2018, *manifestação oral*)⁶².

A fala da presidente expõe algo que é um diferencial na experiência de formar uma rede em formato de cadeia produtiva: a possibilidade de conhecer e de controlar todas, ou boa parte, das etapas do processo produtivo. Para o trabalhador associado e autogestionário se trata de um desafio complexo, que lhe exige o domínio de uma série de informações e conhecimentos alheios a sua rotina de trabalho, além do desenvolvimento de habilidades para lidar, de maneira solidária, com outros segmentos laborais que possuem uma cultura do trabalho diversa a sua.

Apesar desse elemento complicador na história da Justa Trama, a cadeia está consolidada e apresenta, ao longo desses mais de quinze anos de existência, desempenho econômico “estável” e “modesto”. A rede segue em curva ascendente, logrando, atualmente, cobrir seus custos, fazer investimento e gerar mais trabalho (ANDRADA; SATO, 2014). Sua coordenação geral, uma direção colegiada, eleita a cada três anos, é formada por representantes de todos os elos que compõem a cadeia produtiva e tem como tarefa “planejar e coordenar as atividades de gestão econômica e política da rede” (ANDRADA; SATO, 2014, p. 06). O grupo se reúne nas assembleias semestrais e, às vezes, em encontros extraordinários, com frequência variável.

As atividades realizadas pela rede se integram ao dia a dia da produção, uma vez que não há associados/as responsáveis, exclusivamente, por tarefas de gestão. Entretanto, há na rede durante a realização desta pesquisa, duas trabalhadoras contratadas. Uma delas realiza trabalhos de gestão como controlar o estoque, enviar mercadorias e recibos, responder emails, por exemplo. Outra cuida da gestão de projetos, propostos pela Justa Trama e selecionados por meio de editais e de concursos, que aportam recursos à rede para a realização de atividades previamente acordadas e que exigem o acompanhamento e a prestação de contas⁶³.

Os recursos captados por essas fontes têm os mais variados usos. Eles já serviram para a compra de equipamentos para os elos, para a realização de diagnósticos econômicos, para a confecção de materiais de divulgação, para obras, para intercâmbios formativos, para cursos

⁶² Palestra realizada pela presidente da Justa Trama, Nelsa Nespolo, em 16 de agosto de 2018, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte integrante da programação da “VIII Jornada sobre produção e legitimação de saberes para/no trabalho associado”. O conteúdo da fala está gravado e transcrito e faz parte do acervo desta pesquisa.

⁶³ São inúmeros os projetos para captação de recursos desenvolvidos pela rede. A título de exemplo é possível citar projetos realizados com o apoio da Fundação Banco do Brasil, do Instituto Lojas Renner, da Petrobrás, da italiana Nexus, da espanhola Garrafcopera, entre outros.

para os/as trabalhadores/as, ou em seus territórios, um deles está sendo destinado, inclusive, para a compra de painéis solares a serem instalados na sede da cadeia produtiva.

As relações estabelecidas pela Justa Trama materializam uma certeza que parece alimentar a experiência da cadeia, que é a de que a história não pode ser feita de forma isolada. Tal afirmação parece óbvia quando referida a um meio que se sustenta a partir de ideias como cooperação, solidariedade e que discute, constantemente, a constituição de redes. Entretanto, no movimento do real, o que se percebe é que não há obviedade nisso. Ao contrário, vencer o isolamento de empreendimentos ou de redes e articular interesses não só econômicos, como também políticos, é um desafio constante para os trabalhadores associados e autogestionários.

A Justa Trama tem presença e participação em outras redes e movimentos. Ela “participa politicamente de vários fóruns locais, nacionais e internacionais, não apenas do movimento de Economia Solidária, para o qual se tornou importante referência, mas também de ações políticas ligadas à promoção de agroecologia e da segurança alimentar” (ANDRADA; SATO, 2014, p. 06). Essa capilaridade político-social marca a história da cadeia, mesmo antes de sua formação.

A história de constituição da Justa Trama evidencia que as redes de economia solidária não surgem de maneira espontânea, natural ou automática. Elas precisam ser planejadas, induzidas, articuladas, estimuladas pelos/as trabalhadores/as envolvidos/as, mas também por outros sujeitos que possam contribuir de forma técnica e política com o processo. “Até 2003, vários ensaios foram feitos para criar uma articulação entre os vários elos da cadeia têxtil, porém, na sua maioria, sem continuidade, muito mais motivados por técnicos e assessores do que por incorporação das cooperativas e associações”, explica Nespolo (2014, p. 57).

Para que a Justa Trama ganhasse vida foi necessário, de fato, a existência de um processo formativo amplo – no sentido de haver sido estruturado em múltiplas etapas, envolvendo trabalhadores e trabalhadoras dos diversos segmentos da cadeia – e contínuo – no sentido de que não se resumiu aos primeiros momentos de formação do grupo, mas se prolongou durante os anos seguintes (NESPOLO, 2014).

Elemento decisivo para o surgimento da ideia de criação de uma cadeia produtiva solidária do algodão agroecológico parece ser a participação de seus futuros integrantes em espaços de mobilização social e de formação técnico-política. Objetivamente, sua criação se dá a partir do contato de algumas de suas futuras associadas estabelecido no âmbito de atividades realizadas pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), da Central Única

dos Trabalhadores (CUT), pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Em 2004, parte dos atuais integrantes da rede, somada a trabalhadores/as de outros empreendimentos solidários, se une para produzir conjuntamente 60 mil bolsas, que seriam distribuídas aos participantes do Fórum Social Mundial, realizado em 2005, em Porto Alegre. Parece relevante para se entender o processo de formação da Justa Trama e como ela consegue acumular conhecimento e recursos materiais e simbólicos para se estruturar, o fato de que a união desses/as trabalhadores/as se deu a partir da necessidade de produção de uma quantidade expressiva de bolsas que os empreendimentos, isoladamente, não conseguiriam dar conta. Não se tratou, entretanto, de uma iniciativa pautada, como é comum entre as experiências de trabalho na economia solidária, na necessidade extrema de sobrevivência de camadas empobrecidas da sociedade. O trabalho de produção foi coordenado pela Univens que, a época, já era uma cooperativa experiente e bem sucedida. Ele também contou com a participação de lideranças populares que já se conheciam e que mantinham certo nível de articulação em torno do tema de construção da cadeia.

O sucesso dessa empreitada foi o empurrão que faltava para que a Justa Trama se formasse. Contando com recursos financeiros e técnicos da SENAES, em 2005, o grupo conseguiu dar início a sua primeira produção (NESPOLO, 2014). Ao longo dos anos, diversas outras instituições, nacionais e internacionais, públicas e da sociedade civil, contribuíram financeira, técnica e politicamente para a estruturação e o aprimoramento da cadeia.

É também pela manutenção de uma rede de ação social e política que a cadeia consegue inspirar e influenciar outras experiências de constituição de redes solidárias. Cadeias produtivas dos segmentos de alimentação, de reciclagem, além de cooperativas de artesanato, de produção agrícola, bancos comunitários, são exemplos de ações que a Justa Trama inspirou, ou mesmo ajudou concretamente a criar. De uma rede se cria outras. O movimento é em espiral.

Durante sua existência, a Justa Trama vem sendo uma alternativa de trabalho e renda para centenas de trabalhadores e trabalhadoras. Pautam as relações internas da cadeia os ideários do comércio justo baseado em relações comerciais que cumprem critérios de justiça, solidariedade e sustentabilidade ambiental (ONU, 2017). Da mesma forma, os preços dos produtos, que circulam internamente na cadeia, e dos produtos finais, que chegam ao consumidor, são calculados segundo critérios de preço justo. Para o estabelecimento dos valores são considerados os custos de produção no mercado convencional, os custos de produção orgânica, sustentável e de trabalho decente, além de um valor adicional que objetiva melhor

distribuição de renda entre os trabalhadores e as trabalhadoras (ONU, 2017). O preço justo tem sido uma das principais formas de garantir a distribuição de renda equitativa entre os integrantes da cadeia⁶⁴.

A Justa Trama vende suas peças para o mercado geral, mas estimula o consumo responsável e solidário em seus materiais de divulgação, suas redes sociais e em seus produtos de marketing. Dessa forma tenta dialogar com um consumidor consciente, que ela parece entender ser estratégico para o seu desenvolvimento, mas também para a produção de um tensionamento no seio da sociedade que produza transformação nos modos de viver e produzir da atual sociedade capitalista.

A comercialização das peças está entre as preocupações dos associados da rede. Ao fazer a gestão de oito toneladas de algodão agroecológico, colhidas pelos cooperados, em 2007, a Justa Trama se dá conta de que precisa melhorar a comercialização (NESPOLO, 2014), pois o plantio estava se desenvolvendo mais rápido que os outros elos⁶⁵ e “os recursos com as vendas não voltavam na proporção que tínhamos que repassar a cada elo”, explica a presidente (NESPOLO, 2014, p. 75). Mais uma vez, a Justa Trama parece não escapar à regra e confirmar o que outras pesquisas indicam: que a comercialização, nos marcos do sistema capitalista, é uma das etapas mais frágeis no desenvolvimento dos processos produtivos, sejam eles solidários ou não. De fato, como será exposto adiante, a comercialização é fonte de permanentes tensões e contradições no interior da cadeia. Muitas tentativas de incrementar o comércio dos produtos da Justa Trama já foram feitas e outras novas continuam a ser pensadas⁶⁶.

A produção do algodão agroecológico na cadeia Justa Trama tem gerado, para além de um algodão livre de agrotóxico e menos poluente, uma série de aprendizados entre seus trabalhadores e suas trabalhadoras. De acordo com relatório produzido pelas Nações Unidas sobre a Justa Trama (ONU, 2017), a presença feminina em toda a cadeia levou a maior

⁶⁴ “A equação parte da negociação de um valor médio por hora trabalhada entre os elos produtivos, de maneira que um artesão, uma costureira e um agricultor recebam o que acreditam ser um pagamento justo e equilibrado pelo seu trabalho [...]. Atualmente [2016], esse valor está estabelecido em torno R\$ 9, ou cerca de US\$ 2,751 por hora de trabalho” (ONU, 2017, p. 13).

⁶⁵ A Justa Trama colheu, em 2004, 1,5 toneladas de algodão agroecológico. Em 2005, foram 2,5 toneladas; em 2006, 3 toneladas; em 2007, 8 toneladas e em 2010, eles chegaram a 10 toneladas do produto (NESPOLO, 2014, p. 79).

⁶⁶ Algumas medidas concretas foram tomadas pela cadeia para melhorar o gargalo que a comercialização representa, como a construção de uma página eletrônica na internet, na qual é possível comprar as peças da Justa Trama, o investimento no designer e na diversificação das peças, o estreitamento com o mercado internacional, além do empenho em “[...] buscar um acerto com os vários pontos de comercialização e as representações de vendas, que são geralmente pessoas da economia solidária nos Estados” (NESPOLO, 2014, p. 76). A medida mais atual que temos informação, diz respeito à realização de diagnóstico para identificar potenciais possibilidades de expansão e de fortalecimento de cada elo constitutivo da cadeia.

equidade de gênero; a adoção do sistema orgânico gerou efetivo controle de pragas, melhor uso da água e do solo, desenvolveu entre os/as agricultores/as capacidade técnica e profissional tanto para melhorar a gestão de seus empreendimentos, quanto para implementar o cultivo de outras culturas também de forma orgânica, além de mais conscientização, como conta o agricultor Manoel Siqueira, presidente da ADEC:

Muitos trabalham apenas para ganhar mais, mas o que te faz [uma pessoa] melhor é quando você percebe todos os benefícios que o plantio orgânico traz para o planeta, natureza, saúde, e sociedade. A partir daí você muda como cidadão, muda de atitude dentro de casa, nas ruas, e na vida. Tudo isso se deve ao trabalho de educação da economia solidária (ONU, 2017, p. 17).

A experiência da Justa Trama parece corroborar com a observação de Cruz (2009a) ao estudar as redes de economia solidária na América Latina e no Brasil. Suas observações indicam que

embora suas escalas [das redes nos países da América do Sul] não cheguem, muitas vezes, a alcançar efeitos que produzam impacto econômico significativo sobre o conjunto da economia local (como na Emiglia Romagna, no País Basco ou em certas áreas de Bangladesh) – aqui, raramente este é o caso – eles transformam de maneira profunda a vida daqueles que delas participam, trazendo efeitos econômicos e sociais em primeiro lugar, mas também políticos e culturais (CRUZ, 2009a, p. 10).

Os aprendizados conquistados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, na experiência de construir a Justa Trama baseada em valores constituintes da economia solidária parecem gerar, em parte desses mesmos trabalhadores e trabalhadoras, a percepção de que a construção de novas possibilidades de vida e de sociedade passa também por uma intervenção que extrapola o próprio empreendimento solidário. Dessa forma, alguns dos componentes da cadeia trabalham em conjunto com integrantes dos territórios onde estão localizados na execução de algumas ações. Como exemplos podem ser citados o apoio dado pela AEFAP ao banco comunitário local, que oferece microcrédito aos assentados da reforma agrária; o apoio dado pela Univens ao banco comunitário Justa Troca, que oferece microcrédito, em moeda solidária própria, aos moradores do bairro onde ela está localizada; os cursos gratuitos de costura e de outros temas oferecidos pela Univens e pela Inovarte a pessoas carentes; a creche apoiada pela Univens para os filhos das cooperadas e de pessoas carentes do bairro; ou os cursos de costura e de bonecas dados pela Cooperativa Açáí dentro do presídio de Porto Velho.

Além disso, a experiência proporcionada aos trabalhadores e às trabalhadoras associados à cadeia, extrapola o âmbito das questões econômicas ou de funcionamento do

empreendimento, que eles enfrentam todos os dias. Os processos formativos pelos quais eles passam cotidianamente na construção da Justa Trama são diversos. Por estarem organizadas em cadeia produtiva, as costureiras da Univens e da Inovarte são expostas às questões do cultivo agroecológico, por exemplo. Da mesma forma, os agricultores da ADEC e da AEFAF são expostos a temas relacionados à produção industrial feita pela Coopertêxtil. Exemplos formativos como esses, como se verá, são inúmeros dentro dos fluxos da cadeia.

O debate do comércio e do preço justo, realizado dentro da cadeia, incorpora outro processo formativo relevante. Trata-se de um tema que envolve todos os elos e que exige de cada um deles uma compreensão, cada vez mais acentuada, dos processos produtivos e da forma totalizadora que o capital organiza o mundo da produção na sociedade capitalista.

A participação em fóruns e atividades coletivas de cunho político, em eventos de comércio e de divulgação da marca, em viagens de intercâmbio, em seminários formativos para a constituição de outras redes, em processos de qualificação técnica, profissional e política, em reuniões da própria cadeia produtiva, entre outras atividades, parecem povoar frequentemente as agendas dos trabalhadores e das trabalhadoras da rede, ainda que em graus substancialmente diferentes, a depender de que posição, inclusive simbólica, cada um ocupa na organização da cadeia. Essas atividades representam, na perspectiva de realização desta investigação, mediações educativas e pedagógicas que promovem a constituição paulatina e permanente de um perfil de trabalhador associado e autogestionário, de um homem de novo tipo, nos termos de Raseto, ou de ethos solidário, como distingue Adams (2014). Elas dão ao trabalho em rede, uma dimensão pedagógica, que articula práticas autogestionárias produtoras de sujeitos políticos, individuais e coletivos, reivindicadores de novas relações sociais e de produção.

Apesar de tantas lições já ensinadas, a Justa Trama ainda encontra muitos desafios para seguir sua história. Segundo observações de sua presidente (ONU, 2017), alguns dos desafios atuais da cadeia são: 1- manutenção dos laços de confiança entre os elos, assim como dos níveis de transparência e conhecimento dos fatores que incidem na produção para que o preço justo seja estabelecido; 2- aperfeiçoar constantemente o equilíbrio entre a oferta da pluma do algodão e a demanda pelo produto final da cadeia; 3- o transporte para interligar os elos da cadeia que ainda não é feito nos marcos da economia solidária; 4- aperfeiçoamento de maquinário e tecnológico dos elos; 5- fortalecimento da autogestão e da participação, que demandam formação permanente; 6- capacitação financeira e de gestão; 7- aprimoramento para atender as exigências do mercado de produções orgânicas; 8- estabelecer e ampliar parcerias e, acrescenta-se, 9- agregar, de forma estável, o elo industrial da cadeia.

Ao final de mais de quinze anos de história, a Justa Trama se tornou um caso paradigmático para a compreensão das experiências de redes de economia solidária. A rede já se alterou, aumentou, diminuiu, perdeu lideranças, ganhou novos associados, ou seja, vai seguindo seu ritmo se fazendo e se refazendo ao longo da história. Alguns elementos são, atualmente, estruturantes na rede, além da autogestão e da solidariedade, que estão presentes desde sua criação. Entre eles, destaca-se a imensa distância geográfica que separa os seus elos produtivos; a enorme diversidade de trabalhadores que ela congrega em termos de gênero, etnia, geração, origem, etc; a atuação de seus integrantes em diferentes segmentos do mercado produtivo, cada um com rotinas, demandas e especificidades próprias; e a existência de uma marca, carregada de simbologia já consolidada, a zelar.

4.4 CONTRIBUIÇÕES PARA O APROFUNDAMENTO DE UM CONCEITO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA AUTOGESTIONÁRIAS

Tenha em mente, por um momento, caro leitor e cara leitora, a imagem de um pêndulo em movimento. Ele vai a um extremo, passa pelo meio, vai a outro extremo e volta a passar pelo meio e a sequência volta a se repetir. É essa imagem que inspira o movimento de reflexão e de síntese que se tenta fazer ao longo da produção desta tese. Primeiro foi feita uma pesquisa bibliográfica com o intuito de dialogar com a comunidade acadêmica e com interlocutores do campo da economia solidária sobre o que são as redes de economia solidária, suas definições e especificidades, seus desafios e limites. Depois, realizou-se uma aproximação, teórica e empírica, do sujeito privilegiado desta pesquisa, a cadeia produtiva solidária Justa Trama, e de outros sujeitos do campo da economia solidária com o intuito novamente de, entre outros aspectos, compreender o que eles estão construindo no espaço/tempo atual e que tem sido chamado de rede de economia solidária. Agora, tenta-se um retorno ao campo discursivo teórico buscando a realização de uma nova síntese do conceito de rede de economia solidária.

Seguindo num movimento pendular, espera-se contribuir com o aprimoramento do conceito realizando uma síntese possível a partir da mescla do que foi visto e vivido, no corpo e no pensamento, com o estudado, pois, como se sabe, o pêndulo não salta de uma extremidade a outra, estando imune ao percurso do meio. Ele atravessa o meio e é pelo meio atravessado.

Parte-se da compreensão de que as redes de economia solidária são compostas por seus elos, que são os empreendimentos solidários que a formam, pelos fluxos e relações estabelecidos entre eles e pelos objetivos e valores que compartilham. Apesar de na maioria das vezes as redes reunirem pessoas que, a priori, se aglutinam para realizar ações focadas na geração de trabalho e renda, privilegiando, assim, uma dimensão econômica da relação, essas mesmas redes são palco de relações de muitas outras dimensões.

Para além da dimensão econômica, que agrupa aspectos relacionados à atividade produtiva da rede, suas formas de produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços, além de suas formas de financiamento e de capital de investimento, seus projetos de ampliação, etc, dentro das redes de economia solidária também ganham vida relações e fluxos estabelecidos nas dimensões política, ética, laboral e sócio-cultural.

Por dimensão política se entende aspectos vinculados aos processos de governança e administração da rede, assim como a relações dos trabalhadores com outros atores de dentro ou de fora do movimento de economia solidária. A dimensão ética está relacionada a elementos que informam um projeto solidário e sustentável de sociedade, não alinhado a lógica individualizante e consumista da sociedade capitalista e que respeita os seres humanos e também a natureza. Por sua vez, a dimensão laboral reúne aspectos relacionados à organização do processo produtivo, à divisão social e técnica do trabalho, à relação estabelecida entre prática e teoria, entre concepção e execução. Por fim, a dimensão sócio-cultural, a mais ampla delas, congrega elementos relacionados a atividades não produtivas da rede. Estão aqui posicionadas relações estabelecidas nos territórios, processos formativos, aspectos culturais da rede, entre outros.

Os fluxos que compõem as redes, além de possuírem diferentes naturezas, são também de diferentes intensidades, com direções variadas e de constância heterogênea. Esses fluxos e essas relações geram laços entre os sujeitos ativos na rede e, ao mesmo tempo, aprendizados. Não foi objetivo específico desta tese, investigar e qualificar os laços gerados entre os sujeitos que compõem a rede de economia solidária autogestionária. Mas, aqui se registra que tais laços possuem intensidades, funções e efeitos diferentes⁶⁷.

⁶⁷ Esta observação está inspirada na classificação proposta por Regina Maria Marteleto e Antonio Braz de Oliveira e Silva (2004, p. 43-44). Os autores estão preocupados em entender como as redes sociais medeiam a relação entre indivíduo e estrutura, entre os enfoques micro e macro na análise da realidade social. Eles partem da análise de Granovetter, que distingue os laços sociais estabelecidos entre os indivíduos entre “fortes” (“definidos como aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas”) e “fracos” (“aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, os mantidos com pessoas conhecida”). A partir daí os autores estabelecem três tipos de relações sociais que se dão nas comunidades: uma conformada pelo “capital social de ligação”, que é estabelecida entre indivíduos similares, do ponto de vista de

Feitas as primeiras apresentações e aproximações dos elementos constituidores e definidores de uma rede de economia solidária, a tentativa a seguir é a de explicitar como eles se articulam na composição de uma rede. Para isso, usaremos como ferramenta didática dois diagramas, resultados de discussões e reflexões feitas ao longo da produção desta pesquisa⁶⁸.

Representar visualmente algo sistêmico ou complexo oferece certo grau de dificuldade, entretanto o uso de diagramas para expor elementos e suas relações é feito pelos homens, provavelmente, desde suas primeiras representações gráficas visuais (SILVA; FIGUEIREDO, 2015). Composto por figuras geométricas (pontos, linhas, áreas, formas, etc) e utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento (humanas, sociais aplicadas, exatas, biológicas, etc), “um diagrama pode ser uma maneira de explicar como as partes de um todo interagem” (SILVA; FIGUEIREDO, 2015, p. 64).

De um ponto de vista metodológico, o diagrama permite identificar e expressar partes generalizáveis de uma particular realidade e as relações, ou parte das relações, que elas estabelecem entre si.

De um ponto de vista epistemológico, trata-se de uma ferramenta que permite a expressão visual de um conceito, ou de uma reflexão teórica. A construção dessa forma esquemática possibilita a identificação de elementos essenciais que compõem um sistema ou conceito e a produção de uma síntese, contribuindo para a apropriação da reflexão. O esquema gráfico funciona como uma espécie de mediação entre a reflexão teórica e a expressão do conceito. No processo de construção do esquema, acaba-se também revendo a própria reflexão feita, o que, por sua vez, leva à qualificação do próprio esquema em construção. Além disso, o esquema ainda ajuda a visibilizar uma forma de se operar com o conceito, ao explicitar suas partes e suas relações entre si.

Na experiência particular de construção dos esquemas apresentados nesta tese, partiu-se da definição dos elementos mais gerais do conceito de rede de economia solidária e de suas

suas características demográficas e que é fundamental para a construção de metas comuns e de confiança entre eles (seriam tipos de “laços fortes”); outra conformada pelo “capital social de ponte”, que é estabelecida entre indivíduos de comunidades semelhantes e que permite ampliar o alcance das ações de ambos os grupos; e mais uma conformada pelo “capital social de conexão”, que se estabelece entre indivíduos diferentes do ponto de vista demográfico, mas também socioeconômico (seriam tipos de “laços fracos”), permitindo intermediar recursos adicionais para o desenvolvimento da comunidade.

⁶⁸ A discussão teórica sobre potencialidade de esquemas e diagramas e, especificamente, os dois diagramas foram construídos coletivamente no âmbito das atividades do subprojeto de pesquisa “Economia Popular e Solidária em Imagens: produção e reflexão sobre documentário em pesquisa científica”, que faz parte do projeto de pesquisa “Produzindo a cultura do trabalho associado: saberes em (trans)formação na economia popular e solidária”, ambos coordenados pela Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer. Dessa forma, registro mais uma vez meus agradecimentos, além da professora Maria Clara, aos colegas de pesquisa Pedro Henrique Pezzella Bonin e Clarinha Glock, que contribuíram diretamente nesse processo.

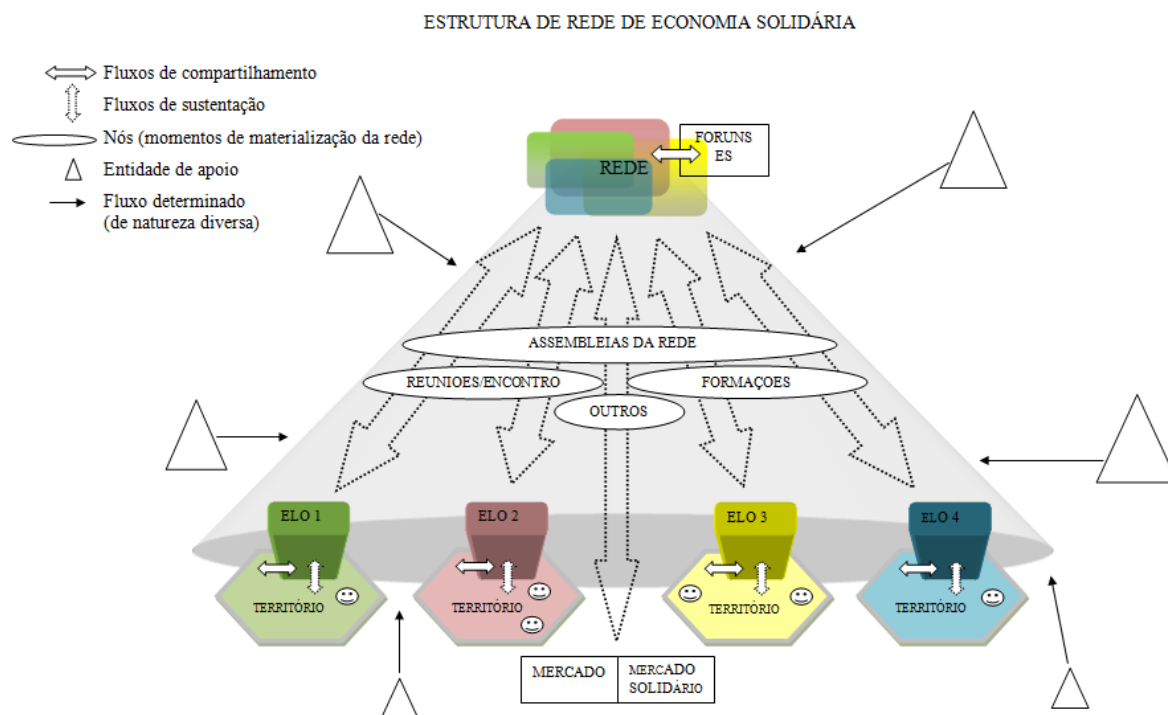
principais categorias. A partir desse ponto, a elaboração propriamente dita dos diagramas se valeu, a princípio, da singularidade da rede estudada na tese, a Justa Trama, e foi feita uma tentativa de representá-la. Ao longo do processo de reflexão/elaboração, os elementos singulares da Justa Trama foram sendo afastados e deram lugar a atributos mais particulares das redes como um todo. Também foram sendo estabelecidas relações entre esses elementos, considerando tipo, formato, intensidade, direção, entre outros aspectos dessas relações. No processo, foram ainda agregados, paulatinamente, elementos do contexto histórico das redes de economia solidária. Por fim, registra-se o desafio de encontrar a nomenclatura mais adequada para cada elemento do diagrama, garantindo que ela se aproximasse o máximo possível do que se desejava expressar com ele.

Ao final foram produzidos dois diagramas representativos do conceito de redes de economia solidária, apresentados na sequência, que trabalham os mesmos elementos, mas com enfoques diferentes. Um deles está focado na estrutura das redes e o outro em suas relações e fluxos.

4.4.1 Diagrama 1: estrutura de composição e de sustentação de rede de economia solidária autogestionária

Apresenta-se de partida o primeiro diagrama com pretensões de que ele auxilie a exposição e a compreensão do conceito de redes de economia solidária pensado.

Figura 1 - Diagrama de estrutura de rede de economia solidária



Fonte: Elaboração própria.

Nesta primeira imagem estão contemplados os integrantes, elos, de uma rede e os fluxos (representados por setas) que nela circulam. Os fluxos, que como dito possuem dimensões variadas, são o conteúdo das relações que se estabelecem entre os diversos atores que compõem ou que se envolvem com a rede. Há que se observar que existem fluxos de mão dupla e fluxos que podem ter somente uma direção. Eles também possuem diferentes propósitos. Alguns estão relacionados à lógica de sustentação da rede em suas diversas dimensões sendo em seu conjunto imprescindíveis. Outros são mais caracterizados pela lógica de compartilhamento e podem ser estratégicos no que tange ao fortalecimento, ao desenvolvimento ou ao crescimento da rede e de seus propósitos econômicos, políticos, culturais, ideológicos, etc.

Há elementos exteriores à rede, mas que se relacionam diretamente com ela. É o caso das chamadas entidades de apoio (representadas por triângulos), que possuem natureza bastante diversa. Estão incluídas aí as chamadas “bases de serviços⁶⁹”, instituições de ensino e

⁶⁹ As “bases de serviços” são entidades que compõem atualmente o campo da economia solidária, apesar de não exercerem atividade econômica e não se tratarem de empreendimentos econômicos solidários, propriamente

pesquisa públicas ou privadas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), Organizações Não Governamentais (Ongs), entidades governamentais, entidades de classe, etc. As relações estabelecidas entre a rede e esses atores se caracterizam por serem definidas, planejadas e determinadas no tempo e no espaço, por possuírem natureza diversa e por pretenderem suprir uma necessidade específica da rede, podendo haver exceções.

As redes de economia solidária são compostas por empreendimentos de economia solidária (elos) que possuem dinâmicas de existência independentes uns dos outros e que se encontram vinculados a uma materialidade histórica específica. São realizações sociais datadas e localizadas, enraizadas nos territórios onde os sujeitos trabalhadores vivem e atuam.

No diagrama, eles estão representados dentro da rede, mas enraizados em seus respectivos territórios. Claro que pode haver redes onde seus elos estejam todos no mesmo território. Genauto França Filho (2017) denomina esse tipo de articulação de “rede local de economia solidária⁷⁰”. Entretanto, o autor, em companhia de Eduardo Cunha, afirma que “na prática, as redes locais de economia solidária tendem ao caráter misto, sendo raro encontrar alguma experiência limitada a um âmbito geográfico específico, devido à sustentabilidade da própria rede” (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009a, p. 729). Por isso, optou-se pela representação gráfica dos elos em territórios distintos, mantendo a indicação das relações, tanto de sustentação como de compartilhamento deles com seus territórios.

A menção a esses fluxos no território reforça a ideia de economia solidária, que tem sido defendida nesta tese, como a ação de trabalhadores e trabalhadoras associados e autogestionários que com suas atuações e suas instituições podem se tornar mais um ator do campo popular da luta de classes. Um ator que tem os pés fincados na comunidade, nos locais de vivência e de convivência. Dessa forma, não é possível uma compreensão de rede de economia solidária deslocada dos territórios, que são exatamente onde estão os sujeitos. O diagrama evidencia que os fluxos circulam na rede, mas escapam de seus elos para, entre outras frentes, os territórios. Da mesma forma, os fluxos do território alimentam a rede.

Dizer que os fluxos escapam da rede para os territórios equivale dizer que os sujeitos que atuam na rede se relacionam com os sujeitos dos territórios em diversas frentes, entre

ditos. Elas são “institucionalidades que prestam um ou mais tipos de serviços de apoio e assessoria técnica aos EESs [empreendimentos de economia solidária] e suas Redes de Cooperação Solidária” (CFES, 2016, p. 173).

⁷⁰ França Filho e Eduardo Cunha (2009b, p. 225) tipificam três tipos de rede: 1- as de nível transterritorial, que são aquelas que articulam empreendimentos ou organizações de diferentes territórios; 2- as no nível territorial, que são as que abarcam, em uma mesma base territorial, “empreendimentos ou iniciativas de economia solidária em diferentes âmbitos de atuação”; 3- as mistas, que são aquelas nas quais há uma articulação no nível do território, mas que também envolvem parcerias e articulações transterritoriais.

elas, as apresentadas por Tiriba (2001) e já discutidas no capítulo 2: comercial, política e pedagógica. Equivale dizer ainda que a experiência autogestionária potencialmente formadora e transformadora vivida pelos sujeitos dentro da rede pode irradiar para o território, contribuindo para a formação de novos sujeitos também fora dela.

Ainda compõem o diagrama os “nós da rede” (representados por elipses), uma designação criada nesta pesquisa para indicar o que aqui se está chamando de “momentos de materialização da rede”. Esse elemento foi identificado ainda na fase exploratória da pesquisa e acabou se confirmando, ao longo da realização do trabalho de campo, como um momento singular de viver a experiência em rede.

As perguntas que levaram à elaboração teórica desse atributo das redes foram: “como podemos estar em contato com a rede Justa Trama?” “Como podemos observar ela em funcionamento?” “Onde e quando a rede acontece?” Essas questões expunham também a necessidade de se entender melhor o que é a rede de economia solidária autogestionária.

Ao longo da pesquisa, foi possível reformular a ideia de que a rede “acontece” em algum lugar, ou em algum momento específicos. Mas, se por um lado, foi ficando cada vez mais clara a percepção de que a rede acontece em seus fluxos de maneira difusa e constante, por outro, também ficava mais claro que há momentos que potencializam a experiência em rede. Esses momentos estão sendo chamados aqui de “nós da rede” e podem ser definidos como ocasiões nas quais os integrantes de uma rede, ou parte deles, se encontram, sendo a própria rede a razão principal do encontro.

Conforme indicam os resultados desta pesquisa, esses momentos, além de influenciarem o movimento dos fluxos na rede, podem promover elevado impacto no processo formativo dos sujeitos implicados na rede, na medida em que os expõe de forma direta a tensões e a contradições envolvidas no processo de construção de uma rede solidária e autogestionária, que, na rotina ou na cotidianidade (KOSIK, 1976) da produção diária dos empreendimentos solidários em seus territórios, podem ser escondidas por uma aparente naturalidade da realidade. Dito de outra forma, os tais “nós da rede” podem funcionar como potenciais desestabilizadores da cotidianidade do processo produtivo vivida, em alguma medida, no dia a dia dentro dos empreendimentos solidários. E isso pode ser, de fato, pedagógico!

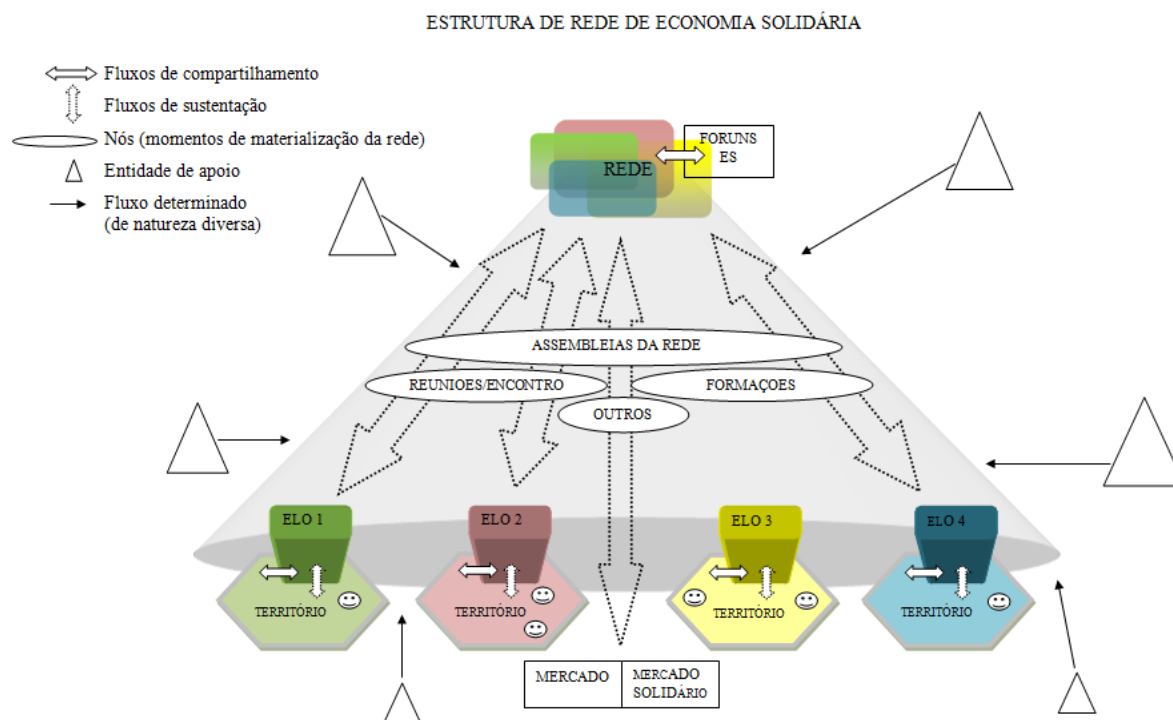
Identificados os elementos do diagrama, torna-se importante destacar que, da perspectiva aqui trabalhada, no contexto de construção de uma rede de economia solidária autogestionária, a relação entre os seus diferentes elos se dá mediada pela própria ação em rede e não, necessariamente, entre os elos de maneira separada. Claro que os fluxos que

emanam do elo 1 chegam ao elo 4, por exemplo, pois há um movimento de ida e vinda dos fluxos, mas eles chegam ao elo 4 na medida em que passam pela rede.

O diagrama ajuda a entender que a rede, em si, não existe de forma isolada, descolada dos elos. Ela é a própria relação e fluxos que os elos estabelecem entre si e com os outros elementos fora dela e tende a expressar os elos e suas características em sua concretização. Nesse sentido, a rede é composta pelos elos, mas não os elos enquanto entidades separadas, isoladas, definidas (como é o caso dos elos nos seus territórios). Ela é os elos em suas relações entre si. Dito de outra forma, a rede não é simplesmente a soma dos elos (um + outro + outro). Ela é os elos em relação entre si e os efeitos dessa relação.

Por isso, inclusive, é possível pensar a estrutura da rede como algo dinâmico, mas nem por isso frágil. Em sua composição é admissível, por exemplo, a presença de elos que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento, ou com diferentes níveis de desempenho, nas diversas dimensões de suas atuações. Ela é um sistema dinâmico que, conforme indica Mance (2000), tem tendência a se equilibrar e a redistribuir suas energias de forma a manter o sistema em funcionamento. Demonstrando isso de forma gráfica, é possível pensar numa variação do primeiro gráfico para a seguinte forma momentânea de estruturação da rede:

Figura 2 - Diagrama de variação da estrutura de rede de economia solidária



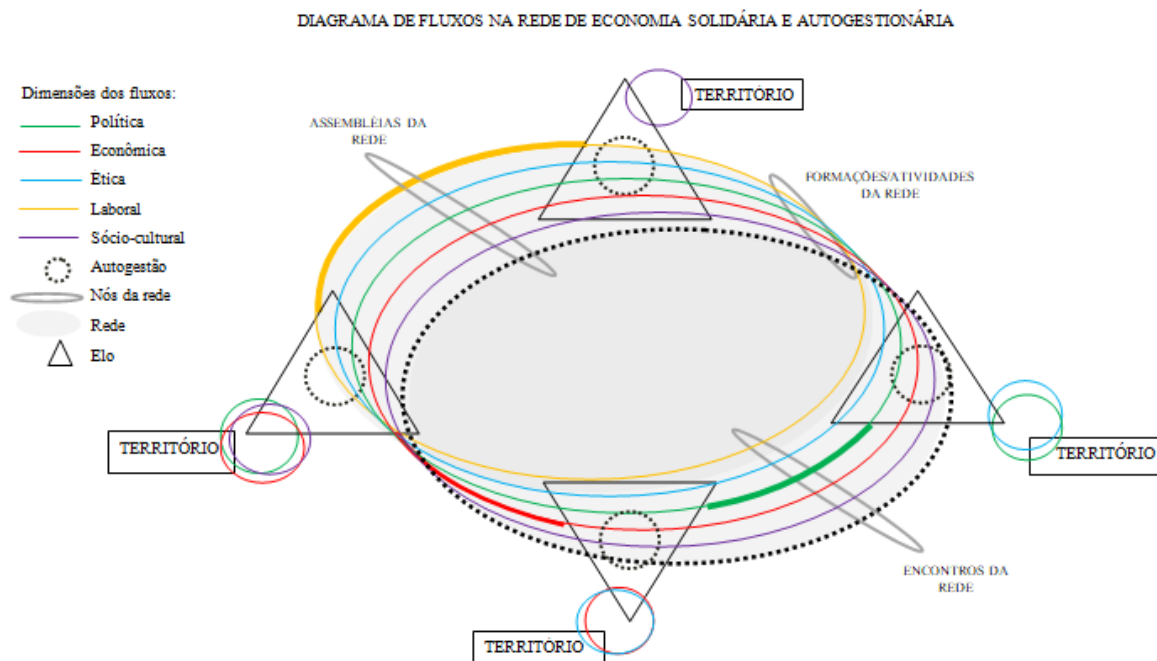
Fonte: Elaboração própria.

Não é pela fragilidade momentânea de um de seus elos, que a rede se desfaz ou que ele, necessariamente, sai da rede e o diagrama auxilia a entender que a rede é um sistema com suas peças associadas. Na sequência, será apresentado um novo diagrama, que conserva os principais elementos do diagrama já visto dando, entretanto, maior destaque aos fluxos da rede e não a sua estrutura.

4.4.2 Diagrama 2: fluxos e dimensões de uma rede de economia solidária autogestionária

A tentativa, desde um ponto de vista teórico, com o diagrama a seguir é evidenciar como os fluxos trocados entre os elos integrantes de uma rede dão vida à própria rede e, na sequência, discute-se alguns detalhes do diagrama.

Figura 3 - Diagrama de relações de rede de economia solidária autogestionária



Fonte: Elaboração própria.

Nesse diagrama, diferente do anterior, a rede em si não está em evidência. O acento está posto mais no “conjunto da obra”. É justamente a presença dos fluxos da rede que faz com que ela “tome forma” e possa ser percebida. Parecido ao outro, sua finalidade é evidenciar elementos menos ressaltados até então.

Esses fluxos, como está assinalado, são matizados a partir de diferentes dimensões das relações sociais, num contexto de trabalho associado e autogestionário. Além das naturezas distintas, eles também possuem diferentes intensidades, podendo ser mais fortes em determinados momentos e mais débeis em outros.

A forma circular sugere a ideia de que nada nesse circuito é muito estático, ou determinado. Ela reforça a percepção de que há um constante movimento nas relações sociais engendradas no âmbito da rede.

Ainda que na existência concreta e realização diária da rede as relações sociais sejam encharcadas de contradições, possa haver níveis hierárquicos, manifestações autoritárias e concentração de poder material ou simbólico, o diagrama sugere que, pelo menos de maneira normativa, redes desse tipo se constroem de forma a não hierarquizar seus elos, ou seus trabalhadores e a não privilegiar uma dimensão de ação em detrimento a outras. No

desenvolvimento real da rede, uma dimensão pode ser mais expressiva que outra, a partir de como o trabalho na rede está organizado e orientado ideologicamente, ou de determinada proficiência que os grupos envolvidos possam ter acumulada, entretanto a não existência ou a total debilidade de uma das dimensões pode provocar rupturas, fendas, brechas que provocam perda de recursos simbólicos e materiais do conjunto como um todo e que podem vir a comprometer o projeto coletivo em desenvolvimento.

A rede também estabelece relações de dimensões variadas com os territórios de seus elos mediadas pelos empreendimentos que a compõe. Novamente, essas relações são de fluxos variados no que respeita sua intensidade, frequência e natureza.

Os nós da rede, como momentos expressivos da existência material do grupo, estão representados no diagrama de forma a canalizar os fluxos, pois são momentos onde existe certa “concentração” desses fluxos. Eles auxiliam dessa forma a manutenção da condição de rede, entendida como o resultado dos movimentos de relações e fluxos estabelecidos por seus integrantes.

O atributo autogestão, aspecto que junto com a solidariedade define o objeto aqui trabalhado, está representado no diagrama como mais um componente que estrutura a rede, ou seja, que “dá forma” a ela, apesar de não ser uma das dimensões dos fluxos que a compõem. Por ser um elementos diferenciado, está representado não só por uma cor, mas também por um traço diferente.

A rede possui seu processo autogestionário, que também não é estático, perene, definido ou controlado. Trata-se, conforme define Nascimento (2013a), de um processo contínuo e experimental, aberto e auto-controlado. Acima de tudo, é um processo pedagógico (NASCIMENTO, 2013a, SINGER, 2001; NOVAES, 2013) que propicia às pessoas nele envolvidas a experiência e a possibilidade de criação de novas formas de organizar a vida socialmente e de novos sujeitos, individuais e coletivos.

Os elos que compõem a rede, por definição, também possuem os seus próprios processos autogestionários. Esses estão indicados graficamente dentro dos elos, uma vez que cada elo, apesar de integrante da rede, não se confunde com a rede. Possui sua estrutura material e política e sua autonomia. Ainda que a experiência autogestionária na rede influencie a experiência autogestionária no elo e vice-versa, elas não se confundem.

Dessa forma, a partir dos elementos apresentados, segue-se com a compreensão de que a rede de economia solidária autogestionária é composta por seus elos, pelos fluxos e relações que eles estabelecem e pelos objetivos e valores que compartilham. A rede é os elos, mas não o somatório dos elos de forma isolada. Ela é os elos e suas relações entre si. De forma

dialética, ela se estabelece como mediadora do fluxo de relação criado entre os elos, ao mesmo tempo em que é formada por esse mesmo fluxo. Dito de outra forma, os elos se relacionam por conta da rede e ao se relacionarem criam a rede.

Todo esse processo é profundamente formativo, como se tem afirmado. A seguir serão apresentados os dados construídos a partir da experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras da Justa Trama e as análises realizadas que permitiram, entre outros elementos, a construção das reflexões teóricas expressas até aqui.

5. PRÁXIS E FORMAÇÃO: SABERES E CONTRADIÇÕES VIVIDOS NA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DA JUSTA TRAMA

Experiências orientadas para o trabalho associado e autogestionário têm sido alternativa de sobrevivência e também de resistência para parte dos trabalhadores. Esses trabalhadores se desafiam, no curso da história e a partir das condições materiais existentes, a reinventarem o processo produtivo buscando mais a valorização do trabalho e menos a do capital. Atualmente, ele se opõe ao hegemônico trabalho assalariado, precário ou não, caracterizado pela heteronomia e pela propriedade privada dos meios de produção.

Sobre esses trabalhadores incidem condicionamentos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e estéticos históricos produzidos pela organização do capital, em níveis sociais macro e micro, que se contrapõem, permanentemente, à racionalidade, prática e normativa, da produção associada e autogestionária. Essa contraposição gera processos contraditórios que precisam ser administrados, individual e coletivamente, por esses trabalhadores, para que o resultado social de suas ações seja, cada vez mais, de emancipação da classe trabalhadora e de superação da sociedade capitalista e, cada vez menos, de reprodução do capital.

Entretanto, esse desafio se apresenta como um grande obstáculo a ser vencido, principalmente, em momentos não revolucionários da história, como é o atual contexto. Para Novaes (2013, p. 142), nessa atual fase, marcada “por inúmeras derrotas para os trabalhadores” e pela ausência de um projeto popular de sociedade que unifique a classe trabalhadora, o mais adequado seria falar de um associativismo de “subsistência”, ou de “resistência”, “já que até o presente momento há poucos sinais de um cooperativismo e associativismo capazes de superar o trabalho alienado, sem sentido social, desprovido de conteúdo”.

Enfrentando essa dramática fase histórica, os trabalhadores associados e autogestionários reunidos nas experiências da economia solidária têm criado e desenvolvido redes de economia solidária que, conforme visto, buscam aproximar e integrar empreendimentos solidários, alinhando fluxos para a realização de objetivos e para o fortalecimento de valores comuns. Tais redes são resultado de um processo histórico de acúmulo dos trabalhadores e estão se construindo num movimento dinâmico, contraditório e tensionado.

Elas são a expressão de uma práxis criativa (VÁZQUEZ, 2003) por meio da qual esses trabalhadores buscam criar embriões de uma nova maneira de produzir e conviver. Essa condição de rede, na qual esses trabalhadores se organizam, parece, como se verá, impactar suas práxis tendendo ora a empurrá-las na direção uma práxis mais reflexiva (VÁZQUEZ, 2003) e ora pressionando-as na direção de uma práxis utilitária (KOSIK, 1976).

Esses processos ganham forma e concretude na experiência, individual e coletiva, desses trabalhadores. No dia a dia de luta pela reprodução de suas vidas, por meio de suas experiências vividas e modificadas, esses trabalhadores vão formando suas bases éticas e morais, políticas e culturais para viver e produzir em sociedade. Quer dizer, vão se tornando as pessoas que são, vão criando e sistematizando saberes, vão construindo uma cultura do trabalho própria, como também vão desenvolvendo experiências constituídas da classe trabalhadora de tempos atuais. Sendo assim, experiência, nos termos que define Thompson (1981), é a unidade de análise usada aqui para orientar e discutir o processo formativo vivenciado pelos trabalhadores associados e autogestionários e os saberes do trabalho por eles criados num contexto de organização e de desenvolvimento de uma rede de economia solidária.

A experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras integrantes da Justa Trama é o local onde foram colhidas as evidências que ajudam a entender os possíveis caminhos por onde se desenvolve o processo formativo dos trabalhadores da economia solidária e que serão expostas nas páginas que se seguem. A intenção é colocar em perspectiva possíveis saberes do trabalho associado (FISCHER; TIRIBA, 2009) que estão sendo criados, afirmados ou sistematizados nesse processo de formação.

A exposição e a análise dos dados se darão divididas em dois grandes grupos. O primeiro será balizado pela noção de autogestão, uma vez que ela, conforme apresentado, estrutura o trabalho associado e autogestionário e se configura no elemento chave para o desenvolvimento de uma pedagogia da produção associada, num processo educativo realizável. O segundo reunirá experiências que, mesmo estando mediadas pelo trabalho associado e autogestionário num contexto de rede de economia solidária, estão apartadas do processo produtivo. Trata-se de um olhar em perspectiva, buscando identificar nexos entre cultura e economia que contribuem para a formação do sujeito em diálogo com a possibilidade de ampliação da autogestão em outros contextos da vida social. Na sequência, apresenta-se o primeiro grupo.

5.1 EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO E SEUS MOMENTOS FORMATIVOS EM UMA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO A JUSTA TRAMA

Característica estrutural da dinâmica do trabalho associado, a autogestão, como ferramenta de organização da produção associada e de desconstrução de relações de produção instituídas pelo capital, é criada e desenvolvida, continuamente, pelos trabalhadores associados em suas experiências cotidianas de trabalho e militância. Seu caráter experimental, porque inédita, e transgressor, porque diferente do instituído, atribui à autogestão uma relevante dimensão pedagógica para a formação dos trabalhadores e de uma cultura do trabalho associado.

É nos processos que têm características autogestionárias que a classe trabalhadora enfrenta verdadeiros desafios: desnaturalizar a separação entre dirigentes e dirigidos, entre concepção e execução. Ela ‘aprende’ a lutar de forma coletiva contra os patrões e ou contra o Estado, aprende a dividir o trabalho de uma nova forma, a fazer rodízios de cargos e principalmente concentrar as decisões estratégicas em assembleias democráticas, gerando um processo coletivo de aprendizagem. É também nos processos com características autogestionárias que se tende a questionar a hierarquia salarial capitalista (NOVAES, 2013, p. 110).

Entretanto, num horizonte de transformação estrutural da sociedade capitalista, não há que se falar somente de uma autogestão dentro das unidades de produção. Enquanto estratégia, meio e fim, das lutas dos trabalhadores, ela também precisa se manifestar, por exemplo, na gestão das cidades, dos serviços públicos, dos meios de comunicação, das escolas, entre outras instâncias da vida social. É na “generalização da autogestão” para as demais relações sociais, na ação direta dos trabalhadores contra o capitalismo e seu metabolismo, superando a cisão entre os dirigentes e os dirigidos, entre os que pensam e os que fazem, que a classe trabalhadora parece poder criar novas possibilidades de invenção da vida social (WIRTH; FRAGA; NOVAES, 2013).

Para István Mészáros (2005), no âmbito de um processo formativo amplo da classe trabalhadora, com vistas a construir uma sociedade dos produtores livremente associados, o desafio fundamental passa por “modificar, de uma forma *duradoura*, o modo de *internalização* historicamente prevalecente” (MÉSZÁROS, 2005, p. 52). Por isso, ao discutir a educação do trabalhador, ele fala de uma formação ampla, continuada, que não se restrinja a processos educativos formais e que não deve se separar da “autogestão da ordem social reprodutiva”.

Desse ponto de vista, os limites da prática autogestionária são os limites dos próprios trabalhadores e de suas organizações. Instituí-la de forma cada vez mais radical é um processo que demanda a construção de um “trabalhador de novo tipo”, afinal, mudar as bases materiais de produção, implica em mudar o próprio trabalhador. Esse novo trabalhador se forma nos seios dos processos de trabalho associado e de organização social e política da classe trabalhadora, a partir da experiência e, às vezes, por meio de formações dirigidas informadas por uma pedagogia própria da produção associada e autogestionária.

Como já apontado, a luta autogestionária é marcada por contradições e por ciclos de ascenso ou descenso. Essa é a realidade enfrentada também pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da Justa Trama. O que se segue, então, é uma tentativa de identificar e de discutir alguns dos processos formativos envolvidos nas tensões e contradições diárias enfrentadas por esses/as trabalhadores/as e os saberes que deles emanam, na tentativa de apontar elementos, de identificar características que estejam formando um trabalhador de novo tipo em uma cultura do trabalho associado e autogestionário também em formação.

No âmbito do processo de trabalho, a consolidação de práticas autogestionárias se relaciona a questões como a capacidade de rearticular saberes fragmentados pela divisão social e técnica do trabalho implementada pelo modo de produção capitalista; como a conquista do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores; como a capacidade de tomar decisões estruturantes concernentes ao processo de trabalho; como a realização de processos participativos com a criação e o desenvolvimento dos métodos e dos meios necessários ao processo assim como com a partilha de conhecimento e de informação que ele demanda para seu sucesso. Todas essas questões são desafiadoras para os trabalhadores e as trabalhadoras sujeitos desta pesquisa e se relacionam com o microcosmo produtivo – no âmbito da cadeia produtiva – e com o macrocosmo social – conjunto das atividades sociais – desses/as trabalhadores/as. Algumas delas serão abordadas a seguir.

5.1.1 Autogestão e o desafio das distâncias geográficas

Começa-se por um aspecto expressivo vinculado à condição de rede de economia solidária que, na experiência estudada, se faz notar logo a primeira vista: a distribuição geográfica dos elos da Justa Trama. Como dito, a cadeia possui seis elos espalhados pelas cinco regiões do Brasil. Trata-se de distâncias – e aqui só estão sendo consideradas as

distâncias geográficas e não as culturais e sociais que também são enormes – absolutamente grandes, como é possível intuir observando o mapa a seguir.

Figura 4 - Mapa com os integrantes da Justa Trama



Fonte: Justa Trama (2019)

Mas, afinal, o que pode significar realizar autogestão em uma cadeia produtiva solidária que reúne trabalhadores e trabalhadoras que vivem e trabalham em lugares absolutamente distantes uns dos outros? Como eles/as podem se encontrar, expor questões, refletir sobre elas, conversar, decidir conjuntamente? Realmente, trata-se de um desafio para redes autogestionárias. Para a Justa Trama é economicamente inviável pensar em reuniões presenciais semanais, mensais ou mesmo bimestrais. De fato, a cadeia consegue reunir representantes de todos os seus elos duas vezes por ano. Já houve exceções, mas essa é a regra.

A dura realidade parece forçar o coletivo a ajustar e a redimensionar permanentemente suas pretensões e mesmo suas definições autogestionárias. É um trabalho e, claro, um desafio que envolve questões técnico-produtivas e ético-políticas que exigem dos envolvidos uma práxis criativa constante e a criação e mobilização de saberes.

No dia a dia de trabalho em seus empreendimentos solidários, os trabalhadores e as trabalhadoras da cadeia vão sendo atravessados em diferentes níveis pelos temas da rede e pelas decisões que ela demanda. Não é sempre que suas atenção e emoção estão mobilizadas pela rede. As questões objetivas e técnicas do trabalho diário de cada elo são muito mais presentes na rotina de cada um. Entretanto, a rede tem vida e uma dinâmica que é diária. Como se ocupar delas? E ainda mais de uma maneira autogestionária?

A impossibilidade de encontros frequentes levou, inevitavelmente, à instituição de níveis de representatividade dentro da cadeia e essa característica se apresenta como um desafio constante à prática autogestionária, que é diretamente proporcional ao nível de participação qualificada dos trabalhadores. Tal representação é exercida por uma direção eleita a cada três anos por representantes que, por sua vez, são eleitos em cada elo. É parte dessa direção que se encontra, pelo menos, duas vezes ao ano.

Além disso, tal condição espacial impôs ainda um limite à constituição da diretoria. Por conta de demandas, principalmente, burocráticas e legais, funções como a de presidente e tesoureiro estão obrigadas a serem exercidas por representantes do mesmo elo, uma vez que ambos precisam assinar documentos, como recibos ou notas fiscais, entre outras atividades pontuais de ordem burocrática. Imaginem como seria ineficiente ter que tramitar, por exemplo, um cheque de Porto Alegre, no sul do Brasil, a Tauá, interior do nordeste brasileiro, para que fosse assinado por duas pessoas, conforme exige a lei.

Essa condição potencializou a estratificação de níveis de decisão e de execução já existente inclusive dentro da dinâmica diária dos elos. Foi possível observar a existência de pelos menos três extratos de decisão, nos quais a autogestão é praticada em diferentes níveis. São eles: 1- o de decisões estratégicas, norteadoras, ideológicas; 2- o de decisões táticas, de médio alcance; 3- o de decisões operacionais, relacionadas ao dia a dia produtivo da cadeia. A participação de trabalhadores/as de todos os elos é maior no primeiro extrato, sendo menor no segundo extrato e menor ainda no terceiro.

Por exemplo, as definições dos preços dos produtos e de utilização somente de algodão agroecológico na produção das peças, são decisões tomadas em assembléia com a participação de representantes de todos os elos. Por sua vez, decisões como a participação em determinada feira ou a escolha de determinado modelo de peça para a produção são tomadas em conjunto por representantes de apenas um ou de alguns dos elos. Por fim, decisões como aprovar uma venda específica ou fazer uma fala em algum evento são tomadas por algumas pessoas da diretoria.

O uso de tecnologias de comunicação e de ferramentas digitais vai ajudando a “encurtar” as distâncias e a aumentar o fluxo de informação e de comunicação entre os participantes da cadeia. Ainda que seu uso não seja sistemático, ou ordenado e tenha, a maioria das vezes, o objetivo de operacionalizar ações e não de facilitar a tomada de decisões conjuntas, ele também serve como canal que potencializa a autogestão e os processos formativos que ela enseja. Em canais como o grupo de WhatsApp da rede, por exemplo, as pessoas são instadas a se posicionarem sobre determinado tema, compartilham dúvidas e recebem informação, têm liberdade de se expressar ou de propor novos temas e se expõem à manifestações dos outros trabalhadores e trabalhadoras.

Mas o uso das ferramentas não implica, automaticamente, uma mudança qualitativa na participação das pessoas na gestão da rede. Muitas vezes os meios de comunicação são somente mais um canal de reprodução do comportamento pessoal de cada um no mundo real. Eles reproduzem em grande medida o que acontece fora da rede virtual, na vida real. Por exemplo, quem desenvolve uma postura mais inclusiva ou participativa fora da rede virtual, acaba fazendo o mesmo na rede social, postando com mais frequência mensagens que encorajam o outro a participar, a opinar, etc. Da mesma forma, os/as trabalhadores/as que estão diretamente responsáveis por operacionalizar atividades administrativas da cadeia, acabam usando as ferramentas de comunicação com mais frequência para esse fim.

Portanto, nesse caso, não é exatamente a disponibilidade ou não da ferramenta que muda o comportamento ou a atitude de cada trabalhador ou trabalhadora na rede. Se, na vida real, não há o desenvolvimento permanente de uma atitude participativa, se o trabalhador não se sente responsável e implicado permanentemente na construção da cadeia produtiva autogestionária, o potencial das ferramentas de comunicação e informação em contribuir com a autogestão, a despeito da distância física que separa as pessoas, acaba por se enfraquecer. Tanto que é possível ouvir de alguns trabalhadores/as da cadeia queixas como “as pessoas não respondem ou demoram muito a responder” (E1, 2019, *diário de campo*), ou “temos que perguntar duas, três vezes” (E2, 2019, *entrevista*).

Cabe ressaltar também que, principalmente num contexto espacial como o vivenciado pela Justa Trama, ferramentas de comunicação e de informação acabam ajudando no desenvolvimento de processos formativos de valores e de sentimentos. Nas ferramentas virtuais, determinadas mensagens reacendem a memória de laços afetivos já estabelecidos; outras reforçam sentimentos de pertencimento à rede; outras ainda se ocupam de gerar orgulho nos trabalhadores e nas trabalhadoras de fazerem parte desse projeto; algumas são de

incentivo ou apoio a determinado elo; algumas servem para expor posicionamentos políticos ou, simplesmente, para externar algo que provoca forte indignação.

Assim, em meio a mensagens relacionadas a temas técnico-produtivos e a mensagens informativas que carregam conteúdo prático que interessa ao coletivo, encontram-se também mensagens de saudação diária, ou de compartilhamento de temas pessoais como a enfermidade de um amigo, ou ainda fotos da bela colheita do algodão, ou da perda de uma safra inteira. As mensagens, que ocupam um amplo espectro de temas indo desde os pessoais aos culturais, políticos, produtivos e administrativos, acabam expondo diferenças culturais e regionais presentes no Brasil e que estão reunidas nos trabalhadores e trabalhadoras da Justa Trama, o que também se revela com potencial formador.

Durante o período de observação e participação da pesquisadora no grupo de WhatsApp da rede, foram menos frequentes os momentos de contestação ou discordância sobre um ou outro tema do que os de silêncio. Por outro lado, não houve ofensas, desrespeito ou agressividade e ninguém deixou o grupo.

Lidar com o outro, que é diferente e que está distante, é um conhecimento que os trabalhadores e as trabalhadoras da Justa Trama estão construindo diariamente na suas experiências dentro da rede. Experiências muitas vezes contraditórias e tensionadas. A distância é um elemento – e não é o único – que se opõe, frequentemente, ao ritmo de ação e de decisão que a vida cotidiana do mercado têxtil exige. Muitas vezes ela requer passos mais lentos para garantir tempo de debate, de reflexão, de apropriação e de inclusão do maior número de trabalhadores/as da rede possível nas decisões a serem tomadas. O exercício de afirmar a condição autogestionária da rede nesse contexto é constante e leva os trabalhadores e as trabalhadoras a desenvolver saberes que lhes propiciem lidar melhor com essa situação.

Para minimizar o impacto negativo da distância, eles precisam desenvolver um sentido de responsabilidade com a rede, de dedicação, de paciência e também de delicadeza no trato com o outro. Criam rotinas de comunicação e precisam aprender a lidar com ritmos de trabalho diferentes, com limitações relacionadas às ferramentas de comunicação e a desenvolver uma habilidade de comunicação interpessoal que lhes permita cobrar uns dos outros, quando necessário, de forma respeitosa.

Tudo isso vai se juntando num patrimônio de saberes que vai sendo construído na experiência da rede e que vai formando não só um sujeito-trabalhador, ator do trabalho associado e autogestionário, como uma cultura de trabalho com características específicas.

5.1.2 Autogestão e o processo de conhecer o desconhecido

Diferente de redes que reúnem empreendimentos do mesmo ramo e, portanto trabalhadores que produzem o mesmo produto, que têm a mesma rotina e os mesmos ciclos de trabalho, que utilizam os mesmos conhecimentos para a realização da atividade, que enfrentam os mesmos desafios no dia a dia da produção, as cadeias produtivas solidárias reúnem empreendimentos de naturezas diferentes, organizados num sequenciamento vertical para realizarem todo o processo de produção de determinado produto. Cada empreendimento é um elo de uma mesma corrente, mas cada um possui características próprias, processos de produção definidos, demandas específicas e navega por um mar de conhecimentos técnico-produtivos particulares. Esse é, como sabido, o contexto de produção da Justa Trama.

Reunir trabalhadores e trabalhadoras de diferentes segmentos produtivos talvez seja um dos maiores desafios para uma proposta autogestionária da produção e, ao mesmo tempo, talvez seja um dos momentos mais potentes de enfrentamento da alienação do trabalho e, portanto, de uma práxis transformadora, pois a estrutura vertical da cadeia permite aos trabalhadores e às trabalhadoras ter controle de todo o processo produtivo, ou pelo menos da maior parte dele. São eles/as que tomam as decisões sobre o negócio, decidem preço, jornadas de trabalho e investimentos, arcam com os benefícios e com os prejuízos gerados por suas ações. Trata-se de um processo que, ainda que tenha limites, diminui a fragmentação do conhecimento gerado no processo de trabalho e reduz o distanciamento do trabalhador do resultado de seu trabalho.

A manutenção da condição autogestionária da rede funciona como um “abalo sísmico” no dia a dia dos distintos empreendimentos solidários. É como se o cotidiano de trabalho dentro de cada um deles fosse estremecido, como se ali surgisse uma fenda pela qual o trabalhador pudesse olhar e ver elementos que explicam sua realidade, mas que ficam, em geral, escondidos no frenesi cotidiano, ou, nos termos de Kosik (1976) como se o trabalhador pudesse romper, em alguma medida, com sua práxis utilitária e se aproximar mais da essência dos eventos e não apenas de sua manifestação fenomênica.

Entretanto, manter tal experiência autogestionária exige do trabalhador uma práxis criativa (VÁZQUES, 2003), uma vez que ela rompe com a separação social e técnica do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista, colocando o trabalhador frente a novas situações continuamente. Também exige uma práxis cada vez mais reflexiva (VÁZQUES, 2003), na medida em que as relações estabelecidas no âmbito da rede vão se complexificando

e requerendo a compreensão cada vez maior das camadas da totalidade social que compõe o processo produtivo da cadeia.

Nesse contexto, a experiência autogestionária é um desafio e uma criação diária. O que pode significar ser autogestionário nessas circunstâncias? Que dificuldades são enfrentadas? Como é tomar decisões sobre espaços e processos produtivos que o trabalhador desconhece? Que implicações esse contexto traz para a autogestão e para o desenvolvimento da cadeia?

Transformar o desconhecido em conhecido é um processo, sem dúvida, formativo. Na experiência da Justa Trama ele tem sido desenvolvido paulatinamente. A principal estratégia utilizada pelo grupo para isso parece ser o rodízio, entre os empreendimentos, para sediar as assembleias da rede. Cada encontro é realizado em um elo, num ciclo contínuo⁷¹.

Os trabalhadores e as trabalhadoras do elo sede organizam a estrutura para receber os trabalhadores e as trabalhadoras dos outros elos e para fornecer as condições materiais básicas necessárias para a realização do encontro. As assembleias funcionam em formato de reuniões, nas quais os participantes passam longas horas sentados em volta de uma mesa discutindo uma extensa pauta. É um trabalho concentrado e cansativo. Todas elas são iniciadas por uma apresentação de cada elo, na qual o/a trabalhador/a relata, para os demais, como está a gestão do empreendimento, sua situação financeira e também produtiva. Esse momento é importante porque, além de atualizar os que já conhecem todos os empreendimentos da rede, ele também serve de introdução para aqueles/as trabalhadores/as que estão participando da assembleia pela primeira vez, ou que ainda não conheciam todos os elos. A rodada de apresentações é o primeiro momento formal previsto para que os/as trabalhadores/as da rede se apropriem cada vez mais dela, mas não é o único. Ao longo dos três dias de encontro, muitos outros, formais e informais, acontecerão.

Também sempre está prevista na agenda da assembleia uma visita ao local onde os/as trabalhadores/as do elo sede realizam suas atividades produtivas, pois muitas vezes ele não coincide com o local da reunião. É o caso da ADEC, por exemplo, onde a reunião é feita na sede da associação e são programadas visitas para conhecer os agricultores e as agricultoras e suas roças.

⁷¹ Já houve exceções, como o primeiro encontro de 2019 que foi realizado em São Paulo, aproveitando a oportunidade de unir a realização da assembleia com atividade formativa para redes de economia solidária, realizada pela Unisol Brasil. Tratou-se de uma decisão estratégica da cadeia, que propiciou economia de recursos para a realização da assembleia. Entretanto, majoritariamente, as reuniões são realizadas nos elos em sistema de rodízio.

Em Pará de Minas, onde esta pesquisadora participou da assembléia da rede, foi programada uma visita à planta industrial da cooperativa, inclusive à parte desativada da planta. Aquela era a primeira vez que alguns dos ali presentes entravam em uma fábrica. Suas perplexidades diante de tamanha estrutura foram facilmente notadas e depois, em outros momentos, eles mesmos as manifestaram publicamente. “Quando a gente está longe a gente sabe, mas quando a gente chega aqui a gente sente a dor de vocês” (E8, 2019, *diário de campo*), comentou um agricultor na reunião se referindo a uma colega da Coopertêxtil. As falas reuniram um misto de surpresa, pelo tamanho da estrutura; de pena, pelas máquinas desligadas; de preocupação, pelo futuro da cooperativa e de seus cooperados; de consternação, pela impotência de todos frente ao problema; de tristeza, pelo que parecia ser o fim de um belo projeto coletivo; de esperança, pela fé de que aquela situação possa mudar.

Ouvir os colegas da Coopertêxtil relatarem a sua atual condição e os motivos pelos quais a fábrica está em situação tão delicada, ensinou muito a todos trabalhadores e trabalhadoras ali presentes. Eles/as aprenderam sobre vicissitudes do sistema capitalista globalizado e sobre as dificuldades da fábrica se manter em condições de competir em um mercado internacionalizado e, para eles, desprotegido. Aprenderam também sobre rotinas produtivas da fábrica, sobre os cuidados que o algodão agroecológico exige para ser manufaturado, descobriram como os tecidos podem ganhar desenhos padronizados – o que para alguns ali era um processo inimaginável – foram impactados com o volume de água e de energia que uma indústria daquele porte consome – o que para um agricultor do semi-árido brasileiro pode comover!

A situação da cooperativa também revelou aos demais integrantes da Justa Trama uma série de contradições existentes no âmbito do trabalho cooperado e autogestionário. Todos ali presentes, depois do primeiro dia de reunião, já haviam entendido que no atual contexto social hegemônico pelo projeto do capital manter uma fábrica cooperada não era fácil, mas, nos dias seguintes, eles entenderam que manter uma fábrica cooperada e autogestionária era ainda mais complicado. Ouvir de lideranças da cooperativa frases como: “os cooperados acham que são funcionários nossos” (E6, 2019, *diário de campo*), ou “na assembléia, todo mundo quer distribuir o resultado e não querem abrir mão de uma parte para investimentos” (E7, 2019, *diário de campo*) afetou alguns dos presentes. Alguns reagiram afirmando que aquilo não era novidade para eles também, outros demonstraram em suas falas certa consternação com a situação, talvez aquilo fosse uma surpresa para eles.

Na perspectiva desta pesquisa, tal momento serviu para evidenciar mais uma vez o que outras pesquisas já demonstraram (ANDRIOLI, 2007; NOVAES *et al*, 2018), direta ou

indiretamente: a necessidade de se problematizar a ideia tão difundida de que “a participação forma”. Refinar o processo formativo que a experiência autogestionária realiza é ainda tarefa a ser feita ou aprofundada. Por esse ângulo, como por outros apresentados nesta pesquisa, também se confirma que a formação autogestionária é um processo complexo, com muitas camadas e que tem suas raízes em questões econômicas, mas também políticas, sociais e culturais e que dá vida a um ser, que precisa afirmar sua condição autogestionária permanentemente.

Ainda dentro da pauta da reunião, outros momentos formativos são previstos para nutrir de informação esses/as trabalhadores/as e facilitar sua ação autogestionária. Na reunião de Pará de Minas, por exemplo, houve um momento com a participação do advogado da Unisol Brasil, que tirou dúvidas dos presentes sobre temas legislativos. A atividade formativa foi avaliada como “muito positiva” pelos integrantes da rede, tanto que nos encaminhamentos finais do encontro, foi defendida a necessidade de se manter ciclos formativos estruturados dentro da cadeia.

Na dinâmica de assembleias da rede, outros momentos que também agregam informação e conhecimento aos participantes da cadeia podem ser citados: a explicação dos/as agricultores/as sobre os custos e as dificuldades de manter a certificação do algodão orgânico; o debate para a constituição dos preços dos produtos, onde cada elo explica seus processos e seus custos; as informações relativas à gestão financeira da rede, como impostos e custos burocráticos, que a tesouraria faz circular.

Mas participar daquela assembléia da Justa Trama, visitar a fábrica, conhecer a experiência de trabalho dos outros ensinou outras coisas aos que estavam presentes à reunião e que não podem ser classificadas como conhecimento, no sentido de uma informação ou um saber que se aprende somente por meio da razão. Ao que a observação participante indica, a experiência desenvolvida ali naqueles dias também expôs valores e sentimentos, que formam os diferentes sujeitos integrantes da rede.

Os três dias de reunião foram recheados de narrações dos participantes que contaram histórias que envolviam os desafios que enfrentam no dia a dia do trabalho, seus medos, suas dificuldades. Uma costureira contou como é fazer feira para vender as roupas da Justa Trama. “Às vezes, você não consegue vender nada e passa trabalho. As pessoas não sabem [...] acham que a feira é um passeio... eu já fiz feira no Uruguai sozinha, sem conhecer nada. Quando eu cheguei na rodoviária, eu não sabia nada, fiquei sem passaporte e quase fui presa” (E5, 2019, *manifestação oral*). Um agricultor falou da seca e da tristeza que é quando se perde a colheita. Outro falou da dificuldade de convencer novos agricultores a abandonar o cultivo tradicional

e a adotar o cultivo agroecológico e outro ainda da ameaça que é a mecanização do campo promovida pelo agronegócio. Os representantes da Cooperativa Açaí fizeram sua avaliação final do encontro em duas línguas, o português e a língua indígena falada por alguns de seus membros.

Conhecer um pouco dos desafios, dos medos, das dificuldades dos outros trabalhadores e trabalhadoras, mas também de suas vitórias ou felicidades, ou dos momentos em que têm orgulho de pertencer à rede e de realizar determinado trabalho – como uma boa colheita, ou o aprendizado de operar uma nova máquina, ou a realização de um belo evento da marca – vão movimentando dentro da cadeia valores como solidariedade, empatia, respeito, compromisso e confiança. Em outros níveis, de forma menos explícita, também apareceram questões relacionadas à assimetria de poder entre os gêneros e posicionamentos político-partidários divergentes que também fazem parte do organismo Justa Trama.

Todos esses aprendizados experimentados nessa reunião vão fornecendo aos trabalhadores e às trabalhadoras presentes elementos que interferem na sua ação autogestionária dentro da cadeia. O desafio, segundo palavras da presidente da cadeia, parece ser “garantir que os trabalhadores tenham o controle do processo” (E4, 2017, *entrevista*). Esse é um processo formativo lento, descontínuo e, às vezes, com refluxos. Muitas vezes faltam informações e conhecimentos para que todos possam contribuir com as decisões a serem tomadas e isso acaba gerando desnivelamento nas participações. Por outro lado, uma postura francamente aberta e receptiva à participação de todos garante espaços para o contraditório e para manifestações diversas.

5.1.2.1 Outros momentos para se conhecer o desconhecido

As assembleias parecem ser os principais momentos de formação do grupo, mas não são os únicos. A história da rede mostra que eles têm se preocupado e se ocupado com a formação de seus trabalhadores e trabalhadoras. Parte dos recursos da cadeia é direcionada para o que eles/as chamam de “intercâmbios”, que são momentos onde um, dois, ou três trabalhadores/as de um elo passam alguns dias visitando outro elo. Essas visitas são associadas, a maioria das vezes, a trocas de informações e a compartilhamentos de experiências. Assim, os agricultores e as agricultoras do Mato Grosso do Sul visitam os do Ceará e aprendem com eles, trocam informações e voltam para suas casas com uma experiência que depois poderá modificar a sua própria experiência de agricultor/a sul-mato-grossense. O caminho inverso também acontece.

Da mesma forma, costureiras da Univens saem de Porto Alegre e vão até Porto Velho para conhecer a Cooperativa Açai e, ao chegarem lá, ensinam às cooperadas de lá a usarem máquinas de costura que a cooperativa comprou, mas que elas não sabiam usar. Elas levam conhecimentos e trazem alguns de lá também. Elas levam comportamentos e descobrem outros lá também. É sempre uma via de mão dupla.

Outro momento potente de formação da rede é quando os integrantes de determinado elo se responsabilizam por apresentar a Justa Trama a terceiros. Por sua história e pelo reconhecimento da cadeia no âmbito da economia solidária, a Justa Trama é frequentemente convidada a participar de eventos (reuniões, seminários, palestras) para compartilhar sua experiência. Cada elo representa a cadeia em atividades no seu entorno o que obriga a seus trabalhadores e suas trabalhadoras a se programarem, a planejarem uma fala, a organizarem em forma de pensamento o que realizam na vida real. Trata-se de um momento importante de reflexão e de síntese.

Atividade semelhante a essa ocorre quando integrantes da rede participam de formações estruturadas oferecidas, em geral, por entidades vinculadas ao movimento da economia solidária – como a que foi acompanhada por esta pesquisadora. Mais uma vez, os trabalhadores e as trabalhadoras da rede são obrigados a organizar mentalmente a experiência vivida, expressando, por meio da linguagem, a consciência que têm do processo de construção da rede. A representante da Justa Trama no curso que foi acompanhado durante esta pesquisa era uma jovem que estava na rede há apenas três meses. Durante o curso, teve oportunidade de explicar aos outros presentes como se tomavam algumas decisões dentro da Univens e dentro da Justa Trama. Também houve momentos em que ela foi perguntada sobre distribuição de recursos e sua resposta foi: “isso ainda não sei. Preciso aprender ainda” (E3, 2018, *diário de campo*) e, a partir desse diálogo com outros trabalhadores associados, ela descobriu elementos do seu dia a dia de trabalho que ela precisava conhecer, aprofundar.

5.1.3 Autogestão e processos participativos

Os processos participativos são a estrutura dorsal de uma proposta autogestionária. O realizar com as próprias mãos e cabeça, poder criar, executar e conhecer o processo de realização é a base da atividade autogestionária. Por meio deles há uma partilha de poder, na medida em que as decisões e os conhecimentos são construídos coletivamente, há o

aprendizado dos envolvidos em relação ao tema que estão participando e há ainda a formação de um sujeito participativo, um sujeito que se habitua a ter o poder da fala e da escuta, do compartilhamento de responsabilidade e a compreensão do processo no qual está inserido.

É possível ser autogestionário em muitos níveis e em espaços distintos. A autogestão pode ser experimentada no âmbito da família, dentro de casa, no trabalho, no bairro. Ela pode se referir a processos simples ou complexos, envolvendo poucas ou muitas pessoas. O limite é a própria prática.

A Justa Trama tem como horizonte e como princípio a prática autogestionária e de fato a realiza em circunstâncias complexas, como se tem demonstrado até aqui. No caso analisado, elemento chave, ao que indica a pesquisa, é a presença de uma liderança forte. A história da rede começa com a interação de três mulheres trabalhadoras e militantes experientes de movimentos populares. Com trajetórias diferentes, elas se encontram em rotas que desaguardariam na constituição do movimento de economia solidária no Brasil. Essas três mulheres se organizam, aglutinam forças e apoios, constroem parcerias e conseguem dar vida ao que se transformaria na Justa Trama. As presença e atuação delas foram decisivas na construção da cadeia. Elas compartilhavam ideários, planos e afetos e se fortaleciam juntas. Após 15 anos de história, somente uma delas está na cadeia. As outras duas já faleceram. Hoje, a que restou tem a difícil e contraditória tarefa de ser uma liderança única em uma cadeia produtiva solidária e autogestionária. O objetivo desta reflexão está muito longe de criticar o papel dessa liderança e as condições em que sua coordenação é exercida. Aqui, a intenção é muito mais problematizar o papel da liderança nos processos formativos de uma rede autogestionária, evidenciando que não se trata de um processo simples, ao contrário, está atravessado por contradições, limites e tensões (SILVA; OLIVEIRA, 2009). No caso específico da Justa Trama, como o papel exercido pela liderança é muito expressivo e determinante, acaba não sendo uma opção ignorar o debate que ele suscita.

Quando se acompanha o desenrolar das atividades produtivas de uma rede autogestionária acaba sobrando pouco espaço para idealizações. O dia a dia de trabalho e as exigências de sobrevivência econômica da cadeia são maçantes e as circunstâncias se impõem.

No caso da Justa Trama, começa-se por constatar que não é possível ao coletivo da coordenação da rede se ocupar de todas as questões operacionais. Ele precisa delegar. Por isso, na prática, as decisões na rede seguem o caminho relatado por uma de suas integrantes:

Primeiramente é no grupo [na assembleia] mesmo, com as questões e tudo. Geralmente a solução não sai dali, naquele dia. Se vai conversando depois,

fica a semana toda. Agora a gente tem grupo de Whatsapp, a gente fica coordenando, vamos fazer isso? Já fizeram tal coisa? E assim, é meio pressionado, senão você esquece também de fazer (E1, 2019, *entrevista*).

Outra integrante explica que, às vezes, a rotina toma de assalto as decisões e que, no limite, as pessoas que estão encarregadas diretamente da gestão administrativa acabam definindo a questão. Entretanto, quando é possível, tenta-se a consulta e o debate com os outros trabalhadores e trabalhadoras e quando isso acontece, fica evidenciado que o trabalho autogestionário exige do trabalhador um conhecimento e uma postura frente à demanda de trabalho diferenciada da exigida pelo trabalho heterogerido, quando se tem um corpo gestor definido responsável pelos encaminhamentos do negócio. É o que se pode notar no seguinte relato da trabalhadora:

O dia a dia acontece muita coisa assim e tem que ser rápido. Às vezes dá tempo de perguntar para os outros. Ah, manda acalmar ai que a gente vai ter que perguntar para os outros elos. Daí pergunta e daí eles demoram para responder e ai pergunta de novo. É isso que eu te digo da responsabilidade, de saber do tempo e o quanto é importante aquilo. Três responderam, então tá, vamos ver aqui o que os três responderam e dai a gente já sabe (E2, 2019, *entrevista*).

Todos sempre têm um motivo particular para não responder ou para atrasar a resposta a uma consulta, mas para além das vicissitudes do dia a dia que muitas vezes dificultam ou impedem a participação, existe, no contexto da cadeia, um sentimento de confiança de que os outros trabalhadores/as vão resolver o problema, vão saber o que fazer. A confiança é um elemento fortalecedor da ação associada, na medida em que ela pode reforçar laços de pertencimento e de afeto, contribuir na manutenção do grupo em momentos de crise, facilitar arranjos e definições. Entretanto, quando não conjugada a outros elementos como responsabilidade, comprometimento, autonomia ela pode ter efeitos debilitadores da ação associada.

A experiência da Justa Trama é um exemplo de como essas duas faces da confiança estão em permanente conflito. Seus trabalhadores e trabalhadoras lutam para equilibrá-las constantemente. A confiança que eles têm na liderança contribui para mantê-los unidos, envolvidos na rede e acreditando no processo a ponto de despenderem energia e recursos para a realização de ações da cadeia, mas é também essa confiança que faz, em alguma medida, com que eles abdicuem de certa preocupação, de certa responsabilidade com o coletivo. No dia a dia da cadeia essa relação vai pendendo ora mais para um lado, ora mais para outro.

Ocupando o cargo desde a criação da Justa Trama, sua presidente acumula já muita experiência, o que lhe permite liderar o grupo e organizar as atividades da cadeia com muita

competência. A longa caminhada lhe proporciona clareza em relação ao projeto que os trabalhadores e as trabalhadoras da rede estão desenvolvendo. Ela sabe que a Justa Trama é um modelo para outras experiências de redes solidárias e assume esse lugar de referência com responsabilidade. Para além das atividades administrativas, que incluem operações burocráticas e também comerciais, da rede, ela também se responsabiliza pelas principais atividades de articulação e de representação da cadeia. É ela quem faz, por exemplo, o contato com possíveis novos elos para o incremento ou a diversificação dos produtos comercializados pela rede, ou ainda o contato com novos parceiros como universidades, institutos federais, órgãos governamentais, entidades internacionais, Organizações Não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que proporcionam à rede benefícios materiais, técnicos e políticos.

Articulando todas essas funções e os conhecimentos que delas advêm, a presidente entende como ninguém a Justa Trama, seus desafios e seus limites. É, por isso mesmo, um pilar de sustentação da cadeia e seu desempenho pessoal impacta diretamente no desenvolvimento da rede. Ela, ao ser uma costureira trabalhadora da Univens e por isso viver e decidir sobre o processo de trabalho que realiza e, ao mesmo tempo, ocupar o lugar que ocupa na dinâmica da Justa Trama encarna, mais do que qualquer um na cadeia, a união entre os processos de pensar e executar. Unificar essas duas ações é o fundamento da prática autogestionária e suprimir ou diminuir a distância entre elas é um desafio.

A presidente, nas palavras de uma associada, “toma frente e acaba também sabendo mais, tendo mais conhecimento” (E1, 2019, *entrevista*) e isso é um dos elementos que faz com que a pessoa da liderança seja decisiva, tendo efeitos, no que se refere a processos formativos, positivos e negativos, desde um ponto de vista da autogestão.

Segundo Marília Veronese (2011) que pesquisa o tema da liderança em empreendimentos solidários, num contexto onde os grupos buscam alicerçar-se ao mesmo tempo na solidariedade e na eficiência, o papel da liderança é importante e pode ser fundamental para o sucesso do empreendimento. No âmbito do trabalho associado e autogestionário, os líderes estão diante de uma forma de liderança própria. Para dar conta de seu aspecto autogestionário, esse tipo de empreitada requer de seus integrantes e, principalmente, de seus líderes a expansão de suas capacidades de entender complexidades e o aperfeiçoamento de modelos mentais compartilhados (SCHOLZ, 2009).

Ambos autores citados trabalham com a compreensão de que a experiência de trabalho associado e autogestionário é locus para a gestação do que eles chamam de “liderança solidária compartilhada” que, em termos ideais, se traduz como “uma prática coletiva,

descentralizada e dialógica de conduzir os rumos da organização ou grupo” (VERNONESE, 2011, p. 104). Tal compreensão aponta na direção de que, potencialmente, todo trabalhador do coletivo é ou pode vir a ser um líder, formal ou informalmente, dentro do grupo. A partir de um processo que é em sua natureza formativo, que demanda tempo e que não é constante, os trabalhadores podem desenvolver comportamentos democráticos ao ponto de cada um ser capaz de incentivar, de motivar, de persuadir, de tomar decisões, de ensinar e de aprender ao longo do desenvolvimento da atividade de trabalho. Para o desenvolvimento desse processo, a redistribuição de responsabilidade e a descentralização do poder, seriam elementos chaves, como sugere a autora.

Ao redistribuir constantemente as responsabilidades dentro do grupo, descentralizando o poder em níveis homogêneos e horizontais, a lógica é que cada indivíduo possa ter as competências necessárias para a liderança, colocando-as em prática, uma vez que são donos-sócios-usuários do empreendimento. As condições para adquirir essas competências são dadas pela aprendizagem cooperativa na comunidade de trabalho (Scholz; Veronese, 2008). Daí a importância de desenvolver e aplicar a pedagogia cooperativa, a pedagogia da autogestão nos empreendimentos, como parte da implementação dos mesmos (VERONESE, 2011, p. 104).

Na Justa Trama, conforme exposto, o rodízio de responsabilidades e mesmo a descentralização de poder são elementos que, atualmente, não estão sempre presentes. A rede possui a mesma presidente e a mesma tesoureira desde sua criação. Na assembleia que esta pesquisadora participou, o grupo começou a preparar a nova eleição, que seria realizada dentro de sete meses. A discussão foi rápida. Eles marcaram a data da eleição, fizeram apontamentos sobre o papel do conselho fiscal, reforçaram a necessidade de cada empreendimento se organizar previamente para eleger seus representantes para que houvesse tempo de comprar as passagens aéreas para o próximo encontro. Apesar da proximidade da data e do tema da eleição ter entrado na pauta da assembleia, não houve qualquer discussão no coletivo sobre uma possível mudança na presidência, ou mesmo na tesouraria. Posteriormente, as trabalhadoras foram automaticamente reconduzidas aos cargos para mais uma gestão.

Longe de se tratar de um ato de arbitrariedade explícita, tal recondução parece mais um acordo tácito entre o grupo. Ela não suscitou nenhum tipo de constrangimento ou reprovação que tenham se tornado públicos para o coletivo. A ação toda se travestiu de naturalidade.

Parece que depois de mais de quinze anos a frente da cadeia, a liderança exercida pela presidente já foi avaliada e aprovada por seus pares. Suas habilidades políticas e

administrativas parecem satisfazer em amplas proporções os integrantes da cadeia. Por outro lado, a concentração de saber e consequentemente de poder, além da ausência de uma cultura de revezamento e de redistribuição de responsabilidades desconstrói ou limita, gradativamente, o potencial de liderança, formal ou informal, existente nos outros sujeitos da cadeia. Há uma distância absolutamente grande entre a formulação e a ação participativa, seja na esfera política ou administrativa, da presidente em relação às dos outros integrantes da diretoria da rede.

Como indica Veronese (2011), a autogestão pode assumir para alguns sujeitos-trabalhadores uma dimensão utópica, quase que inalcançável, a depender das práticas objetivas desenvolvidas dentro da gestão do grupo, mas também das percepções subjetivas de cada sujeito. Determinados processos podem acentuar ou não a responsabilidade de cada sujeito em se tornar uma liderança, de desenvolver cada vez mais autonomia, de compreender a totalidade do processo de trabalho na qual está inserido, de realizar uma práxis reflexiva, elementos almejados numa atividade social autogestionária.

Quando o fosso que separa o pensar e o agir é ampliado, saberes outrora aprendidos em relações sociais autoritárias, opressoras, alienantes ou desumanizadoras – como podem ser os processos de trabalho heterogeridos, que fazem parte da experiência de trabalho de muitos trabalhadores que atualmente compõem a economia solidária – se fazem presentes. O trânsito de uma experiência a outra é um processo “[...] lento, descontínuo e complexo, embora potencialmente rico para o desenvolvimento do sujeito” (VERONESE, 2011, p. 100).

Nesse aspecto vale registrar como é freqüente, no âmbito da cadeia, ouvir frases como “tem que ver com a presidente⁷²” (E2, 2019, *diário de campo*) ou “eu já falei isso para a presidente” (E9, 2019, *entrevista*), ou ainda “foi a presidente quem disse” (E3, 2019, *diário de campo*). É possível que aconteçam, mas, nos registros realizados durante a pesquisa, não é possível encontrar, praticamente, nenhuma referência de manifestações dos trabalhadores e das trabalhadoras da rede se referindo a processos decisórios em âmbito coletivo. Quer dizer, nas observações e conversas feitas não há, praticamente, nenhum registro a falas como “temos que discutir no grupo”, ou “teríamos que ver com os outros”, ou “vamos ver o que os outros acham”, ou expressões semelhantes que evoquem o “nós” da rede, como sujeito. Entretanto, é preciso também que se registre – e isso será explorado com mais detalhes a seguir – que a

⁷² Nas três frases citadas, os sujeitos da pesquisa falam o nome da presidente, mas pela opção feita neste texto de não expor os nomes dos participantes, nas falas o nome foi substituído pela palavra presidente.

presidente, sim, com frequência faz referência ao coletivo. “Nós decidimos”, “vamos ver no grupo”, são frases ditas por ela.

Apesar do exposto até o momento neste item, é preciso entender que, na perspectiva deste estudo, realizar ou não uma gestão autogestionária não é um processo estático, permanente, definido, que possa ser caracterizado por extratos que vão do nível inferior ao nível superior de autogestão, numa escala evolutiva. Aqui, entende-se a experiência da autogestão num processo contínuo, experimental que precisa ser revisado, redimensionado, criado permanentemente e, por isso mesmo, em determinados momentos da ação dos sujeitos ele se afirma mais e, em outros momentos, ele é mais débil. Há níveis de concentração e níveis de não concentração atuando o tempo todo.

No contexto da economia solidária, em geral, e da experiência da Justa Trama, em específico, um desafio colocado é o de equilibrar solidariedade e eficiência para alcançar os objetivos propostos. Os trabalhadores e as trabalhadoras da rede têm a difícil tarefa de articular a dimensão política que fundamenta a economia solidária e que tem suas bases na autogestão, com os processos dinâmicos de sobrevivência da cadeia num mercado hegemonizado pelo modo capitalista de produzir e de consumir.

No contexto da Justa Trama e pela envergadura que a presidente tem na dinâmica da cadeia, sua tarefa parece ser navegar entre seus ideais associativos e autogestionários, as exigências de eficiência feitas pelo mercado capitalista⁷³, no qual a rede irremediavelmente está inserida, e ainda entre os resquícios de uma cultura enraizada no trabalho assalariado e numa sociedade com níveis apenas formais de democracia que levam, em muitos momentos,

⁷³ O termo “mercado capitalista” aqui, tenta abranger todos os aspectos do modo de produção capitalista, no sentido da exigência de, na produção, potencializar eficiência a custo da exploração dos seres humanos e do planeta, de ampla circulação e do consumo não consciente. As exigências aqui referidas dizem respeito àquelas estabelecidas no campo da produção, mas também nas esferas de distribuição e de consumo. Em muitos momentos na dinâmica da cadeia é possível compreender esse embate entre a lógica solidária e a lógica capitalista. Para ilustrar, segue o exemplo de um diálogo, feito no grupo de WhatsApp da cadeia, entre um trabalhador da rede e a presidente sobre o custo de produção da nova linha de bonecas da rede e seu preço final. “P., boa tarde! [...] Deixa eu te passar uns detalhes daqui. Nós estamos iniciando aqui a produção [...] nós estamos montando as primeiras bonecas para a gente ver como vai ser a produção [...] Só que uma dificuldade grande aqui. E vai dar muito trabalho, muita coisa, vai muito tecido. Veio muito detalhe nessas bonecas. Isso é uma coisa que atrasa a produção. [...] Isso só acarreta trabalho. Tipo assim, não sei se é para ser feito desse jeito... só que ai, vamos dizer assim... vai dar muito mais mão de obra e acaba encarecendo o produto. Nós estamos cortando agora aqui e fazendo a montagem para nós vermos o tempo de produção, aquele negócio todo [...]”. E a presidente responde: “[...] Estamos indo. A gente está matando um leão por dia. Fica feliz quando tem uma solução, daí surge outro problema, a gente vai atrás, ai quando resolve a gente fica feliz de novo, mas é assim mesmo [...]. Olha, quando a gente buscou esse formato, ou seja, nós pedimos para construir um jeito de fazer a boneca que desse menos trabalho [...]. Mas, então, vamos fazer o seguinte: vocês façam bem pouquinhas pra gente poder ver e ver, inclusive, se vale à pena, porque conforme o custo, *não adianta nós fazermos porque ainda não estamos num local onde o público pague o que a gente acha justo e que gostaria que fosse, tá?!*”

trabalhadores e trabalhadoras a reivindicarem, racional ou emocionalmente, subordinação a um líder formal, a uma chefia que lhes indique o que e como fazer. Navegar nesse mar, como faz a presidente, não é tarefa simples e não pode ser facilmente revelada.

É difícil dimensionar – e nem foi o objetivo desta pesquisa – o nível de influência que o comportamento da liderança tem sobre as pessoas e sobre os processos desenvolvidos no interior da cadeia, ou ainda o quanto sua postura impacta os outros integrantes. Entretanto, é preciso notar que a presidente desenvolve, com elevada frequência, falas e comportamentos de natureza formativa inspirados nos ideais da economia solidária.

Durante os três dias que o grupo esteve reunido em Pará de Minas, nos mais diferentes momentos e contexto – seja nas reuniões, nos cafés da manhã, no bar à noite, no transporte em direção ao aeroporto – o que pôde ser observado foi uma infinidade de intervenções da presidente que estimulavam a participação, apresentavam o contraditório, imputavam responsabilidades coletivas, exaltavam os êxitos da cadeia, manifestavam orgulho pelo caminho percorrido, destacavam a relevância do que construíram até agora, reafirmavam a condição coletiva do grupo, reforçavam laços afetivos.

Alguns exemplos, todos registrados no diário de campo, podem ser citados e o primeiro deles aconteceu logo no início da reunião. Todo o grupo estava na sala para a reunião que acabará de começar com mais de quatro horas de atraso. A presidente abriu os trabalhos sugerindo uma rodada de manifestações sobre a conjuntura brasileira. Argumentando que a reunião já estava muito atrasada, um trabalhador sugeriu a supressão desse ponto da pauta, mas a presidente – que compreende a realidade social como fruto de uma totalidade e que defende a necessidade dos trabalhadores apreenderem, cada vez mais, essa totalidade – insistiu na manutenção do ponto, que, de fato, foi discutido.

Em outro momento da reunião, quando os cooperados discutiam a situação de cada elo, foi abordado tema de um galpão que a Justa Trama tem em Porto Velho. Anos atrás, a cadeia decidiu construir no local um pólo de trabalho com sementes, mas o projeto foi abortado e hoje o terreno está à venda. Trata-se de um tema delicado, porque estão com dificuldades na venda. Na reunião, um dos trabalhadores do elo de Porto Velho criticou o projeto e a forma como ele foi feito. Imediatamente, a presidente com firmeza, mas ao mesmo tempo de forma muito polida, fez questão de lembrar ao grupo que o projeto do pólo foi uma decisão discutida e tomada coletivamente, aprovada por todos em assembleia e que não cabia “crucificar quem não está mais ali”, em suas próprias palavras, referindo-se aos trabalhadores que, na época, tomaram a decisão. Para ela, estava claro o movimento da rede, onde os trabalhadores lidam com o passado no presente e produzem o futuro do coletivo. Para ela

estava clara, e ela fez questão de expor, a responsabilidade compartilhada que todos precisam ter num projeto autogestionário.

Em outro momento do encontro, quando um trabalhador manifestou certa aflição e muita preocupação com a situação de sua cooperativa, a presidente fez, prontamente, uma fala tranquilizadora lembrando a ele que eles estão todos juntos no projeto que é a Justa Trama. Entretanto ela também não perdeu a oportunidade de orientá-lo no sentido do que ela acredita ser a melhor maneira de fortalecer o empreendimento e diz: “vocês precisam conversar, se associar com outros parceiros na cidade, não podem se isolar”. Fala que foi, inclusive, repetida em outros momentos da assembleia.

Nessa reunião, havia três mulheres que estavam participando da assembleia da Justa Trama pela primeira vez. Em mais de uma oportunidade, a presidente incentivou que elas falassem, dessem sua opinião sobre o tema que o grupo estava discutindo, incluindo a todos, encorajando a participação. Por falar em incluir, foi tocante o cuidado dela com todos os presentes nesse aspecto. No momento da avaliação final do encontro, ela foi uma das últimas a falar e na sua fala citou a cada um dos presentes, recordando e agradecendo pequenas contribuições de cada um.

Por fim, um último exemplo ilustrativo – ainda que a lista de exemplos pudesse se estender um pouco mais – na época da reunião, a cadeia estava concorrendo a um prêmio oferecido pela Fundação Banco do Brasil e a presidente avisou, na ocasião, que a fundação estava gravando um vídeo sobre a Justa Trama, para apresentar os candidatos. Nesse momento, uma das trabalhadoras reagiu imediatamente, num misto de afirmação e interrogação, dizendo: “nós não vamos precisar aparecer no vídeo, não?!” Ao que a presidente respondeu prontamente, chamando atenção para o fato de que é necessário que todos apareçam sim, em todas as oportunidades possíveis, para, em suas palavras, “dizer quem somos” e “assumir esse local de sujeito ativo no processo de mudança”, pois “o que estamos fazendo aqui é muito legal!” avaliou.

Os processos formativos que uma liderança pode fomentar numa experiência de trabalho associado e autogestionário são, como visto, variados e os saberes que eles materializam podem, por vezes, afirmar a condição autogestionária da rede ou enfraquecê-la. De fato, o processo nunca é retilíneo ou constante. O uso das ferramentas de comunicação, como redes sociais, é um exemplo disso. Se a liderança utiliza essas ferramentas como mecanismos incentivadores da participação e do debate dentro da rede, sua ação pode surtir o efeito desejado, mas, muitas vezes, suas provocações de diálogo são respondidas com silêncio. O que indica que, para que alguns trabalhadores se apropriem da oportunidade de

participação e façam dela uma manifestação concreta e qualificada de formação, é preciso mais do que a oferta de espaço para a participação, é preciso mais do que um convite para participar. As motivações para a participação, assim como a crescente apropriação dos processos de trabalho e de produção e o desenvolvimento de um comportamento autônomo e democrático são construídos na aprendizagem diária da experiência associada e autogestionária na suas diversas dimensões. As pessoas tendem a participar mais quando “entendem” do assunto e só podem “entender” se estão em contato com ele.

Se no dia a dia da cadeia, uma parte considerável das decisões está concentrada em uma pessoa ou em um pequeno grupo, por sua vez, as reuniões da rede parecem ser momentos nos quais a fragmentação do processo de trabalho, na qual uns concebem e outros executam e, portanto, a alienação do trabalhador frente a seu trabalho, se vê diminuída. Essa vivência na rede, os trabalhadores e as trabalhadoras levam para dentro de seus próprios empreendimentos, os elos da cadeia que, ao mesmo tempo que formam a cadeia, possuem também uma dinâmica própria de existência.

Nesse complexo movimento de fluxos de experiência nos elos e na rede, onde os trabalhadores e as trabalhadoras são, ao mesmo tempo e em medidas variadas, líderes e liderados está incorporado o complexo desafio de desconstrução de uma cultura da heterogestão e da alienação e da construção de um processo criativo e desconhecido, uma práxis criativa (VÁZQUEZ, 2003) que gera uma nova cultura do trabalho, uma cultura marcada pelos saberes da produção associada e autogestionária.

5.1.4 Autogestão e processos formativos para a alternância

Diretamente relacionado ao item anterior, o tema do rodízio de funções no âmbito da economia solidária tem sido um desafio enfrentado pelos trabalhadores associados e tem suscitado muitos debates. Neste subcapítulo, serão apresentadas questões que evidenciam o aspecto formativo dos processos de alternância, de rodízio, de substituição, de revezamento para a construção da autonomia do trabalhador, para a ampliação de seu conhecimento em relação à realidade na qual está inserido e para a superação, em níveis cada vez mais profundos, da separação entre execução e formulação. É intenção, ainda neste item, pôr em relevo as dificuldades para que tais práticas ocorram, apresentando algumas situações ilustrativas observadas durante o trabalho de campo da pesquisa.

A alternância de responsabilidades e de práticas é uma necessidade do projeto autogestionário, na medida em que permite a cada trabalhador melhorar sua capacidade de conhecer e de alterar o trabalho e que permite ao coletivo a formação de um grupo mais articulado e consciente da dinâmica do real. Longe de esgotar aqui o tema da substituição, a proposta é não se furtar a refletir sobre ele por três razões: uma, porque a Justa Trama fornece, com sua experiência, elementos relevantes para o debate; dois, porque se trata de um elemento estrutural da prática autogestionária; três, porque é ainda um ponto frágil da dinâmica da economia solidária.

No contato com os trabalhadores e as trabalhadoras da Justa Trama, em seus diferentes elos, e também com outros trabalhadores do campo da economia solidária foram incontáveis às vezes em que foi revelada a dificuldade de se realizar os rodízios de funções dentro dos empreendimentos. Falas como “ninguém quer” ou “ninguém faz” foram ouvidas no âmbito da cadeia produtiva, mas também em outros espaços de prática da economia solidária, como nos cursos de formação e nos debates acompanhados, nas feiras visitadas, ou nas conversas informais com os trabalhadores dentro dos empreendimentos. Há indícios de uma aparente “ausência de predisposição” dos trabalhadores para assumirem funções acessórias aos processos propriamente produtivos, dentro do empreendimento.

Diz-se de uma “aparente ausência” porque vontade, iniciativa e compromisso de assumir diferentes responsabilidades no âmbito de um projeto coletivo não são, necessariamente, características relacionadas a uma predisposição. Do ponto de vista desta pesquisa, tais posturas são apreendidas pelo trabalhador em sua consciência por meio das experiências vividas e percebidas (THOMPSON, 1981). Caracterizam-se, assim, como fruto de um processo formativo vivido no âmbito mesmo da experiência de trabalho associado e autogestionário. Não se nasce com maior ou menor predisposição para se tornar ou não autogestionário. Trata-se de um comportamento, acima de tudo, induzido, aprendido e que se ocupa do difícil desafio de fazer frente a um comportamento radicalmente antagônico a si e amplamente difundido na sociedade capitalista. Nesse sentido, há que se problematizar falas como “ninguém quer” ou “ninguém faz”.

Começa-se refletindo sobre a experiência de uma trabalhadora que está na Justa Trama desde sua criação e que tem uma caminhada de mais de 20 anos no trabalho associado e autogestionário. Sua história é peculiar, mas guarda momentos de convergência com a de outros trabalhadores associados. Ela é mais um exemplo de como a entrada no trabalho associado e autogestionário não é um rompimento completo com a antiga forma de produzir e de conviver já experimentada previamente pelo trabalhador (FISCHER; CORDEIRO, 2020;

SIMÃO, 2009). Tal transição tem mais a ver com mistura, com soma de processos, com interseção de passado e presente do que com rompimento, com descontinuidade, com fissura.

A trabalhadora sujeito desta pesquisa aprende a costurar ainda na infância, em casa, com a mãe, costureira de profissão. Mas a apesar da costura lhe render alguns ingressos por meio da confecção e da venda de peças esporádica, seu sonho mesmo é ser contadora e por isso faz o curso técnico em contabilidade. “Eu queria era estudar e trabalhar numa empresa, porque eu achava que aquilo era o máximo. [...] Eu achava que era lindo. E procurei na área quando eu saí [do curso], mas não consegui emprego nenhum. Eles queriam experiência!” (E1, 2019, *entrevista*).

Por já saber costurar e por sua mãe ter estado envolvida com a fundação da cooperativa de costureiras, ela chega ao trabalho associado. E chega com tudo! Com sua juventude e disposição, com sua experiência com costura e com os estudos de contabilidade.

Quando eu entrei na cooperativa eu consegui trazer os conhecimentos que eu tinha de ensino médio tudo aqui para dentro. Porque ai logo já precisava de alguém para ficar na parte do ajuste das cadernetas, dos cálculos e tudo e eu comecei: ‘não, tá eu posso fazer’. Porque aqui é tudo meio voluntário, esses outros trabalhos administrativos. Daí assim, quem tem mais afinidade para certas coisas, vai se colocando (E1, 2019, *entrevista*).

Ela diz que gostava de números e que achava que daria conta de aprender a fazer os controles financeiros que a cooperativa demandava. E de fato ela deu conta e está responsável, direta ou indiretamente, pelos cálculos de produção de cada trabalhadora há mais de dez anos. “Na verdade, a gente quer passar para alguém e, às vezes, as pessoas não querem tomar isso. [...] Tem um ano que você está cansada: ‘vou passar para alguém’. Alguém pega isso aqui! ‘Não, não’. Ai fica contigo...” (E1, 2019, *entrevista*). No caso dessa cooperativa também não tem sido fácil fazer a roda da alternância girar.

Pesquisando experiências autogestionárias na Argentina e discutindo a autogestão do ponto de vista da educação popular, Javier Matteo (2018) indica que existe um processo formativo a ser realizado para a concretização de novos comportamentos no âmbito do trabalho autogestionário. Isso porque, para o autor, tais experiências trazem novas questões para os sujeitos nelas envolvidos em, pelo menos, três frentes, que devem ser consideradas também numa perspectiva pedagógica: as novas relações referidas aos processos participativos e de autoregulação; a compreensão dos processos econômicos na sociedade; e as questões referentes aos processos técnico-produtivos. Como ressalta o próprio autor, os empreendimentos solidários têm maior ou menor proficiência em uma ou mais dessas questões.

Ainda que essas questões possam ser trabalhadas por meio de atividades pedagógicas formais, como cursos ou oficinas – como os acompanhados ao longo desta pesquisa – elas também são realizadas pelos próprios trabalhadores que se ocupam da tarefa de favorecer o aprendizado do coletivo no cotidiano do trabalho (MATTEO, 2018). O autor indica variadas tarefas pedagógicas que precisam ser desenvolvidas dentro das unidades de trabalho, entre elas aquelas relacionadas ao custo do processo de trabalho, à relação entre o valor do trabalho e a geração de renda e a informações contábeis.

É nesse sentido que se chama atenção para o fato de que os processos de substituição, alternância ou rotatividade nos empreendimentos solidários precisam ser alvo de processos formativos, não só por meio de mediações pedagógicas (que possuem algum grau de planejamento), como também por meio de mediações educativas (de caráter mais espontâneo) (ADAMS; STRECK, 2007) que, continuamente, construam, aperfeiçoem ou concretizem saberes, valores, comportamentos que fortaleçam a prática participativa e a autonomia do sujeito, sua compreensão da realidade concreta na qual está inserido, como também sua habilidade de lidar com conceitos e ferramentas técnico-operacionais do seu dia a dia de trabalho – em uma só palavra, que modifiquem sua práxis. Tendo isso em conta, é que se propõe, aqui, refletir por um momento sobre essas demandas à luz da experiência estudada nesta tese.

O tema da alternância ou da substituição se apresenta como um desafio não só para a Justa Trama, como para seus elos individualmente, conforme foi possível depreender do trabalho de campo. Em um deles o problema é a dificuldade de trabalhadores e trabalhadoras participarem das assembleias, no outro falta trabalhadores para assumir determinada tarefa, em alguns há trabalhadores, mas não há vontade individual para assumir as atividades de gestão, em outro há a dificuldade de se trabalhar em parceria. As dificuldades são de diversas naturezas e somente algumas serão focadas, a título de ilustrar a reflexão aqui proposta.

Voltando à história da trabalhadora costureira que realiza há anos trabalhos contábeis para sua cooperativa e também contábeis e administrativos para a Justa Trama... Já foi dito que ela assumiu esses trabalhos na cooperativa por sua iniciativa e, passados mais de quinze anos, ela atribui essa iniciativa há elementos como os seus estudos prévios, a disposição relacionada a sua juventude e certas doses de curiosidade e de coragem.

Quando perguntada sobre a possibilidade de alguém substituí-la no trabalho no elo e também na cadeia, ela diz que há muitas pessoas capazes no grupo, mas ninguém com iniciativa. “Não existe a pessoa chegar e dizer: ‘eu queria fazer sua parte’. Por iniciativa,

não”, garante ela (E1, 2019, *entrevista*). Da mesma forma, ela afirma que também não existe um processo pedagógico pensado para preparar outra pessoa para substituí-la.

Já faz alguns anos que a gente toca nesses assuntos, que a gente deveria ter alguém encostado, para ir pegando. Porque assim, eu estou na Justa Trama há mais de dez anos como tesoureira. Eu fui pegando aos poucos e agora eu já sei bastantinho. Então, assim, outra pessoa que chegar, não vai conseguir pegar tudo num bolo só, porque eu fui pegando aos poucos também. Só que, tem essa dificuldade: quem? Ninguém quer (E1, 2019, *entrevista*).

Alguém ir “encostando” – no sentido de uma pessoa menos experiente acompanhar e auxiliar o processo de trabalho de outra com mais experiência, com o intuito de compreender como a dinâmica do trabalho é executada, adquirindo, no processo, certas habilidades – é uma prática formativa muito difundida na economia solidária e em suas variações (MATTEO, 2018), como também em empresas tradicionais capitalistas, nas quais são comuns os postos de trabalho para estagiários ou aprendizes. Em muitos casos, trata-se de uma prática com resultados positivos e seria uma forma possível de realizar um processo formativo.

Entretanto, resolver o problema relacionado à queixa “ninguém quer”, parece ser questão de outra ordem. Como é criar desejo no outro? Como é desenvolver a consciência de que os temas ligados ao empreendimento solidário – inclusive os que estão para fora de suas paredes tanto no microcosmo territorial, quanto no macrocosmo social – são de responsabilidade coletiva e, portanto, de cada um? Como é criar coragem?

Nesse caso, está se tratando de muitas dimensões do processo formativo e não somente da dimensão racional, objetiva, ou do domínio de um conhecimento técnico-operacional. Alguns teóricos marxistas chamam a atenção para uma dimensão valorativa da luta pela transformação da sociedade. Thompson (1981), por exemplo, entendendo a experiência como o elemento que transforma a estrutura social em processo e, portanto, em movimento, explica que os seres humanos vivem a sua experiência a partir da materialidade da vida, das suas relações sociais e de produção, mas eles “também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p. 189). O autor evidencia que haveria uma relação direta entre a experiência vivida – no cotidiano do trabalho associado e autogestionário, por exemplo – e a formação de saberes, valores, tradições, que constituem determinados grupos históricos.

Mauro Iasi (2019), partindo da obra de Marx, reforça a compreensão de que a materialidade da vida também tem sua expressão ideal em valores, representações e que essas

duas dimensões estabelecem entre si uma relação dialética. Para o autor, a transformação social em direção a uma sociedade socialista não se resume somente às mudanças da base material da sociedade, mas, principalmente, a mudanças de relações que façam surgir um novo ser humano, em tudo distinto do ser humano forjado no seio da sociedade capitalista.

Para Álvaro García Linera (2005), essas dimensões, materiais e valorativas, estão tão claras que o autor afirma que não basta somente realizar a revolução e derrotar o neoliberalismo. É preciso aprofundar a revolução anulando a ordem neoliberal dentro das pessoas, nos espíritos, transformando os esquemas “del orden ético” e “del orden lógico” com os quais as pessoas compreendem e organizam sua vida cotidiana e o seu mundo. Trata-se de uma batalha também cultural.

Todos esses elementos ajudam a entender a expressão “ninguém quer” como a tradução linguística de uma evidência do nexos entre economia e cultura na vida dos sujeitos. Anular o sentido dessa expressão dentro do sujeito é um processo de formação, composto pela destruição dos elementos da vida social prévios que o constituíram e ao mesmo tempo pela construção de novos elementos⁷⁴ que ajudem a criar dentro do sujeito outro ordenamento ético e lógico que lhe permita consolidar e verbalizar outras expressões como, hipoteticamente, “eu posso fazer” ou “eu quero assumir”.

Para a realização dessa transformação, ferramentas de todas as ordens são necessárias. Mudar a base material da vida – e essa materialidade não é apenas econômica, uma vez que todas as dimensões da sociabilidade humana tem sua expressão material (IASI, 2019) – se faz imprescindível e, nesse caso, a experiência de trabalho associado e autogestionário, como a estudada, que rompe, em níveis variados, com o ordenamento ético e lógico do trabalho explorado e heterogerido é potencialmente momento de construção de elementos que reposicionem os nexos entre economia e cultura.

Da mesma forma, outros momentos observados na dinâmica da Justa Trama e de seus elos e que estão além do processo de trabalho também podem contribuir nessa construção. São exemplos deles: a preferência pelo desenvolvimento de atividades e produtos sustentáveis e ecologicamente responsáveis; ou as práticas de solidariedade como a distribuição gratuita de máscaras de proteção feitas pela rede durante a pandemia do Covid-19, ou a realização de

⁷⁴ As pesquisas realizadas por Tiriba, Souza e Demício (2018) e por Facco (2020), por exemplo, nos ajudam a entender que além de construir novos elementos que reposicionam os nexos entre economia e cultura a fim de gerar novos sujeitos sociais, alguns nexos já existentes oriundos das relações de produção da vida social de povos e comunidades tradicionais e de setores populares da sociedade podem ser resgatados ou reafirmados, uma vez que esses nexos já conservam e afirmam outras culturas do trabalho que tendem a privilegiar a reprodução ampliada da vida e não do capital.

cursos nos territórios onde os elos se encontram; ou ainda a cooperação experimentada dentro do espaço de trabalho; ou a participação de trabalhadores e trabalhadoras da rede nos fóruns de economia solidária, em seus diversos níveis; ou a tentativa recorrente de nivelamento de poder nas relações de gênero dentro da cadeia, com a afirmação do protagonismo feminino em muitos momentos. Essas práticas irradiam dentro da cadeia, mas também nos territórios onde os elos se encontram, novos sentidos comuns que tendem a privilegiar a reprodução ampliada da vida e não do capital, transformando também consciências e comportamentos.

Se esses elementos contribuem na construção de uma subjetividade mais alinhada ao projeto associativo e autogestionário, é importante notar também que ações concretas e objetivas de formação para a substituição e para a alternância, realizadas dentro dos empreendimentos, são necessárias, sob pena de que os rodízios nunca ocorram efetivamente. Voltando ao relato da trabalhadora entrevistada na pesquisa, é possível entender que ao mesmo tempo em que em sua cooperativa e na cadeia o rodízio de funções no que tange ao trabalho contábil é pequeno e, às vezes, nulo, também são escassas as tentativas concretas de formar um substituto.

Matteo (2018) indica, com suas pesquisas, que muitas vezes a separação entre quem faz e quem pensa, entre os que administram e os que fazem trabalhos manuais tem raízes em práticas desenvolvidas dentro dos próprios empreendimentos. Superar essas cisões requer tarefas pedagógicas. Alguns exemplos do que seriam essas tarefas dados pelo autor podem ser estendidos a distintos empreendimentos solidários e, particularmente, no caso estudado nesta tese parecem pertinentes. Entre eles é possível citar a tentativa de expor frequentemente as contas de maneira simples e acessível, facilitando os seguimentos dos movimentos econômicos de forma a não deixar partes nebulosas, ou duvidosas de como os recursos estão sendo utilizados; a produção de recursos de síntese da informação que permitam ao conjunto dos trabalhadores compreender o fluxo da atividade que realizam, onde estão suas debilidade e onde estão suas vantagens, de forma a permiti-lhes tomar decisões cada vez mais informadas e baseadas em dados concretos de sua realidade (MATTEO, 2018). Ainda acrescenta-se a necessidade de fornecer, ao coletivo dos trabalhadores, explicações didáticas de como são feitos os procedimentos técnicos de forma a desmistificar, junto a eles, uma suposta indomável complexidade da técnica.

Ainda parece pertinente realçar outro elemento do processo de substituição que precisa ser discutido desde um ponto de vista formativo. Trata-se da resistência encontrada em alguns empreendimentos da rede, mas também em outros empreendimentos com os quais foram estabelecidos contatos ao longo da pesquisa, de entender o trabalho administrativo ou

acessório ao processo produtivo como um trabalho a ser quantificado e valorado. Dentro dos empreendimentos esse não é um ponto de consenso. Ainda há bastante divergência entre os que acreditam que tais trabalhos precisam ser quantificados e, inclusive, remunerados e os que defendem que não, que ele faz parte da dinâmica do empreendimento e deve ser absorvido pelo coletivo.

O caso da costureira, que vinha sendo apresentado, é emblemático, nesse sentido. A partir de sua experiência, ela defende a existência de algum tipo de compensação pela realização dos trabalhos de gestão.

Acho muito justo. [...] Porque enquanto a gente está ali, na parte da administração, tu tem que ter uma mente tranqüila, tu tem que estar, tem cálculos ali que tu não pode errar. Que nem nota fiscal, tu também não pode fazer errado. Agora tem um sistema horrível, que vai a nota errada e azar, a gente acaba pagando imposto a mais e tu não tem como anular. Então assim, tu não pode ficar correndo de um lado para outro, fazer bem ligeirinho e sair. Tu tem que ter uma dedicação para aquilo ali (E1, 2019, *entrevista*).

Em sua fala fica claro que o trabalho administrativo acaba tomando parte do seu tempo produtivo. Ele não é algo que ela consiga fazer ao mesmo tempo em que costura, ou seja, é preciso que ela dedique tempo para realizá-lo e tempo é a medida utilizada pelas trabalhadoras da cooperativa e também da rede para definir o valor de seu trabalho. Logo, seguindo esse raciocínio, é possível concluir que ela está trabalhando sem receber. Claro que no âmbito da economia solidária e de suas variáveis, a doação voluntária enquanto processo de contribuição individual para alcançar um resultado comum coletivo é uma realidade e, aqui, não será feita uma crítica a ela a priori, descontextualizada. Entretanto, quando a tarefa é parte integrante da atividade econômica do empreendimento, o não reconhecimento dela como trabalho precisa ser problematizado.

Considere a situação de um trabalhador que recebe pelo que produz. Ao assumir determinada tarefa que lhe fará abdicar de horas de trabalho na produção, ele, conseqüentemente, estará potencialmente deixando de receber pela produção que poderia realizar durante o tempo abdicado. Como esperar tamanha abnegação de pessoas que vivem e que sustentam suas famílias com o que recebem pelo seu trabalho? Pode o trabalho, no contexto da sociedade capitalista, ser orientado somente por uma lógica altruísta ou voluntária?

As perguntas aqui têm um objetivo provocativo, no sentido de estimular a reflexão. O exercício aqui realizado sobre algumas ideias encontradas no trabalho de campo é limitado. Demanda aprofundamento. No trabalho de campo, foram encontrados indícios de que o

altruísmo, a solidariedade e mesmo um compromisso ideológico motivam a realização de trabalhos extras ou a acumulação de funções dentro dos empreendimentos. Mas também foram encontrados indícios de que orgulho, vaidade, concentração de poder e falta de confiança no projeto coletivo da autogestão podem ser importantes motivadores para isso também.

Remunerar os trabalhos administrativo e acessório é ainda um tema delicadíssimo para alguns empreendimentos e vai se tornando cada vez mais complexo e de difícil manejo a medida em que as atividades econômicas do empreendimento crescem, ou quando ele passa a se relacionar em rede. Conforme explanado no capítulo que trata sobre as redes de economia solidária, sua constituição complexifica as demandas de gestão e de participação. O que acaba por requerer mais trabalho administrativo e acessório.

A defesa do rodízio de funções e da superação, cada vez maior, da separação entre quem executa e quem pensa, entre trabalhos manuais e intelectuais são elementos que sustentam uma cultura de trabalho associado e autogestionário. Conforme aponta Matteo (2018, p. 84) aprender a realizar distintas partes do trabalho dentro dos empreendimentos além de permitir substituir a força de trabalho, temporária ou permanentemente, quando necessário, “ayuda a dimensionar el trabajo de los otros y poder medir con más justicia los esfuerzos realizados, a la vez que tomar decisiones más adecuadas”.

Certo é que, no desenvolvimento da atividade produtiva, a divisão de tarefas é necessária, ainda mais quando as escalas de desenvolvimento do projeto, como no caso das formações de rede, são ampliadas. Não é possível pensar em uma economia solidária complexa, que dê conta de produzir as demandas materiais e simbólicas da vida moderna, conforme advoga Singer (2001), somente como um reduzido grupo de trabalho, numa escala artesanal ou manufaturada, onde todo o coletivo produz tudo, ou onde todos tenham proficiência em todas as áreas de um processo produtivo específico.

Entretanto, se a divisão de tarefas se faz necessária, não se pode dizer o mesmo da hierarquização de tarefas ou da manutenção da separação entre os que elaboram e os que executam. O que se coloca em evidência ao se falar de processos formativos relacionados à prática de alternância de funções é a capacidade do grupo de trabalhadores em conhecer o conjunto do processo de trabalho; em propiciar a tomada de decisões cada vez mais complexas e coerentes com o projeto do grupo; em reconhecer no grupo a distribuição igualitária e justa dos esforços; em permitir que todos e cada um desenvolva segurança, autonomia, familiaridade e outros elementos que lhe permita compreender a si e ao coletivo como agente-autor e responsável pelas ações que executam.

5.1.5 Autogestão e as diferenças entre os elos de uma rede

Tem sido defendida, neste texto, a ideia de que as redes de economia solidária são o conjunto de elos que as formam, o fluxo de relações estabelecidas entre eles e o objetivo comum e os valores que compartilham. A primeira vista e com um olhar mais desatento é possível que se entenda que a existência do elo está não só determinada, como também limitada pela rede. O elo seria um de seus componentes e só. Entretanto, o que a dinâmica desenvolvida pelos trabalhadores no que aqui está se chamando genericamente de economia solidária parece indicar é que rede e elo se autocompõem, mas não se confundem. A rede é os elos, mas não só isso. Assim como os elos são também a rede, mas ao mesmo tempo são organismos complexos e autônomos. Existem fora da rede.

Como já dito, redes solidárias podem ser formadas por empreendimentos de mesma natureza e a existência dos elos fora da rede, seu nível de organização política, econômica e autogestionária pode, inclusive, determinar seu papel e sua atuação no interior da rede. No caso de uma cadeia produtiva solidária a diferenciação entre os elos é necessária. Elos iguais não conseguem compor uma cadeia ao longo de toda a sua extensão. Em uma cadeia, por definição, é necessário que o conjunto de elos consiga executar todas, ou a maioria, das etapas de produção, beneficiamento e comercialização, logo eles precisam ser complementares entre si. Quanto mais ampla a cadeia, mais elos ela, necessariamente, irá mobilizar, o que implica dizer que maior diversidade de processos de trabalho ela vai abranger, assim como cada vez mais trabalhadores.

Os processos de gestão democrática e de autogestão, nesse contexto, são desafiadores, como tem sido explanado desde o início deste capítulo. Neste item, em particular, pretende-se refletir sobre os impactos que a distinção entre os elos causa ao processo formativo dos sujeitos sociais que se desenvolve no interior da experiência da cadeia produtiva. Da mesma forma, também se pretende explicitar, mais uma vez, como a relação elo-rede é complexa e composta por fluxos relacionais de mão dupla, que possuem natureza e intensidade distintas. Ao mesmo tempo em que o elo compõe a rede e é por ela composto, ele tem também uma dinâmica que é própria e que se vê alterada ou problematizada pela existência da rede.

A aparente homogeneidade dos atores e das relações envolvidos no processo de estruturação e de desenvolvimento de uma rede, sempre ressaltada na dimensão normativa da

autogestão, não parece se sustentar totalmente quando se observa a microdinâmica interna da cadeia produtiva estudada e de seus elos. Essa homogeneidade é referência utópica, que os atores envolvidos no processo autogestionário e comprometidos ideologicamente com ele buscam alcançar sempre a níveis mais profundos, entretanto, trata-se de uma batalha contínua, uma vez que elementos conjunturais, a pressão das estruturas capitalista, a capacidade de organização e de mobilização da classe trabalhadora e o processo formativo do ser social estão sempre em movimento.

Historicamente, como atestam outras pesquisas ou os próprios integrantes da rede, na estrutura da Justa Trama dois elos permanecem consolidados e fortes, tanto no sentido da produção como de sua inserção dentro da cadeia. Os dois são os elos das pontas da cadeia – o elo mais antigo de agricultores (ADEC) e o elo de confecção (Univens). Em comum os dois têm, além do fato de serem as pontas da cadeia, pelo menos, outros dois elementos. Um, é o fato de participarem da cadeia desde sua criação e, outro, o de terem, em seus respectivos territórios, uma base associativa forte e estruturada e relações de parceria contínuas.

Dentro da rede é possível identificar indícios de como as lideranças desses dois elos estabelecem entre si uma relação de identificação e cumplicidade. Inclusive, mais do que uma relação entre as duas organizações (a cooperativa e a associação), parece haver um vínculo consolidado entre algumas pessoas integrantes dos dois elos, pessoas que estão em contato desde a primeira atividade da cadeia. Com frequência, um se apóia no outro, nos espaços públicos da rede, ou um sai em defesa do outro.

Na configuração de uma cadeia produtiva têxtil e de confecção (COSTA; ROCHA, 2009), os dois elos possuem, naturalmente, posições estratégicas, o que poderia explicar, por exemplo, a notoriedade de ambos dentro do grupo. Entretanto, o mesmo não acontece com a AEFAP, a outra associação que também produz algodão para a Justa Trama, por exemplo. Na verdade, outros elementos, além da posição que o elo ocupa na cadeia produtiva, parecem determinar sua atuação dentro da rede. A tentativa, a seguir é de apresentar, ainda que sem esgotar o tema, alguns desses elementos.

Entender a rede como o resultado das relações estabelecidas entre seus elos possibilita também entender a existência de desnivelamentos de fluxos de ação ou de influência exercidos por cada um dos elos dentro da rede. Dito de outra forma, sendo os elos diferentes e autônomos em relação à rede suas ações e suas influências também repercutem de maneiras diferentes na configuração do coletivo.

Um primeiro elemento a se destacar é o diferente impacto econômico que a produção da cadeia tem no resultado operacional de cada elo. Para a Coopertêxtil, elo industrial até

então responsável pela fiação e pela tecelagem do algodão, por exemplo, o impacto do trabalho feito para a Justa Trama no seu resultado operacional é muito pequeno⁷⁵. Da mesma forma acontece com os artesãos e artesãs da Cooperativa Açai. Por outro lado, na Univens o impacto econômico da produção da rede é mais expressivo para as trabalhadoras. Como a cooperativa costura sob demanda e as trabalhadoras recebem por produção, os meses nos quais as encomendas são menores, elas se dedicam a produzir as peças da Justa Trama e assim garantem que não passarão o mês sem renda. Da mesma forma, o impacto econômico da Justa Trama na ADEC também é relevante, uma vez que, atualmente, os agricultores e as agricultoras da associação comercializam cerca de 40% de sua produção com a cadeia.

Considerando somente esse aspecto econômico – mas é preciso ressaltar que ele não é o único⁷⁶ – a rede tem maior ou menor “presença” na vida de cada trabalhador e cada trabalhadora. Aparentemente, é possível estabelecer uma relação entre a expressividade do impacto no resultado operacional do empreendimento com a atuação de seus trabalhadores e suas trabalhadoras dentro da cadeia. Quanto mais a rede alimenta o elo, o elo também alimenta a rede. E “alimentar” a rede significa se envolver com ela, se apropriar dela cada vez mais, a ponto desses limites que definem rede e elo se borrarem, ainda que não desapareçam. De um ponto de vista formativo e da autogestão se apropriar da rede tem um significado importante, porque é por meio dessa apropriação que os trabalhadores e as trabalhadoras vão compreendendo, cada vez com maior concretude (KOSIK, 1976), a totalidade da qual sua experiência faz parte. É por meio dessa compreensão que eles conhecem melhor a dinâmica da própria rede e potencializam sua participação no desenvolvimento dela, vão se tornando autores da construção da rede, apropriam-se de sua potencialidade enquanto possível agente político e cultural transformador... um ciclo autogestionário virtuoso.

Nessa linha, destaca-se o segundo elemento que pode influenciar a atuação dos elos dentro das redes: as relações assimétricas de gestão. A forma que a Justa Trama encontrou para organizar sua gestão foi a de que cada elo se responsabiliza pelo que está mais perto de si. Nessa divisão de tarefas, coube a Univens a responsabilidade, além da produção, da gestão

⁷⁵ Além disso, produzir o tecido para a Justa Trama acarreta também outras demandas de produção para a cooperativa. Por conta das exigências de certificação do algodão orgânico, ela não pode fiar e tecer os produtos da Justa Trama ao mesmo tempo em que fia e tece os produtos oriundos do cultivo tradicional do algodão. Para não haver contaminação do algodão orgânico, uma série de procedimentos de limpeza das máquinas e de separação dos materiais tem que ser respeitada.

⁷⁶ Importante registrar que a Justa Trama não impacta os elos somente no seu resultado operacional. A rede proporciona aos elos outros tipos de ganhos. Trata-se de benefícios simbólicos ou materiais que a rede pode aportar, de maneira pontual ou permanente a cada elo, como por exemplo, um recurso para realizar uma reforma, ou para comprar uma máquina, ou a realização de um curso ou de um estudo de viabilidade, etc.

administrativa da rede, o que inclui também a comercialização. Junto à Univens foi construída a sede da Justa Trama, onde está atualmente localizado um tear que produz malha, uma loja da rede, uma sala de estoque de material, a caldeira da tinturaria que está desativada e algumas salas que são utilizadas para atividades diversas desde reuniões, cursos e alojamento. Na Univens trabalham a presidente da cadeia, a tesoureira, a trabalhadora que cuida do estoque e da comercialização e a que cuida da gestão dos projetos captados pela rede. Elas mantêm entre si uma sinergia que lhes facilita o dia a dia de trabalho e a enfrentar as mais variadas situações, como o exemplo a seguir.

O designer [da nova coleção] estava doente. Ficou uma semana no hospital. Eu também não posso ser tão desumana assim e querer que ele esteja desenhando no quarto do hospital. Daí tem que dar um tempo, tem que entender. O outro incendiou a casa da avó dele. Ele vai ter que dar socorro para a família da avó, então, dá um tempo. [...] Daí passou uma semana e comecei de novo, e aí como é que tu está? Como é que a gente faz? O nosso desfile é dia tal, o que tu acha? Vai dar conta? Vai ter alguma coisa? Fico perguntando, também tentando achar soluções com eles. Porque sempre dizem que duas cabeças pensam melhor do que uma. Daí quando não vem mesmo, a gente se junta, eu, a presidente, S1 que é financeiro e S2⁷⁷ que são as quatros, assim, que têm atuação mais direta aqui na Justa Trama, quando são problemas que não têm a ver com costura. Daí a gente senta aqui nessa mesinha e vamos resolver (E2, 2019, *entrevista*).

Por conta dessa rotina de gestão, as trabalhadoras da Univens acabam tendo mais informação sobre os processos dentro da cadeia. Muita coisa é resolvida ali por elas, e, pelo que as entrevistas indicam, elas ainda não encontraram uma maneira de fazer diferente. Desnecessário dizer que, conhecendo melhor as questões e tendo o domínio de maior número de informação, a participação das trabalhadoras na cadeia é potencialmente mais qualificada, suas intervenções tendem a ser mais embasadas.

Situações desse tipo numa rede de economia solidária hipotética podem gerar distorções expressivas e claras na proposta autogestionária do coletivo. Entretanto, muitas vezes as coisas não são assim tão “preto no branco”. No caso da rede estudada, esse desnivelamento de conhecimento e de informação sobre a rede não se expressa claramente na dinâmica autogestionária da cadeia. Isso porque, como já foi explicitado em pontos anteriores, os espaços de participação, nos quais todos têm liberdade de se posicionar, pelo menos para alguns níveis de decisão, são garantidos e a participação é, inclusive, estimulada. Além disso, as informações são tratadas com transparência.

⁷⁷ A trabalhadora diz os nomes das pessoas, que foram substituídos aqui por “presidente”, S1 e S2, como forma de preservar as trabalhadoras, conforme tem sido feito em todo o texto.

Entretanto, o que se deseja ressaltar, ainda que de maneira indicativa e não conclusiva, é que as relações que ligam os integrantes de uma rede possuem conteúdo e força variados. E é nesse sentido menos explícito, ou seja, é nas variadas intensidades dos fluxos trocados que a atuação de um elo dentro da cadeia pode se diferenciar da de outro, causando maior influência ao processo autogestionário instituído no interior da rede do que causa a realização de uma assembleia do grupo, por exemplo.

Por fim, apresenta-se um terceiro elemento, identificado neste estudo, que pode influenciar a atuação dos elos dentro das redes. Como já sinalizado, os elos são empreendimentos que compõem uma determinada rede, mas eles também existem fora dela, em suas realidades, datadas e localizadas, em seus territórios. Por isso mesmo é de se esperar que, numa rede, seus elos estejam em diferentes estágios de seu próprio desenvolvimento. Em determinado momento, um elo poderá estar bem estruturado economicamente, com elevado índice de participação e cooperação entre os seus trabalhadores, estabelecendo relações potentes e coerentes com os mais variados parceiros em seu território, ou almejando ampliar ou diversificar sua produção. Ao mesmo tempo e na mesma rede outro elo pode estar vivendo a situação oposta, encontrando-se fragilizado econômica e politicamente, enfrentando dificuldades das mais variadas ordens. E, como se sabe, no movimento do real, a partir de determinada conjuntura e da ação dos sujeitos-agentes, esses cenários também podem mudar e determinado elo que se encontrava forte e consolidado, pode passar a enfrentar dificuldades e outro, que estava fragilizado, pode conseguir se reestruturar.

Nos movimentos de fluxos e relações gerados dentro da rede, é possível considerar que quanto mais estruturado e forte em seu território estiver o elo, maior será também a sua possibilidade de agregar elementos à rede, de intensificar seus fluxos para dentro do coletivo, assim como de influenciar posicionamentos e ações dentro da própria rede. Elos muito fragilizados tendem também a diminuir, tanto o conteúdo quanto a força, de seus fluxos para o todo.

Mas não é a fragilidade, que pode ser inclusive momentânea, de um elo que compromete, de antemão, a sustentação da rede. Sendo a rede o resultado da atuação de todos os envolvidos, ela pode redistribuir a energia de todo o seu sistema interno de forma a manter-se funcionando, como argumenta Mance (2002; 2000), apesar de possíveis fragilidades.

Todo esse vai e vem desnivelado de fluxos foi observado dentro da experiência estudada nesta tese. Na Justa Trama, por exemplo, no atual momento parte de seus elos está fragilizada econômica e politicamente e parte está saudável. O caso de um deles é, particularmente, representativo no que diz respeito ao aspecto tratado aqui.

Criada em 2003, a Cooperativa Açaí chegou a ter 65 associados. Articulado interna e externamente, o empreendimento se desenvolveu, tanto que uma de suas lideranças foi importante articuladora da criação da Justa Trama desde o início do processo, ainda em 2004 (NESPOLO, 2014). O empreendimento crescia, agregando mais pessoas e projetos de desenvolvimento à rede (como era o caso da criação de tinturas naturais para os tecidos da cadeia a partir de plantas nativas da Amazônia) e também ao projeto político da economia solidária, em nível local e regional. Impactado pela conjuntura nacional e regional de arrefecimento das lutas sociais e de desmobilização das ações políticas do movimento de economia solidária; pela conjuntura local de trocas de governo municipal e perda de parcerias; e por fatos circunstanciais como a morte de uma liderança ou sucessivos assaltos na sede da cooperativa, o grupo, atualmente composto por cerca de uma dezena de pessoas, foi tomado por uma profunda debilidade e luta para se reerguer, contado, inclusive, com o apoio da Justa Trama. Uma de suas cooperadas expressa da seguinte forma a delicada e conflituosa situação da cooperativa: “a gente é os dois lados. A cooperativa que deu certo, no caso da Justa Trama e a cooperativa que deu errado, no caso da Açaí. [...] isso é o nosso recomeço” (E10, 2019, *diário de campo*).

Apesar da fragilidade do elo, e esse não é caso isolado dentro da cadeia, a rede se mantém constituída e sem prescindir dos elos frágeis. Mesmo que pudesse, deixar componentes para trás ou de fora não parece ser opção para o grupo. Sua intencionalidade política e sua ética solidária lhe pressionam no sentido de manter e de ampliar o universo e a influência da rede.

Os elos não só são mantidos dentro da rede, como suas autonomias, em relação a sua gestão e sua autogestão, são respeitadas. Os problemas internos de cada elo não são tratados nos espaços públicos da rede. Claro que o elo precisa ser transparente com a cadeia para que todos conheçam sua situação concreta, mas a rede se limita a tratar com seus integrantes, pelo menos em seus espaços formais, os temas pertinentes à cadeia. Uma trabalhadora da rede explicou como isso funciona.

Cada uma delas [associações e cooperativas da rede] tem um processo diferente. Cada uma delas tem um processo interno diferente e a gente tem, por decisão de ajudar a refletir, conforme tem abertura, mas respeitar o processo de cada local. Então, a gente poder sair à noite, tomar uma cerveja, poder conversar também é legal porque a gente abre essas questões mais do empreendimento sem ser uma pauta, uma discussão que não é muito o papel (E4, 2018, *entrevista*).

A experiência vivida na cadeia ajuda a formar seus integrantes. Os processos autogestionários experimentados durante os momentos formais que materializam a cadeia no dia a dia dos empreendimentos, como são as assembleias, as reuniões temáticas, os encontros, etc, ajudam a desenvolver nos/as trabalhadores/as participantes uma racionalidade, mas também uma subjetividade autogestora, muito incentivadas pelos momentos participativos propostos, pela obrigação de tomadas de decisões coletivas, etc.

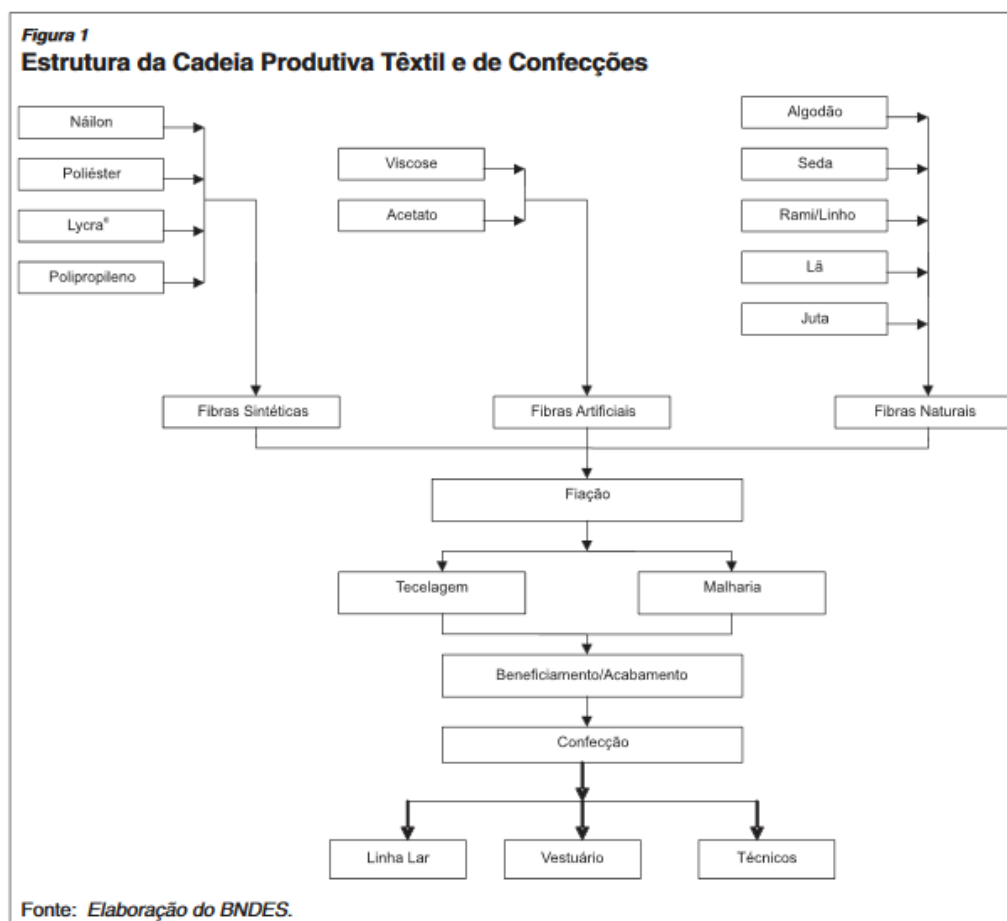
Além disso, os trabalhadores e as trabalhadoras que comparecem a esses momentos da cadeia, têm a oportunidade de, no contato com o outro, que muitas vezes é já um velho conhecido, partilhar experiências, desafios, dúvidas referentes a seus empreendimentos, encontrando, muitas vezes, em seu interlocutor reflexões, gestos, palavras que auxiliam na resolução de um problema específico de um dos elos. É uma troca de informação, de experiência, mas muitas vezes também de afeto. A experiência vivida nos momentos de materialização da cadeia, os ensinamentos aprendidos ali são levados por seus trabalhadores e por suas trabalhadoras para o dia a dia dos elos. A experiência na rede é também uma escola para a experiência nos elos.

5.1.5.1 Os elos da rede e algumas contradições impostas pelo capital

A respeito dos diferentes elos que compõem uma rede solidária e autogestionária, ainda pode ser pertinente apresentar elementos identificados durante a pesquisa de campo que auxiliam a compreender que uma rede dessa natureza não é uma entidade isolada, hermética, impermeável às pressões do capital. As mediações exercidas pelo capital lhe colocam numa condição de tensão permanente entre seus ideários autogestionários e solidários e a própria reprodução do capital, levando o sujeito a enfrentar uma série de contradições. Enfrentar essas contradições reatualizando sua práxis é um desafio para a formação do trabalhador associado e autogestionário existente no atual tempo/espaço de luta da classe.

A “espinha dorsal” de uma cadeia produtiva têxtil e de confecção (COSTA; ROCHA, 2009), como a Justa Trama, é constituída pelo elo inicial produtor da matéria-prima, passando pelo beneficiamento e suas fases de fiação, tecelagem e acabamento, terminando no elo de confecção. A figura 5 ajuda a entender a dimensão e variedade da cadeia.

Figura 5 - Estrutura da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confeções



Fonte: COSTA E ROCHA (2009)

A Justa Trama é uma cadeia que se dedica à produção de materiais a partir somente de fibras naturais, no caso o algodão agroecológico. A fiação, a tecelagem e o acabamento de seus produtos eram feitas pelo mesmo elo, a Coopertêxtil, que enfrenta problemas econômicos e, atualmente, só realiza o acabamento do tecido, sendo as duas outras etapas contratadas pela cadeia de outros fornecedores, por fim costureiras e artesãs produzem peças de vestuário e a chamada “linha lar”, além de adereços e produtos lúdicos e educativos feitos de tecido.

Conforme já sinalizado, os elos inicial e final da cadeia estão consolidados e possuem notoriedade dentro do grupo. Por sua vez, o elo do meio da cadeia, de natureza mais industrial, tem menor inserção na rede e talvez isso se explique, entre outros motivos, pela própria natureza de sua atividade no contexto da economia solidária.

A maioria dos empreendimentos solidários que atuam no setor industrial, no Brasil, são frutos de processos que geraram as chamadas “Empresas Recuperadas por Trabalhadores”

(ERTs). Segundo levantamento coordenado por Flávio Henriques, em conjunto com 10 universidades brasileiras, em 2013, 67 empresas recuperadas estavam em atividade no Brasil (HENRIQUES *et al*, 2013). Estudando o caso das ERTs no Brasil e na Argentina, Henriques, Farias e Novaes (2012) apontam uma série de características desse grupo. Aqui se destacam dois elementos referentes aos casos brasileiros. A autogestão é, segundo os autores, termo recorrente na constituição e na dinâmica das ERTs, entretanto há uma tendência geral das experiências pesquisadas em manter a antiga divisão técnica e social do trabalho existente na fábrica quando gerida pelos antigos proprietários. Os autores também constataram o gradual afastamento das experiências, após sua reabertura em condição autogestionária, das lutas sociais do campo da economia solidária e de outras lutas da categoria.

A dificuldade de encampar as empresas recuperadas em projetos de futuro econômico incerto, mas de amplitude política distendida é comprovada pela história da própria Justa Trama que, desde sua origem, tem dificuldades de variadas ordens em manter esse elo da cadeia. Já em 2009, Luis Felipe Lacerda, ao pesquisar a cadeia, entrevistou uma das integrantes da rede que lhe relatou:

É, nossa análise é de que as pontas já estão bem fortalecidas, isto é, o plantio e a costura, estes elos estão bem compactados e trabalhando de acordo na filosofia e na produção, mas este meio de fiação e tecelagem ainda não está bem estruturado. 2009 vai ser o ano de botar na mesa: quem quer pegar junto fica, quem não quer já era, pois temos que consolidar a harmonia entre todas as partes da cadeia (LACERDA, 2009, p.123).

Atualmente, conforme já apresentado, o problema da cadeia com o elo industrial persiste, mas desta vez o problema não é político e sim econômico, uma vez que a Coopertêxtil está com dificuldades de realizar os trabalhos de fiação e tecelagem⁷⁸. A presidente da Justa Trama retrata bem o problema e a gravidade que ele representa para o projeto social coletivo que os trabalhadores associados e autogestionários podem empreender numa direção de transformação das relações sociais de produção capitalista. Ela diz:

⁷⁸ Necessário registrar que essa dificuldade não é privilégio das empresas recuperadas, ou de empreendimentos do campo da economia solidária. Trata-se de uma realidade do setor têxtil brasileiro como um todo, impactado expressivamente pela entrada de produtos internacionais no mercado interno brasileiro. Segundo Ana Cristina Costa e Érico Rocha (2009, p. 186-187, *grifos nosso*) são algumas características da cadeia têxtil e de confecção (TC) no Brasil: “entrada maciça (e muitas vezes contrabandeada) de importações de produtos TC mais baratos no mercado interno; participação insignificante nas exportações mundiais, concentradas na cadeia do algodão, as quais estão baseadas nos produtos do elo têxtil, que é menos dinâmico e de menor valor agregado; especialização em produtos à base de fibras naturais, apesar do aumento rápido no consumo mundial de fibras químicas e de tecidos mistos; *parque de máquinas com idade média elevada, sem capacidade de competitividade global*; [...] grande pulverização, baixa capacidade técnica e gerencial e alta informalidade, principalmente no elo de confecção [...]”.

Tu consegue fazer rede com os agricultores e tu consegue fazer rede aqui na ponta final porque a vida está muito dura, mas tem uma parte aqui no meio da economia solidária que não se consegue trazer. Por que não se consegue trazer? E nós precisamos trazer esses, porque esses nós ajudam a puxar por cima. Se a gente não tiver a fiação e a tecelagem, a gente vai ficar no mercado e ele vai definir o valor e nós vamos ficar com a ponta final aqui [sinaliza com as mãos um patamar bem baixo]. Nós vamos ficar com os agricultores que são a ponta inicial, mas que não se apropriam dessa parte final, então, nós precisamos juntar as várias etapas (E4, 2018, *manifestação oral*).

O enfraquecimento do setor industrial têxtil do país é uma fragilidade imposta pelo próprio desenvolvimento do sistema capitalista, que cada vez concentra mais capital para reproduzi-lo em maiores escalas também. Ao construir uma cadeia produtiva dentro do setor têxtil e de confecção, os trabalhadores associados enfrentam os efeitos produzidos pelo mercado globalizado e hegemônico pelo capital, não ficam imunes a eles.

Ao destacar, em sua formulação, que, ao não ter o elo industrial consolidado na cadeia, o valor dos produtos da rede e também do trabalho de seus integrantes será definido pelo “mercado”, capitalista nesse caso, a presidente acaba expondo uma preocupação econômica atrelada à fragilidade estrutural da rede. Entretanto, sua formulação também expõe uma preocupação de ordem política ao dizer que, cortando o fluxo da cadeia, nem todos os trabalhadores poderão se apropriar do processo de trabalho, o que compromete o projeto de autogestão dentro da cadeia.

Essa discussão suscitada pela dificuldade de agregar o elo industrial da cadeia é particularmente interessante no que tange às duas concepções de rede já discutidas nessa tese – a desenvolvida por Mance e a desenvolvida por Singer.

Pode-se afirmar que a Justa Trama pratica em ampla medida, ainda que de forma não permanente, os cinco princípios básicos que Mance (2000) idealiza para a constituição e o desenvolvimento de uma cadeia – intensividade, extensividade, diversidade, integralidade e realimentação. Atualmente, a rede alcançou um patamar no qual se mantém estruturada. Seus elos atuam em seus territórios de forma a ampliar sua capacidade de produção e de mobilização; ela tem trabalho para agregar novos elos e se expandir; sua rede de apoios e parcerias continua ativa e se diversifica; seus elos assumem os pactos realizados no interior da cadeia de forma coletiva e co-responsável; seus empreendimentos contribuem para que todos os elos possam crescer e se fortalecer, revigorando o sistema. Tudo isso, de fato, faz com que a cadeia se sustente e tenda a crescer. Mas parece haver limites...

Da mesma forma, as análises e reflexões de Singer a respeito do desenvolvimento da economia solidária encontram eco na microdinâmica da cadeia, uma vez que a Justa Trama

tem encontrado dificuldades para se estruturar totalmente mantendo seus pés dentro do universo da economia solidária. Por conta das limitações da oferta de serviços oferecida no campo solidário, a cadeia já precisou, por vezes, recorrer ao mercado tradicional para completar o seu processo produtivo – é o caso já relatado com o beneficiamento do algodão, mas é o caso também do transporte dos produtos da rede e de algumas assessorias técnicas. Ela também tem a necessidade de comercializar seus produtos no mercado capitalista e estabelece parcerias com entidades da sociedade civil organizada vinculadas a instituições e a empresas capitalistas.

Contraditoriamente, se esses vínculos esvaziam os fluxos ideológicos dentro do circuito solidário de redes e também fortalecem as instituições ligadas ao capital, que fazem uso simbólico da parceria que estabelecem com a cadeia⁷⁹, ao mesmo tempo eles propiciam avanços à rede ao permitirem que ela complete seu ciclo produtivo, ou mesmo ao aportarem recursos materiais que são utilizados pelos/as trabalhadores/as para o fortalecimento da cadeia.

Existem ainda outras contradições impostas à rede pelo desafio de se sustentar dentro de um mundo hegemônico pelas relações capitalistas de produção. O tema da comercialização é para a Justa Trama, como é para todos envolvidos nos setores produtivo e de serviços, seja no campo solidário, ou no capitalista, objeto de muita preocupação e, em seu caso particular, fonte de contradição também.

A cadeia tenta constantemente se equilibrar entre estabelecer um preço que remunere todos os seus trabalhadores e trabalhadoras de forma justa e, ao mesmo tempo, que seja competitivo no mercado. Às vezes é possível. Às vezes não. Fato é que, atualmente, a rede possui muita roupa em estoque, o que é um indicador de sua dificuldade em comercializar os produtos. Por outro lado, é também uma determinação da cadeia não realizar ações como “queimas de estoque” ou promoções que rebaixem o preço do produto, uma vez que ela entende que o preço estabelecido é o adequado, levando-se em consideração os custos do processo, o trabalho empregado na produção e também o papel do consumidor. Por isso mesmo, a rede investe no desenvolvimento de um consumo ideologicamente orientado, ressaltando em suas ações de marketing, em seu material publicitário, em suas redes sociais e em sua página na internet o aspecto sustentável, solidário e contra-hegemônico de sua produção.

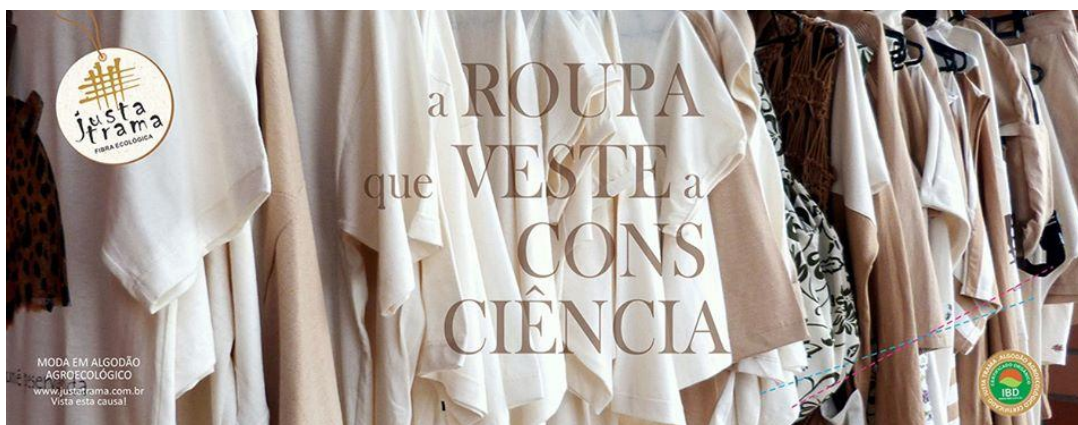
⁷⁹ É o caso da Fundação Banco do Brasil e do Instituto Lojas Renner.

Figura 6 - Anúncio Justa Trama



Fonte: Justa Trama

Figura 7 - Anúncio Justa Trama



Fonte: Justa Trama

Em momento posterior, também começou a diversificar sua abordagem agregando, a suas peças de publicidade e marketing elementos de outras lutas contra-hegemônicas.

Figura 8 - Publicidade Justa Trama



Fonte: Justa Trama

Figura 9 - Anúncio Justa Trama



Fonte: Justa Trama

Ainda ligado ao tema da comercialização, os trabalhadores e as trabalhadoras da cadeia têm, atualmente, nova questão para lidar. Se há uma dificuldade em encontrar compradores para as roupas e os outros produtos feitos pela cadeia, a Justa Trama não tem encontrado dificuldade para vender o tecido produzido pela rede. Trata-se de uma situação delicada e desafiadora para seus trabalhadores e suas trabalhadoras. Ao vender o tecido, a rede consegue fazer sua produção girar, ganha dinheiro, torna-se rentável para seus/as trabalhadores/as, equilibra suas contas. Entretanto, ao mesmo tempo que a venda do tecido contribui na sustentabilidade da rede, ela também prejudica o projeto político-ideológico da cadeia.

Ao vender o tecido, a rede deixa de vender sua marca, deixando também de vender uma ideia e de alimentar o fluxo do consumo ideologicamente orientado que vinha produzindo. Discursos como os difundidos nas duas primeiras peças publicitárias apresentadas anteriormente perdem o sentido, pois o tecido vendido, apesar do algodão ser ecológico e produzido por trabalhadores associados e autogestionários, pode vir a ser utilizado para quaisquer fins. Dessa forma, uma brecha se abre no circuito solidário construído pela rede, permitindo que parte dos fluxos econômico e sócio-cultural gerados na interior da cadeia seja direcionada para fora dela. Tal “vazamento” pode produzir fragilidades na estrutura que sustenta a rede, como também em seu projeto político-social mais amplo de desenvolvimento do campo da economia solidária.

Vender somente o tecido também produz uma cisão estrutural na cadeia, na medida em que afeta a sua composição. Esse tipo de venda rompe a cadeia, que passa a prescindir de uma de suas pontas: a da confecção. Ao excluírem do processo de produção as costureiras, os artesãos e os coletores de sementes, a rede perde o controle de todo o processo de gestão e de produção, que tinha até então. O produto final do trabalho e o valor agregado a ele deixam de pertencer aos trabalhadores associados. Encontrarão morada no mercado tradicional.

São muitos os desafios colocados e as contradições instituídas pelo tema da comercialização. Atuar entre a solidariedade e critérios de eficiência estabelecidos pelo mercado capitalista deixa as redes de economia solidária num permanente reconstruir de suas práxis. O plano ideal de dar vida a uma rede solidária e autogestionária vai sendo atualizado e remodelado todo o tempo pelas exigências materiais e históricas do real. Manter-se o mais próximo possível do projeto ideal, como já advertia Vázquez (2003), é também o desafio dos trabalhadores encampados pela economia solidária.

Na Justa Trama, como em todos os outros momentos que compuseram o trabalho de campo desta pesquisa, a comercialização sempre foi citada como um grande problema a ser resolvido. Entretanto, por mais que a reclamação seja uníssona, não foi possível durante toda a pesquisa, presenciar um único momento onde o tema tenha sido discutido com parcimônia e alguma profundidade. De maneira geral, o que foi ouvido se resumia ou à constatação de que se trata de um problema grave, ou a “conselhos”, “ideias”, “estratégias” de como potencializar as vendas. Claro que, em se tratando de experiências econômicas que, muitas vezes, representam o sustento de famílias inteiras, esses conselhos, ideias ou estratégias são bem vindos, mas para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento e de sustentação de uma rede de economia solidária e, em perspectiva mais ampla, para a consolidação de uma plataforma de atuação da classe trabalhadora por meio do trabalho associado e autogestionário eles não são suficientes.

Os espaços visitados ou acompanhados nesta pesquisa são residuais perto da ampla e diversificada experiência da economia solidária no Brasil. Nenhuma observação feita aqui serve como parâmetro para conclusões ou generalizações. Trata-se apenas de uma aproximação ao tema e, reconhece-se, demanda aprofundamento. O objetivo aqui é chamar atenção ao fato de que compreender a comercialização como categoria econômica estrutural do sistema capitalista, entender as características das relações de troca mercantil que o sistema engendra, problematizar a ideia de concorrência, é tarefa de cunho formativo que precisa ser encarada desde uma perspectiva pedagógica.

Dessa forma, encerra-se esse grupo de apresentação e discussão dos dados produzidos ao longo da pesquisa que serviram de base para o debate da perspectiva educativa das redes de economia solidária tendo como chave de reflexão a autogestão. Nesse sentido foram discutidos elementos a respeito da estrutura da cadeia produtiva solidária, seus elos, seus fluxos e seus objetivos e valores.

Entretanto, de um ponto de vista pedagógico e da experiência de “fazer-se”, enquanto trabalhador e enquanto classe (THOMPSON, 2012), outros dados relacionados indiretamente ao processo produtivo da cadeia, mas diretamente à experiência de se construir e viver a Justa Trama merecem ser explicitados e submetidos ao diálogo.

5.2 NOTAS SOBRE TEMPOS E ESPAÇOS DE FORMAÇÃO NA REDE: OLHANDO PARA FORA DO PROCESSO PRODUTIVO

Se até este ponto foi dada ênfase a processos formativos e à constituição de saberes diretamente relacionados aos momentos de gestão e de organização do processo de trabalho dentro dos empreendimentos solidários e no interior da cadeia produtiva, nesta seção a tentativa é explicitar que a formação de trabalhadores de novo tipo e de uma cultura do trabalho associado e autogestionário também se alimenta de experiências, vividas e modificadas (THOMPSON, 1981) que ocorrem desvinculadas do processo de produção, ainda que mediadas pelo trabalho. São momentos, como se verá, proporcionados pelo contexto de construção de uma rede de economia solidária autogestionária, vivido pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras sujeitos desta pesquisa.

Dois elementos, de naturezas filosófica e política, auxiliam na compreensão da pertinência dessas análises, na medida em que estão posicionadas a partir da relação estabelecida entre trabalho e formação. Um é a tentativa de unificar uma artificial fragmentação entre vida e trabalho estabelecida pelo sistema capitalista ao longo de suas diferentes formas de organização. Aliás, esse sistema é pródigo em separar coisas que não são, necessariamente, separáveis como prática e teoria, trabalho manual e trabalho intelectual, política e economia, economia e cultura, matéria e consciência, subjetividade e objetividade, o trabalhador e o resultado do seu trabalho... A discussão feita com base nos elementos apresentados neste item pretende apresentar evidências de que, no movimento do real, vida e trabalho, ação e pensamento, economia e cultura caminham juntos se retroalimentando, em processos sociais que são formativos. Trata-se, portanto, de superar artificiais fragmentações, de relacionar elementos que compõem a totalidade social conformada pela sociedade capitalista.

Também ajuda a entender a pertinência desta reflexão, a compreensão de que a luta autogestionária tem como princípio a criação de novas relações sociais que não se resumem à propriedade e à gestão coletiva dos meios de produção. Conforme tem sido afirmado ao longo deste trabalho, enclausurar a autogestão nos empreendimentos solidários, ou mesmo nas redes de economia solidária não parece ser suficiente para semear sementes de uma sociedade para além do capital, ou de produtores livremente associados, considerando a totalidade de suas relações sociais e, do ponto de vista da pesquisa acadêmica, também não parece ser suficiente para compreender a formação de novos sujeitos e de novas culturas do trabalho. É preciso

problematizar afirmações que estabelecem uma relação direta entre empreendimentos solidários emancipados de forma isolada e transformação social.

Se a autogestão é experimentada de forma contraditória e mais explícita dentro dos empreendimentos solidários, em momentos de trabalho, o espírito autônomo, participativo, autoimplicado que ela reivindica e também alimenta é o mesmo que outras lutas sociais exigem. A “autogestão como magnífica escola” tem que ser encarada como uma escola que forma sujeitos e subjetividades que se manifestarão em todas as dimensões da vida. É uma escola de produção e de sistematização de saberes do trabalho que se realizam numa dimensão técnica, mas também subjetiva e política das experiências dos sujeitos em rede.

Essa concepção nos aproxima, necessariamente, da compreensão de processos formativos como “processos de humanização”, conforme define Arroyo (2012), para quem os processos formadores não precisam ser somente formadores de saberes, mas são, sobretudo, formadores de consciências, de identidades, de valores coletivos.

Dessa forma, procura-se evidenciar e refletir sobre temas e episódios que se deram no contexto de construção da cadeia produtiva estudada e que auxiliam a identificar nexos possíveis entre trabalho e cultura, qualificando a compreensão, evidenciada por Arroyo (2012) e por Tiriba (2008), de que o trabalho determina a cultura, da mesma forma que a cultura determina o trabalho.

Claro que distender os limites da formação do trabalhador nesses termos implica em matizar o processo formativo em infinitos momentos e circunstâncias. Nesta pesquisa alguns desses momentos foram selecionados e, particularmente, os momentos vinculados em alguma medida à condição de integrante de uma rede de economia solidária autogestionária que o sujeito em questão experimenta.

5.2.1 Conflito e contradição em uma experiência em rede

A Justa Trama é uma rede grande, que envolvia diretamente, em 2020, cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras. Gente da cidade e do campo, homens e mulheres, adultos, idosos e jovens, de origens diversas que se uniram para produzir, mas, em comum, tinham o fato de fazerem parte de uma sociedade impregnada de relações desiguais e violentas dadas nos marcos dos sistemas capitalista (donos dos meios de produção/trabalhadores), colonialista (brancos/não brancos) e patriarcal (homens/mulheres).

Ao se desafiarem a produzir a partir de relações sociais e de produção diversas às alimentadas por esses sistemas, tais trabalhadores e trabalhadoras passam a realizar a convivência entre o que se poderia chamar de saberes hegemônicos, que são os desenvolvidos a partir das relações dadas nos marcos dos sistemas já citados, e de saberes contra-hegemônicos, que se constroem a partir de relações de outras naturezas e nos quais estão incluídos os saberes do trabalho associado, mas que não se resumem a esses. Essa convivência dá origem a relações profundamente contraditórias, que são, na realidade, “contradições de longa duração”, nos termos de Patagua e Zinger (2019), porque fundadas nesses sistemas citados difíceis de serem desconstruídos.

Aqui se apresentam evidências dessa convivência contraditória na tentativa de explicitar que os processos formativos experimentados pelos sujeitos da pesquisa, frutos de suas práxis não são homogêneos, nem lineares, nem unidirecionais. Muito pelo contrário. São processos complexos e contraditórios, repletos de momentos de afirmação de um caráter solidário e autogestionário de convivência, como também de momentos de afirmação de seu oposto. Dito de outra forma, não é porque o sujeito está inserido em uma rede de economia solidária e autogestionária, a qual está informada por uma racionalidade pautada em discursos de igualdade, solidariedade, autonomia, liberdade, que ele não manifestará, individual e coletivamente, posturas machistas ou conservadoras. Na verdade, não se trata de uma relação direta de causa e consequência.

Um primeiro grupo de evidências a serem apresentadas diz respeito à assimetria de poder nas relações entre os gêneros, dentro da rede. Tais evidências pretendem explicitar como os trabalhadores e as trabalhadoras da rede navegam entre conflituosas situações sobre o tema, como convivem com uma racionalidade patriarcal e machista, dentro e fora da rede, mas também como buscam, de forma individual e coletiva, construir e afirmar relações menos desiguais entre os gêneros, marcando um processo formativo que, muitas vezes, contesta a narrativa hegemônica do capital.

Interessante notar que no espaço público da Justa Trama, em suas reuniões e assembleias, as mulheres têm protagonismo. Elas são maioria na direção do grupo e uma mulher é presidente da rede desde sua criação. Também são elas que, a maioria das vezes, representam a cadeia em momentos formais, ou em contatos com outras entidades. Entretanto, ao mover o olhar para fora dessas ocasiões, encontram-se manifestações machistas e relações patriarcais, como divulgação por um dos trabalhadores de vídeo com conteúdo misógino em grupo de rede social da cadeia, desqualificando temas como violência contra mulheres; ou mulher agricultora que planta e colhe o algodão, mas que vê o dinheiro gerado por seu

trabalho ser entregue, exclusivamente, a seu marido que não trabalhou na lavoura, mas que é quem está oficialmente associado à associação de produtores.

O enfrentamento a atitudes como essas acontece frequentemente em momentos variados e com forma e intensidade diferentes. Às vezes dentro da própria cadeia, às vezes fora dela por intermédio de parceiros. Por exemplo, há momentos em que essas agricultoras são convidadas a participar de reuniões ou de atividades da rede, dando a elas oportunidade de se colocarem em público, de desenvolverem certo protagonismo, de terem suas vozes e opiniões consideradas. Mesmo que sejam atitudes muitas vezes pontuais, para sujeitos que foram historicamente silenciados, não se trata de algo desprezível. Do ponto de vista da formação do sujeito é, em realidade, um momento de afirmação de seus saberes, de sua experiência, de sua identidade, do reconhecimento de si mesmo como sujeito de direitos e sujeito coletivo (ARROYO, 2012; PATAGUA; ZINGER, 2019).

Também é um bom exemplo a experiência contada por uma das integrantes da rede que teve oportunidade de participar de uma das assembleias da Justa Trama. Essa assembleia foi diferente porque, além dos momentos em que a diretoria da rede esteve reunida para discutir uma pauta específica, houve também a participação de seus integrantes em seminários de formação sobre jovens e sobre mulheres promovidos pela Unisol e que aconteceram concomitantes à assembleia da rede. No seminário, “se discute política, se discute a situação do país, o trabalho de uma forma geral, sobre feminicídio, sobre tudo. Abrange toda a história para a mulher”, conta ela (E13, 2019, *entrevista*).

De volta a casa, à cooperativa, ao trabalho e ao contato com suas colegas de trabalho, ela relata como, no dia a dia de trabalho, ela e suas companheiras vão tecendo peças, mas também saberes, valores e sentimentos. Vão criando uma rede construída com fios de confiança, identidade, sororidade, afeto.

Conforme a gente está trabalhando a gente está conversando. Falando disso e daquilo. Orientação, por exemplo. [...] Esses dias a gente estava falando com a S3⁸⁰ sobre a relação dela com o marido. Sabe? Dando um toquezinho sobre ela não se deixar subjugar [...]. A gente esperou ela falar e quando ela se queixou, nós entramos. [...] Outro dia a gente estava falando sobre tratamento de saúde da mulher. [...] que a gente não deve deixar de fazer o exame [...] (E13, 2019, *entrevista*).

Ser mulher, viver numa sociedade hegemônica pelo modo de produção capitalista e enraizada em um sistema patriarcal, fazer parte de uma rede de economia solidária

⁸⁰ Ela fala o nome da trabalhadora, mas aqui sua identidade será preservada.

autogestionária, entre outras coisas, são engrenagens conflituosas que vão compondo a experiência do sujeito. Vão modificando a experiência vivida, dando movimento à própria experiência. Vão reposicionando a práxis do sujeito, que vive o embate constante entre os aprendizados contraditórios que sua experiência alimenta. O resultado social desse processo é histórico, constrói o trabalhador, individual e coletivamente.

Da mesma forma, é possível observar outros aspectos que indicam como o processo de formação que se realiza no marco do confronto entre saberes contra-hegemônicos e saberes hegemônicos é contraditório. Outro exemplo observado diz respeito à organização e à militância dos integrantes da rede, enquanto coletivo politicamente organizado, ou no campo político-institucional. No momento de realização desta pesquisa, na diretoria da Justa Trama, havia dois diretores que também trabalhavam de forma comissionada para prefeituras municipais dirigidas por partidos políticos com conteúdo programático de centro-direita. Da mesma forma, no grupo havia integrantes que defendiam abertamente o governo do presidente Jair Bolsonaro, marcado por e um discurso e por um programa de governo fascista e neoliberal.

Mais uma vez, o conflituoso caminho de formação dos sujeitos mostra que não existe uma relação de causa e consequência direta, homogênea, linear entre o fato de eles construírem uma rede de economia solidária autogestionária, que se orienta por um discurso contra-hegemônico e a constituição de práticas contra-hegemônicas em outras frentes de atuação social. A rede se apresenta como um lugar onde convivem muitas subjetividades, muitas histórias que, ainda que individuais, são expressão da história coletiva dessa sociedade e como tal manifestam suas contradições.

5.2.2 Convivência, laços afetivos e novas experiências no processo de construção de saberes

Seria imprudente refletir sobre os saberes envolvidos nas experiências de trabalho associado e autogestionário num contexto de rede de economia solidária e não registrar, mesmo que de maneira preliminar, observações e aproximações referentes às relações interpessoais estabelecidas entre os trabalhadores e as trabalhadoras nesse contexto. Da mesma forma, a reflexão sairia prejudicada, como já explicitado, se não fossem consideradas a presença de aprendizados e de processos formativos realizados a partir de experiências que,

ainda que não estejam ligadas diretamente aos processos de produção, são mediadas pelo trabalho.

Um conceito que orienta as reflexões que se seguem é o de saberes subjetivos, identificados por Guelman e Palumbo (2018) em suas pesquisas⁸¹. As autoras agrupam baixo esse conceito processos formativos que se dão na cotidianidade do trabalho e que se alimentam dos vínculos construídos entre os trabalhadores à medida que vão se conhecendo, vão se sentindo cômodos uns com os outros, vão compartilhando suas histórias de vida, suas necessidades, suas preocupações. Também relacionam aos saberes subjetivos a possibilidade dos sujeitos se reconhecerem como portadores de saberes, como conhecedores, capazes de ensinar, capazes de modificar coisas.

Essa dimensão subjetiva da formação dos sujeitos é aqui utilizada para refletir sobre a forja de um sujeito trabalhador que é ao mesmo tempo conhecedor de seu trabalho, ator coletivo em seu contexto e integrante de um projeto coletivo. Os saberes subjetivos são trazidos para recuperar e para afirmar a ideia de que aqui se está tratando da formação de um trabalhador que faz, pensa e também sente a experiência do trabalho associado e autogestionário.

Em diálogo com esse conceito será trabalhado o de reprodução ampliada da vida, conforme define Tiriba (2018)⁸², que engloba os recursos econômicos e culturais que os trabalhadores põem em marcha para assegurarem a reprodução material da família, da comunidade, do coletivo e a afirmação de suas identidades e culturas, resistindo às imposições de formas de existir e produzir impostas pelo capital⁸³. A autora identifica nas classes populares a criação de uma série de estratégias coletivas como as encampadas pelos “diversificados mundos da ‘economia popular’” (TIRIBA, 2018, p. 78) que buscam garantir

⁸¹ Estudando experiências de trabalho associado em quatro bairros na região periférica de Buenos Aires, e associadas por meio de uma entidade comum (Interbarrial de Esteban Echeverría), as autoras identificam três grupos de saberes: os “saberes técnicos”, que seriam os relacionados diretamente à experiência de produção, à ideia de “saber fazer”; os “saberes políticos”, relacionados aos modos de aprendizagem político e organizativo da produção em moldes diversos ao convencionado pelo sistema capitalista; e por fim os saberes subjetivos (GUELMAN; PALUMBO, 2018).

⁸² O conceito “reprodução ampliada da vida” é usado pela primeira vez por Coraggio (1998), sendo depois aprofundado em mais de um trabalho por Lia Tiriba.

⁸³ A autora discute o conceito de reprodução ampliada da vida a partir de um questionamento de fundo filosófico do que seriam as necessidades humanas, como satisfazê-las e por quais parâmetros mensurá-las em determinado espaço/tempo histórico. Ela sugere que as próprias experiências de trabalho associado e autogestionário podem expressar a reprodução ampliada da vida. “A reprodução ampliada da vida, no seu sentido pleno, tem como requisitos a propriedade coletiva dos meios de produção, o controle coletivo do processo de trabalho e a distribuição equitativa dos frutos do trabalho. [...] Suas bases materiais e simbólicas estão fundadas no respeito à natureza externa e ao ser humano, na produção associada e na autogestão do trabalho e da vida social que permita a homens e mulheres a produção de sociabilidades fraternas e solidárias (TIRIBA, 2018, p. 85).

sua reprodução social, mas não apenas sua reprodução “simples” ou “biológica”, trata-se de uma reprodução ampliada de suas vidas. Nesse sentido, para além do objetivo imediato de geração de renda que essas iniciativas de economia popular possuem, elas também “se estendem à saúde, à moradia, à socialização do saber e da cultura, etc” (TIRIBA, 2018, p. 78).

Esses conceitos ajudarão a compreender determinados movimentos, ações, falas observadas durante a realização da pesquisa e a discuti-las desde um ponto de vista formativo. O primeiro elemento que chama a atenção é o fato de que mesmo os encontros da rede, e principalmente suas assembleias, sendo compostos por uma agenda de trabalho densa e extensa, os trabalhadores e as trabalhadoras da cadeia sempre reservam tempo para atividades de caráter lúdico, na falta de um termo mais adequado.

De maneira geral, existe a tentativa de garantir de forma concreta a existência de momentos de ócio ou de lazer, como a realização de um churrasco, ou de uma tarde de almoço típico, uma saída noturna para uma janta coletiva, uma ida à praia, um passeio de barco para conhecer o rio que é absolutamente determinante na vida e na cultura da região onde eles estão se reunindo, etc. Quando esses trabalhadores e essas trabalhadoras reservam tempo e recursos para momentos como esses, eles estão preocupados com o que pode ser chamado de reprodução ampliada da vida⁸⁴. Existe aí uma tentativa de associar ao objetivo produtivo-econômico, que é o principal motivo que lhes agrega nos momentos de encontro da rede, outros elementos relacionados a múltiplas dimensões de suas existências como trabalhadores e trabalhadoras.

Pelas entrevistas realizadas, tais momentos têm, para alguns dos trabalhadores e das trabalhadoras da rede, um caráter compensatório.

A gente acha que a gente merece ter um processo de lazer, de cultura também [...]. Vamos lá! Vamos uma tarde para a praia para a gente poder descontrair um pouco, ver que a vida também tem suas dimensões. [...] também para que as reuniões não sejam só aquela... elas são muito intensas nossas reuniões. Muito! A gente tem muita coisa pra decidir, pra conversar, às vezes, toca noite a dentro, então que ela possa também dar esse prazer (E4, 2018, *entrevista*).

⁸⁴ Com o objetivo de alertar sobre o risco de simplificação equivocada do conceito, aqui se ressalta que não pretendemos afirmar que a reprodução ampliada da vida se resume ao acréscimo de momentos lúdicos ou culturais à rotina do trabalhador. Ela se expressa na própria forma de realização e organização do trabalho, na maneira pela qual se estabelece a relação capital-trabalho. A reprodução ampliada da vida está relacionada à modificação dessa relação em suas bases materiais e simbólicas, colocando no centro da ação humana, no seu fazer, no seu sentir e no seu pensar, a valorização da vida, em detrimento da valorização do capital. No texto, nós utilizamos o conceito para discutir e refletir sobre determinada práxis realizada pelo grupo de trabalhadores estudados.

Apesar do aspecto compensatório sinalizado na fala da trabalhadora, é relevante também destacar a seguinte parte de sua manifestação: “a gente poder descontrair um pouco, ver que **a vida também tem suas dimensões**”. Tal afirmação parece indicar que esses trabalhadores reconhecem e sentem o excessivo espaço que o trabalho para a simples reprodução de suas vidas e das de suas famílias ocupa nas suas existências, ao mesmo tempo em que também reconhecem a existência de outras dimensões que compõem a vida e as reivindicam para si.

Mas qual seria a relevância de o trabalhador ou de a trabalhadora poder dar uma pausa no seu trabalho e descobrir as variadas “dimensões” da vida? De um ponto de vista formativo, tais momentos culturais, lúdicos, de ócio se ocupam da função de acentuar nesses homens e nessas mulheres trabalhadoras sua condição de sujeitos para além do trabalho. Sujeitos esses que eles descobrem ser carregados de direitos, com histórias e memórias. Ao reivindicarem tais momentos estão realizando, em alguma medida, uma reprodução ampliada da vida, que lhes permite afirmarem elementos de suas culturas, suas identidades, suas formas de existir enquanto sujeitos individuais, mas também enquanto coletivo de trabalhadores. De um ponto de vista de classe, é um grito de rebeldia do trabalhador. Quando o coletivo de trabalhadores coloca os frutos de seu trabalho a serviço de si próprio, a serviço de suas escolhas, ele faz uma opção por valorizar a vida em detrimento da valorização do capital. É uma afirmação que modifica a relação capital-trabalho.

Ao se ocuparem da reprodução ampliada da vida no processo de trabalho e fora dele, os trabalhadores e as trabalhadoras da rede acabam também dando passagem a relações pessoais, mediadas pelo trabalho, de tipo específico. Parte dessas relações está vinculada à criação ou à consolidação de saberes subjetivos, que alimentam novas formas de produzir a vida.

A experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras da Justa Trama é encharcada de momentos onde saberes que poderiam ser agrupados sob o qualificativo “subjetivo” se criam ou se desenvolvem. Muitas vezes são saberes que expressam a articulação das categorias experiência e cultura, percebidas em seus nexos com a materialidade social.

É o caso, por exemplo, de quando eles escolhem compartilhar pequenos momentos, nos intervalos de trabalho, com produtos típicos produzido em cada região do país onde se encontram os elos; ou quando abrem suas reuniões com análise de conjuntura (prática histórica e consolidada dentro dos mais variados movimentos de trabalhadores); ou sempre que um faz questão de gozar o outro porque seu time de futebol perdeu uma partida (e todos sabem para que time cada um torce); ou daqueles que têm vergonha de falar em público, mas,

após incentivo dos colegas, acabam falando; ou daqueles que andaram de avião ou se hospedaram em um hotel pela primeira vez, para participar da assembleia da rede; ou quando dão espaço e parecem valorizar a manifestação oral em uma língua indígena feita por uma das integrantes da rede, expressando traços muito claros da cultura daquele grupo; ou quando decidem, de forma coletiva, arcar com o alto custo de almoçar em um restaurante de aeroporto porque o voo de parte dos integrantes da rede atrasou, inviabilizando o almoço previamente programado, e não lhes parecia razoável para os mais velhos e para aqueles que haviam iniciado sua viagem há muitas horas esperar até a próxima oportunidade que o grupo teria para comer.

Diante dessas e de tantas outras manifestações cotidianas observadas, o processo de trabalho, nas bases que têm sido anunciadas, acaba se apresentando como vetor de reconfigurações de aspecto subjetivo, na medida em que se vincula aos sujeitos a partir de parâmetros de cuidado, apoio afetivo, confiança, cooperação, solidariedade. Os sujeitos trabalhando de forma associada, autogestionária e em rede vão usando o contato com o outro no âmbito da rede para fortalecer os vínculos econômicos, de origem, entre seus empreendimentos, mas também fortalecem vínculos subjetivos e afetivos entre os seus trabalhadores/as. Estes últimos vão sendo construídos de tal forma que, do ponto de vista do sujeito, já não é possível separá-los do trabalho e, do ponto de vista da rede, como mais um vínculo necessário a sua sustentação.

Indícios dessas ligações puderam ser observados durante a realização da dinâmica (apresentada em detalhes no capítulo sobre a metodologia da pesquisa) feita com os integrantes da diretoria da rede, em sua segunda assembleia, em 2019. Ao serem convidados a se manifestarem sobre as boas lembranças, sobre os aprendizados e sobre os desafios que a experiência de produzir em rede lhes proporciona, vieram à tona uma série de relatos complexos que exibiam aspectos das mais variadas dimensões que estruturam a rede. Em seus relatos, a fronteira entre o que é experiência vivida no âmbito da rede, da comunidade ou da família fica borrada. Valores, sentimentos e saberes se misturam dando forma a um sujeito complexo.

Um bom exemplo é o depoimento de uma das trabalhadoras que disse que aprendeu muito sobre cooperativismo, justamente, pela maneira como foi recebida e tratada pelas outras cooperadas que compunham o empreendimento.

Todo dia a gente aprende alguma coisa e tem que filtrar e tirar o que nos é bom, nos faz bem. E quando eu fui trabalhar na Justa Trama eu já conhecia a Univens há muito tempo. Trabalhar lá dentro e, aí, eu conheci as pessoas lá de dentro mais a fundo. Então, não é que tudo seja cor de rosa. A gente sabe

que trabalhar com pessoas não é tudo cor de rosa, mas estar junto, durante 23 anos, entrando ou saindo cooperadas e elas mantendo o pique de estar lá e ser referência como cooperativa... [...] Eu acho que eu aprendi muito sobre cooperação e fui recebida lá dentro como uma delas. Muito mais como sendo, às vezes, filha, irmã, amiga... eu não pensei que eu ia ter a receptividade que eu tive dentro da Univens e daí eu aprendi muito mais também sobre cooperativismo (E2, 2019, *manifestação oral*).

Trabalhar dentro de uma cooperativa consolidada, como é a Univens, ver de perto seu ritmo e seus protocolos de funcionamento ensinou à trabalhadora muito sobre cooperativismo, mas a forma como as relações interpessoais foram estabelecidas entre ela e outras cooperadas também foi educativa. E como ela, aconteceu com outros.

A trabalhadora E15 se descobriu corajosa por conta de uma atividade de trabalho que o coletivo confiou a ela. Ela teve que fazer uma viagem ao exterior e, por estar a princípio acompanhada de outra cooperada na qual confiava, ela aceitou o desafio.

Foi para mim a primeira viagem para fora assim. Eu tinha ido só até Belo Horizonte, nunca tinha pegado um avião, nunca tinha feito nada e a proposta delas era eu ir lá no Uruguai. [...] Cheguei lá e enquanto estava o pessoal eu consegui me adaptar, mas depois que eles vieram embora eu ainda fiquei lá mais dois dias, com o frio que Deus deu. [...] Mas graças a Deus o pessoal muito acolhedor, fez com que eu me sentisse em casa. Foi muito marcante para mim (E15, 2019, *manifestação oral*).

Por sua vez, os trabalhadores E10 e E6 contaram como o apoio oferecido por outros colegas de trabalho foi relevante na hora em que eles tiveram que tomar decisões importantes em relação a suas cooperativas. Mas talvez seja a fala da trabalhadora E16 que resume de forma mais expressiva essa criação de saberes constituída a partir de relações interpessoais mediadas pelo trabalho associado e autogestionário. Segundo ela, a aproximação com determinadas pessoas da Justa Trama “deu a oportunidade de ver o mundo com outros olhos” (E16, 2019, *manifestação oral*).

Os fluxos de relações que alimentam saberes, valores, sentimentos dentro da rede são sentidos por muitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que dela participam e que ressignificam suas compreensões de trabalho, muitas vezes, enraizadas na experiência de trabalho assalariado e heterogerido. Esses fluxos materializam nexos existentes entre as experiências dos trabalhadores, individual e coletiva, e suas culturas, reafirmando saberes antigos e criando novos, reforçando identidades, fortalecendo sentimentos de classe, afirmando o sujeito agente e de direito que cada um deles é individualmente e que eles são coletivamente. São processos de humanização (ARROYO, 2012) e convertem a experiência do trabalho associado e autogestionário no atual espaço/tempo que a desenvolvem em uma

“presença histórica afirmativa” (ARROYO, 2012), na medida em que esses trabalhadores se afirmam presentes com sua luta e sua experiência, cobrando reconhecimento por sua existência e negando que sua diferente maneira de ver e estar na vida seja um demérito.

Ao que foi possível observar, esses fluxos transformam, em alguma medida, o trabalhador e as relações de trabalho e dão sustentação à rede. Essa também parece ser a percepção de alguns dos trabalhadores e das trabalhadoras da Justa Trama. Tanto que a liderança da rede, que é uma porta-voz qualificada do grupo conforme já apresentado anteriormente, ao ser incentivada a falar sobre os desafios que a Justa Trama enfrenta, não relata desafios referentes ao processo produtivo (que são muitos), nem à dificuldade de comercialização dos produtos (que é grande), nem à estrutura da rede (que deseja se expandir), nem ao movimento da economia solidária (enquanto expressão política do coletivo desses trabalhadores). Ela fala do desafio submerso na teia das relações interpessoais.

Eu acho que o maior desafio que a gente tem é de não mudar o que a gente é. Essa capacidade que a gente tem de chorar, de rir, de tomar cerveja junto, de torcer para um time e de estar todo mundo junto no outro dia e feliz, tocando para frente. Da gente se emocionar com as conquistas e da gente se emocionar também com as dificuldades, que a gente nunca perca isso. E que a gente nunca perca, e acho que isso é um grande desafio, que a gente nunca perca a sensibilidade, acho que isso é muito importante e é algo que sempre é feito nas nossas avaliações que a gente tenha a capacidade de se dizer a verdade, que eu acho que é isso que nos mantém nessa rede que a gente está até hoje (E4, 2019, *manifestação oral*).

À conclusão parecida parecem chegar Guelman e Palumbo (2018) em suas pesquisas sobre os saberes do trabalho associado. As autoras recordam que, nas experiências de trabalho heterogeridas, o afetivo também está implicado, entretanto, ele se apresenta como “consecuencia no búsqueda de la organización de la producción” (GUELMAN; PALUMBO, 2018, p. 138). Por outro lado, no trabalho associado essa dimensão se apresentaria como central para potencializar o aspecto produtivo do empreendimento solidário. “Incluso, se podría pensar que dar lugar al sentir es condición para el buen funcionamiento del emprendimiento productivo” (GUELMAN; PALUMBO, 2018, p. 138).

É claro que, no dia a dia da experiência de trabalho associado e autogestionário, há uma permanente tensão entre práticas de reprodução ampliada da vida e práticas de reprodução ampliada do capital; entre saberes colonizadores e descolonizadores, nos termos de Guelman e Palumbo (2018). Nada do que foi discutido até aqui se dá “preto no branco”. O que existe, no movimento do real, é um processo de construção dos sujeitos, individuais e coletivos, repleto de contradições, é a convivência entre práxis utilitárias e transformadoras (KOSIK, 1976). Reconhecer e promover uma ou outra práxis é tarefa que deve ser encarada

pelo coletivo envolvido na experiência associada inclusive desde um ponto de vista educativo, desafiando-se a reconhecer, afirmar e incluir esses saberes, aqui chamados de subjetivos, em seus processos formativos.

5.2.3 As experiências no território: uma janela para a expansão da autogestão

Este é o último item do capítulo que se propôs a expor e analisar alguns elementos da práxis dos trabalhadores e das trabalhadoras da Justa Trama, tendo a experiência como unidade de análise e os saberes como categoria guia. Nele aspectos da relação que os trabalhadores e as trabalhadoras da Justa Trama estabelecem com seus territórios serão postos sob análise.

Para isso, parte-se da definição de território, conforme orienta Milton Santos (2002). Para o autor, o território é entendido como algo socialmente construído que supera a base material e os limites da ocupação do espaço. Ele também engloba a ação política, social, cultural e econômica dos sujeitos, articulando, portanto, trocas materiais e simbólicas. O território é fonte de criação da identidade dos sujeitos. “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, M., 2002, p. 10). Nesse sentido, território não é somente a demarcação de um espaço geográfico. Ele também constitui o sujeito, é fundamento de sua identidade. O território pode dar ao sujeito raízes, memórias, identidade, pertencimento, reconhecimento...

No campo da economia solidária, o território tem sido entendido, com frequência, como importante elemento aglutinador de seus sujeitos, como componente constituidor de suas identidades e como ferramenta de fortalecimento de suas ações (CFES, 2016). É nos territórios onde, na maioria das vezes, os trabalhadores da economia solidária conseguem articular forças material e simbólica para iniciar e desenvolver suas atividades produtivas (CFES, 2016), como também, é nele, onde a atividade política desses trabalhadores tende a se concentrar.

Ao relacionar economia solidária e desenvolvimento territorial existe o risco, como alerta França Filho⁸⁵ (2017), de reduzir essa relação à necessidade de fortalecimento do empreendimento. Para o autor, ainda é preciso, ao campo da economia solidária, aprofundar essa conexão, dando enfoque ao desenvolvimento territorial. A tese de França Filho (2017) é a de que essa relação constitui condição necessária para a sustentabilidade das práticas da economia solidária afirmando seu caráter de “outra economia” e de prática emancipatória. Inspirados nessa compreensão que aprofunda e complexifica as bases da relação entre empreendimento solidário e território, aqui se entende os territórios como espaços possíveis de extensão da prática autogestionária gestada dentro dos empreendimentos.

A economia solidária, conforme tem sido trabalhada nesta pesquisa, é um espaço para a produção de uma prática autogestionária que é formativa e que deve assumir aspecto generalizável, ao estar inscrita no processo histórico da luta de classes. Desse ponto de vista, a atuação dos trabalhadores associados para fora de seus empreendimentos é estratégica e necessária e ela se manifesta, entre outras atividades, nas relações estabelecidas nos territórios. Apesar disso, estabelecer vínculos concretos e permanentes com os territórios no atual momento histórico não parece ser tarefa simples para esses trabalhadores.

A experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras da Justa Trama nesses mais de 15 anos de existência atesta essa dificuldade. Ao longo dos anos, nos mais variados elos, houve momentos de fortes vínculos dos trabalhadores e das trabalhadoras em suas comunidades e também houve momentos de isolamento. Um exemplo é o caso da Univens:

A gente fez um impacto legal quando foi o período de montar a escolhinha, a gente chamava muitas reuniões para discutir a questão das mulheres, atividades de rua também e aí teve um período que a gente começou a cuidar muito sobretudo da Justa Trama, que começou a demandar muitas atividades e o banco vem agora para ser essa nova fase, de olhar para fora e assim dizer, olha a gente está aqui (E4, 2018, *entrevista*).

A “escolhinha” e o “banco” citados na fala da trabalhadora fazem parte de uma lista de exemplos de ações que esse empreendimento já desenvolveu com a comunidade. A “escolinha” é uma referência à creche apoiada pela Univens para os filhos das cooperadas e de pessoas carentes do bairro e o “banco” é uma referência ao Banco Justa Troca, uma

⁸⁵ Nesta tese se está ciente de que França Filho se inscreve em uma escola acadêmica de compreensão da economia solidária crítica à atribuição da autogestão como elemento central da prática dos trabalhadores associados e potencialmente transformador das relações de trabalho. Entretanto, o autor, que tem se dedicado a estudar a relação entre empreendimentos solidários e território, contribui para a complexificação do tema tratado neste item, contribuição que nos parece pertinente no contexto aqui trabalhado, na medida em que traz o território para o dia a dia do empreendimento não de forma acessória, mas de forma estrutural.

iniciativa também das cooperadas que faz circular no território recursos financeiros por meio de uma moeda solidária própria. Como já citados, nos outros elos, também há outros exemplos de ações que vinculam empreendimentos e território: é caso do banco comunitário ITA, no Mato Grosso do Sul; dos cursos com as mais variadas temáticas oferecidos na sede da Justa Trama para a comunidade local; dos cursos de costura oferecidos em Porto Velho e em Porto Alegre, pelas cooperativas para suas comunidades; dos cursos de bonecas para presidiárias, oferecido pela Cooperativa Açai; das vagas que a cooperativa, em Minas Gerais, abria para receber dependentes químicos; das orientações técnicas oferecidas pela ADEC aos agricultores que querem realizar a produção agroecológica; ou da distribuição de máscaras protetoras feitas pela Justa Trama, junto com sabão ecológico ou alimentos para a comunidade, durante a pandemia do Covid-19.

Depois de tantas experiências, algumas já encerradas e outras ainda em curso, trabalhadores e trabalhadoras da rede guardam para si variadas interpretações da importância dessas ações. As falas sobre esse tema escutadas ao longo da pesquisa transitam entre dois perfis de ação que poderiam ser definidos como: um, sendo a rede um agente estimulador, promotor de ação comunitária com caráter mais ou menos associativa, como agente transformador e socialmente responsável; dois, ligado mais a um perfil beneficente, caridoso e, à vezes, solidário. Em menor proporção, também foram ouvidas manifestações de trabalhadores que destacam a relação estabelecida com o território como um fator que ajuda a sustentação da rede.

Uma das trabalhadoras da rede comenta que os cursos que a Justa Trama têm oferecido para a comunidade na sua sede foram pensados para “amenizar um pouco” a situação do bairro que, segundo ela, em uma época, estava “bem braba” (E2, 2019, *entrevista*). Na sua percepção, a rede tem o poder de influenciar a comunidade, impulsionando “uma transformação”, como ela mesma define, e cita o trabalho que tem sido feito com mulheres idosas do território. “Até tem relatos aqui de pessoas mais idosas que dizem que depois que vieram para cá a vida mudou. Então, é uma coisa que te deixa feliz isso. Não é só pelo, ah está fazendo ali, mas você está vendo que está fazendo uma mudança na vida das pessoas” (E2, 2019, *entrevista*).

Outra trabalhadora, ao se referir aos cursos de costura que uma das cooperativas oferece, afirma que o curso

é exatamente uma mostra do que a gente pensa. Que nós temos que ter um lado que **atende a comunidade**. [...] é aquela velha história, **você não é ninguém sozinho**. Nós somos um grupo pequeno, nós temos um trabalho belíssimo, mas nós não podemos ficar só ali, porque é como olhar só para o

próprio umbigo. É para poder ampliar, expandir o nosso braço e dar oportunidade de trabalho para outras pessoas (E13, 2019, *entrevista*).

Mas parece ser a presidente da rede quem expressa de forma mais clara sua compreensão de rede como agente articulador dentro do território.

Nossa compreensão de trabalho de redes, ele pode ser vertical, que a gente é muito feliz com essa experiência [...], numa cadeia produtiva a gente tem os meios de produção, a gente define os valores, a gente tem um conhecimento. E ela pode ser horizontal, juntando até os desiguais que é o que a gente quer fazer lá na nossa comunidade, uma grande rede, onde a gente **se apóie**, a gente possa estar fortalecendo e a gente acredita e por isso que a gente quer muito, a **gente está investindo muito para que dê muito certo e a gente possa inspirar**. [...] A gente quer que o pessoal aprenda, faça, se juntem, toquem iniciativas. Num primeiro momento podem ser iniciativas individuais, que nós vamos estar lá ajudando para que tenham esse **olhar coletivo** da gente poder fazer muitas iniciativas que possam surgir desse trabalho coletivo (E4, 2018, *manifestação oral*).

Os depoimentos parecem sinalizar que, pelo menos para seus trabalhadores e suas trabalhadoras, a Justa Trama tem a possibilidade, e para alguns a obrigação, de ser um agente ativo em seus territórios, um agente influenciador, inspirador e aglutinador – ainda que nenhum deles coloque a rede como um agente organizador ou mobilizador de processos ou movimentos sociais nas comunidades, ou mesmo dentro do movimento de economia solidária, ou ainda no campo da política institucional. Do ponto de vista desta pesquisa a rede se apresenta também como um agente pedagógico que educa com o exemplo, com sua experiência, com sua presença.

Pelas conversas realizadas e as observações feitas, para alguns trabalhadores e trabalhadoras da cadeia o elemento “gerar renda” tende a ser o disparador da ação da rede nas comunidades. Seria ele que explicaria a promoção de cursos de costura, de artesanato, de pintura, de plantio de culturas agroecológicas, etc. Claro que os cursos, por exemplo, podem potencialmente gerar renda para os moradores da comunidade, mas eles, assim como outras ações da rede já citadas, também parecem contribuir com o reencontro do morador com seu território, na medida em que o sujeito passa a estabelecer, na comunidade, relações sociais econômicas, políticas e culturais que colocam em movimento uma série de sentimentos, de valores, de saberes.

Determinadas ações da rede, nos territórios, parecem ter potencialmente a capacidade de recuperar o valor do coletivo, frente ao sujeito isolado, que tem sido permanentemente construído pelo conjunto das relações sociais dadas nos marcos do sistema capitalista. Algo que a fala da presidente da Justa Trama destaca.

Em alguma medida, a experiência vivida dentro da Justa Trama parece proporcionar a alguns de seus trabalhadores e suas trabalhadoras a consciência de que a ação coletiva vale a pena e de que é preciso ampliá-la, afinal eles têm vivido a experiência de trabalhar associativamente no atual espaço/tempo de luta dos trabalhadores e, especificamente no caso de construção da Justa Trama, essa experiência tem sido avaliada positivamente por eles, a partir de parâmetros objetivos e subjetivos, individuais e coletivos. É como se a máxima “juntos somos mais fortes”, fosse confirmada por suas experiências no âmbito do trabalho associado e autogestionário e essa confirmação lhes empurrasse para atuar porta a fora dos empreendimentos solidários.

Importante ressaltar que a ação da cadeia no território não é só composta por sentimentos altruístas, ainda que eles estejam presentes muitas vezes, como poderia supor um julgamento apressado. Trata-se de um processo complexo, contraditório e, principalmente, marcado por questões históricas e conjunturais, de forma que os objetivos da ação nem sempre são uniformes e sua pertinência nem sempre está clara para os trabalhadores e as trabalhadoras da cadeia.

Essa trabalhadora, por exemplo, explica da seguinte forma o objetivo de determinado curso realizado por sua cooperativa: “a finalidade desse curso é mais para isso mesmo: trazer gente aqui para dentro da cooperativa” (E17, 2019, *entrevista*). Sua fala aponta o fortalecimento da cooperativa como resultado esperado da ação explicitando que a própria rede tende a se reforçar, nas diversas dimensões, quando amplia suas relações no território. É uma via de mão dupla.

Outra trabalhadora, e não a única, expressou desta forma sua compreensão acerca da criação e da manutenção de um dos bancos comunitários relacionados à rede:

Olha o banco! Há necessidade? Não há! Mas o que que ela quer? Ajudar as pessoas. E de alguma forma ela também bota a responsabilidade em todas nós. Por que começou o banco? Vou abrir o banco, a moeda está aqui e tu é obrigada a pegar 50 reais para tu ir ali no mercado que está associado ao banco, que a moeda vai ter que circular. Ela botou a faca nos nossos pés então nós vamos fazer. Hoje não precisa mais. Hoje nós pegamos se quisermos. Começou com uma menina cuidando três vezes por semana. Hoje já tem duas o dia todo (E5, 2019, *entrevista*).

Esse fragmento pode ser olhado de muitos ângulos, a partir do tema desta seção. Ele evidencia que, no coletivo, existem motivações de diferentes naturezas para a realização da ação. Também evidencia aspectos contraditórios da atividade autogestionária, ou participativa do grupo, particularmente ao que respeita a determinada ação no território. Ao mesmo tempo em que a ação parece ter sido desenvolvida sem a construção de um consenso dentro do

grupo, há, na fala, elementos que indicam certo grau de confiança e de comprometimento das trabalhadoras com o projeto coletivo, na medida em que, apesar de serem “obrigadas” a participar, elas não oferecem resistência – pelo menos não de forma explícita e organizada – à proposta e em que o projeto vinga, ou seja, cresce e se fortalece. Por fim, o fragmento também sugere a existência de certo processo formativo. Quando a trabalhadora diz “ela bota a responsabilidade em todas nós”, ela está falando da criação de algo que antes não existia em algumas trabalhadoras ali (a responsabilidade em relação ao desenvolvimento do banco). É uma forma de expressar que houve, na relação, algum nível de mudança, certa desacomodação dos sujeitos envolvidos.

O processo formativo dos trabalhadores na direção de estabelecer relações associativas e autogestionárias guarda em si estágios variados de amadurecimento de tal forma que a Justa Trama e as experiências a partir dela desenvolvidas não são pressupostos para essa formação, são o resultado de anos de história de formação da classe da trabalhadora e expressam o momento e o acúmulo histórico desses trabalhadores, que tentam criar redes imiscuídos numa materialidade política, cultural e econômica que não lhes determina, mas lhes impõem limites e condições de ação.

Herdeiros de uma memória associativa que tem sido construída pela classe trabalhadora ao longo dos tempos no processo de luta de classes, os trabalhadores atualmente encampados no aqui chamado genericamente campo da economia solidária jogam suas vidas tentando construir e afirmar, para si e para os outros seres, formas de organização social e de produção que dêem passo à solidariedade, à autonomia, à igualdade, à cooperação, à valorização da vida e do planeta. Ao fazerem isso, ao mesmo tempo, põem em xeque formas de organização social e de produção que, ao contrário, exploram, subordinam e oprimem as pessoas e o planeta. Dito de outra forma, a atuação desses trabalhadores na direção de construir e afirmar diferentes formas de organizar a vida e a produção não se dá num vazio cultural. Ao contrário, realiza-se em meio a uma realidade social com grande densidade cultural, que impõem a essa atuação uma tensão, que por sua vez, marca o processo formativo dos trabalhadores de forma heterogênea.

Quando os trabalhadores associados e autogestionários se desafiam a atuar em seus territórios colocam em circulação parte dessa sua cultura do trabalho associado, que está em construção e, em alguma medida, fazem circular para fora do empreendimento solidário saberes do trabalho associado que formam sujeitos mais cooperativos, autônomos, participativos, igualitários, solidários. Tentam com seus cursos, bancos, feiras, campanhas alcançar novos sujeitos. E, às vezes, alcançam mesmo, pelo menos em alguns aspectos. É o

caso já relatado pela trabalhadora da Justa Trama que diz que algumas senhoras do bairro afirmam que “a vida mudou” depois de realizarem os cursos na sede da cadeia – justo as “senhoras”, que fazem parte de um segmento da população (nesse caso mulheres, idosas, das classes populares) que o sistema capitalista tende a considerar descartável porque “ultrapassado” e “improdutivo”.

O território é um caldeirão, no qual muitos ingredientes políticos e culturais estão misturados. A ação da rede em seus territórios potencialmente agrega novos ingredientes a esse caldo, o que dá a ela um papel formador. Entretanto, de uma perspectiva autogestionária que se orienta pelo desejo de transformar as bases da sociedade capitalista, parece pertinente refletir sobre como se dá essa formação e sob que fundamentos políticos ela opera.

No atual espaço/tempo da luta de classes, as experiências encampadas pela economia solidária trazem indícios, como já dito, de construção de uma cultura do trabalho associado baseada na constituição de sujeitos autogestionários e solidários, mas elas também são marcadas por uma cultura política de desmobilização e de despolitização. Muitas vezes, os sujeitos dessas experiências têm dificuldades de vincular suas lutas a lutas anticapital (NOVAES *et al*, 2018), o que poderia propiciar, no atual contexto histórico, o fortalecimento de aspectos de sua identidade de classe.

Premidos por um momento de organização do capital onde a precarização do trabalho é absolutamente devastadora (ANTUNES, 2018) e os índices de pobreza e vulnerabilidade alcançam patamares incalculáveis, as experiências de economia solidária estão mais diretamente relacionadas à reprodução simples da vida. O próprio FBES, um marco na organização do movimento de economia solidária e espaço privilegiado de articulação desses trabalhadores, encontra-se desarticulado⁸⁶.

Ao terem dificuldades de construir dentro da própria experiência de trabalho e do próprio movimento de economia solidária a consolidação de elementos políticos que enquadrem e organizem suas lutas em parâmetros anticapital, os sujeitos da economia solidária também encontram dificuldade de articular lutas em seus territórios. Ali também suas ações, a maioria das vezes, relacionam-se à sobrevivência ou à simples reprodução dos indivíduos nas diversas dimensões de suas vidas e, se por um lado, elas fazem circular no território elementos político-culturais importantes que compõem o sujeito autogestionário, as

⁸⁶ Em sua reunião, durante a 26ª Feicoop, importante feira internacional da economia solidária, realizada em Santa Maria (RS) em 2019, os participantes do fórum estavam dedicados a desenvolver um processo de avaliação e de reestruturação da instituição, repensando inclusive a sua estrutura, avaliando que o movimento estava desmobilizado e fragilizado.

potências formativas da circulação desses elementos, enquanto constituidores de uma atuação coletiva, que se dá nos marcos da luta de classes, encontram seus limites.

Thompson, em sua obra, demonstrou como a constituição da classe trabalhadora e de sua consciência é o último produto da luta de classes e está a ela vinculado. Para ele, “as classes não existem como entidades separadas” (THOMPSON, 2001, p. 274). Elas e com elas suas consciências se formam na medida em que as pessoas percebem-se coletivamente vivendo numa sociedade estruturada de determinada maneira e identificam “nós de interesses antagônicos” aos seus, em torno dos quais estabelecem um processo de luta e de consequente afirmação de sua condição de classe. Dessa forma, classe não é uma categoria que possa “ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isso é, ação e reação, mudança e conflito” (THOMPSON, 2001, p. 169).

Ao dar historicidade à categoria classe, o autor demonstra como existe um processo sócio-cultural-educativo em curso no cotidiano dos sujeitos que vincula a formação da classe à experiência e à consciência do sujeito⁸⁷.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10).

O que acontece, então, quando homens e mulheres experimentam em seu cotidiano relações de produção marcadas mais pela autonomia do que pela subordinação, mais pela cooperação do que pela concorrência, mais pela valorização do trabalho do que do capital? Como, afinal, essas experiências são tratadas por eles em termos culturais? Haveria aí a construção de uma cultura marcada por esses traços definidores do trabalho associado e autogestionário? Haveria aí possibilidades de estar sendo forjada, nos segmentos da classe trabalhadora que tem participado da economia solidária, uma consciência de classe informada

⁸⁷ É pertinente registrar que o processo de formação de classe, que se dá por meio da luta, é um processo formativo que tem suas dimensões políticas, mas é preciso esclarecer, e nisso Suely Martins (2014, p. 314), orientada por Thompson, auxilia, que os processos de formação política que têm suas bases na experiência não se constituem direta e necessariamente da ação política, “mas de uma construção processual de educação, de práticas, valores, ideologias, bem como de ações”.

por padrões que se diferem daquela constituída a partir da cultura do trabalho assalariado e que dava forma à classe operária? E que padrões seriam esses?

Ampliado o foco, o que acontece com a vizinha que é oprimida em casa ou no seu trabalho por ser mulher e passa a conviver, no seu bairro, com outras mulheres que têm sua condição de mulheres, populares e integrantes de uma sociedade patriarcal consideradas no seu trabalho? Ou o que acontece com jovens, pobres que encontram em uma cooperativa do bairro espaço para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais que valorizam elementos de sua identidade juvenil datada que, muitas vezes, são desqualificados em suas escolas, nas igrejas que frequentam, no próprio bairro ou na própria família?

Esses exemplos não são totalmente abstratos. Em particular, acontecem ou aconteceram nas experiências que trabalhadores e trabalhadoras da Justa Trama desenvolveram em seus territórios, mas é possível que aconteçam em outros territórios também. Nessa pesquisa, não foi possível entender se e como as relações, tratadas nessa seção, estabelecidas entre a rede e seus territórios podem contribuir para a constituição de uma cultura do trabalho associado que possa dar forma a uma consciência derivada, mas, seguramente, trata-se de uma agenda de pesquisa necessária de ser cumprida.

Muitos autores, como é o caso das pesquisas de Guelman e Palumbo (2018) e Matteo (2018), por exemplo, sinalizam que o estabelecimento de relações entre trabalho, formação, organização comunitária e conflito social parece ser ferramenta potencializadora de projetos societários alternativos. O aspecto coletivo de iniciativas, seja no âmbito do trabalho ou da comunidade, que reúnam pessoas em torno de objetivos comuns permitem, como afirma Célia Vendramini (2004, p. 35) “a vivência de experiências que podem vir a se tornar emancipatórias”. O que transforma essas iniciativas em emancipatórias ou não e como o processo se desencadeia, é fruto para novos estudos.

CONCLUSÃO E ALGUNS APRENDIZADOS

Este trabalho buscou refletir detidamente sobre a práxis de trabalhadores associados e autogestionários que estão criando e desenvolvendo redes de economia solidária. Para isso, suas experiências autogestionárias, entendidas como experiências históricas num contexto de luta de classes, foram postas sob análise. Por meio dessas experiências, no cotidiano do processo de trabalho, esses trabalhadores desenvolvem processos de aprendizagem compostos pela criação, pelo compartilhamento, pela sistematização de saberes que são seus, porque forjados por eles no desenvolvimento de suas próprias relações sociais. São processos formativos que, a partir de sua materialidade histórica, contribuem para a criação de uma cultura da produção associada e para a formação dos trabalhadores, individual e coletiva.

Como foi possível observar, as redes de economia solidária são ferramentas com potencial de potencializar as atividades dos trabalhadores reunidos no campo da economia solidária. Entretanto, esse processo novo e complexo coloca para esses trabalhadores uma série de novos desafios. Ao deslocar as referências espaciais dos empreendimentos, ao ampliar as demandas de gestão democrática e ao agregar novos elementos ao processo produtivo, ele modifica e complexifica o repertório de conceitos e de práticas exigido desses trabalhadores, desde um ponto de vista de afirmação da autogestão.

Da mesma forma que impacta seus saberes, a observação participante realizada identificou evidências de que a criação e o desenvolvimento de redes de economia solidária também impactam sua práxis. Isso porque, no movimento do real, a condição de rede expõe aos trabalhadores e os obriga a manejar elementos de sua totalidade que, no cotidiano de trabalho de seus empreendimentos, não estão explícito, não são facilmente revelados.

Atravessados, na vida e no trabalho, por determinações do capital, atualmente hegemônicas na sociedade, os trabalhadores lidam com esses elementos, até então pouco conhecidos, de forma contraditória. Em determinadas circunstâncias conseguem empreender uma práxis criativa, transformadora, modificando, em alguma medida, suas relações sociais e produtivas. Nesses momentos, costumam criar e dar vida a saberes do trabalho associado, como os que foram expostos nesta tese. Algumas vezes também logram avançar numa práxis reflexiva, na medida em que conseguem explicar, cada vez de forma mais concreta, sua atual condição histórica de trabalhador.

Por outro lado, em determinadas circunstâncias, o que acontece é o oposto. Ao lidar com esses elementos que a condição de rede lhes apresenta, esses trabalhadores lançam mão

de uma práxis utilitária, ou reiterativa, que se caracteriza por reproduzir antigos comportamentos e respostas mentais, muitos deles aprendidos no âmbito de relações sociais e produtivas capitalistas.

Tudo isso equivale dizer que o processo de formação do trabalhador, individual e coletivo, vivido na experiência de criação de redes de economia solidária e autogestionária não é homogêneo, nem linear. A condição de rede complexifica em muitas camadas o processo formativo desse trabalhador. Ao fortalecer o projeto autogestionário, no sentido de contribuir, em níveis mais profundos, com a diminuição da alienação do trabalhador em relação ao resultado de seu trabalho, ela também o deixa mais complexo obrigando o trabalhador a reafirmar continuamente sua condição solidária e autogestionária. Essa vigilância contínua pressiona a formação do trabalhador na direção não só de estabelecer práticas autogestionárias, mas de se tornar, ele mesmo, um trabalhador de novo tipo, um “ser autogestionário”.

É uma pressão, como foi apresentado tendo em conta a experiência da Justa Trama, que ocorre em todas as dimensões da vida social. As relações que acontecem no interior da rede não se resumem a relações econômico-produtivas. Pelos fluxos da rede passam também relações políticas, éticas, sócio-culturais, pedagógicas, mobilizando saberes de natureza técnico-produtiva, mas também de natureza ético-política e subjetiva. Ao que a pesquisa indica, todos eles jogam papéis relevantes na sustentação e no desenvolvimento da rede.

A partir da experiência estudada é possível afirmar que os trabalhadores aprendem a humanizar as relações sociais e produtivas, a se organizarem de forma coletiva e democraticamente, a serem protagonistas no seu cotidiano, a assumirem responsabilidades. Também aprendem a criar, a se expressar, a ouvir e considerar, a compreender e incluir. Muitos deles desenvolvem conhecimentos jurídicos, contábeis, fiscais, gerenciais e administrativos. Aprendem ainda a compreender, em diversas medidas, a realidade local e os assuntos políticos e econômicos de suas cidades, estados ou país, descobrem que não são “uma ilha” e que suas realidades são compostas por elementos políticos, culturais e econômicos, que formam um todo social. Aprendem a necessidade de proteger o planeta e que existem formas mais sustentáveis que outras de viver e produzir.

Seus processos formativos contínuos tomam forma em suas cotidianidades, na medida em que enfrentam um desafio, que é também pedagógico, e que se materializa no exercício de resolver seus problemas concretos sem entrar em contradição com seus ideais solidários e autogestionários.

Participar da rede ainda que possa potencializar essa formação não é um processo garantido. Como foi visto, o simples fato de participar de uma rede de economia solidária autogestionária alimentada por discursos contra-hegemônicos não gera, automaticamente, sujeitos mais alinhados a esses discursos. Opor capital a trabalho atuando de forma a valorizar mais o segundo em detrimento do primeiro não elimina, naturalmente, contradições de outros tipos, como as fundadas em questão de gênero, geração ou etnia, nem gera consensos automáticos em torno de práticas de gestão e de mobilização político-social. Tais transformações parecem ser aproximadas a partir da experiência refletida dos sujeitos, na medida em que percebem os benefícios, objetivos e subjetivos, materiais e culturais, gerados em sua práxis.

Como constatou Adams (2007, p. 299), estudando experiência de trabalho associado, as “mediações pedagógicas”, incluindo aqui as estrategicamente pensadas por educadores, podem contribuir para tornar os saberes produzidos a partir dessas experiências menos “opacos” aos olhos dos próprios sujeitos. Desse ponto de vista, o desenvolvimento de processos pedagógicos intencionalmente executados para alcançar esse fim, pode ser estratégico.

Um bom exemplo é a “greve pedagógica” proposta por Nascimento (2013, p. 95). Para o autor, sendo os trabalhadores associados donos dos meios de produção e da gestão do trabalho e poderem controlar o ritmo da produção, eles podem reservar tempo para um momento formativo, utilizando “o tempo de trabalho que controlam, para ‘rodas de conversa’ (Paulo Freire) no próprio local de trabalho, pois dominam a tecnologia, ‘experimentando’ desse modo a ‘formação permanente’”.

Nessa linha, também é possível pensar outros formatos pedagógicos que podem auxiliar na formação desse “ser autogestionário”, no contexto aqui estudado, como por exemplo:

- a realização de momentos de “leitura de conjuntura”, momentos reflexivos que, mesmo que contem com a participação de um educador, ou de uma pessoa externa à rede, possam se realizar vinculados diretamente à realidade da rede ou de seus empreendimentos;
- a formação de grupos de trabalho para fins determinados, compostos por trabalhadores e trabalhadoras da própria rede que, juntos, se responsabilizam por estudar, refletir e encontrar possíveis soluções para uma questão específica do coletivo, compartilhando seu processo e resultados com o grupo;
- a realização de formações temáticas, que observem a necessidade da rede;

- a realização de dinâmicas com os trabalhadores a partir de problemas concretos gerados no interior dos empreendimentos ou da rede, de forma a estimular a participação deles e a construção de soluções coletivas;
- a criação de equipamentos didáticos que lhes ajudem a compreender o fluxo do processo produtivo e suas questões;
- a promoção de momentos nos quais os trabalhadores possam apresentar a rede e falar de suas experiências.

Este trabalho também buscou refletir sobre o que são as chamadas redes de economia solidária autogestionárias que os trabalhadores e as trabalhadoras no atual tempo/espço de luta de classes estão construindo no Brasil. Tais redes se estruturam mediante o estabelecimento de relações entre diversos empreendimentos solidários de maneira a alcançar objetivos em comuns e a compartilhar valores. Elas são o resultado dos fluxos trocados entre seus integrantes, nas mais diversas dimensões das relações sociais que estabelecem.

Seus integrantes são empreendimentos solidários que, ainda que componham a rede, existem fora dela, manifestando sua materialidade em seus territórios. É nos territórios onde desenvolvem suas atividades produtivas e, por vezes, concentram suas atividades políticas. Boa parte das vezes é nos territórios onde esses trabalhadores associados e autogestionários estabelecem relações com quem está fora da rede e acabam criando possibilidades de externalizar, para além das paredes dos empreendimentos, aspectos de sua cultura do trabalho, podendo, inclusive, promover o estabelecimento de novas relações em rede no próprio território.

A atividade no território, mas também a atividade em rede que os trabalhadores associados e autogestionário estabelecem entre si conectados pelo movimento de economia solidária são momentos-chave para a articulação desses trabalhadores de forma a romper o isolamento das atividades realizadas dentro dos empreendimentos.

A luta pela sobrevivência de forma isolada ou em pequenos grupos já se mostrou inglória para a classe trabalhadora e para os propósitos de transformação das bases hegemônicas da atual sociedade. A ação associada para produzir precisa se expandir para uma ação associada também das lutas dos trabalhadores. Vincular-se a lutas mais amplas, ou a lutas anticapital (NOVAES *et al*, 2018) é também uma forma de ampliar a atuação dos sujeitos autogestionários, forjados na experiência do trabalho associado, para outros segmentos da vida social. Trata-se de plantar a semente da autogestão em campos cada vez mais expandidos. Tal semeadura pode ser facilitada na medida em que os trabalhadores associados e autogestionários conseguem estabelecer pontes com outros movimentos sociais,

fortalecer o próprio movimento de economia solidária e envolver seus territórios numa dinâmica associativa.

Muito se aprende e muito se ensina quando trabalhadores saem do lugar de crítica isolada e a articulam com a ação. Como visto, esse é um caminho cheio de desafios e marcado por contradições, mas ele tem sido enfrentado, ainda que dentro de seus limites, pelos trabalhadores associados e autogestionários. No que tange a formação da classe, a autogestão tem sido uma escola onde esse aprendizado se desenvolve. Generalizar esse processo a, cada vez mais amplas camadas da sociedade, é tarefa ainda em construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo. *Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na associação dos recicladores de dois irmãos*. 356 f. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), 2007.

_____. Educação na economia solidária: desafios e perspectivas. *Revista do Centro de Educação* [em línea], n. 39, set/dez, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117132523010>. Acesso em: 09 jun 2018.

ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo. Mediações Pedagógicas e pesquisa: registros de práticas e construções participativas. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo; MORETTI, Cheron (Orgs.). *Pesquisa-educação: mediações para a transformação social*. Curitiba: Appris, 2017.

AMATO NETO, João. *Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial*. Tese (Professor Livre-Docente). 236f. Departamento Engenharia de Produção. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

ANDRADA, Cris Fernández; SATO, Leny. Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justa Trama. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, 2014.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. *Trabalho coletivo e educação: um estudo de práticas cooperativas em escolas na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CLASCO. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Clacso, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2zXh59d>. Acesso em: 22 jul 2018.

ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. In: MINAYO, Carlos *et. al.* *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

_____. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Anália Bescia. *Quando o problema é de classe!* Trabalho e educação em um curso de ensino médio profissional: relações e tensões entre a formação política e a formação técnica no IEJS (ITERRA/MST). 2016, 397f. (Tese de doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

BERNARDO, João. A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. *Piá Piou!*, n. 03, nov. 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Política Nacional de Economia Solidária: fomento às redes de cooperação solidárias, empreendimentos econômicos solidários organizados em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários*. Brasília, v. 03, 2013.

_____. Conselho Nacional de Economia Solidária. Recomendação n. 08, de 04 de julho de 2012. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 de setembro de 2012, n. 176, seção 1, p. 83.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila. Saberes da Produção Associada: implicações e possibilidades. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 259-274, set/dez. 2013.

CARRION, Rosinha. Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre. *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, dez. 2009.

CASTRO, Ramon Peña. Trabalho abstrato e trabalho concreto. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br>>. Acesso em: jan. 2018.

CFES. Rede de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária. *Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária*. Brasília: Caritas; SENAES, 2016.

CHAGAS, Eduardo F. A determinação dupla do trabalho em Marx: Trabalho concreto e trabalho abstrato. Outubro. São Paulo, v. 1, p. 1-14, 2011.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada – ensino médio e EJA. In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (Orgs). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro; Niterói: Editora UFF, 2011.

_____. A historicidade do conceito de experiência. In: MAGALHÃES, Livia; TIRIBA, Lia (Orgs). *Experiência o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

CNES. Conselho Nacional de Economia Solidária. Documento Final: Conferência temática de economia solidária, educação e autogestão. Brasília, abr. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2uJtp75>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

_____. *I Plano Nacional de Economia Solidária*: para promover o direito de viver e produzir de forma associada e sustentável. Brasília, 2015.

COGO, Paulo Sérgio. Trajetórias profissionais. In: HOLZMANN, L.; CATTANI, A. (Orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CORAGGIO, Luiz. El papel de la teoría en la promoción del desarrollo local (hacia el desarrollo de una economía centrada en el trabajo). Documento preparado para el módulo ‘Teoría y Práctica del Desarrollo Local’, en el programa de especialización superior en ‘gestión y desarrollo local’, organizado por la Universidad Andina (Quito, Ecuador). 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2NpqCaO>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

_____. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 72, mar/maio, 1997.

_____. La economía social como vía para otro desarrollo social. Documento de lançamento do debate “Distintas propuestas de Economía Social”, em *Red de Políticas Sociales*, 2002.

_____. *Economía urbana*. La perspectiva popular. Quito: Ediciones Abya-Yala; ILDIS; FLACSO, 1998.

CORDEIRO, Betânia. *Educação Popular e Estado: abordagens em teses de doutorado nos anos 2000*. Dissertação (mestrado). 163f. Programa de Pós-graduação e Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

CORREIA, Maria da Conceição. A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, v. 13, n. 2, 2º semestre, 2009.

COSTA, Pedro; MEIRA, Fábio; ICAZA, Ana Mercedes. Redes como estratégia de superação das contradições da economia solidária: concepções e práticas de treze redes de empreendimentos de artesanato em Porto Alegre – Brasil. *Revista de Economia Solidária* (ACEESA), Portugal, dez. 2016.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. *Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2009, n. 29.

CRUZ, Antonio. Cooperativas multiactivas y redes de cooperación: dos variantes de la integración solidaria y dilemas en la organización In: ÁLVARES, Juan Fernando *et al. Racionalidad, cooperación y desarrollo: elementos desde la multiactividad cooperativa*. Bogotá: CootraDian, 2009b. p. 100-111.

_____. Crise financeira e economia solidária. In: XXVII Congresso ALAS, Buenos Aires, 2009. *Anais...* Buenos Aires: FCSO/UBA, 2009c (mídia digital).

_____. Redes de economía solidária – papéis e limites de atores envolvidos: trabalhadores, universidades e Estado. In: Seminario Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá", 2009. *Anais...* Buenos Aires: CESOT/FCE/UBA, 2009a. (mídia digital).

_____. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese (doutorado). 343f. Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2006.

DAGNINO, Renato. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência*. Campinas: Unicamp, 2008.

DÍAZ, Luiz Francisco; OSPINA, José; FRANCO, Luis. El cooperativismo y la economía solidaria: génesis e historia. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 24, n. 109, 2016.

EID, Farid *et. al.* Cadeias produtivas em assentamentos da reforma agrária. In: DAL RI, Nelsa Maria (Org.). *Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina*. Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Editora Rocket Edition (e.book), 1999. Disponível em: < <https://bit.ly/2dkvZqf>>. Acesso em: 22 jul 2018.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Relatório final. V plenária nacional de economia solidária. 2012. Disponível em <http://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em 27 de junho de 2018.

_____. *Por uma política pública nacional de formação em economia solidária*. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://fbes.org.br/download/politica-formacao-pdf/>>. Acesso em: 22 jul 2018.

FERRAZ, Ana Lúcia. *Dramaturgias da autonomia – A pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FRANÇA-FILHO, Genauto. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 12, n. 01, jun. 2002.

_____. O imperativo do desenvolvimento territorial na economia solidária e o papel da incubação tecnológica. In.: SOUZA, André Ricardo; ZANIN, Maria (Orgs.). *A economia solidária e os desafios globais do trabalho*. São Carlos: EduFScar, 2017.

FRANÇA-FILHO, Genauto; CUNHA, Eduardo. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 16, n. 51, out/dez, 2009a, p. 725-747.

_____. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A.; HESPENHA, P.; LAVILLE, J.; GAIGER, L (Orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina SA, 2009b.

FRANCO, Maria Laura. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008, (Série Pesquisa, 6).

FRANCO, Maria Laura Puglisi. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121. jan./abr. 2004.

FRANZOI, Naira. *Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FRANZOI, Naira; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho: situando o tema no campo Trabalho-Educação. *Trabalho Necessário*, Niterói, ano 13, n. 20, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (Coleção Leitura).

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FISCHER, Maria Clara Bueno. A arte de aprender a trabalhar coletivamente na vida de uma costureira. *Revista TRAMA Interdisciplinar*, v. 7, p. 112-127, 2016.

FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio *et al* (Orgs). *Dicionário Internacional de Outra Economia*. Série políticas sociais. Coimbra; São Paulo: Edições Almedina; Almedina Brasil, 2009.

FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia. *Economia Solidária: forjando uma qualificação ampliada*. 2020. [no prelo].

FOURIER, Charles. O novo mundo industrial e societário. In: TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 67-96.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

_____. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 79, 2007.

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, 2009.

GAMBOA, Sílvio. Teoria e prática. Uma relação dinâmica e contraditória. *Motri-Vivência*, Florianópolis, v. 6, n. 8, dez. 1995.

GOMES, Gilmar Godoy. *Rede Justa Trama* – cadeia produtiva do algodão ecológico: as territorialidades da economia solidária. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUELMAN, Anahí; PALUMBO, Maria Mercedes. Lo colonizador y el descolonizador em los saberes del trabajo: aproximación a una experiencia en proceso. In.: GUELMAN, Anahí; PALUMBO, Maria Mercedes (Eds.). *Pedagogías descolonizadoras y formación en el trabajo en los movimientos populares*. Buenos Aires: Clacso, 2018.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HENRIQUES, Flávio. et. al. *Empresas recuperadas pelos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

HENRIQUES, F.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T. “Os distintos caminhos das fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina” In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (Orgs.). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IASI, Mauro. Não fiquem sozinhos! Tristeza e resistência [vídeo]. 2019. (série Café Bolchevique). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5FZmL-GSR-s&t=41s>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acacia. *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Brasília; Santiago: INEP; REDUC, 1991.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

KUENZER, Acácia; MORAES, Maria Cecília. Temas e tramas na pós-graduação em Educação. *Educação e Sociologia*. v. 26, n. 93, set/dez 2005.

LACERDA, Luiz Felipe. Governar-se para quê? As práticas de gestão dos empreendimentos solidários: o caso da cadeia produtiva do algodão agroecológico Justa Trama. 2009. 180f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Problemas teóricos da autogestão. *GEOgraphia*, Niterói, v. 19, n. 41, set/dez. 2017.

LINERA, Álvaro García. (Aquí vive Gramsci) La Batalla cultural. Clausura del X Encuentro de Intelectuales en Caracas [video]. 2015. Disponível em: <<https://www.labatallacultural.org/gramsci/978/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MANCE, Euclides. *Redes de Colaboração Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002

_____. *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *Reunião anual da ANPED*, v. 29, p. 1-17, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2uQRdG0>>. Acesso em: 02 jul 2018.

MARX, Karl. Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: *Obras Escolhidas em três tomos*. Editorial "Avante!", Tomo II, p: 5-13, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2uIUAip>> Acesso em: 28 abr 2018.

_____. Proudhon julgado por Karl Marx. In: *Miséria da filosofia*. São Paulo: Flama, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2mqXkND>>. Acesso em: 28 abr 2018.

_____. Salário, preço e lucro. In: MARX, K e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1956a. pp. 370-420.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Editora Rocket Edition (e.book), 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2jjSZtP>>. Acesso em: 28 abr 2018.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Filosofia Alemã*. Editora Rocket Edition (e.book), 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2jjSZtP>>. Acesso em: 28 abr 2018.

MARTELETO, Regina; SILVA, Antonio. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MARTINS, Sueli. E. P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. *Revista Histedbr [on line]*, Campinas, n. 59, out. 2014.

MATTEO, Javier. Autogestión: una mirada desde la Educación Popular. In.: GUELMAN, Anahí; PALUMBO, Maria Mercedes (Eds.). *Pedagogías descolonizadoras y formación en el trabajo en los movimientos populares*. Buenos Aires: Clacso, 2018.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

METELLO, Daniela. *Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico*. Dissertação (mestrado). 157f. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MINAYO, Carlos. Processo de trabalho e processo de conhecimento. In: MINAYO, Carlos *et. al. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MINAYO, Maria Cecilia. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13 ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MORAES, Maria Célia. Para além do fragmento. A particularidade como conhecimento da história. *Cadernos da Anped*, Porto Alegre, n. 5, 1993.

MORETTI, Cheron; ADAMS, Telmo. Mediações educativas e pedagógicas: uma leitura desde a pedagogia do oprimido. In: ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo; MORETTI, Cheron (Orgs.). *Pesquisa-educação: mediações para a transformação social*. Curitiba: Appris, 2017.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antonio *et al* (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra; São Paulo: Edições Almedina; Almedina Brasil, 2009.

NASCIMENTO, Claudio. *Experimentação/autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão*. Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI. Bauru, SP: Canal, v. 6, p. 130-166, 2011c.

_____. *Autogestão*. São Paulo: IIEP, 2011b

_____. *Economia Solidária: poder comunal e popular*. *Massa Crítica*. n. 56, Set. 2011a. Disponível em: <<https://bit.ly/2zPLZ38>>. Acesso em: 02 maio 2018.

_____. Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. In: BATISTA, Eraldo; NOVAES, Henrique (Orgs.). *Trabalho, Educação e Reprodução Social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru: Canal 6, 2013a.

_____. *Economia Solidária: um campo de coexistência antagônica entre modos de produção*, 2015. Disponível em: <http://claudioautogestao.com.br/?page_id=20>. Acesso em: 26 fev 2016.

_____. *Assessoria Técnica em Redes da EPS*. CFES – Projeto Integração de redes, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2OcV4Gu>>. Acesso em: 12 mai 2016.

_____. *Os lugares da educação popular, territórios de resistência e criatividade*. [online], 2013b. Disponível em: <<https://bit.ly/2uuYvjD>>. Acesso em: 18 jun 2018.

NAMORADO, Rui. Para uma economia solidária a partir do caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 84, 2009.

NESPOLO, Nelsa. *Tramando certezas e esperanças*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e Educação. In: MINAYO, Carlos *et. al.* *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

NOVAES, Henrique. A autogestão como magnífica escola: notas sobre educação no trabalho associado. In: BATISTA, Eraldo; NOVAES, Henrique (Orgs). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. São Paulo: Canal 6, 2013.

NOVAES, Henrique *et al.* *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital*. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

OGANDO, Cláudio. As fronteiras da Economia Solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional. *Cadernos de Extensão VII*, São Leopoldo, Unisinos, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Tramando e transformando: Justa Trama a cadeia solidária do algodão agroecológico*. Brasília: ONU; MRE, 2017.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. *Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: IPEA; ANPEC; Fundação Banco do Brasil, 2007.

PASSAMANI, Guilherme; PADOIN, Maria. Um olhar sobre a proposta federalista de Proudhon. I Encuentro de la Asociación de Historiadores Latinoamericanos y del Caribe, 2003. *Anais...* Buenos Aires, nov. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2zLwB83>>. Acesso em: 27 abr 2018.

PATAGUA, Patrícia; ZINGER, Sabrina. La formación y el trabajo em movimiento. Saberes alternativos em dos movimientos em Jujuy. In.: SANTAMARÍA, Enrique; YUFRA, Laura; HABA, Juan (Eds.). *Investigando economias solidarias. Acercamientos teórico-metodológicos*. Barcelona: Pollen Edicions, 2019.

PAULI, Jandir. *O poder nas redes de economia solidária*. Dissertação (Mestrado), 180f. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

PEÓN, Fortino. Un acto metodológico básico de la investigación social: la entrevista cualitativa. In: TARRÉS, Maria Luisa (Coor.). *Observar, escuchar y comprender. Sobre la tradición cualitativa en la investigación social*. México: El Colegio de México; Flacso México, 2013.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

PONTES, Cátia; SANTOS, Eloisa. Debate de normas e valores vivenciado pelo sujeito na atividade do trabalho. *Revista Agenda Social*, v. 9, n. 1, p. 8-18, 2015.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1995.

RAMOS, Marise. A experiência no pragmatismo e na filosofia da práxis: uma reflexão para o estudo dos saberes profissionais. In: MAGALHÃES, Livia; TIRIBA, Lia (Orgs). *Experiência o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

RAZETO, Luis. La economía solidaria: concepto, realidad y proyecto. *Persona y Sociedad*, Santiago de Chile. v. XIII, n. 2, ago. 1999. Disponível em: < <https://bit.ly/1kT1OsB>>. Acesso em: 8 mai 2018.

_____. Mercado, estado y solidaridad civil. Ponencia presentada en el Workshop "Mercado, estado y sociedad civil", organizado por la Pontificia Academia de Ciencias Sociales del Vaticano y ODUICAL, los días 19, 20 y 21 de octubre de 2017. Disponível em: < <https://bit.ly/2L1WbL8>>. Acesso em: 08 mai 2018.

_____. Para una nueva estructura de la acción transformadora. *Socioeco.org*. (vídeo). Jan. 2016. Disponível em < <https://bit.ly/2zPJhL8>>. Acesso em: 13 mai 2018.

_____. Cinco constataciones sobre la pobreza, catorce tesis sobre el desarrollo social, y una conclusión sobre la economía solidaria. *Revista Polis*, Santiago, n. 2, 2001.

SAINT-SIMON. Um sonho. In: TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 51-56.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 07, jul/dez. 2000, p. 120-130..

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano. I, n. I, jul. 2009.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

_____. *A pedagogia no Brasil*. História e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHOLZ, Robinson. *Uma andorinha sozinha não faz verão: Relações de Solidariedade Promotoras da Liderança Solidária Compartilhada*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Leopoldo: PPG-UNISINOS, 2009.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Saber. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jan/jun. 2003.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cadernos Cedex*, Campinas, v. 26, n. 70, set./dez. 2006.

SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Acontece*. Boletim informativo, Brasília, n. 01, jan. 2009.

SEVERINO, Maico; EID, Farid. Integração de cadeias produtivas em empreendimentos de economia solidária: uma adaptação do conceito da empresa capitalista. XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A energia que move a produção, de 09 a 11 de outubro de 2007, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2007.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e de distribuição. In: SINGER, Paul *et al.* *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, mai/ago. 2004.

_____. Economia solidária versus Economia capitalista. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 16, n.1-2, jun/dec. 2001.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Carina; FIGUEIREDO, Luiz Fernando. Ferramentas de representação gráfica da complexidade na concepção do design conectivo. *Projética Revista Científica de Design*, Londrina, v. 6, n. 2, out. 2015.

SIMÃO, Vilma. A participação autogestora e o cancelamento da subsunção real do trabalho ao capital. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009.

SOUZA, Jean. *O trabalho associado em Karl Marx: contribuição ao debate do cooperativismo e da transição*. Dissertação (mestrado). 109f. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

STRECK, Danilo. Territórios de Resistência e Criatividade: Reflexões sobre os lugares da Educação Popular. In: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). *Educação Popular: Lugar de Construção Social Coletiva*. Petrópolis: Vozes, 2013.

THOMPSON, Edward. Algumas observações sobre e "falsa consciência". In: THOMPSON, E. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, jan./jun. 2008.

_____. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. *Otra Economía*. V. 11, n. 20, jul./dez. 2018.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31 n. 2, 527-551, maio/ago. 2013.

TIRIBA, Lia; SOUZA, Willian; DEMÍCIO, Mauro. Culturas do trabalho, educação e formas não capitalistas de produção da existência. Entre quilombolas, castanheiros e seringueiros. In.: Encontro Nacional da ABET, XVI, 2019, Salvador. *Anais...* Salvador: ABET, 2019 [online.]

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. *Revista Brasileira de Educação*. n. 24, set/out/nov/dez. 2003.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.22, n.63, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofía de la práxis*. México: Ciclo XXI Editores, 2003.

_____. *La filosofía de la práxis*. 3ed. México: Grijalbo, 1980.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. *Esboços*, Florianópolis, n. 12, p. 25-36, 2004

VENDRAMINI, Célia; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. *Revista HistedBR [online]*, Campinas, n. 55, mar. 2014.

VERONESE, Marília. A economia solidária e a formação de lideranças democráticas. *Revista Diálogo*, n. 18, set. 2011.

VILLASANTE, Tomas. Del caos al efecto mariposa. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIEIRA, Vanuza; GUSMÃO, Cristina. *Economia solidária, compras institucionais e finanças solidárias: caderno pedagógico*. Olinda: MXM Gráf. e Ed., 2018.

WIRTH, Ioli; FRAGA, Laís; NOVAES, Henrique. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: BATISTA, Eraldo; NOVAES, Henrique. *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. São Paulo: Canal 6, 2013.

APÊNDICE I

Proposta de dinâmica com foco na relação dos sujeitos

Objetivos:

- Autoformação do grupo, permitindo a exposição de laços entre os sujeitos, individual e coletivo; a representação gráfica de suas relações e dos fluxos estabelecidos entre todos (o foco aqui é mais a relação entre os integrantes da coordenação, ou dos elos entre si)

Resultados esperados:

- Descoberta de elementos identitários
- Identificação de elementos de atração/afinidade entre os sujeitos
- identificação de possíveis elementos conflitivos
- Visualização das relações e fluxos estabelecidos
- Identificação de relações pedagógicas entre os sujeitos/elos

Metodologia:

- Em um círculo os participantes passarão um barbante, de forma alternada entre eles, com o intuito de formar uma “teia”, uma “trama”. O barbante terá a cor vermelha e essa 1ª teia terá uma abordagem afetiva.
- Para passar o barbante, o participante precisará escolher uma pessoa da roda e contar algo, relacionado àquela pessoa ou ao empreendimento que ela participa que lhe tenha tocado, surpreendido, emocionado, impressionado, entristecido, preocupado, um momento de superação, etc).
- Ao final, todos deverão baixar o barbante e vamos colar os vértices do barbante no chão de modo a conservar o formato da teia.
- Uma segunda teia será formada, na cor amarela e com uma abordagem pedagógica. Para passar o barbante, o participante deverá relatar algo que tenha aprendido ou que queira aprender com outro elo, uma coisa útil que ele percebeu na prática do outro.
- Essa teia será baixada e colada ao chão, sobreposta à teia anterior.
- Uma terceira teia, na cor azul, será formada pelo tema desafio/fragilidade. A idéia é que a pessoa possa falar de um desafio ou de uma fragilidade da rede (em nível de gestão ou de empreendimento), podendo ser do seu empreendimento ou não. Outra pessoa que tenha se identificado com o desafio, ou que queira complementá-lo, ou ainda que queira expor um novo desafio deverá pedir o barbante para si.
- Novamente essa teia será baixada e colada no chão em sobreposição às outras duas.

- Durante a formação das teias será escrito, no quadro, as palavras-chave de cada manifestação.
- Cada participante poderá receber o barbante mais de uma vez, mas não poderá repassar o barbante mais de uma vez. Caso alguém receba o barbante pela segunda vez, cortaremos a corda e ela será retomada por uma outra pessoa, que lançará o barbante dando prosseguimento à atividade.

Finalização/síntese

- Ao final, os participantes serão instigados a avaliar o “desenho” das teias e a comentar a experiência, com vistas a chegar a conclusões sobre o tamanho da complexidade dos fluxos da rede; os sentidos que a rede tem; o caráter pedagógico da rede; as potências e fragilidades apontadas.
- Ao final se propõem que os participantes digam, a partir do que foi relatado e expressado nas teias, o que é a Justa Trama para ele.

Perguntas disparadoras para as etapas

1ª teia (trama afetiva)

- O que você viu em outro elo que te emocionou ou que te entristeceu ao longo da sua experiência na Justa Trama?
- O que mais te chama atenção em outra pessoa ou elo da rede?

2ª teia (trama pedagógica)

- Conte algo que você aprendeu com a prática de outra pessoa ou de outro elo?

3ª teia (trama desafios)

- O que temos que melhorar? Onde estamos falhando e quem pode nos ajudar para alcançar esse objetivo?

Finalização/síntese

- Vocês sabiam que os outros aprendiam tantas coisas com vocês?
- (para empreendimentos específicos: vocês sabiam que despertavam determinado sentimento nos outros trabalhadores?)
- Afinal, o que é a Justa Trama?

OBS: - serão 20 minutos para cada teia

- filmar a atividade

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO ORIENTADOR

IDENTIFICAÇÃO GERAL DO/A TRABALHADOR/A		
NOME:		
COOPERATIVA:		
TEMPO DE REDE:		
Tema: EXPERIÊNCIA EM REDE		
Dimensão temática	Tópicos-guia	Sugestão de perguntas orientadoras
EXPERIÊNCIA DE TRABALHO	- conhecendo a experiência de trabalho	- O que você faz na Justa Trama?
	- Mudanças no processo de trabalho	- O que você fazia antes na cooperativa? - O que mudou no seu trabalho?
IDENTIFICAÇÃO	- Conhecimentos dos elos e pessoas	- Conhece os outros elos? - Conhece trabalhadores de outros elos?
	- Conhecimento do processo de produção (sabe o que a rede faz?)	- Como essa camiseta é feita?
	- Como é viver/fazer parte da rede	
	- Se sentir parte da rede	- Em que momentos do seu dia a dia vc sente que faz parte de uma rede e não só de um empreendimento?
RELAÇÃO DA REDE COM O EMPREENDIMENTO	- Responsabilidade do elo	- esclarecer qual é o elo dela
	- Sustentabilidade da rede	- É o elo que sustenta a Justa Trama ou é a Justa Trama que sustenta o elo? - O que está acontecendo com o elo de MG? Você sabia que a rede está com dificuldades lá? - Porque está acontecendo isso lá?
RELAÇÕES EXTERNAS: COMUNIDADE(S),	- Conhecendo a experiência	- A Justa Trama se relaciona com a comunidade aqui?

MOVIMENTOS SOCIAIS	- Dimensão de transformação social	Como? - Já participou de alguma atividade da Ecosol? Fóruns, algum protesto/manifestação? - para ti, a rede é uma coisa econômica, política ou os dois?
	- Solidariedade	- Vc acha que a Justa Trama tem alguma coisa a ver com a sua comunidade? - Como se sente (em relação à possível relação citada)?
	- Posicionamento político	- Como você avalia o momento que o Brasil está vivendo? - Estamos melhorando ou piorando? E o seu município?
Tema: PROCESSOS FORMATIVOS		
EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS	- Na perspectiva do processo de trabalho (função)	- Como está seu trabalho atualmente? Precisa aprender algo novo?
	- Na perspectiva da gestão	- Você já assumiu alguma função de gestão na rede? - Quais as suas principais preocupações, caso você venha a assumir?
	- Numa perspectiva política	
MOMENTOS DE APRENDIZAGEM	- Identificação de saberes	- vc já ensinou alguma coisa para algum de seus colegas? - quando vc acha que aprende mais com seus colegas? - já fizeram algum trabalho juntos? Como foi?
	- Relação de formação com outros elos	
CURSOS FORMAIS	- Conhecendo a experiência	- Já participou de algum? Como foi? - Por que fazer o curso?
	- Conteúdo	- Quais eram os conteúdos? - Faltou alguma coisa?
	- Dinâmica	- Você conhecia quem dava o curso?

		- Como você chegou até o curso?
	- Participação	- Vocês ajudaram a definir alguma coisa do curso? Conteúdos? Metodologias? Locais?
CONHECIMENTO “TÉCNICO” E “POLÍTICO”	- Demandas de aprendizagem (<i>para ver em que campos vem, se técnico, político, gestão, etc</i>)	- O que falta aprender para potencializar a atuação em rede?
	- Prática educativa (aprender fazendo)	- Qual é, para vc, a melhor forma de aprender?
	- Reconhecimento de saberes (educação popular)	- Você prefere aprender com os seus colegas ou quando vem alguém de fora?
Tema: AUTOGESTÃO		
PARTICIPAÇÃO	- Conhecendo a experiência de participação	- Você se lembra de ter participado de alguma decisão em relação a Justa Trama? - como foi essa participação?
	- Nível de participação (consulta, deliberação, informação)	- Já votou em questões da rede?
	- Frequência de participação	
	- Transparência	- como você fica sabendo o que acontece na Justa Trama?
PROCESSOS DECISÓRIOS	- Fluxo de informação	- Como são tomadas as decisões na rede? - Por quem? - Onde?
	- O lugar do contraditório	- Quando vc não concorda com alguma decisão da rede o que vc faz?
AUTONOMIA E RESPONSABILIDADE (assumir tarefas?)	- Conhecendo a experiência	- Já assumiu outras tarefas? Quais? Como foi? - Quais você não fez e por que? - Quais gostaria de fazer?

		- Quais não gostaria de fazer?
	- Elementos de saberes dos sujeitos	
	- (pensar em escolhas, liberdade de ação e pensamento)	
AUTOGESTÃO PEDAGÓGICA OU AUTOGESTÃO DO CONHECIMENTO		- Você acha que pode ensinar a outras pessoas como montar uma rede? Como você faria isso?
O que é uma rede de economia solidária para você?		